UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

ANDRÉ DOS SANTOS ALONSO PEREIRA

**Geopolítica do Petróleo Brasileiro – A Estratégia de
Internacionalização da Petrobras na América do Sul (2007-2017)**

Versão Corrigida

São Paulo

2019

ANDRÉ DOS SANTOS ALONSO PEREIRA

**Geopolítica do Petróleo Brasileiro – A Estratégia de
Internacionalização da Petrobras na América do Sul (2007-2017)**

Versão Corrigida

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): ____André dos Santos Alonso Pereira____

Data da defesa: 10/09/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): ____André Roberto Martin____

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 08/11/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

São Paulo
2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

PP436g Pereira, André
Geopolítica do Petróleo Brasileiro - A Estratégia de
Internacionalização da Petrobras na América do Sul
(2007-2017) / André Pereira ; orientador André
Martin. - São Paulo, 2019.
203 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Geografia. Área de
concentração: Geografia Humana.

1. Geopolítica. 2. Petrobras. 3. Petróleo. 4.
Brasil. 5. América do Sul. I. Martin, André, orient.
II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

André dos Santos Alonso Pereira

A Geopolítica do Petróleo Brasileiro – A Estratégia de Intercionalização da Petrobras na América do Sul (2007-2017)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr.: André Roberto Martin

Julgamento: _____

Instituição: USP/Geografia

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Dedico este trabalho a todos os estudantes de pós-graduação do Brasil, que escolheram uma vida dedicada ao progresso da ciência e educação em um país que pouco valoriza seu esforço

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos oferecida que me permitiu a dedicação necessária a atividade acadêmica.

Agradeço ao meu Orientador, o Prof. Dr. André Roberto Martin, pela inspiração nos estudos em Geografia Política, pelos ensinamentos e por todo auxílio que ele me forneceu durante os últimos três anos.

Agradeço aos professores Wanderley Costa, Mónica Arroyo, Wagner Ribeiro e José Alexandre Hage pelo auxílio que me deram ao longo da dissertação nas disciplinas do curso e na banca de qualificação, essenciais para o aprimoramento do trabalho.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe Izilda Maria e meu pai José Roberto pelo amor incondicional e apoio em minhas escolhas profissionais. Também a minha irmã, Mariana, por sempre me instigar a atingir patamares mais altos.

Agradeço a todos os meus amigos que me acompanham desde a tenra infância, como o Yan e desde a minha vida acadêmica, em especial ao Allan (que me ajudou com a formatação do trabalho), Ícaro, Geovana, Júlio César e Thais, pela amizade em me ajudar e apoiar nos momentos mais difíceis do percurso.

Agradeço a todos meus amigos e colegas da pós-graduação e graduação do departamento de Geografia, como Rodrigo, José Donato, Lúcio, W, Bruno, Marcus, Gabriel, Caio e todos aqueles outros cujo nome ou eu esqueci ou não teve espaço para colocar.

Agradeço ao pessoal do Cursinho FGV. Aos membros da estrutura, por ter acreditado em minha capacidade pedagógica e aos meus alunos, que me auxiliaram em evoluir como geógrafo, professor e ser humano.

Agradeço a todos os meus colegas de profissão e estudantes das escolas das Prefeituras de Praia Grande e Prefeitura de São Paulo, por todos os conselhos dados e apoio, e também pelas demonstrações de afeto e gratidão.

“Procuraremos ser os bandeirantes desta nova cruzada através das ínvias terras brasileiras, e só pedimos a Deus que ao chegarmos ao fim da caminhada longa e esfaltante, encontraremos lá, não as falsas esmeraldas da lenda, mas as verdadeiras riquezas petrolíferas de que o Brasil precisa, para construir a sua grandeza ao lado das maiores nações do Universo”

Cel. Juracy Magalhães

“A história tem nos mostrado que a riqueza do petróleo é uma faca de dois gumes. Quando bem explorada, traz progresso para o povo. Quando mal explorada, ela traz conflitos, desperdícios, agressão ao meio ambiente, desorganização da economia e privilégios para uns poucos. Assim, alguns países pobres, ricos em petróleo, não conseguiram jamais sair da miséria”

Luís Inácio Lula da Silva

RESUMO

PEREIRA, André **Geopolítica do Petróleo Brasileiro – A estratégia de internacionalização da Petrobras na América do Sul (2007-2017)** 2019, 2xxf. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo

O pré-sal foi uma das principais descobertas dentro da indústria mundial do petróleo no século XXI. Ela foi resultado do aprimoramento técnico na exploração offshore pela Petrobras, empresa de capital misto e braço estratégico do Estado brasileiro nos assuntos petrolíferos. Este fato mudou o panorama do Brasil dentro da geopolítica do petróleo, onde o país pode almejar o patamar de tornar-se um grande exportador do hidrocarboneto a nível mundial, aumentando sua projeção de força e influência no sistema internacional. Ao mesmo tempo que o governo brasileiro mudava a legislação da atividade petrolífera no país para obter o maior lucro possível com a exploração do pré-sal, a Petrobras iniciava uma estratégia em sua área internacional de desinvestimentos, a fim de priorizar o setor de exploração e produção e maximizar os ganhos com o pré-sal. A pretensão inicial com a renda obtida seriam investimentos na área de Educação e Saúde, financiando assim o futuro do país. Porém, mudanças no cenário internacional e crises internas dentro do Brasil e da empresa provocou uma reviravolta neste projeto. A companhia perdeu capacidade de investimentos devido a escândalos de corrupção e políticas desastrosas. Para contenção de danos, o programa de desinvestimentos da empresa aumentou consideravelmente, provocando um recuo em seu processo de internacionalização, principalmente na América do Sul, onde anteriormente ela liderava o setor energético. Com o retrocesso da Petrobras no subcontinente e sua crise financeira, a estratégia global da empresa foi modificada, com ela se retirando do exterior enquanto novas mudanças legislativas permitiram o avanço de empresas estrangeiras no mercado brasileiro de petróleo, uma mudança brusca em relação ao viés nacionalista anterior. Com isso, observamos uma reviravolta da geopolítica da Petrobras e seus impactos na própria geopolítica brasileira. O presente trabalho analisa o papel do Brasil e da Petrobras dentro da geopolítica do petróleo e os impactos que o pré-sal provocou na estratégia global da empresa entre 2007 e 2017, principalmente em relação à América do Sul. Nosso trabalho está calcado em na revisão bibliográfica de duas áreas do pensamento em geografia política: a geopolítica do petróleo e a geopolítica do Brasil. Também analisamos o discurso geopolítico dentro dos documentos oficiais da Petrobras, como seus planos de negócios e planejamentos estratégicos. Com auxílio de dados estatísticos das agências nacionais e internacionais de energia, traçamos também o contexto da geopolítica do petróleo a nível sul-americano e mundial, e como o Brasil se encaixa dentro destes. Com base nas análises realizadas, é possível afirmar que o petróleo, recurso natural de grande impacto na geopolítica mundial, continuará a ser a fonte de energia mais relevante para a economia mundial. Por isso, a ação geopolítica da Petrobras poderá ser uma questão chave para as pretensões geopolíticas do Brasil para as próximas décadas, tanto no mundo como dentro da América do Sul, onde devido a gradual saída da Petrobras de seus países, vemos a companhia perder influência e projeção dentro dela.

Palavras-Chave: Geopolítica, Petrobras, Petróleo, Brasil, América do Sul

ABSTRACT

PEREIRA, André **Geopolitics of Brazilian Oil – Petrobras' strategy of internationalization in South America (2007-2017) 2019**, 2xxf. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo

The pre-salt layer was one of the main discoveries of the world oil industry in the XXI century. It was the result of offshore exploration technical enhancement by Petrobras, mixed capital company and Brazilian State strategic tool on the oil subject. This fact changed the Brazilian panorama inside of the oil geopolitics, now the country could aspire for the status of being one world-level great hydrocarbonate exporter, raising its force projection and international system influence. As the Brazilian government changed the oil activity legislation in the country to obtain the highest possible profit margin with the pre-salt layer exploration, Petrobras started a strategy in its international de-investments area, aiming to prioritize the production and exploration area and to maximize the pre-salt gains. The initial objective of the obtained income would be investments in Education and Healthcare, therefore financing the country's future. However, changes in the international landscape and Brazilian, and the company's, internal crisis provoked a turnaround in this project. The company lost its capacity of investments thanks to corruption scandals and other failed policies. As damage contention, the company's de-investment program got a considerable enlargement, provoking its internationalization process to recede, specially in South America where previously it used to lead in the energy sector. With the Petrobras regression at the subcontinent and its financial crisis, the company's global strategy was modified, with it leaving its abroad assets all the while new legislative changes would allow for the advancement of foreign companies in the Brazilian oil marketplace. A stark change in relation to its previous nationalistic bias. So with that, we can observe a major turnaround in the Petrobras geopolitics and its impacts on Brazilian geopolitics as well. The present work analyzes the Brazil and Petrobras' role in the oil geopolitics and the impacts that the "pre-salt" have incided on the company's global strategy from 2007 to 2017, specially regarding South America. Our work is based on the bibliographical revision on two areas of the Political Geography thought: The oil geopolitics and the Brazilian geopolitics. We also analyze the geopolitical discourse on Petrobras' official documents, like its business plans and strategical planning. With the assistance of statistical data provided by national and international energy agencies, we also showed the oil geopolitics context at a South American and global level, and how Brazil fits amongst those. Based on the analyses done, it is possible to affirm that oil, natural resource with major impact in global geopolitics, will continue to be the most relevant energy source for the world economy. Henceforth, the Petrobras geopolitical action might become one key question for Brazilian geopolitical ambitions for the following decades, so much around the world as in inside South America, where due to Petrobras' gradual exit we can see the company losing its influence and projection.

Key-Words: Geopolitics, Petrobras, Oil, Brazil, South America

LISTA DE ABREVIATURAS

AIE – Agência Internacional de Energia

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

BP – *British Petroleum*

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CAN – Comunidade Andina de Nações

COSIPLAN – Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

EIA – *U.S. Energy Information Administration*

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IIRSA – Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MME – Ministério de Minas e Energia

MRE – Ministério de Relações Exteriores

OECD - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Produtores de Petróleo

PEMEX –Petróleos Mexicano

PDVSA –Petróleos de Venezuela

UE – União Europeia

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

TAG – Transportadora Associada de Gás S.A.

TGB – Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A

YPF – Yacimientos Petrolíferos Fiscales

YPFB – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Variação Histórica do Preço do Petróleo e Eventos Marcantes.....	24
Figura 2. Mapa das principais rotas marítimas de petróleo e principais choke points mundiais.	32
Figura 3. Cartograma da Teoria da "Área-Pivo" de Mackinder.....	36
Figura 4. Mapa de Oleodutos e Gasodutos da Ásia Central.....	38
Figura 5. A Estratégia do "Colar de Perólas" e as rotas marítimas de abastecimento de petróleo chinesas.	67
Figura 6. Mapa dos gasodutos Nord Stream e Nord Stream 2.	74
Figura 7. Mapa dos gasodutos russos no Mar Negro.	75
Figura 8. Gráfico da Produção Brasileira de Petróleo (2013-2017).....	96
Figura 9. Gráfico da Produção Interna de Óleo Diesel Tipo A (2013-2017).	97
Figura 10. Mapa de localização das Bacias de Campos e Santos mostrando a localização das reservas do Pré-Sal.	100
Figura 11. Gráficos dos principais destinos de importação de petróleo brasileiro em 2018, elaboração própria.	102
Figura 12. Gráfico da variação dos preços do petróleo e do diesel.	105
Figura 13. Variação do Valor de Mercado da Petrobras (2003-2018), elaboração própria.....	106
Figura 14. Variação da paridade dos preços da Petrobras e os impactos na companhia.	107
Figura 15. Produção de Petróleo no Brasil, elaboração própria.	109
Figura 16. Produção de Petróleo na Venezuela e Colômbia entre 2013-2018.	115
Figura 17. Triângulo Estratégico de Travassos e o Heartland Sul-Americano.	121
Figura 18. Eixo Brasil-Bolívia-Peru-Chile do IIRSA.	126
Figura 19. Mapa da Amazônia Sul-Americana.	131
Figura 20. Eixos do IIRSA na Amazônia Sul Americana.	134
Figura 21. Macrolocalização da malha de Gasodutos Urucu-Coari-Manaus.....	137
Figura 22. Mapa do Petróleo na Venezuela.	138
Figura 23. Mapa da Bacia do Prata	143
Figura 24. Mapa dos Dutos em Território Brasileiro, elaboração própria.	146
Figura 25. Mapa do Território Marítimo Brasileiro.	150
Figura 26. Representação Cartográfica da Atuação Internacional da Petrobras em 2012.....	163
Figura 27. Distribuição de reservas provadas de petróleo em 1997, 2007 e 2017.....	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados sobre reservas provadas, produção e consumo de petróleo dos países selecionados para este capítulo.....	56
Tabela 2: Distribuição da produção de petróleo no Brasil por estado.....	89
Tabela 3: Dados Estatísticos sobre o petróleo dos países amazônicos em 2017.....	139
Tabela 4: Dados sobre o petróleo dos países platinos.....	144
Tabela 5: Dados do leilão do Campo de Libra em 2013.....	173
Tabela 6: Resultados dos leilões do pré-sal em 2017.....	173
Tabela 7: Mudanças na Presença da Petrobras nos Países Sul-Americanos entre 2012 e 2017.....	177

SUMARIO

Introdução	15
1. PILARES DE UMA GEOPOLÍTICA DA PETROBRAS.....	20
1.1. Geopolítica do Petróleo.....	21
1.2. Circulação do Petróleo: Os Modais de Distribuição.....	29
1.2.1 Transporte Naval.....	31
1.2.2. Transporte por Dutos	34
1.3. A Geoeconomia do Petróleo	39
1.4. Geopolítica Brasileira	44
1.5. Petrodiplomacia	51
2. PANORAMA MUNDIAL DA GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO	55
2.1. Estados Unidos.....	57
2.2. China	64
2.3. Rússia e Ásia Central	68
2.4. União Europeia	76
2.5. Oriente Médio e Arábia Saudita	79
2.6. Costa Ocidental da África.....	83
3. O PETRÓLEO NO BRASIL E NA AMÉRICA DO SUL	88
3.1. O Petróleo no Brasil.....	90
3.2. O Pré-Sal e a mudança de patamar brasileiro	98
3.3. Os outros países sul-americanos	111
3.3.1. Venezuela e PDVSA.....	113
3.3.2. Argentina e YPF.....	117
3.3.3. Bolívia e o <i>Heartland</i> Sul-Americano	121
4. REGIONALIZAÇÃO DA GEOPOLÍTICA DA PETROBRAS NA AMÉRICA DO SUL	127
4.1. Região Amazônica	130
4.2. Bacia do Prata	139
4.3. Atlântico Sul	148
5. LACUNAS DA GEOPOLÍTICA DA PETROBRAS	157
5.1. A estratégia global da Petrobras	161
5.2. A pouca influência da Petrobras na Geopolítica do Petróleo	167
5.3. Retorno a Política do Aliado Preferencial	170
5.4. As crises da Integração Energética Sul-Americana	175

5.5. Escapando da Maldição dos Recursos Naturais.....	181
5.6. A questão ambiental: ruína do petróleo?	182
5.7. Petrobras: Privatizar?	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
REFERÊNCIAS	195

Introdução

Petróleo, para o historiador estadunidense Daniel Yergin, é 10% economia e 90% política (YERGIN, 2003, p. 331 apud SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p.7). Desde que o hidrocarboneto ganhou proeminência para a economia dos países industrializados na primeira metade do século XX, sua importância global apenas foi sendo gradativamente acentuada, principalmente após o processo de nacionalização das reservas petrolíferas durante as décadas de 1950 e 1960 e os choques dos anos 1970. Do estreito de Bering, passando pelo coração eurasiático, a África, a porção setentrional da América e indo até a Patagônia, a intrincada trama criada pela exploração, controle e acesso à *commoditie* mais cobiçada do planeta foi elemento central na geopolítica mundial. Ao afirmar que a política é muito mais importante do que a economia em relação ao petróleo, Yergin argumenta que poucas matérias-primas tem uma ligação tão estreita com a geopolítica. Essa posição é compartilhada por Bret-Rouzart:

O fato do sistema energético internacional ter desenvolvido tamanha dependência do petróleo transformou essa fonte de energia em um recurso natural “geopolitizado”. O petróleo tornou-se um dos focos primordiais das relações internacionais, estando até mesmo no cerne de algumas disputas armadas. Com frequência tem sido usado como arma política e econômica. (BRET-ROUZART et al. 2011 apud BRITO et al., 2012, p. 27)

Devido ao seu uso extremamente “geopolitizado”, marcado pelos interesses assimétricos entre os países consumidores ante os países produtores, o petróleo tornou-se item indispensável na busca pela segurança energética das nações, que necessitam manter uma matriz energética variável e pouco dependente de uma fonte de energia específica. Estes países, principalmente os consumidores, esbarram na alta demanda e uso variado do hidrocarboneto nas cadeias produtivas industriais para mitigar sua dependência. A busca pela diversificação é um fator constante, mas a tendência pelas próximas décadas é a permanência do petróleo no topo da matriz energética global (BRITO et al, 2012, p.33)

O Brasil está inserido neste perigoso jogo. Seu principal instrumento, inspirado pelo contexto “nacionalizante” do setor nos anos 1950, foi fundar uma estatal para gerenciar seus assuntos relacionados ao petróleo. Esta empresa é a Petrobras. Desde sua fundação em 1953, foi erguida e projetada como o braço estratégico do Estado brasileiro em questões de segurança energética. Naquele tempo, a produção brasileira era baixa, mas a Petrobras mudaria esse cenário nas décadas posteriores. Para se ter uma noção, em 1975, quase duas décadas após a criação da estatal, as reservas provadas no Brasil eram somente 120.730 (10^3 m^3). Em 2017,

após diversas descobertas, esse número atingiu o patamar de 2.040.610 (10^3 m^3) (MME, 2016, p.126). Como veremos ao longo da presente dissertação, essas descobertas, principalmente as da camada pré-sal em 2006, permitiram que o país aspirasse assegurar um status de conforto energético e alçasse a posição de exportador do produto, tornando-se fornecedor de petróleo para o mercado global (MACHADO, 2011, p. 167).

O Brasil utilizou muitas vezes a estatal para traçar alianças comerciais regionais, principalmente na América do Sul, onde a companhia avançou consideravelmente após quebrar seu monopólio em 1997. O caso exemplifica também como a Petrobras foi utilizada para além de suas funções energéticas, reservadas ao MME. A diplomacia brasileira, através do MRE e o Itamaraty, utilizou a estatal em seus projetos também, conforme Machado demonstra:

Do ponto de vista da política internacional do Estado brasileiro, a diplomacia passou a enxergar a Petrobras como uma importante instituição para a integração sul-americana. A integração energética seria, assim, fundamental[...] O plano de negócios da Petrobras de 2007-2011 deu continuidade e prioridade ao projeto de integração energética latino-americana, apresentando como estratégia corporativa a ampliação das atividades da empresa na América Latina e América do Sul. Sua principal meta era “liderar o mercado de petróleo, gás natural, derivados e biocombustíveis na América Latina, atuando como uma empresa integrada de energia. (MACHADO, 2011, p.169)

Essa estratégia por parte do Estado brasileiro está inserida no contexto das ambições geopolíticas do Brasil em relação a sua posição no sistema internacional. Historicamente, o país está alguns patamares abaixo das grandes potências, pretendendo elevar sua posição à condição de potência-regional (BECKER e EGLER, 1993, p.34). Sendo assim, reforçando seu papel como braço estratégico do Estado brasileiro, a Petrobras auxiliaria nesse processo. Tal processo, como veremos mais adiante, de fato ocorreu em países como a Argentina e a Bolívia.

Contudo, nada que envolva a geopolítica do petróleo e sua indústria possa ser simplificado ou facilmente obtido. Por isso, é importante analisarmos primeiro as características desta indústria. Ela é dividida em três áreas de atuação: *Upstream*, *Midstream* e *Downstream*. Algumas empresas dominam todas estas etapas, mas o tradicional é que haja especialização através de subsidiárias. Podemos definir elas, de acordo com Yergin (2011, p. 58):

1)*Upstream*: Engloba as atividades de prospecção, identificação e localização das jazidas e reservas de petróleo, bem como sua extração e produção. Ela também é responsável pelo transporte até as refinarias, algo que pode ser realizado por *pipelines*.

2)*Midstream*: É a responsável pelas atividades de refino, ou seja, na transformação do petróleo bruto em seus produtos derivados. A capacidade de uma refinaria varia conforme o grau de leveza e octanagem do petróleo extraído anteriormente.

3)*Downstream*: Envolve a etapa logística da indústria petrolífera, ou seja, a distribuição e comercialização, transportando os produtos derivados até postos de combustíveis e outras indústrias.

A divisão influencia na distribuição global das atividades petrolífera. Os países produtores especializam-se no setor de *upstream*, por possuírem as principais reservas, normalmente controladas por empresas estatais¹. O *midstream* é mais diversificado, com muitas refinarias estando próximas aos locais de E&P, embora sua tecnologia tenha sido predominantemente desenvolvida pelos países produtores, que muitas vezes optam por importar o petróleo bruto para ser refinado em seu território. E por fim, o setor de *downstream* é dominado pelas grandes empresas de transporte marítimo, controlando os fluxos mundiais de seu comércio (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 38).

Essa questão influencia diretamente na Petrobras. A empresa passou por um longo processo de transição entre ser a representante comercial do Brasil no mercado global até se consolidar como uma das maiores empresas de energia globais, principalmente na produção *offshore*², onde é líder e pioneiro tecnológico em escala global e sua capacidade produtiva tende a aumentar conforme novas reservas de petróleo forem comprovadas (EGLER; MATTOS, 2012, p. 96). Tal posição pretendia ser explorada pelo Estado brasileiro.

A falta de domínio técnico ou controle da cadeia produtiva sobre as três etapas produtivas pode ser extremamente prejudicial aos projetos nacionais que englobam a questão petrolífera como cerne de sua estratégia diplomática e comercial. Outro fator crucial é o preço do barril de petróleo no cenário internacional. Sua variação é extremamente volátil e por ora imprevisível. Períodos de alta podem ser seguidos por períodos de baixa prolongada e conforme essa variação ocorre, os impactos são sentidos de maneira diferenciada pelo mundo (PERIARD; LOSERKANN, 2012, p. 135)

Portanto, observamos como a Petrobras é peça-chave para as pretensões diplomáticas e geopolíticas do Brasil. A presente dissertação explora a fundo esse tema, norteadas pela hipótese

¹ Cerca de 75% das reservas de petróleo atualmente pertencem aos Estados nacionais (AIE, 2018)

² Existem dois tipos de produção na indústria petrolífera: *Offshore*, que é a produção em ambientes marinhos (através de plataformas de exploração) e *Onshore* é a produção em terra firme

de que a função da Petrobras como braço estratégico do Estado brasileiro a torna um ator geopolítico, com suas próprias pretensões geopolíticas, normalmente um reflexo daquelas do país que representa.

O primeiro capítulo trata dos dois principais pilares de uma possível geopolítica da Petrobras. Estes são a geopolítica do petróleo e a geopolítica brasileira, conforme indica o próprio nome da empresa (um fato que muitas vezes é despercebido: Petrobras é uma sigla para Petróleo Brasileiro S/A). Aqui abordamos os princípios que norteiam a geopolítica do petróleo, a disputa assimétrica entre as nações e como ela influencia seu nível de poder em escala mundial, bem como expõe suas fraquezas. Juntamente com ela, tratamos também de aspectos geoeconômicos do petróleo, a importância dos fluxos comerciais e dos modais de circulação do produto pelo mundo, tanto por via marítima como por via terrestre (uma antiga dicotomia estudada pela geografia política). A geopolítica brasileira será analisada com propósito de adquirirmos subsídio teórico para os capítulos posteriores, identificando as principais temáticas estudadas pelos geógrafos brasileiros sobre o tema, mas principalmente as principais áreas de estudo deles do território brasileiro e o espaço sul-americano. Por fim, trataremos também do conceito de “petrodiplomacia” e como ele envolve a geopolítica do petróleo com as relações internacionais.

No segundo capítulo traçamos um panorama mundial da geopolítica do petróleo, identificando os principais *players* desse cenário e algumas áreas com interesse para a Petrobras. Consideramos que pela importância do petróleo para a economia globalizada, qualquer estratégia da Petrobras precise levar em consideração este cenário perigoso. Tratamos nele de EUA, China, Rússia, UE, Oriente Médio (focando na Arábia Saudita) e a Costa Ocidental Africana. Neste grupo, temos os países que mais influenciam na indústria e comércio global do petróleo, sendo os maiores consumidores, produtores e frequentemente envolvidos nos distúrbios causados por sua geopolítica, bem como o peso de cada país nela. O terceiro capítulo é, de certa forma, uma extensão do segundo, pois repetimos essa abordagem, só que agora focando no Brasil e no restante da América do Sul. Primeiro exploramos o desenvolvimento da Petrobras, passando por sua internacionalização e a quebra do monopólio em 1997, bem como da importância energética do petróleo dentro do Brasil. Em seguida, introduzimos o pré-sal e apontamos as mudanças que ele provocou na estratégia global da empresa, e como essa estratégia foi evoluindo e sendo alterada no período de 2007 até 2017. Trataremos também da geopolítica do petróleo nos outros países sul-americanos, com destaque para Venezuela, Argentina e Bolívia e suas respectivas estatais do setor.

O quarto capítulo propõe uma possível regionalização da ação geopolítica da Petrobras no espaço sul-americano, com base na sua internacionalização na América do Sul, tendo como referencial teórico-metodológico os princípios da geopolítica brasileira analisados no primeiro capítulo. As regiões propostas são baseadas nas principais áreas de estudo da geopolítica brasileira: a região amazônica, a região platina e o Atlântico Sul dentro do território marítimo brasileiro. Com isso, pretendemos elucidar a espacialização de uma possível geopolítica da Petrobras e apontar seus interesses estratégicos. Mas também verificar lacunas dentro dela. Este é o assunto do quinto e último capítulo, de caráter mais analítico, onde analisamos e refletimos acerca da geoestratégia da empresa (influenciada por sucessivos governos brasileiros de orientação ideológica distintas), sua influência dentro do contexto global, seu impacto na integração energética sul-americana, e também outras tendências e debates acerca do tema, como uma possível privatização da empresa e a influência da questão ambiental.

1. PILARES DE UMA GEOPOLÍTICA DA PETROBRAS

Aquele que controla o petróleo irá vencer a próxima guerra

Winston Churchill

O petróleo já não tem o mesmo peso econômico que outras atividades atuais da economia globalizada, poderiam dizer alguns. Afinal, seu protagonismo começou durante a segunda revolução industrial, na agora distante segunda metade do século XIX. Grandes reservas foram descobertas na Filadélfia (Estados Unidos) em 1859 (YERGIN, 2010, p.12), enquanto que a produção nos campos de Baku (então pertencente ao Império Russo) já começara ainda em 1846³. Alguns anos depois propiciou que o motor a combustão ditasse o tom de uma nova revolução industrial, a tal nível que provocou mudanças irreversíveis no espaço geográfico, principalmente através de impacto ambiental (COSTA, 2011, p.57). Ele foi fundamental para expansão da urbanização, e para a criação de produtos no qual as sociedades contemporâneas geraram dependência e não possuem os meios de abrir mão de seu uso num futuro próximo. O Brasil gradualmente foi sendo integrado nesse processo para manter-se atualizado em relação as mudanças tecnológicas, principalmente no setor automobilístico (LEITE, 2014, p.70).

Robótica, nanotecnologia e informática são as tecnologias do presente e do futuro. Todavia, a indústria petroquímica e a produção de petróleo permanecem como protagonistas do campo energético, enquanto inovações contemporâneas a seu surgimento, como o telégrafo no setor de comunicações, foram substituídas e superadas. Muitos apontam que o protagonismo do petróleo tem prazo. Entretanto, ele perdura por ora e muitos apontam sua permanência pelas próximas décadas ainda (OPEP, 2017). Sua capacidade de gerar lucro e expansão do capital não está mais no mesmo patamar das atividades do terciário superior mais sofisticadas, contudo ele ainda é a sustentação do modelo de consumo voraz da economia globalizada. O próprio desenvolvimento do capitalismo no último século foi movido pelo petróleo. Ele afeta todo o sistema mundial, da mais poderosa potência global ao mais pobre dos países subdesenvolvidos.

³ Os campos de Baku foram leiloados pelo governo imperial russo em 1872 para investidores europeus e americanos. Após a Revolução Russa em 1917 e a subsequente Guerra Civil Russa (1917-1922), os campos passaram a serem controlados pela União Soviética (YERGIN, 2010)

Nenhuma outra *commoditie* está tanto no limiar entre a política e economia como ele (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 9).

Assim como qualquer outro recurso natural terrestre que o homem por meio do seu constante avanço técnico descobriu ter utilidade econômica, o petróleo é extraído do meio natural, utilizado pela ação antrópica e eventualmente perde seu uso ao ser degradado e consumido, a tal ponto que sua reciclagem não é possível. É um fenômeno natural, seguindo as leis da termodinâmica, especialmente as que envolvem o conceito de entropia. Para o petróleo, isso significa dizer que, após ser extraído, produzido, refinado, comercializado, consumido e tornar-se rejeitos e poluentes, ele não será mais utilizável. Esse fato o torna um recurso não-renovável (CECHIN, 2010, p. 53).

O propósito desse capítulo é apresentar as bases teóricas de uma possível geopolítica da Petrobras, a estatal de petróleo do Brasil, criada em 1953 pelo então presidente Getúlio Vargas através da lei nº 2004. Embora a análise da geografia política seja embasada nos Estados nacionais, é importante ressaltar um importante princípio deste texto (que será discutido ao longo dele). É a ideia, sustentada por diversos autores de que a Petrobras é o braço estratégico do Estado brasileiro em assuntos energéticos, criada para esse propósito e ainda utilizada desta maneira (SOUZA, 2007; MACHADO; 2011; EGLER e MATTOS; 2012).

Esse primeiro capítulo trata sobre os pilares de uma possível geopolítica da Petrobras. Começaremos então falando sobre as geopolíticas do petróleo e do Brasil, passando pela influência de autores clássicos da geopolítica mundial e do pensamento brasileiro. O conceito de circulação é trabalhado ao caracterizarmos os principais modais de comercialização do petróleo em escala global, o transporte por petroleiros e o transportado por *pipelines* e dutos. Nesta seção abordamos também a clássica dicotomia presente na geopolítica entre o poder terrestre e o poder naval. Isto é emendado com a próxima seção que aborda os aspectos geoeconômicos do petróleo, essenciais para a compreensão da dinâmica geopolítica do petróleo. Por fim, trataremos da importância da diplomacia para o tema, através do termo “petrodiplomacia”, demonstrando a importância do petróleo para as relações internacionais.

1.1 Geopolítica do Petróleo

A geopolítica é, antes de tudo, um discurso de poder aplicado sobre o território e os subsequentes conflitos provenientes disto. Não é exatamente uma ciência própria ou um ramo

da Geografia, tal qual a Geografia Política, e sim uma ferramenta de análise da ação estatal sobre o espaço geográfico (COSTA, 2007, p. 22). Sua penetração no imaginário dos acadêmicos e estadistas foi profunda, além dos meios de comunicação. Hoje em dia, a geopolítica é um termo utilizado, de maneira até vaga, como o vocábulo ideal para explicar um entrave entre nações sobre questões de relações internacionais, disputas por áreas de influência, territórios, e outros distúrbios de ordem diplomática (COSTA, 2007, p.18). Em sua origem, contudo, a geopolítica também pode ser definida como uma bússola das estratégias de um determinado autor, cujas ações podem ser materializadas no espaço geográfico e passíveis de serem analisadas pela Geografia e outras ciências. E com isso os autores criaram modelos geoestratégicos para analisar o equilíbrio de poder em escala mundial e apontar, segundo a visão criada por eles, as melhores táticas espaciais a serem adotadas para otimizar a ação geopolítica de um país. (MARTIN, 2018, p.36).

Por muito tempo, a geopolítica foi vista sob a ótica da conquista direta dos territórios pelas grandes potências, ainda mais pela sua origem em um contexto histórico marcado pelo imperialismo europeu e as escaladas que resultaram nas guerras mundiais (MARTIN, 2018, p.37). Atualmente, com a expansão do capitalismo globalizado e a herança da guerra fria da disputa por áreas de influência, a geopolítica do século XXI lida com a capacidade de um ator (normalmente um Estado) em intervir indiretamente em um território para persuadir nas tomadas de decisão a seu respeito. É importante destacar que várias escolas de geopolítica, a brasileira inclusa (ver mais na seção 1.4), floresceram tanto nos setores militares e governamentais como nas universidades, quando não inicialmente nos primeiros para eventualmente serem objetos de estudo da segunda (MARTIN, 2018, p.80)

Da geografia política acadêmica surgem algumas subdivisões. Algumas por modismo dos setores que usam o termo sem discernimento, outras com abordagens epistemológicas e metodológicas bem desenvolvidas. Duas delas são a Geopolítica Energética e a Geopolítica do Petróleo. A primeira analisa a ação dos países na busca pela sua segurança energética, ou seja, que seu setor de Energia possa providenciar as fontes de energia necessárias para suprir a demanda diária de suas sociedades. Isso inclui todas as formas possíveis de energia, desde o carvão mineral, passando pela energia nuclear e chegando até a energia eólica (CONANT; GOLD, 1981, p.21). Estuda também quais fontes de energia são as mais viáveis em termos econômicos, quais estão disponíveis no próprio território, quais necessitam importação do exterior, de quais países precisa-se exportar e como garantir a cooperação deles a fim de atender seus próprios interesses. Assim como a geopolítica clássica, seu método costuma ser enviesado

pelos projetos imperiais das grandes potências. Dentro do seu escopo também se estuda a viabilidade para um país em manter a relação com outros países caso a diplomacia entre eles falhe ou o custo das trocas comerciais envolvidas não tenha compensação financeira. Outro princípio é que uma nação sempre deve buscar balancear sua matriz energética, evitando a dependência de uma única fonte (CONANT; GOLD, 1981, p.18). Dentro da geopolítica energética, o petróleo possui maior destaque entre seus pares.

Conhecido pela humanidade há vários milênios, o petróleo já era utilizado ritualisticamente por povos da Ásia Central (por sinal, uma região que conta com importantes reservas) com o intuito de produzir chamas, uma vez que ele é altamente inflamável (YERGIN, 2011, p. 29). Essa característica química chega a ser poética, considerando seu posterior impacto na economia moderna e na geopolítica mundial. Somente no século XIX suas aplicações na economia moderna foram descobertas pelos estadunidenses, e ele eventualmente superou o óleo de baleia, o carvão mineral e queima de lenha como fonte energética principal da economia mundial (LEITE, 2014, p.138).

Em poucas décadas, ele já estava sendo disputado à sangue e ferro pelas grandes potências europeias nas duas guerras mundiais. Alguns autores argumentam que esses conflitos foram em essência uma busca pelo controle das principais reservas do hidrocarboneto localizadas no Cáucaso e no Oriente Médio, especialmente as campanhas britânicas no *front* da Mesopotâmia contra o Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, além de inaugurar uma tática ainda muito utilizada de associar o controle das fontes de petróleo com a segurança e expansão dos ideais democráticos ocidentais (ENGDAHL, 2007, p.14). O destino geopolítico do petróleo já estava sendo ali traçado e só iria aumentar ao longo do século XX.

Como quase nenhum outro produto na história da humanidade, o petróleo está intimamente ligado a várias concepções quanto ao seu uso. Não se trata de uma mera matéria-prima, mas provavelmente o principal sustentáculo da economia moderna, especialmente após a segunda revolução industrial, onde ela criou uma relação umbilical com outra indústria importante da época e que ainda permanece relevante: a automobilística. Juntas elas moldaram o modo de vida do mundo desenvolvido e lentamente avançaram pelo mundo dentro do contexto da globalização econômica, a despeito do surgimento de outras tecnologias que viessem a superá-la no suprimento energético mundial, algo capaz de modificar todo o cenário geopolítico (CONANT; GOLD, 1981, p. 120). Certamente essa é uma preocupação para os países produtores e as empresas petrolíferas. Um cenário onde o petróleo tenha atingido ou

atingirá em breve o “ápice de sua demanda”⁴. Entretanto, ainda é muito difícil vislumbrar nas próximas décadas um esgotamento ou até mesmo diminuição do seu uso.

Figura 1. Variação Histórica do Preço do Petróleo e Eventos Marcantes. Fonte: Geobau (2007).

Historicamente, o petróleo foi monopolizado por um cartel de empresas europeias e americanas, as denominadas “Sete Irmãs”⁵. Em seu auge, elas controlavam mais de 90% da produção mundial de petróleo, a despeito das principais reservas mundiais ficarem em territórios longe de suas sedes nacionais (Embora, como veremos no próximo capítulo, os Estados Unidos sejam também um grande produtor, mas sua demanda interna é de tamanha quantidade que buscar fontes extras no exterior é necessário). Elas foram responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico das principais técnicas de extração, refino e distribuição, um

⁴ “Peak oil demand” – termo original em inglês, bastante utilizado em cenários onde o petróleo entrará em breve decadência como principal componente da matriz energética mundial, dando lugar a novas tecnologias mais eficientes e ecologicamente sustentáveis

⁵ As setes irmãs eram: Esso, Socony, Texaco, Socal, Gulf Oil (EUA), Royal Dutch Shell (Anglo-holandesa) e a Anglo-Persian Oil (Britânica). As empresas americanas eram anteriormente uma única empresa, a Standard Oil, que foi fragmentada em quatro empresas devido as leis anti-truste dos Estados Unidos em 1911. O termo foi criado para criticar o controle mercadológico das empresas das principais reservas mundiais, principalmente no Oriente Médio. Atualmente, após fusões e aquisições, elas foram reduzidas para 4 empresas: a ExxonMobil, Chevron, Shell e BP. Embora ainda grandes empresas do setor, não possuem mais o monopólio quase absoluto de outrora e competem com as empresas estatais e semi-estatais dos países produtores

knowhow que ainda lhes garantiria um papel essencial nas próximas décadas. Um reflexo da configuração econômica da época, onde a expansão imperialista do final do século XIX e primeira metade do século XX desencadeou esse controle quase absoluto (MADUREIRA, 2014, p. 72).

Estava aí estabelecido o paradigma então dominante na cadeia produtiva do petróleo: Os países consumidores determinavam todas as etapas, “da boca ao poço”, como é usual utilizar no jargão da indústria. Isso foi modificado com a ascensão de um viés nacionalista no setor a partir da década de 1950, por alguns denominado de nacionalismo energético, tendo figuras como o presidente egípcio Gamel Abdel Nasser como um de seus principais expoentes⁶. Neste contexto surgem os cartéis dos países produtores, como a OPEP, e ocorrem os choques do petróleo da década de 1970. O legado desses eventos modificou o paradigma da geopolítica do petróleo. A partir desse momento, o nacionalismo passou a ser uma variável importante na indústria do petróleo, reforçando uma tendência latente desde os anos 1920 e 1930, período de inauguração de diversas companhias estatais de petróleo nas regiões subdesenvolvidas. O petróleo passou a ser visto como a principal riqueza para os países produtores e sua principal oportunidade de financiar seu próprio crescimento econômico, social e tecnológico. A maioria das reservas de petróleo passaram a serem controladas pelos governos nacionais e esses também dominaram a parte *upstream* de sua cadeia produtiva (MADUREIRA, 2014, p.87).

Os países desenvolvidos precisaram revisar sua estratégia comercial e diplomática para lidar com o novo cenário. Alianças foram realizadas com países produtores, a mais famosa delas entre a monarquia saudita e os EUA. Um objetivo concomitante para esse grupo de países passou a ser o investimento em fontes de energias alternativas para mitigar a dependência do petróleo. Assim, seria possível garantir sua segurança energética sem precisar comprometer a política externa do país com situações geopolíticas desconfortáveis para o a nação (CONANT; GOLD, 1981, p.123).

Acabar com a dependência do petróleo é uma grande ambição geopolítica para este grupo de países, o que certamente prejudicaria os países produtores, aflitos com o cenário onde perderiam seus principais mercados. Porém, ainda não se chegou no ocaso do petróleo na matriz

⁶ O maior legado do Nacionalismo Energético de Nasser foi a legalização do Canal de Suez, crucial para a rota dos navios petroleiros. O fato desencadeou uma guerra entre o Egito e uma coalização formada por Reino Unido, França e Israel. O conflito durou apenas uma semana, com vitória das potências ocidentais. Mesmo perdendo no campo de batalha, Nasser saiu vitorioso do conflito em termos políticos, pois obteve apoio das duas superpotências da Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética, para consolidar a nacionalização do Canal.

energética mundial. Isso pode ser representado na seguinte fala de Amil Nasser, presidente da companhia de petróleo saudita, a SaudiAramco⁷, desconsiderou os cenários mais pessimistas em uma conferência realizada em Houston no mês de março do ano de 2018: “Eu não estou perdendo meu sono acerca de ápice da demanda de petróleo ou recursos escassos. Petróleo e gás continuarão a desempenhar um papel significativo em um futuro próximo onde todas as fontes de energia serão necessárias”⁸. Sua fala, ainda mais vinda de um representante de um país cuja força geopolítica provém da dependência mundial pelo petróleo, poderia representar uma artimanha retórica para conservar o cenário atual, extremamente vantajoso a sua companhia e seu país.

Porém, ele leva em consideração alguns fatos que ressoam com a realidade: a diferença tecnológica entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento (ou seja, que novas tecnologias demorarão a serem implementadas na mesma escala e velocidade que as tecnologias feitas a partir de petróleo o são), capilaridade das outras fontes de energia (onde o petróleo leva vantagem graças a sua vasta rede de distribuição comercial pelo mundo) e a competição entre as empresas (onde as empresas de petróleo tem mais *lobby*). Essa posição é compartilhada pela ExxonMobil - multinacional estadunidense e gigante do setor privado - que prevê um aumento contínuo da demanda por petróleo globalmente até 2040 (ExxonMobil, 2018). Ou seja, o petróleo continuará sendo relevante para a geopolítica mundial, pelo menos pelas próximas décadas. Enquanto esse domínio perdurar, toda geopolítica nacional precisará elaborar uma estratégia em relação ao petróleo, seja o aumento de sua produção para a exportação ou o uso planejado para aproveitar ao máximo suas reservas (PERIARD, LOSEKANN, 2012, p. 140).

A análise geopolítica do petróleo costuma mostrar um viés ocidental, dividindo o mundo em dois grupos: os países produtores e os países consumidores, em uma dicotomia dialética semelhante a outras propostas de regionalização do espaço mundial como norte e sul, desenvolvidos e subdesenvolvidos ou grandes potências e áreas de influência. Ela ganhou força após o primeiro choque do petróleo em 1973, quando os centros acadêmicos dos Estados Unidos começaram a levar em consideração os fatores políticos na produção e circulação da matéria-prima, dando origem assim a uma geopolítica do petróleo. Aqui, podemos destacar o seminal livro dos militares estadunidenses Melvin Conant e Fern Gold, simplesmente batizado

⁷ Segundo estimativas da Agência Internacional de Energia, a SaudiAramco é a empresa de petróleo com a maior produção de petróleo do mundo, além de ser quem extrai o barril do poço ao menor custo, cerca de US\$4

⁸ Visto em PARASKOVA, Tsvetana (2019). Disponível em: <https://www.eurasiareview.com/25012019-saudi-arabia-well-pump-the-worlds-very-last-barrel-of-oil-analysis/>

“A Geopolítica Energética”, que possui um caráter de manual de instruções para os gestores políticos do país (CONANT; GOLD, 1981, p. 144). Claramente influenciado pelo contexto dos dois choques do petróleo, eles traçam os parâmetros fundamentais para a garantia da segurança energética dos países, com enfoque para as grandes potências.

O primeiro parâmetro é o acesso. Ele lida com a garantia de que um país possua acesso direto ou indireto a uma fonte de energia, dentro ou fora do seu território. Tal acesso pode ser assegurado através de relações diplomáticas, laços comerciais e ligações intrínsecas entre integrantes do Estado e das empresas privadas. O segundo parâmetro é a continuidade. Não basta ter acesso à fonte de energia, mas também ser possível manter um fluxo constante entre ela e as indústrias, o que é assegurado pela distribuição e circulação (ver mais na seção 1.2 deste capítulo) da fonte de energia. Por fim, como terceiro parâmetro temos o preço. Esse é o parâmetro que determina a viabilidade econômica de toda a operação, pois se o preço não estiver em um patamar que permita a sustentação de toda a geoeconomia logística da cadeia produtiva da rede de petróleo, toda a estrutura fica comprometida. É fundamental estabelecer uma rede energética a um preço o mais baixo possível, tornando-a competitiva no mercado global de energia (CONANT; GOLD, 1981, p. 20).

Em suma, o essencial para a política energética das grandes potências é ter um acesso contínuo as fontes de energia a um preço viável. Obtendo sucesso nesses três quesitos, Conant e Gold defendem ser possível então uma grande potência ter o controle sobre sua segurança energética, um de seus, senão o principal, objetivo geopolítico estratégico. Os próprios autores também defendem que como o petróleo é a principal fonte de energia do mundo, toda geopolítica energética deve começar com a priorização deste.

Para os países produtores, a lógica é diametralmente oposta, embora alguns também busquem atender esses mesmo parâmetros para se inserirem no mercado global, extremamente competitivo. Pois além de outros países produtores de petróleo, uma preocupação crescente desses países é o surgimento de outras fontes de energia e tecnologia concorrentes ao petróleo. Conant e Gold citam como exemplo o temor durante as décadas de 1970 e 1980 de que a energia nuclear pudesse superar os hidrocarbonetos como principal matriz energética do mundo nas futuras décadas, o que acabou não se concretizando e não deverá acontecer⁹. Existe um interesse

⁹ Os riscos e a ocorrência de acidentes nucleares em larga escala, como o de Chernobyl na Ucrânia em 1985 e o de Fukushima no Japão em 2011, desestimularam vários países de expandir suas usinas nucleares. Em alguns casos, como a Alemanha, a de fechar completamente seu parque industrial. Os tratados de não-proliferação nuclear,

por parte dessas nações em manter o petróleo no posto que se encontra atualmente, até para elas terem assegurados sua posição privilegiada dentro da geopolítica de petróleo, em contraste com outras potências que adorariam um cenário onde o petróleo não tivesse o peso e a importância que possui atualmente (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 39). Elas não podem trabalhar, entretanto, somente com conjecturas, e por isso cada país elabora sua própria estratégia para melhorar ou manter seu posicionamento atual (como veremos no segundo capítulo).

Nessa distinção entre os interesses dos dois grupos de países, temos uma nítida relação de assimetria de interesses, um fator complicador, mas que sem dúvidas é hoje o principal paradigma da geopolítica de petróleo. É ele que torna o petróleo, mais do que qualquer outra *commoditie* ou fonte de energia como “geopolitizado” (Brito et al., 2012, p. 27). Essa complexidade torna muito difícil para os governos traçarem uma política energética segura, pois muitas vezes seus interesses podem não estar de acordo com os de países com maior poder de influência na questão, forçando-os a adotarem posturas mais adaptativas e planos maleáveis no curto prazo, mas, principalmente, a elaboração de planos alternativos e não focar em apenas uma estratégia (BRITO et al, 2012, p. 38).

Ainda temos a questão militar. Os exércitos são os maiores interessados em possuir grandes reservas de petróleo e seu acesso a elas por razões operacionais e logísticas. A guerra moderna, considerada assim normalmente após a Primeira Guerra Mundial, foi um dos eventos que mais demandou o uso de petróleo. Um dos momentos chave para isso foi quando o então Primeiro-Lorde do Almirantado britânico, ninguém menos do que Winston Churchill, decidiu que os navios da marinha britânica deveriam ser movidos a petróleo, substituindo o carvão. Logo, outros países seguiram a tática britânica, e a corrida pelo petróleo aumentou as tensões entre as potências mundiais (ENGDAHL, 2007, p. 5). Caminhões para levar suprimentos as tropas e permitir seu avanço mais rápido, bem como o surgimento do tanque e da aviação, invenções aperfeiçoadas na Segunda Guerra Mundial, onde mais explicitamente as disputas pelo petróleo influenciaram mais diretamente na estratégia dos países beligerantes¹⁰. Sustentar suas máquinas de guerra continua sendo uma motivação para as grandes potências garantirem seu abastecimento de petróleo. Assim resume Sébille-Lopez sobre este ponto:

para evitar que mais países adquiram a tecnologia de construir uma bomba atômica, também pesa nessa questão, constantemente sendo escrutinada em órgãos como as Nações Unidas.

¹⁰ O Império Japonês ataca os Estados Unidos devido a um bloqueio promovido por este as fontes de petróleo no sudeste asiático, por sua vez motivado pelas ações expansionistas japonesas. O exemplo mais famoso, porém, fora a Operação Barbarossa, a invasão da Alemanha nazista a União Soviética, cuja uma das metas principais era conquistar o petróleo do Cáucaso para sustentar a máquina de guerra alemã.

Se o petróleo realmente serve para a manutenção das capacidades operacionais dos exércitos e, em último recurso, para fazer a guerra, também se pode transformar numa arma e num meio de pressão para tentar evitar conflitos. (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 14)

A priori, não é interessante para nenhum lado entrar abertamente em um conflito armado, pelo desgaste com a sociedade, a perda de vida humana e o gasto de recursos financeiros e materiais. Porém, esta não necessariamente é uma preocupação levada em consideração por todos os gestores políticos do mundo. Muitas vezes, a necessidade de propulsionar a economia em um crescimento constante precipita a tomada decisões errôneas neste aspecto. Isso quando estas não são propositais, de acordo com o interesse dos atores envolvidos. Este pode ser iniciar uma guerra que garanta o acesso a fontes de petróleo, controlar as reservas para financiar seu projeto de perpetuação no poder e prejudicar uma nação inimiga (SÉBILLE-LOPEZ, 2005, p.15). A geopolítica do petróleo não é um jogo justo onde os países seguem as regras. É possivelmente a mais repugnante utilização de práticas geopolíticas a fim da obtenção de objetivos geoestratégicos essenciais de curto a longo prazo.

O consenso entre os autores é que a diversificação tecnológica é sempre a melhor solução para reduzir a dependência de uma única fonte de energia. Ainda mais quanto tal fonte é o petróleo com sua complexa geopolítica (CONAT e GOLD, 1981, p. 37). Entretanto, o vício no ouro negro é uma constante de complicada superação. Tentativas e projeções são feitas a todo instante, algumas delas como o *shale oil* estadunidense e o próprio etanol brasileiro encontraram sucesso relativo em iniciar um processo de transição energética. A energia solar é constantemente uma esperança. Durante os anos 1980, a energia nuclear era a principal aposta para superar o petróleo, tragicamente abandonada após Chernobyl. Há quem aposte nas energias renováveis, como a eólica e na ascensão de carros movidos a baterias elétricas. Ainda assim, os cenários mais otimistas dessas alternativas ainda não vislumbram uma superação do petróleo nas próximas décadas, o que o manterá relevante até lá.

1.2 Circulação do Petróleo: Os Modais de Distribuição

A distribuição do petróleo pelo mercado mundial é feita através dos modais de transporte, notoriamente pelos navios petroleiros na modalidade naval e pelos oleodutos na modalidade de dutos. O controle desses meios de transporte é muitas vezes tão ou mais importante do que possuir as maiores reservas ou mesmo a melhor capacidade de refino

(MONIÉ, 2012, p. 238). São os modais que viabilizam toda a dinâmica geopolítica e geoeconômica do hidrocarboneto.

Enquanto os países produtores dominam as etapas de E&P do petróleo, a distribuição e o fluxo normalmente estão sob a gerência das grandes empresas privadas do setor. É comum um país somente dar início a exploração de um reservatório quando obtém um contrato com uma empresa capaz de garantir o transporte do petróleo bruto extraído (TOLMASQUIM, 2011, p. 12). Idealmente, por razões geográficas, as refinarias devem estar perto dos locais de E&P, embora isto não seja a norma predominante nos países produtores devido ao domínio tecnológico das empresas privadas. Diz-se de uma empresa que domina todas as etapas da indústria petrolífera que ela controla o petróleo “do poço a boca” (como a própria Petrobras o faz em peças publicitárias), uma configuração raramente obtida por uma empresa de forma totalmente independente. Mesmo quando extração e refino estão localizadas próximas umas das outras, a última etapa dessa cadeia, *downstream*, exige uma infraestrutura de circulação mais desenvolvida na escala global, capaz de conectar os vários fixos espalhados e criando fluxos contínuos de petróleo bruto ou seus produtos derivados para suprir uma enorme demanda (AIE, 2018).

Eis então a importância dos modais de transporte, engrenagem essencial de toda essa estrutura produtiva. Especialmente temos uma rede bem difundida por todo o globo, garantindo o acesso aos locais de produção, a continuidade desse abastecimento, a um preço viável para o andamento da economia globalizada. É o transporte que garante o fluxo contínuo e abastecimento pontual da *commoditie* nos mais diversos pontos do planeta. Os dois principais modais para a indústria do petróleo são o naval e os de dutos (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p.43), o primeiro feito majoritariamente pelos chamados navios petroleiros e o segundo pelos oleodutos e gasodutos¹¹. Por trás de sua configuração material e importância econômica, podemos identificar a manifestação de alguns discursos geopolíticos clássicos, e também como eles podem influenciar os países em suas políticas em relação ao petróleo e a garantia de possuí-lo. Especialmente porque elas visam a elaboração de estratégias para a dominação das fontes de petróleo como parte de uma estratégia mais ampla de soberania energética e hegemonia econômica (BRITO et al, 2012, p. 29). Vejamos então como os modais de transporte se encaixam nesse contexto.

¹¹ Os oleodutos transportam petróleo e os gasodutos transportam gás natural, conforme o nome de ambos indica. Como em várias jazidas é possível encontrar os dois hidrocarbonetos, é comum que suas redes de distribuição sejam entrelaçadas.

1.2.1 Transporte Naval

Responsável por cerca de dois terços do transporte total de petróleo mundial, o transporte naval é imprescindível para a circulação do petróleo. Existem dois tipos de navios petroleiros a serviço das grandes companhias de petróleo: os transportadores de petróleo cru, de maior porte para carregar o maior volume possível, destinados a levar o petróleo extraído das jazidas até as refinarias. Esse navio normalmente atende os fluxos com origem nos países produtores até as refinarias dos países consumidores, fazendo as maiores rotas internacionais (SÉBILLE-LOPEZ, 2005, p. 43). O segundo tipo de navio é voltado para a distribuição dos derivados obtidos após o refino e com destino a comercialização. Possuem menor porte e costumam realizar apenas o serviço de cabotagem nas costas, restringindo-se ao comércio interno. Sua importância estratégica reside, portanto, em sua função de ser a habilitadora do funcionamento da rede comercial do petróleo.

Considerado o mais eficiente para a distribuição do petróleo e responsável pelo grosso do volume comercializado, o transporte naval já era apontado como o método mais importante em termos geopolíticos por diversos autores, notoriamente o almirante estadunidense Alfred Mahan do século XIX. Ele concebia os oceanos como o espaço de comércio por excelência, e as atividades marítimas como base do desenvolvimento de uma nação. Sendo assim, ele valorizava três elementos principais para asserção do poder marítimo: a produção, a navegação e as colônias (COSTA, 2007, p. 71). O primeiro aborda toda a produção gerada por um país e o segundo sua capacidade de comercializá-los através dos oceanos. O terceiro elemento, as colônias seriam os pontos no espaço onde as trocas comerciais poderiam ser efetuadas, concedendo a elas tanto uma importância econômica como estratégica, formando assim uma verdadeira rede de pontos que possibilitam a um país a projeção do seu poder marítimo e, por consequência, uma extensão da sua força enquanto potência, ou seja, o poder marítimo é basilar para a constituição de uma nação como grande potência detentora de poder no sistema mundial, construindo assim uma verdadeira talassocracia. As ideias de Mahan foram influentes nas decisões geoestratégicas dos EUA desde então, e o poder marítimo nos setores comerciais e militar são a pedra angular da geopolítica norte-americana (COSTA, 2007, p.75).

Transmitindo esses conceitos para o transporte naval do petróleo, podemos identificar uma lógica similar, onde temos a produção em larga do petróleo bruto, sua comercialização efetuada pelos navios petroleiros e os pontos onde o petróleo bruto e os derivados são comercializados. Essas ações são realizadas pelas grandes empresas petrolíferas dos Estados

Unidos, uma aplicação prática dos princípios de Mahan que influenciaram a geoestratégia norte-americana no século XX e ainda tem um peso muito grande na política externa e comercial da maior potência mundial. Posição geográfica e localização são fatores fundamentais da teoria de Mahan. Esses conceitos encaixam em outro aspecto chave do transporte naval: as rotas marítimas e os fluxos do petróleo pelos oceanos (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 46). E os pontos mais estratégicos aqui são certamente os estreitos marítimos, também denominados “*choke points*”.¹²

Os estreitos marítimos são vitais para que os fluxos petrolíferos circulem pelo globo e mantenham a continuidade destes. Para isto, é necessário que eles sejam mantidos abertos e desbloqueados, garantindo a circulação. Enquanto os oceanos são vastos em extensão, esses estreitos afunilam o percurso. E frequentemente, eles estão inseridos nas rotas mais rápidas. Isso quando não são a única rota possível. Diversas vezes na história, ainda mais em períodos de conflitos militares, o controle desses estreitos norteou a estratégia principal de diversas nações, como a Inglaterra em ambas guerras mundiais com o estreito de Gibraltar e o Canal de Suez (YERGIN, 2011, p. 165). O evento mais famoso foi o segundo choque do petróleo, provocado pelo fechamento do estreito de Ormuz em 1979 pelo Irã em retaliação a tentativas de intervenção estrangeira em seus processos políticos à época¹³.

Figura 2. Mapa das principais rotas marítimas de petróleo e principais choke points mundiais. Fonte: EIA, 2013.

¹² Pontos de estrangulamentos, em uma tradução literal. São locais onde o oceano fica afunilado entre duas extensões terrestres, tornando os navios vulneráveis a bloqueios marítimos, cerrando assim os fluxos comerciais.

¹³ Até 1979, o Irã era governado por um monarca simpático aos Estados Unidos, fornecendo petróleo sem interrupções. Ele foi derrubado por uma revolução de caráter fundamentalista e antiocidental. Desde então, a relação entre os dois países é tensa.

Evitar repetir situações como esta é uma das prioridades dos países consumidores. Por isso, os estreitos são extensamente vigiados pelas marinhas de guerra e assunto prioritário em encontro diplomáticos, visando construir alianças e costurar acordos que mantenham sua abertura sem riscos de fechamento. As grandes potências buscam exercer influência, direta ou indiretamente, para ter um controle mais firme deles, sendo mais um ponto de litígio entre elas e os outros países. É prática comum enviar encouraçados e até mesmo porta-aviões para patrulhar esses *choke points*. Desta forma, é uma preocupação a menos em sua segurança energética, com um bônus da utilização de sua cara frota militar, justificando os bilhões gastos em sua manutenção e expansão e fazendo uma conveniente projeção de poder.

Vale salientar que nos casos onde a exploração e produção do petróleo ocorrem na plataforma continental de um país (ou seja, no meio de seu território marítimo), o transporte naval é a opção preferível para efetuar o transporte do volume extraído das camadas geológicas mais profundas do setor *offshore*. E também cria uma demanda real para a proteção militar, através tanto da construção de navios de guerra, submarinos e aeronáutica, bem como no emprego de satélites e radares para o monitoramento. Certamente, nem todo país no mundo tem condições de arcar com os custos deste empreendimento. Quando isto não é possível, a diplomacia e a dissuasão são os instrumentos mais utilizados, seja para garantir nenhum ataque inimigo ou a proteção de um país forte militarmente (PAIVA, 2012, p.324).

Mesmo quando a nação cujo território não está envolvido diretamente em conflitos militares ou não tem um grande rival geopolítico que possa ameaça-lo, sempre existem perigos nos oceanos como ações de agentes privados, espionagem industrial e pirataria. A própria marinha brasileira lista esses motivos para justificar o aumento da vigilância de áreas de interesse do Brasil, como o Atlântico Sul, por onde passam as principais rotas comerciais marítimas brasileiras e onde estão localizadas as principais jazidas de petróleo do Brasil (PAIVA, 2012, p. 329).

As grandes plataformas de petróleo no oceano são pontos claros na rede, requerendo tanto os navios mercantes para efetuar o comércio como da própria marinha local para garantir sua segurança e proteção, seja de nações inimigas ou da pirataria e outras ações promovidas por agentes privados. Essa é a situação do Brasil com suas plataformas exploratórias, sendo esse mais um fator para justificar uma preocupação brasileira com a defesa do seu litoral e território oceânico. Considerando os preceitos de Mahan e a importância do transporte naval para a cadeia produtiva do petróleo, é mister presumir que um país com volumosas reservas de petróleo

abaixo de seu oceano, e que potencialmente pretenda utilizar elas com propósitos estratégicos, elabore um plano de ação em conjunto com a sociedade e os setores militares para o melhor uso desta reserva de petróleo, ainda mais considerando o nível de dificuldade técnica em executar tal tarefa. Mahan afirmou uma integração orgânica do mar com o povo era preciso para seu desenvolvimento, não somente sua potencialidade. Muitos autores debateram a vocação natural brasileiras para o oceano, assim como a falta de sua plena realização que nem foi com os EUA (COSTA, 2008, p.216). Por enquanto, vamos seguir para o outro modal de transporte relevante do petróleo, e revisitar um autor constantemente comparado com o almirante.

1.2.2 Transporte por Dutos

Embora não tenha o mesmo peso que o transporte marítimo, o transporte terrestre está longe de possuir um papel periférico na circulação do petróleo e seus derivados pelo planeta. Em realidade, considerando que o naval tem como função primordial transportar o petróleo cru para as refinarias, os meios de transporte terrestre como os modais ferroviário e rodoviário garantem, graças a sua maior penetração no interior dos territórios, o abastecimento nos locais de venda do mercado interno. Entretanto, em escala global, os dutos são aqueles com as maiores implicações geopolíticas devido a sua conjunção com outras disputas geopolíticas (BANDEIRA, 2014, p.66). Ao mesmo tempo que engendra configurações de circulação essenciais para a integração territorial, provocam o afloramento de disputas entre grupos políticos e países. Essa realidade é evidenciada quando se analisa os locais por onde passam os principais oleodutos do mundo e a vasta rede internacional construída com o propósito de transportar o hidrocarboneto (BANDEIRA, 2014, p.66).

Apesar de serem mais utilizados para o gás natural, os dutos também têm sua relevância para a exportação do petróleo, particularmente dentro da Eurásia, em oposição a preferência marítima para o abastecimento dos EUA, isolados geograficamente da grande massa terrestre eurasiática. Daí a relevância de regiões como a Ásia Central e o Oriente Médio, de onde muitos desses dutos são construídos ou passam por seus territórios. Devido ao peso geopolítico embutido nos hidrocarbonetos, essas regiões ganham papel central nas questões geopolíticas e são consideradas como cruciais nas teorias de disputa global de poder (BANDEIRA, 2013, p. 67). Se no transporte marítimo Mahan é o expoente clássico, aqui mencionamos seu equivalente terrestre, o britânico Harold Mackinder e seu conceito mais famoso, a área-pivô (ou terra-

coração, do original *heartland*). Por motivos de simplificação, adotaremos o termo “*heartland*” nos próximos parágrafos e no restante da dissertação.

A premissa de Mackinder é que o poder terrestre iria verdadeiramente controlar a balança do poder mundial, dotando as grandes massas continentais de influência suficiente para dominar o restante do globo. Um de seus argumentos era que haviam sido findadas as descobertas de novos territórios através da expansão marítima (que ele designa como período Colombiano). O trecho mais conhecido e polêmico de sua obra exemplifica sua exaltação das grandes porções terrestres na disputa hegemônica global: “Quem governa a Europa Oriental, comanda o *Heartland*. Quem governa o *Heartland*, comanda a *World-Island*. Quem governa a *World-Island*, comanda o Mundo” (MACKINDER, 1919 apud MELLO, 1999, p.56). Cercada de contradições e alguns aspectos datados, nosso foco é somente em algumas de suas ideias. Sua análise ainda hoje é reverenciada devido a noção de fazer uma análise realmente global da ação geopolítica das nações, e como isso moldou a história do mundo. O primordial de sua teoria para nosso trabalho é a importância estratégica que ele identifica na Eurásia, muito devido a sua riqueza em recursos naturais, mas também ao papel secundário, praticamente terciário da América do Sul em relação à geopolítica mundial (MELLO, 1999, p. 40).

O *heartland* de Mackinder consiste numa vasta extensão territorial na Eurásia que passa pelas estepes da Ásia Central, indo da Europa Oriental até o Oceano Pacífico. Essa área é delimitada por desertos, montanhas e oceanos gelados. Seus rios têm drenagem endorreica ou desaguam no Oceano Ártico (MACKINDER, 1904, p.4). Portanto, é um território virtualmente impenetrável no sentido militar¹⁴. Além disso, Mackinder aponta como essa área é autossuficiente em fontes de energia, reservas minerais e solos férteis para sustentar uma grande população. Em suma, a *heartland* é uma área autossustentável, imune a invasões estrangeiras e riquíssima em recursos naturais (MACKINDER, 1904, p.6). Com isso, as nações dentro do *heartland* teriam vantagem em relação as que ficam ao seu redor, numa área denominada *inner crescent*, embora autores posteriores como Spykman a chamem de *rimland* ou anel periférico (MELLO, 1999, p.98).

¹⁴ Devemos levar em consideração a tecnologia disponível a época da elaboração da teoria, uma vez que Mackinder não teria como em 1904 levar em consideração o poder aéreo. Entretanto, o próprio Mackinder alerta que as mudanças tecnológicas podem modificar as teorias geopolíticas, como as dele próprio.

Figura 3. Cartograma da Teoria da "Área-Pivo" de Mackinder. Fonte: MACKINDER, Harold. *The Geographic Pivot in Human History*, 1904.

Essa teoria foi aprimorada por Mackinder durante os eventos históricos relevantes de seu tempo, como as guerras mundiais. Suas teorias ajudaram a redesenhar o mapa europeu na década de 1920, através da criação do “cordão sanitário” na Europa Oriental, afastando Alemanha e Rússia¹⁵ (MELLO, 1999, p.67). Após sua morte outros autores a usaram como base para o desenvolvimento da geoestratégia de seus países¹⁶. Passando essa análise para o momento contemporâneo, vejamos onde ainda podemos a aplicar e apontar sua influência. Enquanto o poder marítimo favorece os Estados Unidos, o poder terrestre favorece outras potências como a Rússia e a China (visto que seu litoral é cercado por bases militares dos Estados Unidos como estratégia de contenção), tanto como o meio para o desenvolvimento como uma alternativa a força naval estadunidense. Costuma-se falar na dicotomia antagônica entre as potências terrestres e as potências navais (o Urso contra a Baleia), mas parece que o

¹⁵ Mackinder postulou que uma aliança entre Alemanha e Rússia, ou o domínio de um pelo outro, causaria a emergência de um poder capaz de superar o poderio britânico nos oceanos. Daí o interesse em manter os dois isolados e também a origem do supracitado trecho de “Ideias Realistas”.

¹⁶ O próprio Spykman, geopolítico estadunidense, usa como base para elaborar uma estratégia de contenção a União Soviética durante a Guerra Fria, argumentando que a heartland não é a área mais vantajosa para a dominação global, pois pode ser contida pelo *rimland*, que controla o acesso aos oceanos e as rotas marítimas, fazendo eco com Mahan. O geógrafo russo Aleksander Dugin também retoma os conceitos de Mackinder em sua proposta eurásiana.

caso seriam as potências do *heartland* contra as das áreas marginais. Uma associação mais sólida entre Rússia e China, como na primeira fase da Guerra Fria, ante ao bloco ocidental encabeçado pela OTAN e OCDE, liderada pelos Estados Unidos e países europeus, reacende um conflito em escala global nos moldes do *heartland* de Mackinder. Entre os dois, estão os países da OPEP, em uma encruzilhada para decidir para qual lado pender. Há um bloco que prefere se alinhar mais ao ocidente, liderados pela Arábia Saudita, e a oposição do bloco do Irã, este tendendo mais a parceria sino-russa devido ao antagonismo dos EUA, o que poderia produzir uma “segunda guerra fria” (BANDEIRA, 2014. P. 287)

Um fato não pode ser ignorado: coincidentemente ou não, todas as três potências citadas neste parágrafo possuem interesses geopolíticos nítidos dentro do *heartland*. A maioria desses interesses envolvem petróleo e os oleodutos. Por essa razão, é possível correlacionar a teoria do *heartland* com a geopolítica energética (BANDEIRA, 2014, p.30). A riqueza mineral e energética dessa área é alvo de enorme cobiça mundial. Um geógrafo clássico como Ratzel, provavelmente faria a comparação dessa rede de dutos com a de uma grande bacia hidrográfica fornecendo água para uma sociedade e as artérias e veias do corpo humano transportando sangue. Em suma, se a economia mundial fosse um ser vivo, seu sangue seria feito de petróleo. Tal metáfora encaixa quase poeticamente com o termo “terra-coração”.

A China deseja torna-la parte de sua esfera de influência econômica através de seus megaprojetos de infraestrutura e viabilizar seu contínuo crescimento econômico. A Rússia vê ela como parte natural de sua área de influência e destino-manifesto na Eurásia (DUGIN, 2014, p. 25). Os Estados Unidos almejam controlar as rotas dos gasodutos de modo a serem adequadas a seus interesses, bem como atrapalhar as geoestratégias chinesa e russa. União Europeia e a Índia são atores ativos neste jogo, observando quais os são rumos tomados e buscando adaptar suas alianças conforme a conveniência para sua própria geoestratégia, onde o gás natural também é um elemento chave (SANTOS, 2002, p.202). Aliados naturais não necessariamente convergem na geopolítica do petróleo, tornando ela ainda mais imprevisível. Pesa também o desequilíbrio de poder intrínseco a ela. Embora as empresas estatais controlem a maior parte das reservas, o investimento privado é necessário no setor de transporte e circulação, onde os *pipelines* ganham destaque. A circulação do petróleo e do gás natural foi a base material para a integração espacial da Eurásia e sua inserção completa na economia globalizada após o fim da antiga ordem bipolar. O território por onde eles passam, porém, providencia mais força ainda aos países produtores, especialmente na Eurásia, base do *heartland* (MONIÉ, 2012, p. 241).

Figura 4. Mapa de Oleodutos e Gasodutos da Ásia Central. Fonte: National Geographic.

Em escala internacional, o oleoduto tem a capacidade de tornar qualquer território nacional com grande valor geoestratégico pela sua simples localização, mesmo que não seja rico em reservas de petróleo. Seu valor pode estar em sua própria localização geográfica (MONIÉ, 2012, p. 243). Os projetos de oleodutos, em suas concepções, consideram os países por onde a tubulação passará, e podem ter seus projetos mudados no caso uma determinada rota passar por um país em situação política instável ou que não aceite cooperar nos patamares financeiros propostos. É o caso da Síria, por exemplo, raro país do Oriente Médio sem reservas notáveis, mas bem localizado entre os países produtores da região e o Mar Mediterrâneo, fazendo dele uma potencial rota para os países da Europa Ocidental, onde alguns dos maiores consumidores do produto estão localizados. Vale lembrar que, por coincidência ou não, o país passa por uma sanguinolenta e destrutiva guerra civil desde 2011.

As redes formadas pelos oleodutos não são, portanto, qualquer tipo de rede. Possuem peculiaridades e nuances próprias, todas de uma maneira ou outra moldadas por razões geopolíticas. Principalmente na Eurásia elas são uma manifestação do poder terrestre e sua abrangência na dinâmica de circulação dos hidrocarbonetos. Entretanto, não basta a análise geopolítica para compreender sua dinâmica. Falamos brevemente sobre a rede de oleodutos da Eurásia, mas a rede de oleodutos da América do Norte, que transporta petróleo do norte do

Canadá e do Golfo do México até as regiões urbano-industriais dos Estados Unidos, possui maior complexidade nodal, embora com menos problemas e distúrbios geopolíticos que possam atrapalhar seu fluxo. Quanto maior a complexidade nodal, maior o controle do território pelo Estado, garantindo assim sua força geopolítica, ainda mais na questão energética (RAFFESTIN, 1991, p.173). Contudo, é preciso considerar também os aspectos geoeconômicos.

1.3 A Geoeconomia do Petróleo

Até aqui temos priorizado os aspectos geopolíticos do petróleo, os “90%” citados por Yergin. Agora, trataremos dos “10%” restantes, os aspectos econômicos e geoeconômicos. Assim como a geopolítica, a geoeconomia é essencial para entender os impactos no espaço geográfico que a indústria petrolífera provocou no sistema econômico global. A Geoeconomia como ramo do conhecimento geográficos ganhou força nas escolas estadunidenses e alemãs durante a primeira metade do século XX, com destaque para autores como Von Thunen e Christaller. A escola francesa com Perroux também contribuiu para a evolução desta análise geográfica, principalmente com conceitos como “localização geoeconômica” (EGLER, MATTOS, 2012, p.82).

Após o fim da Guerra Fria acreditava-se que a geopolítica tornar-se-ia obsoleta e daria lugar a geoeconomia. A mesma lógica que antes servia aos interesses estratégicos e militares, atenderia agora os interesses do comércio multilateral e os setores financeiros da economia. Enquanto a geopolítica é dos Estados, a geoeconomia é o seu equivalente para o mercado (EGLER, MATTOS, 2012, p.87). Contudo, ambas podem ser utilizadas de maneira simultâneas pelo conjunto de autores envolvidos. Embora é comum criar uma dicotomia antagônica entre elas, David Harvey e outros autores apontam como seus interesses são mútuos e ambas agem em conjunto. Sobre a associação entre as duas categorias, Egler e Mattos afirmam:

De um lado tem-se uma ferramenta de análise que permite interpretar o espaço econômico a partir da lógica da acumulação; de outro, é instrumento do Estado para aumentar seu poder estratégico diante da acirrada concorrência global por mercados. Tanto Geopolítica quanto Geoeconomia partem de determinada concepção estratégica de poder. Entretanto, se a primeira foca suas atenções no controle tático dos lugares, a Geoeconomia atua na projeção logística das redes. (EGLER; MATTOS, 2012, p.87)

Em termos geoeconômicos, o conceito de rede auxilia na explicação da configuração e infraestrutura dos oleodutos no espaço geográfico. Dois autores explicam essa dinâmica:

Corrêa, ao tratar do conceito de rede no contexto geral da geografia e suas aplicações para a geoeconomia (CORRÊA, 2007, p.31). Já Egler e Mattos utilizam os conceitos geoeconômicos na análise da geopolítica do petróleo e suas relações de poder no território (EGLER; MATTOS, 2012, p. 88). Corrêa nos aponta que uma rede geográfica, para se constituída como tal, necessita de pontos no espaço qualificados que estabelecem uma interconexão entre si indo além das características naturais do meio físico, incluindo assim a sociedade (CORRÊA, 2007, p.32). Os oleodutos, portanto, cumprem esse papel ao integrar várias redes produtivas para criar sua própria rede geográfica. Mas não estão encerrados na própria rede, longe de serem um sistema fechado. Ainda mais ao considerarmos também os outros métodos de transportar o petróleo e seus derivados. Um princípio aparentemente geoeconômico, mas também crucial para a geopolítica, de acordo com Raffestin. Essas redes mais complexas também permitem um maior controle do território, garantindo a presença de um poder maior de quem a controla, especialmente se for a força do Estado (RAFFESTIN, 1991, p. 175).

Um fator importante a ser considerado em uma geoeconomia do petróleo é a distribuição desigual do hidrocarboneto pelo mundo, além do também desigual consumo por país, e o consumo per capita. Ou seja, o petróleo serve igualmente como um importante indicador da desigualdade e assimetria entre os países do mundo, evidenciado ainda mais pelo processo de globalização (HARVEY, 2005, p.11). Seus efeitos variam conforme as dimensões do próprio país. Alguns países de baixa concentração demográfica, como o Catar por exemplo, possuem economias totalmente voltadas para a exploração dos hidrocarbonetos. Isso pode os fragilizar no cenário internacional, estando mais sujeitos aos efeitos nocivos da geopolítica do petróleo. Apesar disso, alguns autores apontam sua situação econômica superior aos de países semelhantes sem a presença de reservas massivas do hidrocarboneto, principalmente na África (PERIARD; LOSERKANN, 2012, p. 138).

O mesmo pode ser dito de outros países com maiores dimensões territoriais e demográficas como a Venezuela e a Nigéria, países com alguma das maiores reservas mundiais. Esses países têm suas economias voltadas à exploração e venda do petróleo para atender uma demanda do mercado internacional, mas também como herança do seu papel histórico na divisão internacional do trabalho. Esses países são exemplos típicos para afirmar que a posse de petróleo pode ser não uma benção ou garantia de sucesso econômico, mas um obstáculo para o seu desenvolvimento (ROSS, 2015, p. 22).

Todas as redes socioeconômicas da vida moderna dependem do petróleo. Elas são parte vital de outras redes de produtos e serviços, demonstrando seu grau de importância para a sociedade. Como conceber a rede dos automóveis sem a gasolina? E daí, como imaginar uma grande metrópole do nível de São Paulo sem os automóveis que transportam os indivíduos para seus empregos, abastecem supermercados diariamente e basicamente sustentam a dinâmica deste grande centro urbano? A greve dos caminhoneiros ocorrida no Brasil em maio de 2018 ilustrou o potencial calamitoso de uma sociedade estruturada para ser movida ao petróleo, ficar brevemente desconectado de sua rede de abastecimento. Corrêa atentou para isto ao frisar como a sociedade é parte integral das redes geográficas, mas também um dos seus últimos elos (CORRÊA, 2007, p.34). Partindo do princípio de que o Estado tem como função crucial garantir o bem-estar da população que habita seu território, o petróleo por tabela é uma de suas prioridades e um dos seus deveres (EGLER; MATTOS, 2012, p. 81).

Por conta da dependência do petróleo, os países produtores estão sujeitos ao que comumente se designa como doença holandesa (PERIARD; LOSEKANN, 2012, p. 130). Por definição, a doença holandesa é quando um país dependente da exportação de um recurso e com isso obtém muitas divisas provenientes de sua exploração. Porém, fica sujeito a depleção das reservas desse minério e não executa uma diversificação e modernização econômica (STIGLITZ, 2007). As vendas do recurso valorizam a moeda local, mas isto acaba causando mais prejuízos do que benefícios, pois atrapalha outros tipos de exportação, tornando o Estado “refém” da exploração do recurso mineral e funcionando cada vez mais em prol deste (ROSS, 2015, p. 45). Nisso, o país acaba passando por um processo de desindustrialização, cai em atraso tecnológico, não consegue efetuar um *catch-up*¹⁷ e fica estagnado. Os efeitos afetam diretamente a qualidade de vida da população (PERIARD; LOSEKANN, 2012, p. 132).

Um dos maiores problemas da dependência excessiva do petróleo, além da falta de diversificação econômica e subjugação aos interesses de países mais poderosos, é o quão sensível sua balança comercial fica em relação à variação do preço do barril de petróleo, especialmente a mais utilizada delas, a cotação Brent. Mesmo nações mais poderosas, como a Rússia, estão vulneráveis a esses efeitos. Tal variação, excluindo momentos de distúrbios geopolíticos, pode ocorrer pela descoberta de novas jazidas (logo, diminuindo o risco de escassez), que aumentam a quantidade de petróleo disponível no mercado e consequentemente

¹⁷ *Catch-up* é um processo de desenvolvimento econômico pelo qual os países em desenvolvimento passam para, de maneira acelerada, tentar alcançar o mesmo nível de sucesso econômico dos países desenvolvidos (Chang, Ha-Joon, 2004)

derruba seus preços (em um efeito conhecido como *oversupply*), pode variar se um grande país exportador sofre sanções comerciais que retiram volumes de petróleo no mercado, ou até mesmo se carteis como a OPEP decidam baixar sua produção em uma tática de *dumping*¹⁸ contra uma nova fonte de energia ascendente (PERIARD; LOSERKANN, 2012, p.135).

Sem contar grandes crises econômicas como a de 2008 que simplesmente retiram do mercado capacidade de investimento e diminuem drasticamente a demanda. Portanto, vemos aqui como tanto fatores geopolíticos e econômicos podem interferir na variação do preço. E como são vários os atores envolvidos, os elos mais fracos dessa rede são os mais suscetíveis a mudanças desfavoráveis (BRITO et al, 2012, p.24).

Quando essas mudanças provocam uma queda brusca da cotação do barril de petróleo, países exportadores tendem a perder grandes quantias financeiras em poucos meses e ficam desprovidos de capital necessário para sustentar outras atividades econômicas, comprometendo toda a economia nacional. Eis a doença holandesa (PERIARD; LOSERKANN, 2012, p.130). Ela pode “contaminar” qualquer país extremamente dependente de uma única atividade econômica, especialmente do setor primário, mas é particularmente devastadora para os países exportadores de petróleo. Não à toa, a formação de cartéis como mecanismo de defesa mútua de seus interesses é uma estratégia continuamente aplicada (CONANT; GOLD, 1981, p. 32). E por essa razão, alguns países usam a tática de aproveitar os períodos de bonança do petróleo para diversificar sua economia e apostar em outras atividades econômicas, caso das pequenas nações do golfo pérsico. Outros países como a Líbia, por diversas razões, ficaram para trás e caíram em estagnação e crise econômica. Quase se como o petróleo, ao invés de uma benção, fosse na verdade uma maldição (ROSS, 2015, p.22).

A “maldição dos recursos naturais” conforme utilizado pelo economista Joseph Stiglitz¹⁹, decorre da assimetria dos interesses entre produtores e consumidores. Entre seus efeitos estão a espoliação e o efeito conhecido como *crowding-out*. A espoliação é o resultado direto do imperialismo, quando um pequeno país produtor é colocado como peça do grande jogo das grandes potências e seus próprios desejos são sumariamente desconsiderados em prol dos segundos (PERIARD; LOSEKANN, 2012, p. 130). David Harvey cita como um exemplo a

¹⁸ O *dumping* é um tipo de ação comercial que envolve baixar o preço de um determinado produto a um patamar inferior do preço de mercado, tornando o produto mais competitivo do que a da concorrência, mesmo que prejudique sua taxa de lucros. Essa tática é considerada agressiva pois normalmente é aplicada por empresas de maior porte para combater concorrentes menores.

¹⁹ No artigo “*Escaping the Resource Curse*” publicado em 2007 pela *Columbia University Press*

Guerra do Iraque (2003-2011), iniciada pelos Estados Unidos ao invadir o Iraque sob o pretexto de que o regime iraquiano era uma ameaça a segurança internacional devido a supostas armas químicas ilegais. Apesar do regime autoritário e repressor do então líder iraquiano Saddam Hussein ser impopular, os métodos pelos quais ele fora destronado do poder e o porquê de ele exatamente ter caído enquanto outros regimes autoritários seguem impunes pelo mundo geraram grandes questionamentos na comunidade internacional (HARVEY, 2005, p.25). Novamente, uma outra formidável coincidência era o fato do Iraque ter uma das maiores reservas petrolíferas do mundo. *O crowding-out* por sua vez é um efeito decorrente da concentração da economia nas atividades do setor primário, incluindo os investimentos. Com isso, os outros setores ficam defasados e desprestigiados, e sem financiamento não é possível diversificar e desverticalizar a economia. Os dois fenômenos podem ser concomitantes pois muitas vezes são articulados por um mesmo grupo, seja uma empresa estatal ou uma companhia multinacional (PERIARD; LOSEKANN, 2012, p. 130).

Então, como sendo um fim em si próprio, a exploração do petróleo pode ter suas consequências desastrosas. Ainda assim, outros autores argumentam que para um país com desenvolvimento atrasado, com alta demanda técnica-científica e social, cuja estrutura geológica propiciou os processos sedimentares necessários para a formação petróleo em seu subsolo, a exploração do petróleo é a atividade econômica perfeita para iniciar seu desenvolvimento econômico. Tanto para um processo de industrialização como da modernização da economia, levando o país a ter uma oportunidade de mudar de patamar econômico, bem como reverter essa prosperidade no campo social (SERRA; GOBETTI, 2012, p. 178). As tecnologias para todas as etapas de exploração do petróleo requerem grande avanço técnico-científico, podendo serem obtidas através de *joint ventures* com grandes multinacionais do setor, alianças com outros países envolvendo intercâmbio tecnológico e incentivo do setor privado ou público a pesquisa científica. Ou seja, com o devido planejamento, o petróleo pode ser uma alavanca para a inserção no mercado global e promover a evolução de outros setores socioeconômicos (SERRA; GOBETTI, 2012, p. 179).

O petróleo foi o ponta pé inicial para o processo de industrialização de vários países no mundo, que conseguiram relativo sucesso em não cair nas armadilhas da “maldição dos recursos naturais” ou na doença holandesa. Foi o caso de países do europeu como a Noruega e o dos países do golfo pérsico, que realizaram investimento pesado nos setores turísticos e financeiro (KASAHARA; BOTELHO, 2016, p. 97). Uma outra estratégia possível de ser executada é o planejamento dos picos de produção, especialmente para lidar com as variações do preço do

barril. Consiste em não manter uma produção constante ao longo dos anos, cujo lucro vai depender da cotação no mercado, mas basear a quantidade produzida conforme essa variação, ou seja, em épocas de baixa do preço, abaixar a produção. Assim, o país pode até contribuir com a desaceleração da queda do preço (pois está diminuindo a demanda disponível. Ainda mais eficaz se o país em questão for um grande produtor). Dessa maneira, a produção interna não fica necessariamente em prol do mercado exterior, e o petróleo produzido pode ser direcionado aos interesses internos. Afinal, como fonte de energia primária na matriz energética mundial, mesmo um país produtor tem como interesse garantir sua própria demanda. (PERIARD; LOSEKANN, 2012, p. 140).

A principal estratégia visada pela geoeconomia do petróleo, principalmente no âmbito do comércio multilateral, é justamente a integração regional. Modelo de cooperação econômica adotado pelas nações para encarar a alta competitividade da economia globalizada, a integração regional está consolidada como método para incentivar as trocas comerciais, superar rivalidades do passado e gerar crescimento econômico. No setor energético não é diferente, ainda mais com as tecnologias disponíveis e sua materialização espacial (EGLER; MATTOS, 2012, p. 94). Certamente, as próprias redes de *pipelines* em diversos locais do mundo demonstram como a integração regional é uma importante engrenagem do mercado mundial de petróleo, viabilizada pela extensão dos modais de transporte em escala global. Eles conectam diversos países, especialmente os que são geograficamente próximos e possuem afinidades naturais e objetivos similares. Tal aproximação fortalece o peso das economias locais. Somente o fortalecimento delas permitirá os países de um mesmo bloco condições de igualdade com outras regiões e países.

1.4 Geopolítica Brasileira

Inspirados por autores clássicos como Ratzel e Mackinder, alguns geógrafos brasileiros seguiram o desenvolvimento epistemológico elaborado por eles e o aplicaram no Brasil, criando assim uma escola de pensamento geopolítico no país e desenvolvendo um discurso geopolítico brasileiro. Inicialmente foi nos círculos militares que esse pensamento geopolítico surgiu com o Marechal Mário Travassos nos anos 1930 (MIYAMOTO, 2011, p. 61). Os militares, principalmente os formados na ESG expandiram a produção científica do tema, que eventualmente entrou em contato com assuntos de governo nacional e o planejamento estatal brasileiro, notoriamente com os Generais Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos,

autores de obras conhecidas e membros da cúpula de governo durante o período da ditadura cívico-militar (1964-1985). Devido a isso, perdura ainda um estigma em relação ao pensamento geopolítico dos militares devidos aos crimes cometidos e perseguições políticas da época (COSTA, 2008, p. 202).

Dentro das universidades brasileiras também foram aflorando discussões e levantamento bibliográfico, apesar de prolongado período de ceticismo e ojeriza ao que muitos consideravam como “pseudo-ciência” (em muito motivada pelo ressentimento com os militares da ESG), mas que gradualmente ganhou espaço no meio acadêmico com as geógrafas Therezinha de Castro e Bertha Becker (MYAMOTO, 2001, p. 63).

Posteriormente nas décadas de 1980 e 1990, obras importantes de autores como Wanderley Costa e Leonel Mello foram publicadas. Outras influências clássicas foram revisitadas, como Camille Vallaux e Eliseé Reclus, permitindo uma análise mais completa dos estudos anteriores e expandindo seu arcabouço teórico-metodológico. Eles foram complementados com uma nova geração de estudos geopolíticos, muitos com viés crítico inspirado por autores da Geografia Ativa ou Crítica como Yves Lacoste e Claude Raffestin, o que ao longo do tempo gerou uma riquíssima produção acadêmica sobre o tema. Assim, consolidava de fato um estudo sobre a geografia política do Brasil, não apenas um discurso geopolitizado, mas seguindo o rigor acadêmico e científico (COSTA, 2008, p.25).

Costa aponta que os primeiros autores, principalmente os militares, careciam de um embasamento geográfico mais profundo, presente nas sistematizações de Ratzel, por exemplo. Por conta disso, muitas vezes a perspectiva geopolítica das nações europeias foi transportada para a análise brasileira, mas sem contar com a bagagem teórica da geografia política ou levar em consideração a geografia do Brasil e sua realidade perante o sistema mundo (COSTA, 2008, p. 177). Enquanto isso, ciclos acadêmicos desvalorizaram por décadas esse tipo de pensamento pôr o julgarem como pseudociência. Como resultado, o estudo da geopolítica brasileira foi enviesado por uma visão conservadora das relações de poder envolvendo o Brasil e debates sobre a integração territorial, unidade nacional e concentração de poder, temas primordiais para um país das dimensões espaciais do Brasil e de passado colonial (MARTIN, 2018, p. 18). Somente nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos 1970, é que o estudo da geografia política e da geopolítica brasileira despontou na academia, somando um viés mais crítico e sistemático a esse estudo. Isto contribuiu positivamente para a compreensão da realidade brasileira através desses métodos, reativou e atualizou conceitos antigos e estabeleceu os

parâmetros para a geração posterior. Também construiu pontes dialógicas com outras ciências, especialmente as relações internacionais e a sociologia (COSTA, 2008, p. 26).

A geopolítica brasileira tem foco na integração nacional como principal objetivo interno (conforme autores como Golbery versam) para garantir um projeto de desenvolvimento plenamente soberano (MELLO, 1997, p. 23). Inspirado pela Política Externa Independente²⁰ (PEI) e na altivez da política externa como paradigma diplomático (RICUPERO, 2017, p. 601), a geopolítica brasileira no exterior visa um Brasil estabelecendo relações com qualquer país do mundo, independentemente de suas peculiaridades ideológicas, desde que algum interesse nacional possa ser atingido (VIZENTINI, 2008, p. 104).

Um deles é a projeção de poder brasileira na América do Sul que asseguraria seu status como potência regional dentro do cenário internacional (BECKER; EGLER, 1993, p. 17). Isso visa garantir objetivos diplomáticos e geopolíticos considerados essenciais por diversos governos e correntes de pensamento brasileiros, como um assento permanente no conselho de segurança da ONU (MARTIN, 2018, p. 21). E participar desse conselho garante uma das maiores “armas” geopolíticas possíveis: o poder de veto sobre qualquer decisão da ONU, algo reservado a apenas cinco países²¹. Certamente tais objetivos elevariam o patamar do Brasil dentro da geopolítica mundial, ainda mais se o país possuir quaisquer pretensões de soberania de tomadas de decisões relevantes para si, especialmente em questões de integração regional e causas ambientais (COSTA, 2014, p.32).

Martin (2018) define três eixos principais que nortearam o estudo da geopolítica brasileira ao longo do século XX, com base na posição geográfica do Brasil: Ocidentalidade, Tropicalidade e Meridionalidade. Os dois primeiros foram a base teórica dos militares, especialmente Golbery. O terceiro só começou a ser desenvolvido com a ascensão da Geografia Crítica nas universidades brasileiras nos períodos supracitados, graças a contribuição original do próprio Martin.

²⁰ Uma das principais ações envolvendo a PEI envolveu justamente questões de segurança energética, como o estabelecimento de relações diplomáticas com a Angola durante a governo Geisel (1974-1979), algo que desagradava os EUA pelo governo angolano se autoproclamar socialista e alinhar-se com a União Soviética. Contudo, o governo brasileiro possuía interesses na abertura de relações com o país africano como garantir outro país fornecedor de petróleo (RAMOS, 2009)

²¹ Os membros do Conselho de Segurança da ONU são Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido. Todos possuem grande projeção no mundo, arsenal nuclear e economia nacional desenvolvida, além de considerável influência cultural e econômica no mundo globalizado.

Em suma, a Ocidentalidade estuda o pertencimento geográfico do Brasil ao hemisfério ocidental e também ao pertencimento da chamada civilização cristã-ocidental, ou seja, um termo que abrange características tanto geográficas como histórico-culturais. O legado geopolítico do império português e sua herança cultural são bastante valorizadas neste eixo. Em termos geopolíticos, isso implica uma maior afinidade a países ocidentais. A Tropicalidade pode ser compreendida como um termo relativamente pejorativo e colonialista, pois indica a presença do Brasil dentro do mundo subdesenvolvido das regiões tropicais do mundo, levando em consideração aspectos naturais como o clima²², em contraste com a prevalência anglo-saxônica da geopolítica, ou seja, que o Brasil está localizado em uma região não tão relevante para o sistema mundial e as disputas hegemônicas das grandes potências, além de reforçar o passado colonial do país. O que poderia até ser positivo, pois coloca o Brasil numa condição de isolamento geográfico que o alçaria a ser uma espécie de defensor de uma “geopolítica da paz”, porém ressalta resquícios de uma visão determinista da elite intelectual europeia da era imperialista, e que ainda encontra ecos na atualidade. Por fim, a Meridionalidade, um termo mais recente, indica uma nova perspectiva com o qual o Brasil pode direcionar sua própria geopolítica, não mais sujeita ao jogo das grandes potências, especificamente os Estados Unidos, mas sim como líder soberano (e não hegemônico) de um bloco de países, especialmente os países do chamado “sul subdesenvolvido”, de acordo com a teoria do subdesenvolvimento. Tal grupo de países possuem uma agenda de desenvolvimento nacional soberano e independente dos interesses geoestratégicos das grandes potências mundiais. Um objetivo que só poderia ser alcançando, de acordo com alguns autores (MARTIN, 2018, p. 178) com a solidificação de seus arranjos diplomáticos.

O federalismo brasileiro é outro tema em destaque no estudo da geografia política do Brasil. Em um território tão imenso e onde as relações de poder no território são fundamentais para compreender a unidade territorial brasileira, o estudo desse processo aponta as direções de algumas políticas estatais, como a distribuição da riqueza mineral pelos estados da federação, tema bastante polêmico e com capacidade de alterar a dinâmica geoeconômica do Brasil. Martin (2018) define o federalismo brasileiro como uma disputa antagônica entre os interesses nacionais e a realidade dos poderes regionais, com suas configurações de estrutura política particular e desconexa do poder federal central localizado em Brasília.

²² Onde o clima temperado, na visão dos autores geopolíticos clássicos, é superior ao tropical em providenciar o surgimento de Estado-Nações mais fortes e coesos e propensos a expansão territorial e imperialista. Sem contar, é claro, as noções mais deterministas e xenófobas

O balanço entre esses dois polos, ora pendendo para um dos lados ou mantendo um frágil equilíbrio, aponta as direções a serem tomadas pela geopolítica brasileira em escala mundial, seja expandindo seu raio de influência, ou retraindo-se para dentro e ficando exposto ao aumento da influência externa. Enquanto um poder central forte pode fortalecer a força brasileira no exterior e solidificar seu status de potência regional, um enfraquecimento dos poderes locais prejudica os estados (MARTIN, 2018, p. 109). Situações como essa são um teste para a unicidade do território (algo que, como veremos no terceiro capítulo, é exemplificado pela distribuição dos *royalties* do pré-sal).

Territorialmente, o Brasil conta com mais de 8 milhões de km² de extensão, sendo o quinto maior país do mundo nesse quesito, mesma colocação no ranking de população. Partindo do pressuposto de que “espaço é poder”, o Brasil deveria ser uma nação poderosa por natureza. Sua posição geográfica lhe dá grande proeminência na América do Sul, correspondendo a cerca da metade do território desta e tendo conexão fronteiriça com quase todos os países do subcontinente. O tamanho do território brasileiro por muito tempo contribuiu com a crença de que o país fosse rico em recursos minerais e energéticos, algo capaz de instigar o desenvolvimento nacional (LEITE, 2014, p.60). Essa afirmação é somente parcialmente correta, conforme veremos adiante. Muitos autores definem três regiões principais de interesse geopolítico brasileiro: A bacia do Rio Amazonas, a bacia platina e o Atlântico Sul (MELLO, 1997, p. 16).

A primeira é tradicionalmente vista como reserva de recursos minerais, a serem explorados pelo restante do país, embora autores como Golbery defendam a ocupação da região tanto para integrá-la ao restante do território brasileiro como para impedir a presença de atores estrangeiros e perda de soberania nacional (BECKER, 2003, p. 21). A segunda é onde se concentram as principais regiões industriais e urbanas brasileiras, correspondendo similarmente aquela à qual Milton Santos definiu como região concentrada²³. Pode-se considerar essa região como a hinterlândia geoeconômica do Brasil, onde as atividades econômicas estão densamente concentradas, em detrimento do restante do país (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 271). Por fim, o Atlântico Sul tem como funções primárias as rotas comerciais e as defesas do território. Nas últimas décadas descobertas geológicas agregaram importância geopolítica a região (PAIVA, 2012, p.330), que serão debatidas mais à frente. São essas as regiões que possibilitariam o desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil, a integração do seu território e

²³ Milton Santos usa esse termo em seu livro conjunto com a autora Maria Laura Silveira em “O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI” (Ed. Record, 2001)

assegurariam a projeção brasileira na América do Sul como potência regional e no resto do sistema mundial. E também foram as regiões mais extensamente estudadas pelos estudos de geografia política e geopolítica no Brasil.

Mas não podemos nos restringir às questões puramente geográficas, caindo o risco comum de uma análise geopolítica ser considerada determinista. É preciso considerar outros aspectos para avaliar o possível status de uma nação como uma potência e avaliar sua geopolítica própria, além de estabelecermos os parâmetros que superem as visões imperialistas ensejadas no discurso dos autores europeus. Além disso, é preciso reconhecer que o país, a despeito de importantes avanços no século XXI, ainda não está livre completamente das amarras da herança colonialista. Desenvolvimento tecnológico e influência cultural são fatores importantes na definição de uma grande potência. Ao levar esses aspectos em consideração, a posição brasileira como potência regional é questionável. O país ainda possui relações de dependência econômica com outras nações, especialmente nos setores técnicos-científicos-informacionais da economia globalizada (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.47). Isso fragiliza sua posição no sistema-mundo. Mesmo sua capacidade de influência política econômica na América do Sul é ofuscada pela presença onipotente de países como os Estados Unidos e a China. Apesar de avanços promovidos por políticas nacionais-desenvolvimentistas e neoliberais, bem como a sustentação e expansão dos princípios da PEI, o Brasil continua sofrendo em firmar sua posição globalmente. Uma possível explicação de acordo com Martin seria justamente a dificuldade por parte do Estado brasileiro em identificar e perseguir seus interesses.

E quais seriam tais interesses? Os geopolíticos militares do Brasil, ou “esguianos”²⁴ argumentaram por décadas, durante a Guerra Fria, que o Brasil, pertencente ao “ocidente-cristão”, devendo, portanto, manter-se alinhado aos Estados Unidos contra o avanço do “comunismo” e a culturas antidemocráticas. A criação de um inimigo externo como tática para a integração da sociedade não é novidade. Há quem considere que esse papel hoje em dia seria preenchido pela República Popular da China, comunista na teoria, mas extremamente capitalista na prática. O avanço do dragão chinês ameaça a hegemonia unipolar da águia americana. Voltaríamos, então, a uma ordem mundial bipolar, aos moldes do que fora a Guerra Fria e com ecos recorrentes da primeira divisão mundial do poder geopolítico global, o Tratado de Tordesilhas. Ambos dividiam o mundo pelas longitudes, ocidente e oriente, duas áreas de

²⁴ Definidos assim por Martin (2018) por pertencerem a Escola Superior de Guerra (ESG)

influência distintas para duas grandes potências. Deveria então o Brasil escolher um lado ou seguir pela metodologia da PEI? Tanto na própria geografia política como nas relações internacionais pós-queda do muro de Berlim, o termo recorrente é a multipolaridade (AGNEW, 2003, p.16), bastante difundido e utilizado por analistas internacionais, autores acadêmicos e *think-thanks*. Devido a isso, precisa-se recorrer a uma teoria geopolítica que lide com esse panorama.

A multipolaridade torna a análise mais complexa, porém, concomitantemente, nos oferece subsídios para ir além do viés euro-estadunidense no pensamento geopolítico brasileiro. É possível observar outros lugares do mundo, outras regiões e outros continentes. Contrapondo a dicotomia Leste-Oeste, podemos apontar a tradicional divisão Norte-Sul do mundo, assim como proposta por autores como Yves Lacoste (na sua teoria sobre o subdesenvolvimento) e Wallerstein, que a refinou com seus conceitos de sistema-mundo e semi-periferia. Recentemente, autores como Costa e Martin foram além, propondo uma visão geopolítica brasileira que abraçasse sua posição aparentemente periférica no sistema global e buscasse sua integração com os países do Sul. Algumas possibilidades seriam os países africanos e das diferentes regiões asiáticas. A prioridade, contudo, seria pela integração com os países latino-americanos, com quem historicamente existem tentativas de construção de blocos regionais de caráter multilateral (MARTIN, 2010, p.42). Mesmo a proximidade geográfica e semelhanças histórico-culturais sendo fatores auxiliares, a integração latino-americana ainda é um tópico onde um sucesso duradouro ainda não foi alcançado. Sucessos locais, como o Mercosul ou o Caricom, foram possíveis, mas nunca um bloco maior contando com todos os países, devido tanto a fatores internos quanto externos da região (ARROYO, 2011, p. 60).

Esses temas abordados norteiam boa parte de nossa pesquisa e suas hipóteses, ainda mais por tratar de um tema como a geopolítica do petróleo, temática inserida dentro da geopolítica energética, que como vimos anteriormente está intrinsecamente associada com a soberania de um país. Não apenas por questões nacionalistas²⁵, mas sim pela própria segurança energética da nação e a manutenção dos modernos sistemas de engenharia que sustentam os hábitos de consumo da vida contemporânea. Com isso, o valor estratégico do petróleo (e de outros recursos minerais e energéticos) acaba inserindo na própria geopolítica de uma nação soberana. Os estudos de geopolítica e geografia política do Brasil não são exceções. Essa consideração é uma constante nesses estudos, sendo o tema a integração do território nacional

²⁵ A questão do petróleo sempre suscitou questões de nacionalismo energético na sociedade brasileira, sendo a campanha “O petróleo é nosso” que culminou com a fundação da Petrobras em 1953 o maior exemplo.

ou a projeção de poder do Brasil no exterior. Por essas razões, ambas acabam sendo pilares de uma geopolítica da Petrobras.

1.5 Petrodiplomacia

A geopolítica possui uma relação intrínseca com as relações internacionais. Como diria Yves Lacoste, a geopolítica serve às relações internacionais. Ambas se desenvolveram como instrumento estatal ao longo do século XX e usadas em suas análises e construção de agendas políticas (CARVALHO, 2011, p. 17). A cooperação ocorre também na utilização de alguns termos e conceitos, notoriamente os de *hard power* e *soft power*²⁶. Entretanto, enquanto a geopolítica foca na ação estatal sobre o território, as relações internacionais têm como prioridade o estabelecimento de diálogo entre os países para que obtenham comum acordo ou usem táticas de dissuasão a fim de evitar conflitos ou até mesmo obter vantagens políticas e econômicas. Algumas de suas vertentes consideram o papel dos Estados prioritários e o colocam no centro da análise. Outras versam sobre sua superação pelas instituições multilaterais ou limitação em prol do mercado e o sistema financeiro global como algo positivo para a sociedade global. Três vertentes principais emergiram ao longo do século XX: Realismo, Liberalismo e o Marxismo (CARVALHO, 2011, p. 19).

Uma das vertentes mais proeminente das relações internacionais, o realismo considera o Estado-Nação como o verdadeiro protagonista das Relações Internacionais. Um termo definidor para os pensadores deste grupo pode ser o pragmatismo, seu principal teórico é Morgenthau. Somando-se a isso, seu viés é derivado de cientista políticos clássicos que valorizam a força estatal, como Hobbes e Maquiavel, que enalteceram em seus escritos a capacidade coercitiva dos Estados dentro de seus territórios. Como isso não é possível no campo internacional, considerado “anárquico”, as guerras tornam-se inevitáveis, tal qual sacramentou Clausewitz (GRIFFITHS, 2011, p. 12). Portanto, os Estados precisam antes de tudo buscar a própria sobrevivência e soberania, priorizando sempre seus próprios interesses acima do restante. É possível correlacionar esses conceitos com os princípios de Ratzel sobre a

²⁶ Ambos os termos foram cunhados pelo cientista político Joseph Nye. *Hard power*, segundo ele, é a capacidade de um país exercer força de maneira direta e bruta, através da ação militar direta ou submissão econômica por exemplo. *Soft Power* é a capacidade de exercer influência de maneira sutil, inspirar liderança por meio de diplomacia, acordos comerciais e utilizar sua própria cultura para divulgar os próprios valores nacionais.

organicidade do Estado, pois ambas veem o Estado como um “ente biológico” dotado de características organicistas (CARVALHO, 2011, p. 23).

A visão liberal (ou neoliberal) não considera o Estado como único ator relevante, dando destaque também para as empresas multinacionais e organizações internacionais como a ONU e os blocos comerciais. Sua visão é mais positiva, pois considera o contexto internacional como uma grande oportunidade de realização de negócios e facilitação do comércio. Consideram a interdependência entre os Estados como um dado certo e que por isso o foco da diplomacia estatal é garantir o pleno funcionamento das redes comerciais a despeitos dos conflitos que possam afetar seus interesses (GRIFFITHS, 2011, p. 84). Por não dar tanta relevância ao Estado e suas ações territoriais, a visão liberal das relações internacionais ajuda a explicar alguns contextos econômicos, mas não tanto a visão geopolítica. Por fim, temos a visão marxista (também denominada como “radical” ou “crítica”), que ganhou força no meio acadêmico durante os anos 1970 com a teoria da dependência de Wallerstein (GRIFFITHS, 2011, p. 360). Segundo a visão marxista, o nível de desenvolvimento econômico das nações são um empecilho para sua integração na comunidade internacional e comprometem seu peso diplomático. Trata-se, contudo, de uma estratégia deliberada das grandes nações para frear o crescimento dos países não-desenvolvidos, para que permaneçam na periferia do mundo globalizado, atendendo aos interesses do primeiro grupo (HARVEY, 2005, p.117). Isso entra em confluência com o próprio desenvolvimento da geografia política nas universidades mundiais no mesmo período (e também a geopolítica), quando observamos autores de inspiração marxista ou foucaultianas como Raffestin para analisar a ação estatal no território sobre essa perspectiva. É importante também por considerar a assimetria existente entre as nações e como um grupo dela aproveita isso (RAFFESTIN, 1993, p. 21).

Muitas relações diplomáticas que envolvem o petróleo podem ser caracterizadas como *hard power*, pois envolvem o peso esmagador da economia de uma grande potência sendo utilizado como arma diplomática, deixando o lado mais fraco encurralado, isso quando não envolve o uso direto da força militar (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 44). Contudo, ganha mais força nas últimas décadas o destaque ao *soft power*, com a celebração de acordos entre os países que podem envolver maciços investimentos em infraestrutura como *pipelines*, portos e refinarias. Os dois países em questão costumam ser uma grande potência e um país produtor de petróleo. Quando isso ocorre, não é por causa da discrepância de forças, mas sim pela possibilidade de um acordo vantajoso para os dois lados. Um consegue obter mais uma fonte de petróleo para garantir o acesso e continuidade a mais uma fonte e sob um preço viável. O

outro lado tem a chance de atrair investimentos para promover seu crescimento econômico. Contudo, as relações assimétricas envolvidas demonstram um desequilíbrio de forças que penderá para o lado com maior poder no sistema global (HAGE, 2008, p.170).

Petrodiplomacia como o próprio termo indica, refere-se à habilidade de um país em utilizar seu potencial energético como barganha no campo diplomático, atraindo assim uma aliança improvável. Também podemos utilizar o termo para denominar a estratégia de um país que pretenda expandir sua área de influência através de investimentos externos diretos no setor de petróleo e gás de outra nação em troca de parcerias e preferências futuras, como financiar a modernização de um país. Como veremos no próximo capítulo, essa foi uma estratégia utilizada pelos Estados Unidos no Oriente Médio (especialmente com a Arábia Saudita) e é um dos pilares dos projetos de expansão econômico-comercial da China pelo mundo, especialmente em países como o Paquistão e o continente africano (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 84).

Na visão realista, a petrodiplomacia é um instrumento das nações para garantir suas fontes de petróleo ante a concorrência do sistema internacional, como maneira de salvaguardar sua segurança energética. Para os liberais, trata-se de uma maneira condizente com a flexibilização e fluidez do petróleo de modo que atenda os anseios do mercado e a circulação de capitais e mercadorias. Já os marxistas argumentarão, por sua vez, como a disputa pelo petróleo é mais uma amostra da discrepância de forças entre nações desenvolvidas e o restante, onde o segundo grupo explora o petróleo apenas para beneficiar os primeiros, sem real possibilidade de alcançá-los (HARVEY, 2005, p. 46). Em realidade, defendem eles, a estratégia principal é manter esses países como meros produtores de petróleo (e outros recursos minerais), a função esperada deles na divisão internacional do trabalho.

Qual destas visões é a que mais se aproxima da realidade? A princípio todas as explicações podem ser utilizadas na interpretação da geopolítica do petróleo. A visão liberal encontra alguns empecilhos neste tipo de análise por não tomar como preceito basilar o papel da ação estatal. Em contrapartida, as interpretações realista e marxista são as que mais se aproximam da análise propiciada pela geopolítica e a que mais encaixam com as descrições das ações estatais sobre os territórios de interesse sob as especializações propiciadas pelas redes de petróleo, suas indústrias e sua circulação. Em alguns casos, contudo, vemos países que, propositalmente ou não, conseguem manejar algumas dessas visões distintas para elaborar uma estratégia própria (PERIARD; LOSEKANN, 2012, p. 132).

É o caso, por exemplo, do Qatar. Segundo a análise da geopolítica, o Qatar é um país relativamente frágil, uma monarquia sustentada pelos petrodólares, mas com boa diversificação econômica e integração com os grandes mercados. Alvo de boicote por um bloco de países liderados pela Arábia Saudita²⁷, o país utiliza sua petrodiplomacia (embora seja importante frisar que seu principal produto de exportação na verdade é o gás natural, do qual é o quarto maior produtor do mundo²⁸) para sobreviver no sistema mundial mesmo estando geograficamente quase isolado. A monarquia que comanda o país, através das grandes empresas locais (todas controladas por membros ou aliados da família real), realiza uma série de investimentos para reforçar seu *soft power* e influência nos altos círculos da cultura mundial. O investimento esportivo é um bom exemplo disto. Especialmente no futebol com a sede da Copa do Mundo em 2022. Em suma, este exemplo demonstra a importância da petrodiplomacia para a sobrevivência na geopolítica do petróleo (BRITO et al, 2012, p. 45).

Com isso, podemos apontar como a petrodiplomacia pode se converter como um sistema de defesa, uma manifestação do *soft power* de uma nação, visto que ele não tem condições de solidificar um *hard power* próprio. Pode ser tanto uma tática de sobrevivência ou parte de uma estratégia maior de controle mundial do acesso as fontes de petróleo. É sobretudo um método para utilizar a diplomacia em prol da execução bem-sucedida dos objetivos de sua geopolítica do petróleo.

²⁷ Sob a alegação de que o Catar estaria financiando grupos terroristas e se aproximando excessivamente do Irã, Arábia Saudita, Iêmen, Emirados Árabes Unidos, Bahrein e Egito cortaram relações diplomáticas com o país e realizaram um bloqueio ao pequeno país do golfo. Fonte: BBC – “Qatar crisis: What you need to know” - <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-40173757>

²⁸ Segundo dados do BP *Analytical Review* de 2018

2. PANORAMA MUNDIAL DA GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO

O problema é que o bom Deus não se preocupou em colocar as reservas de petróleo e gás natural onde há governos democráticos

Richard Cheney

Antes de falarmos sobre a situação do Brasil, a Petrobras e a América do Sul, é necessária uma contextualização sobre a geopolítica do petróleo global. A questão global do petróleo é essencial para compreender o papel do Brasil nesse sistema, tanto como nação emergente quanto como possível grande exportador de petróleo em um futuro próximo. Em um mundo altamente conectado devido à globalização financeira e a multilateralização do comércio, todos os países estão envolvidos na disputa por poder e influência. Isso é particularmente verdadeiro para o petróleo, uma *commoditie* cujo preço varia em diversas cotações e suas principais empresas tem ações disputadas nas bolsas de valores. Com sua cadeia produtiva sendo amplamente globalizada, o petróleo afeta diretamente a economia de centenas de países e suas sociedades. Trataremos dos principais atores envolvidos na geopolítica do petróleo e algumas das regiões especialmente afetadas por sua ação. Sobretudo, porém, esse breve panorama será fundamental para entender a própria posição brasileira e suas proposições futuras dentro deste convoluto cenário. O cerne da geopolítica do petróleo é, como vimos no capítulo anterior, a assimetria existente entre dois grupos de países: os consumidores (normalmente as grandes potências) e os países produtores (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 21).

Eventualmente, os países produtores perceberam a grande arma geopolítica que eles possuíam em mãos, e não somente isso, que poderiam utilizá-la para atingir seus objetivos geopolíticos e econômicos. Nesse cenário que tivemos em 1973 o primeiro grande choque do petróleo, quando os países árabes produtores de petróleo bloquearam o acesso as principais jazidas do produto em retaliação ao apoio ocidental a Israel na guerra do Yom Kippur²⁹. O resultado disso foi catastrófico: o preço do barril valia 2 dólares e saltou em poucos dias para 11 dólares, quintuplicando o preço do principal produto da indústria moderna (YERGIN, 2011,

²⁹ A Guerra Yom Kippur (1973) foi uma tentativa da liga de países árabes de revidar a derrota para a Israel no conflito anterior, a Guerra dos Seis Dias (1967), onde perderam diversos territórios para os israelenses. O conflito terminou com nova vitória israelense, apoiados pelas potências ocidentais. Isso deu início a uma série de eventos que culminou no primeiro choque do petróleo (YERGIN, 2010)

p. 53). Este acontecimento lançou o capitalismo em crise e comprometeu o modo de vida das populações modernas. O segundo choque do petróleo que ocorreu no final da mesma década, motivado pelo fechamento do estreito de Ormuz pela República Islâmica do Irã, teve motivações políticas também, no caso uma retaliação pelas tentativas dos Estados Unidos e seus aliados de isolarem o governo teocrático recém-instalado em Teraã (YERGIN, 2011, p. 176).

Esses dois casos ilustram a capacidade devastadora que o petróleo tem na geopolítica mundial, podendo atingir desde a principal economia do planeta até mesmo o estado-nação mais frágil e empobrecido. Passemos agora a contextualização mais precisa da situação mundial do petróleo dentro da perspectiva geopolítica, e como o Brasil e o restante da América do Sul se encaixam dentro deste cenário. Trata-se de não somente destacar os grandes *players* da geopolítica de petróleo, como também identificar as principais áreas de interesse deles, e como este panorama pode influenciar a própria geopolítica da Petrobras.

País/Continente	Reservas em bilhões de barris (Posição Mundial)	Produção em barris por dia (Posição Mundial)	Consumo em barris por dia (Posição Mundial)
Estados Unidos	50.0 (9º)	13057 (1º)	19880 (1º)
China	25.7 (13º)	3846 (6º)	12799 (2º)
Rússia	106.2 (7º)	11257 (3º)	3224 (6º)
Europa	13.4 (15º)	3519 (8º)	14980 (2º) ³⁰
Arábia Saudita	266.2 (2º)	11951 (2º)	3918 (5º)
Nigéria	37.5 (10º)	1988 (13º)	sem dados
Angola	9.5 (17º)	1674 (14º)	sem dados

Tabela 1: Dados sobre reservas provadas, produção e consumo de petróleo dos países selecionados para este capítulo. Elaboração própria. Fonte: BP (2018) e AIE (2018)

Em primeiro lugar, é imprescindível darmos destaque ao grande centro gravitacional dos fluxos petrolíferos globais: Os Estados Unidos, maior economia do planeta e maior consumidor do hidrocarboneto há mais de um século, embora a voracidade chinesa possa mudar esse quadro em breve, e como a questão do petróleo é uma importante faceta do confronto global que se avoluma entre ambos, caracterizando-se como a armadilha de Tucídides³¹ do

³⁰ Caso considerado todos os países europeus somados. Individualmente, a China era o segundo maior consumidor de petróleo em 2018

³¹ A armadilha de Tucídides é uma teoria das relações internacionais sobre o inevitável conflito entre duas grandes potências pela hegemonia em uma determinada área, região, continente ou o mundo todo. Foi batizada em homenagem ao historiador grego Tucídides que descreveu o conflito do Peloponeso, onde Atenas e Esparta lutaram

século XXI. A Rússia com suas grandes reservas de hidrocarbonetos e controle territorial da Eurásia tem grande influência no assunto. Os países da União Europeia foram responsáveis historicamente pelas disputas militares por reservas de petróleo. Hoje buscam alternativas para mitigar sua dependência de importação e pelo avanço das pautas ambientais em sua política. O Oriente Médio, onde quase dois terços das reservas mundiais de petróleo estão localizadas, é uma área vital para todos os *players* envolvidos e aqueles que pretendem se envolver mais no futuro, muito graças a sua influência na quantidade de oferta disponível. Destaque especial para a Arábia Saudita, frequentemente o maior produtor global. Por fim, destacamos também a Costa Ocidental da África, sua posição neste intrincado jogo de xadrez e sua potencialidade como parceira do Brasil neste setor.

2.1 Estados Unidos

Foi justamente nos Estados Unidos do século XIX que os usos econômicos modernos do petróleo foram descobertos, dando início a sua marcha ao posto de principal matéria-prima do planeta, acompanhando a própria ascensão dos EUA como grande potência mundial (YERGIN, 2010, p. 25). País com grande extensão territorial, seu território possui importantes reservas petrolíferas, principalmente na costa do golfo do México³² (em inglês denominada simplesmente como *US Gulf Coast*), nos Apalaches e na Califórnia. Entretanto, mesmo essas reservas volumosas e bastante exploradas não bastam para saciar o apetite da indústria americana e o consumo de sua população. O consumo per capita de petróleo nos Estados Unidos é superior a 2.5 toneladas diárias e o consumo total diário ultrapassa a barreira de 19 milhões de barris de petróleo por dia³³.

Internamente, os estadunidenses contam como uma vasta rede de rodovias e ferrovias para atender seu setor *downstream*. Conta também com uma rede de oleodutos desenvolvida que conecta as duas costas do país, além do Canal do Panamá para a interligação oceânica. Boa parte das maiores empresas do setor são estadunidenses, como as gigantes ExxonMobil e Chevron, que também frequentam o topo das maiores empresas do mundo considerando todos

entre si pela hegemonia no mundo grego. Normalmente se baseia na contradição entre um poder terrestre e um poder marítimo.

³² Considerando o litoral do golfo do México e todo o mar do Caribe, temos o que muitos autores consideram como o *Mare Nostrum* dos EUA, base do poder de sua telassocracia mundial

³³ Segundos dados do BP *Statistical Review* de 2018

os setores econômicos³⁴. Entretanto, a produção local não supre toda sua enorme demanda, mesmo sendo acima de 9 milhões de barris por dia e o país sendo um dos maiores produtores do mundo³⁵. Devido a esse fato, os estadunidenses são forçados a buscar outras fontes de acesso do hidrocarboneto mundo afora, algo que eventualmente tornou-se um dos pilares de sua política externa (FUSER, 2007, p. 27).

Por conta disso, observa-se uma busca constante dos EUA em garantir o acesso à reservas petrolíferas. Isso gera um grande mercado para os países produtores, interessados em aproveitar o apetite estadunidense para atingir suas metas de abastecimento diária. Destarte, alianças importantes foram articuladas, como dos Estados Unidos com a Arábia Saudita, datadas do final da Segunda Guerra Mundial (YERGIN, 2010, p. 246) mas também são o epicentro de algumas das piores conturbações geopolíticas do mundo e paradoxalmente compele algumas das nações que se declaram contrárias aos Estados Unidos, como é o caso da Venezuela, a manter relações comerciais com eles. Soma-se isso ao excepcionalismo americano, doutrina vigente do país que argumenta ser do país da América do Norte a função de zelar pela economia liberal de mercado e guiar os outros países dentro do processo democrático. Uma das maneiras de cumprir esses princípios é através da força de seu *hard power*, tanto economicamente como militarmente (BANDEIRA, 2014, p.59). O setor militar é sem dúvidas um dos grandes trunfos dos EUA na geopolítica mundial, tanto como projeção de força, possibilidade de intervir em qualquer região do mundo e garantir o funcionamento dos fluxos globais de petróleo através da vigília dos *choke points* oceânicos e bases militares estrategicamente localizadas em países-chave, projetando sua presença global para dissuadir rivais e aproximar-se com aliados (BANDEIRA, 2014, p. 61).

Esta é uma das maiores capacidades de demonstração de poder dos EUA. Sua influência na geopolítica do petróleo é tamanha que foi criado o termo “*oil weapon*” (arma do petróleo) para designar seu uso geopolítico do petróleo, principalmente através do aumento artificial da produção do petróleo e de sanções comerciais para desestabilizar nações rivais (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 70). O entrave para uso, contudo, é justamente a dependência de importação do hidrocarboneto. A *oil weapon* portanto só é efetiva em cenário de balança positiva no comércio do hidrocarboneto. Mesmo com o setor privado sendo o dominante no país, deve-se

³⁴ De acordo com o ranking “Global 500” da revista Fortune, a ExxonMobil é a 9ª maior empresa do mundo e a Chevron é a 33ª no ano de 2017

³⁵ A maioria dos rankings, com dados de 2015-2018, apontam uma variação na liderança entre Arábia Saudita, Rússia e Estados Unidos, como a Agência Internacional de Energia (AIE), o relatório estatístico da *British Petroleum* e o Departamento de Energia dos Estados Unidos

ressaltar a confluência de interesses das empresas de petróleo locais com o governo da nação. O lobby da indústria petrolífera no país é intenso, e o Estado aproveita da relação para atender seus próprios interesses, enquanto as empresas ganham vantagens competitivas no mercado (FUSER, 2007, p. 29). Um exemplo desta relação mutualística ocorreu durante a administração Bush-Cheney (2001-2008), onde o vice-presidente Dick Cheney assumiu o cargo após ter sido CEO da empresa de infraestrutura de petróleo Halliburton (KLARE, 2006, p. 203).

O poder dos EUA na geopolítica do petróleo é uma variável que qualquer nação no mundo precisa levar em consideração ao se envolver na indústria petrolífera mundial, pois ao mesmo tempo que as possibilidades de lucro são grandes em caso de uma parceria, a de produzir instabilidade é igualmente perigosa, principalmente se as instituições nacionais carecerem de solidez institucional. Saber lidar com a grande superpotência do mundo sem sofrer perdas de soberania e prejuízos econômicos é uma habilidade invejável a ser conquistada nesse panorama. Este trecho de Conant e Gold, sobre a guerra Irã-Iraque³⁶, exemplifica a força dos EUA no setor e seus principais interesses:

A guerra Irã-Iraque veio a provar a instabilidade do esquema atual de produção e exportação do petróleo proveniente de países do Golfo Pérsico. Somente uma atitude firme e resoluta dos Estados Unidos e de seus aliados na OTAN pode manter abertas as vias por onde circula a seiva vital do petróleo. (CONANT; GOLD, 1981, p. 74)

Vemos aqui uma síntese de alguns dos pilares da política energética dos Estados Unidos no cenário internacional. Chama a atenção a menção a ideia de “atitude firme e resoluta” como estratégia central para assegurar o fluxo de petróleo, e fato de citar a OTAN, sua principal aliança multilateral no âmbito estratégico-militar, aponta quais os métodos que o país pretende utilizar para garantir seus interesses. Outro ponto importante é o reconhecimento da instabilidade da rede de produção e distribuição do petróleo em escala global, especialmente vinda dos países do Oriente Médio, do qual os Estados Unidos são dependentes. Elas voltariam a ganhar robustez nos anos 2000 com a administração Bush-Cheney (KLARE, 2006, p. 205). Apontados por muitos como o verdadeiro arquiteto da invasão ao Iraque, o então vice-presidente Dick Cheney defendeu a política externa do seu governo, além de argumentar que a hegemonia estadunidense no sistema global é fundamental para a manutenção da estabilidade

³⁶ A Guerra Irã-Iraque (1980-1988) foi um conflito prolongado e sangrento que não resultou em grandes mudanças no status quo do Oriente Médio. A principal região atingida pelo conflito foi a província iraniana do Khuzistão, perto da fronteira com o Iraque e, justamente, a mais rica em hidrocarbonetos do país.

da democracia no “mundo livre” e a expansão do livre-comércio, reforçando a visão excepcionalista dos líderes sobre o próprio país (CHENEY; CHENEY, 2015, p. 230).

Outro antigo líder do país, o diplomata e teórico das relações internacionais Henry Kissinger também é defensor do excepcionalismo estadunidense, usando como cerne de seu argumento uma visão global do domínio dos EUA calcada na contenção de potências rivais a sua hegemonia unipolar e mantendo o *status quo* que ele mesmo ajudou a construir após o fim da ordem bipolar. Com a ascensão da União Europeia e dos BRICS, a ordem unipolar passou a ser questionada, o que Kissinger considera perigoso para a estabilidade mundial. Ele aponta para a ascensão chinesa como principal fato a ser considerado na atual ordem mundial (KISSINGER, 2015, p. 248). Certamente, a geopolítica do petróleo será profundamente afetada com esse iminente conflito.

De acordo com Mello, dois dos principais autores de geopolítica estadunidenses do século XX, Spykman e Brzezinski traçaram alguns parâmetros para a geoestratégia global dos Estados Unidos, alguns dos quais inspiraram políticas de Estado. Mello assim define a visão geopolítica desses autores que pautaram suas formulações estratégicas:

Tanto Spykman e Brzezinski adotam em relações internacionais uma postura realista que enfatiza a convergência ou a afinidade eletiva entre política de poder e realidades geográficas...Além das componentes militares, econômica e psicossocial, ambos também consideram a geografia como importante expressão do poder estatal. Em outras palavras, o espaço, a posição e os recursos naturais e humanos de um país são fatores de poder que afetam a tomada de decisões no campo das relações interestatais (MELLO, 1999 p.72)

A retórica da unipolaridade estadunidense é marcada por uma concepção dos EUA como o guardião do liberalismo econômico e da democracia nos moldes ocidentais, tornado o mundo um lugar estável e próspero para o desenvolvimento técnico-científico mundial e bem-estar social. Todavia, conforme aponta Mello, seu pensamento estratégico é caracterizado por visão realista e o pragmatismo sendo a bússola moral que orienta suas decisões estratégicas, devido ao peso do realismo em seus pensadores e influência deles em seus *policies markers*.

A geopolítica de petróleo dos EUA é por consequência derivada dessa mesma visão pragmática. Logo as ações estadunidenses visariam atender seus próprios interesses em “manter a seiva do petróleo circulando”, e não necessariamente pela defesa dos valores democráticos e

os direitos humanos como o fazem retoricamente. Por causa disso, os EUA podem auto intitular-se como defensores dessas ideias, mas farão vista grossa sempre que um aliado importante como Israel ou Arábia Saudita cometeram uma violação flagrantes das leis da convenção de Genebra ou seus planos divergirem de decisões da ONU (FUSER, 2007, p.32). Doravante, os países que lidam com os EUA no setor de petróleo (na prática, ao lidarem com petróleo de uma maneira ou outra) precisam sempre tomar extrema cautela, pois ao mesmo tempo que a unilateralidade da tomada de decisões por parte deles é prejudicial ao interesse nacional, a proeminência estadunidense força todos a ter uma abordagem igualmente pragmática para não entrar na lista de inimigos da superpotência e ser prejudicado no mercado global de petróleo³⁷.

Quanto ao equilíbrio do poder na escala mundial, a *oil weapon* poderá a vir ser necessária para lidar com dois dos principais rivais dos EUA. Como veremos a seguir, Rússia e China estão se aproximando entre si e afastando-se dos Estados Unidos no campo diplomático, reativando antigas animosidades mútuas. Um dos motivos é o controle da Eurásia, que conta com projetos de infraestrutura calcados nas redes de *pipelines* (BANDEIRA, 2014, p. 54). Os Estados Unidos pós-guerra Fria buscaram aproveitar a fraqueza e retração da Rússia nos anos 1990 para avançar na região. Contudo tem esse avanço travado pela ressurgência russa no século XXI, a ascensão econômica chinesa e a parceria entre Moscou e Pequim.

Tal aliança representa, como Kissinger alertara, uma ameaça a hegemonia estadunidense e permite o questionamento da visão unipolar do mundo (KISSINGER, 2015). Com a Rússia e a China voltando a ganhar influência no *heartland* eurasiático, o mundo passa a ser concebido, geopoliticamente, como composto por várias áreas de influência, reforçando a visão multipolar. A política externa dos EUA então busca isolar a Rússia, punindo-a com sanções comerciais por causa da agressividade de Moscou em ações exteriores³⁸. Essa estratégia foi aplicada durante a gestão Obama (2009-2016) e prosseguida pelo governo Trump (2017-). Frear o crescimento chinês com uma guerra comercial é principal tática da atual gestão para conter os chineses. Contudo, ambas estratégias podem configurar-se como um erro estratégico se promoverem a aproximação ainda mais intensa entre Moscou e Pequim, algo que certamente alarmaria Kissinger. Talvez o propósito de Trump, inicialmente mais afável a Moscou e antagônico a Pequim, fosse reforçar os laços com a Rússia para isolar a China, mas as investigações do

³⁷ Casos de Irã e Venezuela

³⁸ Principalmente as interferências na Geórgia (2008) e Ucrânia (2014 -)

*Russiagate*³⁹ e o antagonismo do governo Putin com o Ocidente dificultam a fruição deste plano.

As intervenções militares dos Estados Unidos na década de 2000 no Oriente Médio levantaram suspeitas por conta das reservas de petróleo da região. Embora a Guerra do Afeganistão tenha contado com apoio internacional massivo (incluindo Rússia e China), o mesmo não pode ser dito da invasão ao Iraque, onde somente os aliados mais próximos integraram a coalização anti-Saddam (FUSER, 2007, p. 25). Entretanto, se a ideia oculta de garantir fontes de petróleo for verdadeira, o tiro saiu pela culatra. Pois a intervenção no Iraque e a derrubada de Saddam apenas aumentaram a instabilidade no Oriente Médio, o que prejudica a circulação do petróleo no mercado internacional (KLARE, 2006, p. 219). O agravante foi que, além disto tudo, a maior instabilidade favoreceu o surgimento de um mercado negro no país, cujos lucros obtidos com a atividade petroleira financiaram grupos terroristas como o Estado Islâmico, trazendo ainda mais caos e novas guerras (BANDEIRA, 2014, p.395).

Apesar de possuir aliados regionais importantes como a Arábia Saudita e Israel, os EUA enfrentam a contínua hostilidade do Irã, notável integrante do chamado “Eixo do Mal” designado por Bush⁴⁰. É no setor energético iraniano que reside uma das maiores preocupações dos Estados Unidos à segurança mundial, através do programa nuclear do país de maioria xiita. Os estadunidenses alegam que o Irã financia o terrorismo e é uma ameaça à paz mundial. Muitos países, notoriamente membros da OTAN, seguem esse posicionamento. A maneira encontrada para combater o Irã foi através de sanções comerciais ao país. O principal alvo delas foi a venda do petróleo iraniano, seu principal produto de exportação, ferindo assim a economia do país e o bem-estar da população iraniana que pressionou seu governo para entrar num acordo internacional⁴¹. Um exemplo muito bem-sucedido de “petrodiplomacia”, pode-se dizer, mas

³⁹ O caso *russiagate* é sobre as suspeitas de influência russa nas eleições presidenciais norte-americanas de 2016, onde Trump, considerado por muitos o azarão da disputa, derrotou a então favorita Hillary Clinton. Contudo, investigações do FBI apontam que aliados de Trump receberam informações de inteligência russa que foram, supostamente, usadas contra Clinton, além do uso de Big Data para influenciar os eleitores através das redes sociais

⁴⁰ O termo Eixo do Mal (*Axis of evil* no original) foi um termo cunhado pela Doutrina Bush em um discurso proferido em 22 de janeiro de 2002 sobre países que supostamente patrocinem grupos terroristas e buscam obter armas de destruição em massa. Na prática, tratou-se de um recurso retórico para designar um grupo de países com postura hostil a política externa norte-americana (BANDEIRA, 2014)

⁴¹ O acordo com o Irã, denominado “Plano de Ação Integral Conjunto”, foi firmado em 2015 entre o país pérsico e um grupo de potências mundiais denominado P5+1, composto por EUA, Reino Unido, França, China e Alemanha. Em troca da suspensão das sanções econômicas e acesso a bens congelados no exterior, o Irã concordou em diminuir sua capacidade nuclear e abriu suas usinas a inspeções periódicas da ONU. Contudo, em 2018, o governo Trump retirou os EUA do acordo, voltando a causar instabilidade na relação entre os dois países

principalmente uma demonstração clara do uso da *oil weapon*. Porém, contínuas intervenções no Oriente Médio não estão resolvendo os desafios energéticos do país norte-americano.

Essa dependência de importações do petróleo configura-se em uma enorme e rara fraqueza para os Estados Unidos. Em um cenário ideal quanto mais diversificada for as fontes de energia de um país e mais estável for o acesso a elas, maior o seu nível de segurança energética (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 39). Cientes dessa fraqueza, e como estratégia para superá-la, ou ao menos mitiga-la ao máximo, os estadunidenses apostam na melhor alternativa que é o investimento em fontes de energia alternativas, que diminuam a importância do petróleo dentro de sua matriz energética nacional (CONANT; GOLD, 1981, p.20). E com menos dependência do petróleo, menor a necessidade de intervenções militares que possam causar apenas mais instabilidade, o que é péssimo para a circulação e o comércio de petróleo.

Surgiu recentemente uma nova variável nesse cenário: a criação da técnica de *fracking* ou faturamento hidráulico, que permitiu a ascensão de uma nova fonte de energia, o *shale oil* (ou gás de xisto), que os americanos possuem em boas quantidades dentro do seu território (RIBEIRO, 2014, p.91). Com sua produção aumentando nos últimos anos, a dependência estadunidense do petróleo tenderá a diminuir nas próximas décadas. Alguns cenários mais otimistas inclusive estimam que o país poderá voltar a ser um exportador. Esses fatos poderão redefinir toda a estrutura da rede de comércio petrolífera mundial e impactar diretamente na sua geopolítica (RIBEIRO, 2014, p.91). A própria Petrobras demonstrou preocupação com o aumento da produção do xisto em 2014, citando ele como prejudicial para os planos de negócio da empresa no futuro (PETROBRAS, 2013). O *shale oil* sem dúvida está consolidando-se como uma importante variável a ser considerada no tabuleiro do mercado energético global, com a própria OPEP preocupada com a diminuição da dependência estadunidense de importação o hidrocarboneto de sua região, mesmo com a demanda mundial em contínua expansão (AIE, 2018).

Uma demonstração de sua influência ocorreu em 2014, quando uma entrada maciça dele no mercado alertou os países da OPEP, que aumentaram sua produção. Somado a isso, teve a volta do Irã no mercado após o fim das sanções econômicas ao país, o aumento da produção na África e na América Latina, bem como na Rússia. Isso gerou uma situação de *oversupply* que derrubou bruscamente o preço do barril na cotação internacional, com impactos variados pelo mundo (OPEP, 2018). Um deles foi a perda de competitividade do *shale oil* temporariamente, objetivo alcançado pela OPEP. Ainda assim, sua ascensão permitiu que os EUA voltassem a se

tornar um dos maiores produtores do mundo, e sinalizar para um cenário próximo uma autossuficiência energética do país (BP, 2018). O que melhoraria sua situação geopolítica em vários níveis e tornaria a *oil weapon* cada vez mais efetiva. O aspecto negativo do *shale oil* é seu imenso impacto ambiental, provocando contaminação do solo e riscos de explosões na superfície através de vazamentos (RIBEIRO, 2014, p.92)

Todavia, as mudanças que ocorrem nessa cadeia produtiva são lentas, em um ritmo mais lento do que o desejado pela economia globalizada e financeirizada. Provavelmente não há país no mundo mais interessado no fim da era do petróleo do que os EUA, mesmo com a força do *lobby* da indústria petrolífera na política local. As descobertas pioneiras vindas de tecnologia criada no país podem resolver sua segurança energética de vez, algo que vem sendo o seu calcanhar-de-Aquiles na geopolítica mundial. Enquanto isso ainda não está certo, é preciso considerar o cenário onde, a curto-médio prazo, o petróleo manterá sua relevância atual para a política estadunidense, e, conseqüentemente, para a esmagadora maioria dos países envolvidos em sua cadeia produtiva.

2.2 China

País com grandes ambições para o século atual, a China vem de uma grande ascensão econômica nas últimas décadas que a levou ao posto de segunda maior economia do mundo e com tendência a em breve assumir o topo. Tal processo implicou em um aumento de sua demanda por petróleo, onde também ocupa o segundo lugar na lista dos maiores consumidores (AIE, 2017). O país é um grande produtor do hidrocarboneto. Contudo, assim como os EUA, sua enorme demanda supera a produção interna, tornando o país dependente de importações. Esta tendência irá permanecer pelas próximas décadas, pois o principal objetivo macroeconômico do país é manter seu alto crescimento a fim de cumprir seus ousados planos de infraestrutura e estabelecer uma rede de comércio global centrada em seu território (BANDEIRA, 2014, p. 68).

Para tal, a China vislumbra uma produção industrial cada vez mais extensa. E com isso necessitará do uso de recursos energéticos para sustentar seu ritmo de desenvolvimento recente. Desde a abertura econômica no governo de Deng Xiaoping na década de 1980, a matriz energética chinesa vem passando por muitas transformações. Ela era baseada no carvão mineral, mas o consumo de hidrocarbonetos aumentou desde aquele período. Tal mudança no

planejamento energético promoveu uma série de alterações na estratégia geopolítica chinesa a longo prazo (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p.259). A China aumentou seu número de fontes de petróleo ao redor do mundo, indo além de suas fontes primárias domésticas e as do seu entorno no sudeste asiático, Ásia Central e Oriente Médio. Fora da Ásia, os principais alvos foram a Oceania, a América Latina e a África. Efetivamente, a presença chinesa no setor petrolífero é global graças a essa expansão. Como um dos resultados das reformas econômicas do país nos anos 1980, o país possui três grandes empresas semiestatais de petróleo: a CNPC, a PetroChina e a Sinopec. Ambas figuram no topo dos rankings de maiores empresas do mundo, desbancando as gigantes norte-americanas em valor de mercado⁴².

O impacto chinês na geoeconomia do petróleo é intenso e traz desdobramentos cruciais para o futuro do produto no mercado. O aumento deste consumo é particularmente positivo para as nações exportadoras, pois um eventual recuo das importações estadunidense por conta do *shale oil* pode ser compensado com o aumento da demanda chinesa. Este processo modificaria a direção dos fluxos petrolíferos na circulação mundial, redirecionamento seu centro gravidade dos Estados Unidos até a China. Considerando a relevância do petróleo, este seria um indicador poderoso do poder chinês no sistema internacional, capaz de reconfigurar o equilíbrio de forças e tornar a China uma ameaça real à supremacia estadunidense e modificar os parâmetros da geopolítica mundial (BANDEIRA, 2014, p.76).

A ascensão do dragão chinês alterou a balança de poder mundial e resgatou alguns princípios das teorias geopolíticas clássicas. Antigamente, estas consideravam a China como um contraponto a outras potências como a Rússia e o Japão no Pacífico, mas agora seu crescimento a coloca no papel da potência a ser contida. Isto é uma grande preocupação para a estratégia de contenção estadunidense à Eurásia, pois o território chinês, ao contrário do soviético, é bifrontal: tem acesso tanto as águas quentes do Pacífico como ao interior da Eurásia, podendo assim se tornar a primeira grande superpotência anfíbia do *heartland*. Leonel Mello já alertava para isso no seguinte trecho de “Quem tem medo da Gepolítica?”:

Se o gigante territorial e demográfico da Ásia do Leste viesse a dominar o Heartland, conquistaria uma posição geoestratégica muito superior à desfrutada no passado pela Rússia. A China poderia conjugar sua frente oceânica oriental – uma vantagem que a

⁴² De acordo com o ranking da Revista Fortune (2017), a Sinopec era a terceira maior empresa do mundo e a CNPC a quarta maior, sendo assim também as maiores empresas da China

Rússia nunca possuiu – com a vasta retaguarda centro-asiática, subvertendo a seu favor o equilíbrio de poder no continente basilar do globo. (MELLO, 1999, p.186)

O cenário para o domínio chinês no *heartland* poderá ser concretizado através do projeto “*One Belt One Road*” (Um cinturão, uma estrada). Ao contrário da antiga potência eurásiana, a União Soviética, os chineses pretendem exercer seu domínio não através do controle territorial direto, mas sim com a construção de uma vasta rede geoeconômica que possui propósitos geopolíticos em sua essência (FERDINAND, 2016, p. 942). Uma estratégia americana para mitigar a ameaça promovida pela China é o financiamento de movimentos separatistas dentro do seu território, como o Tibete e Xinjiang (BANDEIRA, 2014, p.67), províncias do oeste chinês que conectam a costa pacífica ao interior da Eurásia. Ambas as províncias têm grande importância geoestratégica, e o sucesso desses movimentos poderiam prejudicar o planejamento geoeconômico da China, especialmente os que envolvem as *pipelines*.

A visão a longo prazo é o cerne dessa estratégia chinesa. Ela destaca a importância de investimentos externos diretos que os ajudem a suprir sua demanda energética e ao mesmo tempo amplia sua área de influência ao criar fluxos comerciais direcionados a seu próprio território (FERDINAND, 2016, p. 948). O projeto tem uma forte característica geoeconômica, buscando criar imensas redes de infraestrutura por toda a Eurásia, conectando à Europa, o Oriente Médio, o subcontinente indiano e mesmo a África ao território chinês⁴³. Outro projeto chinês, de característica mais geopolítica é o “Colar de Perólas” (*String of Pearls*), que constitui na construção ao longo do Oceano Índico de pontos estratégicos que garantam a proteção das linhas de comunicação e comércio chinesa do seu território até o Golfo Pérsico (PEHRSON, 2006, p.4).

O primeiro projeto, portanto, tem características terrestre e o segundo marítimo. Eles representam o papel adquirido pela China no presente e suas pretensões. Assegurar os recursos energéticos é vital para manter seu crescimento econômico, calcado principalmente em sua capacidade industrial formidável, que graças a sua volumosa mão-de-obra a tornou a “fábrica do mundo”. E será preciso manter as importações em alta para manter o ritmo atual. Essa necessidade de importações do país asiático é um ponto importante para países que pretendem aproveitar a situação para exportar excedentes de petróleo recém-descobertos. Ambos os projetos têm como função garantir a hegemonia chinesa na Ásia, assegurar sua liderança como

⁴³ O projeto tem ampla inspiração na antiga Rota da Seda, a primeira grande rota internacional de comércio da história da humanidade. Algumas fontes e veículos de imprensa preferem chamar o “One Belt One Road” de “Nova rota da seda” por esse motivo. Uma referência a um antigo período de domínio chinês no comércio mundial.

novo centro comercial e desafiar a hegemonia estadunidense. Garantir o abastecimento de petróleo é uma das prioridades. A estratégia do “Colar de Perólas” evidencia isto, visto que seu propósito é proteger as rotas marítimas de importação do petróleo vindo do Oriente Médio (PEHRSON, 2006, p. 6), conforme demonstrado na figura abaixo:

Figura 5. A Estratégia do "Colar de Perólas" e as rotas marítimas de abastecimento de petróleo chinesas. Fonte: China Briefing News.

Como vimos, o transporte naval é vital para a circulação do petróleo, ainda mais para a China que tem a maior parte de seus centros urbano-industriais em sua costa do Pacífico. Essas rotas possuem alguns pontos estratégicos, com destaque para o Estreito de Malaca, reduzida passagem oceânica entre a península malaia e a Ilha de Sumatra. Trata-se de um ponto nevrálgico da rota entre o extremo asiático e o Oriente Médio, ou seja, uma das maiores rotas de petróleo do mundo, abastecendo tanto a China quanto outros países asiáticos como Japão e Coreia do Sul (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 261). Estima-se que um terço do comércio mundial passe por esse estreito, o que o torna alvo prioritário de Pequim para a manutenção de seus fluxos comerciais. Um bloqueio desse estreito poderia ter consequências catastróficas para a economia chinesa (PEHRSON, 2006, p. 7).

Também é a rota principal chinesa para a África, onde os investimentos chineses crescem exponencialmente, muito graças a disponibilidade de recursos no continente africano. E também uma excelente oportunidade para a China exercer sua própria petrodiplomacia, e expandir sua área de influência para além da Eurásia (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p.281). Através

do “*One Belt One Road*”, a China busca consolidar ligações na Ásia Central, principalmente com a Rússia. Sendo um grande exportador de hidrocarbonetos, e também motivado em mitigar a hegemonia estadunidense, a Rússia é um aliado ideal para a China por ora.

Entretanto, esses projetos podem provocar o aumento de tensões para os chineses, notoriamente com a Índia, país que flutua entre um potencial aliado do país e grande rival geopolítico na disputa pela hegemonia asiática. Conforme o mapa demonstra (figura 5), o “Colar de Pérolas” situa o território indiano pelo mar, colocando o país em uma situação delicada: força-o ou a aceitar a China como país hegemônico no Oceano Índico ou a confrontá-lo por essa posição. A aproximação indiana com os Estados Unidos e outros países ocidentais, bem como seus investimentos militares (especialmente na Marinha), indicam uma posição de não aceitar passivamente a investida chinesa (PEHRSON, 2006, p. 19). Uma escalada de tensão com a Índia não é do interesse chinês, pois pode desestabilizar a Ásia e comprometer os planos para os BRICS, do qual ambos fazem parte. Porém o principal ponto de tensão é a solidificação da aliança entre a China e o Paquistão, grande rival indiano⁴⁴.

Um dos desdobramentos mais relevantes dos projetos chinês é a construção do corredor econômico China-Paquistão, passando pelas regiões desérticas do oeste chinês, a cordilheira do Himalaia até chegar no Oceano Índico na cidade paquistanesa de Gwadar, na província do Baluchistão, onde um porto moderno e bem equipado foi construído com investimento chinês (KANWAL, 2018, p.3). Esse porto tem grande relevância geoeconômica pela proximidade com o estreito de Ormuz, podendo servir como *hub* das rotas comerciais chinesas de petróleo e diminuir a dependência do estreito de Malaca, enfraquecendo a capacidade indiana de interferir nas rotas chinesas.

Outra área complicada dessa rota marítima para os chineses é o Mar do Sul da China, considerado por Pequim como a mais importante para a defesa nacional. O principal temor aqui são as bases estadunidenses próximas, em Okinawa e Guam, bem como Taiwan⁴⁵, próximos da costa chinesa, uma grande ameaça em caso de guerra, pois mesmo em caso de bloqueio de uma invasão anfíbia, os estadunidenses poderiam dominar esse mar e cortar a principal artéria de abastecimento comercial chinesa, um xeque-mate fatal (FERDINAND, 2016, p.42). Por isso, os chineses investiram na criação de ilhas artificiais nesta porção oceânica para aumentar seu

⁴⁴ Índia e Paquistão pertenciam ao Império Britânico, foram separados na descolonização. Seguiram-se décadas de disputas territoriais, guerras e até mesmo uma escalada nuclear.

⁴⁵ Considerada uma província rebelde pelos chineses, mas com reconhecimento de muitos países na ONU, como o próprio Estados Unidos

mar territorial e afastar a projeção dos EUA, embora corra o risco de alienar aliados do Sudeste Asiático com essa ação, ou até mesmo provocar uma guerra com os Estados Unidos, sendo um tópico delicado na já conturbada relação entre os dois países na década de 2010⁴⁶.

Os chineses seguem buscando alternativas para as rotas de hidrocarbonetos. Outra rota criada pelo megaprojeto é em direção ao coração eurasiático na Ásia Central. Países como Cazaquistão e Turcomenistão possuem reservas consideráveis de hidrocarbonetos. Esse eixo é particularmente importante para os chineses pois integra a parte ocidental de seu território, pouco desenvolvida e integrada com a economia globalizada em comparação ao litoral. Também é uma maneira de desestimular os movimentos separatistas locais (BANDEIRA, 2014, p. 119). A maior consequência, porém, é a aproximação com a Rússia liderada por Vladimir Putin. Rivais constantes e aliados em alguns períodos históricos, a parceria russo-chinesa traz grandes impactos para a geopolítica do petróleo. Analisemos então a importância da Rússia para ela.

2.3 Rússia e Ásia Central

A Rússia deve muito de sua força geopolítica a seu potencial energético e a exploração dos hidrocarbonetos. Em 2016, o país era o maior produtor de petróleo cru do mundo e o segundo maior de gás natural (BP, 2018). As empresas russas do setor utilizam majoritariamente o transporte pelas *pipelines*, através de uma longa rede de dutos que trespassa seu território e o conecta a outros pontos da grande massa continental eurasiática. Eles interligam suas principais jazidas localizadas ao longo das vastas extensões da Sibéria para seus principais mercados nas bordas de seu imenso território, abastecendo desde o Japão até a Europa ocidental (EIA, 2018). A posição central do território russo na Eurásia é relevante para entender o papel do país no contexto da geopolítica energética e também como ela influencia na sua situação política interna.

Com o fim da guerra fria e sua inserção na economia capitalista, a Rússia estava atrasada em termos de integração comercial. Para mudar esse panorama, muitos investimentos foram realizados no setor de recursos minerais, através de privatizações e abertura ao capital estrangeiro, o que propiciaram a realização de obras como a construção de gasodutos, que

⁴⁶ China's Sea Control is a Done Deal, "Short of War With the U.S." – NY Times <https://www.nytimes.com/2018/09/20/world/asia/south-china-sea-navy.html> Acesso em 23/11/2018

permitiram a exploração do potencial energético do país. Nas últimas duas décadas, sob a administração de Vladimir Putin, houve uma forte nacionalização do setor, chefiada principalmente pela Gazprom e a Rosneft, empresas de capital misto onde o governo russo é o acionista majoritário (COSTA, 2015, p. 40).

As duas são as maiores empresas do país e figuram também como algumas das maiores do mundo. O aumento da produção de hidrocarbonetos foi essencial para reerguer a força geoeconômica e geopolítica da Rússia. O primeiro mercado a ser explorado, até pela proximidade geográfica, foi a União Europeia. Ao fornecer essas fontes de energia para os principais centros urbano-industriais europeus, a economia russa ganhou fôlego e o processo de ressurgência do país pode ser iniciado (COSTA, 2015, p. 51).

Ao assumir a presidência após os complicados anos da gestão Yeltsin em 2000, o governo Putin em seu primeiro período no cargo (2000-2008) buscou revitalizar a antiga força da Rússia. Iniciaram com a força geoeconômica, onde a rede de gasodutos eurásiana teve papel fundamental. Não só pelo soerguimento da economia russa, mas para reforçar a integração com os países da Ásia Central e Leste Europeu, lançando as bases para o retorno da proeminência russa na geopolítica mundial durante a década de 2010, alicerçada por sua liderança na Eurásia (COSTA, 2015, p.54). Através do Cáucaso, área controlada pelo governo central russo através de rígido controle militar⁴⁷, o país tem ligação com o Oriente Médio. Uma vez que por lá muitos dos parâmetros do comércio mundial do produto são estabelecidos e controlados (ver mais na seção 2.5), é do interesse russo expandir sua influência na região e manter boas relações com os países locais. Isto explica ações como o apoio ao governo Assad na guerra civil síria, a aproximação com o Irã e a melhora no relacionamento com a Arábia Saudita, apesar da permanente tensão entre os dois devido a tensões existentes no Cáucaso devido ao apoio saudita a grupos radicais islâmicos no local (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 241).

Um sinal dessa aproximação da Rússia com os países árabes, principalmente o bloco liderado pela Arábia Saudita, se dá justamente pelos interesses mútuos no setor energético, onde ambos necessitam manter a cotação do petróleo em um patamar necessário para garantir a estabilização do mercado e não comprometer a principal fonte de renda deles. Em função disso, a relação diplomática entre os dois teve melhoras significativas, apesar dos focos de tensão

⁴⁷ O Cáucaso sofreu duas intervenções militares do governo russo em conflitos na Chechênia (1999-2006), república com relativa independência que integra a Federação Russa e na Geórgia (2008), cujas regiões Ossétia do Sul e Abcássia, de maioria étnica russa, são ocupadas militarmente pelo país sob a reivindicação de defesa a suas minorias fora de seus territórios.

existentes. O saldo dessa cooperação por ora vem sendo benéfico para ambos, conforme uma declaração de Mohammed Barkindo, secretário-geral da OPEP, demonstra. Em um memorando de instituição para parabenizar Putin na ocasião de seu aniversário, Barkindo exalta as medidas realizadas pela aproximação entre Rússia e OPEP:

Sob sua presidência, relações entre a OPEP e a Federação Russa atingiram picos históricos, o apogeu disto foi a Declaração de Cooperação, um grande marco. Não somente esta decisão fez bastante pela estabilização do mercado de petróleo, tão necessária, como também propiciou um novo mecanismo inovador para a cooperação internacional entre os principais países produtores de petróleo. Você [Putin] teve participação primordial durante todo este processo, e eu gostaria de cumprimentá-lo pela sua capacidade como estadista, liderança inspiradora e tato diplomático [Trecho da carta-aberta de Mohammed Sanusi Barkindo para o Presidente da Federação Russa, Vladimir Putin, em ocasião do 65º aniversário deste. OPEP, 2018]

Este caso demonstra como a petrodiplomacia pode aproximar países com interesses comuns no setor de petróleo e gás, mesmo que possuam divergências em outros assuntos. É um microcosmo do panorama contemporâneo da geopolítica do petróleo. É também um indicativo de como essa diplomacia pode ser um método eficiente para atender os interesses estratégicos no setor energético e providenciar um cenário estável onde todos possam sair ganhando. Isto é, ao menos entre aqueles atores relevantes em suas disputas com outros atores do mesmo nível de relevância. Portanto, quando possível, a Rússia pode resolver suas questões energéticas em mesas de conferência, mas também não é um país que hesite em utilizar a força militar para resolver seus problemas e demandas geopolíticas, ainda mais usufruindo de um dos melhores arsenais militares do mundo (COSTA, 2015, p. 71). Saber quando usar a diplomacia ou a força militar é parte das estratégias geopolíticas. Ao menos até a segunda década do atual século, a Rússia é um dos países que mais sucede nessas operações.

Entretanto, possivelmente a região com maior relevância geopolítica para os russos seja a Ásia Central (especialmente ao redor do Mar Cáspio), por muito tempo parte do território russo e ainda com laços fortes que as conectam à Moscou (MONIÉ, 2012, p. 251). A estratégia russa para a região é reforçar os laços de cooperação econômica e integração regional, realçando seu papel de subordinação aos interesses russos. Trata-se um grande tabuleiro de xadrez na atualidade, pois a área, embora conte com um domínio russo pelos laços comerciais, não está totalmente assegurada como área de influência russa. Devido a sua localização geoestratégica

crucial, no centro da *heartland*, a Ásia Central também é historicamente alvo de outras potências⁴⁸. Aqui a Rússia tem mais pontos de litígio com os Estados Unidos, como a base militar no Quirquistão (BANDEIRA, 2014, p.107). A China, mesmo que agora seja aliada dos russos, pode a vir no futuro a desafiar a hegemonia russa na região para atender seus próprios interesses geoestratégicos. No momento, a Rússia aproxima-se dos chineses em uma aliança anti-EUA e para expandir o mercado de seus hidrocarbonetos, explorando a alta demanda chinesa (MONIÉ, 2012, p. 252).

A política energética russa, principalmente no contexto de sua política externa agressiva das últimas décadas, possui nítidas influências geopolíticas. Elas são o cerne do “Eurasianismo”, uma ideologia com bases geopolíticas (especialmente a teoria do *heartland* de Mackinder) elaborada pelo geógrafo russo Aleksander Dugin. Ele busca identificar uma civilização eurásiana composta por povos com valores culturais comuns e que é delimitada por sua geografia (DUGIN, 2014, p.19). Dugin defende o esgotamento e eventual fracasso da ideologia liberal ocidental, para eles um sistema engendrado para o enriquecimento das elites globais (composto basicamente pela Europa Ocidental e as “ilhas” anglófilas do crescente marginal, sendo denominados como “Atlânticos”) argumentando que os grupos civilizatórios distintos deles não devem gastar energia e recursos em imitar os ocidentais, mas sim valorizar seus próprios valores.

Ele também critica as ações do ocidente, especialmente os EUA, de interferência nas áreas de influência russa, criticando ações como a “guerra ao terror” no Oriente Médio, vistas como meios para desestabilizar as bordas eurásianas (DUGIN, 2014, p.25). Ou seja, Dugin defende uma Rússia distante do Ocidente, barrando as tentativas de penetração deste em territórios considerados naturalmente pertencentes ao Eurasianismo, ou seja, em territórios controlados indiretamente por Moscou. Graças a suas características geográficas especiais destacadas por Mackinder, a Eurásia naturalmente serviria como resistência ao “liberalismo global” e poderia oferecer auxílio a outras civilizações (DUGIN, 2014, p. 34).

Tais preceitos teóricos encaixam com alguns aspectos da política externa de Putin, especialmente tendo em vista as ações russas na Ucrânia e na Geórgia nos últimos anos. A motivação dessas ações por parte dos russos é afastar a crescente presença ocidental perto de

⁴⁸ Durante o século XIX, o Império Russo e o Império Britânico disputaram o controle territorial da região como parte do “Grande Jogo”, com os russos expandindo através do Cáucaso e dos arredores do Mar Cáspio enquanto os ingleses partiam da Índia. A principal ambição russa era conseguir acesso ao Oceano Índico, algo que a União Soviética também buscou durante a Guerra Fria.

suas fronteiras e em povos “euroasiáticos”, mesmo que grande parte das populações locais apoiem a ocidentalização em defesa a sua própria autonomia e autodeterminação, o que Moscou encara como uma ameaça a seu poder na Eurásia e a sua própria capacidade de exercer influência em escala global (COSTA, 2015, p.19). Não à toa, as teorias de Dugin possuem grande aceitação entre a cúpula política russa, ao valorizarem uma espécie de visão excepcionalista russa como os próprios estadunidenses tem de si mesmo (DUGIN, 2014).

Quanto aos hidrocarbonetos, chama-se atenção para a “arma do gás” (*gas weapon*), um termo utilizado para descrever uma estratégia ao mesmo tempo geoeconômica e geopolítica da Rússia que causa discórdia entre membros da União Europeia e OTAN. Conforme supracitado, a criação de *pipelines* vem sendo a grande arma russa para não só revitalizar sua economia como reerguer sua força geopolítica (MONIÉ, 2012, p. 254). Economicamente ela é importante para a atração de investimento e saldo positivo na balança comercial e geopolítica porque escancara a dependência da União Europeia com a importação do gás russo. Isso pode ser observado com duas *pipelines* específicas: A *Nord Stream 2* e a *TurkStream*.

A Nord Stream 2 é, como o nome sugere, uma ampliação da já existente Nord Stream, um gasoduto *offshore* que passa debaixo do Mar Báltico, norte da Europa, saindo das proximidades de São Peterburgo até o litoral da Alemanha, maior consumidora de gás natural russo na Europa (AIE, 2016). A importância de ambos tem relação com a própria materialização de uma conexão territorial direta entre os antigos rivais bélicos, mas também da aproximação econômica russa com o restante da Europa pós-Guerra Fria. A parceria foi bem-sucedida: Em 2016, a Rússia forneceu 247 bilhões de metros cúbicos em gás natural, cerca de 40% do total das importações gasíferas da União Europeia, cuja tendência futura é o aumento dessa demanda (Fontes: BP e Gazprom).

Contudo, a construção de uma segunda *pipeline* tem causado distúrbios internos na União Europeia, bloco que sobretudo conta com a liderança alemã. Quando for finalizada, ela vai dobrar o volume de gás russo importado pela Alemanha, o que segundo alguns líderes políticos do bloco, como o primeiro-ministro polonês Mateusz Morawieck, compromete a segurança da Europa, pois aumenta a força da *gas weapon* russa contra a Europa⁴⁹. Apesar da crescente tensão entre os lados, a Rússia leva vantagem na questão por contar com a necessidade alemã de suprir a própria demanda energética, dando mais liberdade para os russos agirem em outras

⁴⁹ AP NEWS – Varsóvia, Polónia. Poland says Russian gas pipeline is a “new hybrid weapon - Disponível em <<https://apnews.com/eba0b8e4ba8e4a9b9b107cf166213508>>, Acesso em 21/09/2018

questões, como na Ucrânia, com menor temor de uma represália na forma de sanções econômicas por parte da Alemanha ou de outros países da UE. Além disso, a situação estremece a relação da UE com a OTAN. O próprio presidente estadunidense, Donald Trump, criticou a dependência alemã do gás russo e constantemente critica a contribuição financeira dos membros europeus na aliança militar, que segundo ele sobrecarrega o exército dos Estados Unidos⁵⁰. Mas também por diminuir a capacidade dos EUA de provocar danos a economia russas com sanções próprias de seu país, como ocorre com o Irã.

Figura 6. Mapa dos gasodutos Nord Stream e Nord Stream 2. Fonte: Gazprom (2017).

Por sua vez, a *TurkStream* também é um gasoduto *offshore* em construção que trespassa o Mar Negro, ligando o Cáucaso até a parte europeia da Turquia. Sua função é importante por dois motivos: Primeiro, é um sinal de aproximação entre Rússia e Turquia, inimigos seculares que no momento buscam reconciliação, ainda mais relevante quando consideramos que a Turquia é integrante da OTAN e possui em seu território mísseis instalados desde os tempos de guerra fria com propósitos de intimidar Moscou. A construção desse gasoduto quase foi paralisada em 2015 quando a Turquia derrubou um caça russo por engano durante uma operação na Guerra Civil Síria, mas no ano seguinte ambos os países restabeleceram laços diplomáticos

⁵⁰ NOARK, Rick - “The Russian pipeline that Trump is so mad about. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2018/07/11/the-russian-pipeline-to-germany-that-trump-is-so-mad-about-explained/?utm_term=.0c921196a3e4>,” Acesso em 21/09/2018

e a construção foi reiniciada em 2017. Segundo, essa *pipeline* permite aos russos um caminho alternativo entre suas jazidas de gás localizadas no interior de seu território e a Europa Ocidental sem passar pela Ucrânia, fragilizando economicamente o antigo país aliado que busca desde 2014 se alinhar mais com o Ocidente. Como retaliação a esse movimento, e temendo que isso enfraquece seus projetos euroasiáticos, a Rússia anexou a península da Criméia, reforçando sua posição no Mar Negro (COSTA, 2015, p. 15). Enfraquecer a Ucrânia faz parte da política externa de Putin, no anseio de retomar o país sob sua esfera de influência (pois a Ucrânia ainda depende da Rússia economicamente) ou ao menos tirar sua importância geoeconômica no contexto da rede de gasodutos. Contudo, ainda resta ver como serão os desenrolar dos fatos após a conclusão da obra.

Figura 7. Mapa dos gasodutos russos no Mar Negro. Fonte: Gazprom (2017).

Portanto, a geopolítica russa está intimamente ligada à sua posição geográfica privilegiada no cenário global e seu papel como grande fornecedor de petróleo e gás para países consumidores como os da União Europeia e China. Seus projetos de expansão dos *pipelines* reforçam essa importância e indica as ambições russas de consolidar sua ressurgência geopolítica (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 177). Embora confrontar diretamente os Estados Unidos pela hegemonia global já não seja mais possível como nos tempos de Guerra Fria devido ao abismo econômico entre os dois, enfraquecer a influência dos EUA no *heartland* é uma

possibilidade palpável para os russos ao provocar uma super-extensão do poder global do seu rival. Embora o fortalecimento da aliança estratégica com a China seja uma necessidade tanto para a economia russa quanto para seus projetos geopolíticos, tornar-se tão dependente da China poderá ser problemático no futuro. Por ora, a petrodiplomacia russa vem sendo uma das mais eficazes no cenário global. Resta agora averiguar nas próximas décadas, enquanto não chegarmos no “*peak oil demand*”, se será possível sustentar essa força e influência.

2.4 União Europeia

Bloco regional mais consolidado da atual etapa do capitalismo globalizado, a União Europeia passa no momento por grandes desafios institucionais e movimentos centrífugos que ameaçam sua unidade. O principal deles é o Brexit, a saída do Reino Unido do bloco programada para acontecer, de acordo com as leis do bloco, até 2019. O temor interno, principalmente de seus principais líderes (Alemanha e França) é a saída britânica ser o ponto de partida para uma debandada geral. O bloco vem sofrendo também com as constantes crises econômicas de seus integrantes desde 2008 quando ocorreu a crise imobiliária dos EUA, além das questões de imigração e recolhimento de refugiados da África e Oriente Médio provocar divergências entre seus integrantes. Apesar dos problemas internos, o bloco certamente é o principal responsável pela manutenção das potências europeias como *major*s na geopolítica internacional, contando (até a efetivação da saída do Reino Unido) com dois membros do conselho de segurança da ONU. Considerado o arranjo internacional político mais sofisticado do mundo contemporâneo, o bloco serve de inspiração para muitos projetos de integração regional no mundo (ARROYO, 2010, p. 62).

Decisões históricas de alguns países europeus provocaram boa parte dos conflitos causados por petróleo na história do século XX, desde a assinatura do acordo secreto de Sykes-Picot ainda na Primeira Guerra Mundial até o auxílio inglês na invasão do Iraque em 2003. Os europeus criaram Estados artificiais e desenharam linhas imaginárias nos mapas visando assegurar suas fontes de petróleo (ENGDAHL, 2007, p. 13). Gradualmente foram perdendo relevância na geopolítica do petróleo no contexto da Guerra Fria, principalmente após a Crise de Suez em 1956. Destaca-se no setor privado as empresas Shell, BP⁵¹ e a Total. Excluindo-se a Rússia e os países do Cáucaso, existem poucas reservas relevantes na Europa de petróleo. Os

⁵¹ Antigas Royal Dutch Shell e Anglo-Iranian Oil Company, respectivamente. Ambas eram integrantes do cartel das sete irmãs

principais destaques são a Romênia (integrante da EU) mas a muito tempo já longe de seu auge produtivo e a produção *offshore* na Noruega, onde a empresa estatal do país, a Statoil, é considerada uma das mais eficientes do setor (KASAHARA; BOTELHO, 2016, p. 97).

O grande destaque da UE no setor petrolífero é seu papel como consumidora, onde graças a força econômica somada de seus integrantes é uma das maiores do mundo, o que implica em uma grande necessidade de importar petróleo e gás natural do exterior devido as poucas reservas (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p.241). Para isso, precisa lidar com países com os quais não nutre boas relações diplomáticas, como é o caso da Rússia, e se envolver nas conturbações geopolíticas do Oriente Médio e da África, onde alguns laços remanescentes do período colonial ainda permanecem (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p.132). Apesar dos laços diplomáticos que unem o bloco com os EUA, principalmente através da OTAN e da OCDE, a UE muitas vezes é compelida a tomar atitudes independentes que causam tremores em sua relação com os estadunidenses, onde novamente vale reforçar a Rússia como principal exemplo desse fenômeno. Chama muita atenção também a questão do Irã, onde após o acordo nuclear com o país, a UE pretendia reinserir o petróleo iraniano no mercado para aumentar a oferta e diminuir o preço do petróleo. Entretanto, devido ao contínuo antagonismo dos EUA com o Irã na gestão Trump, dificuldades para importar o petróleo iraniano ressurgiram⁵².

Os países-membros da UE são provavelmente os que mais buscam a diminuição do uso das fontes não-renováveis, notoriamente a Alemanha⁵³. Suas motivações são baseadas nos princípios basilares da segurança energética, como evitar crises abastecimento e buscar a diversificação de fontes, mas um grande motivador no momento são as questões ambientais. Os chamados “partidos verdes” tem grande proeminência nos países da UE e as pautas ambientais viraram o principal item das agendas políticas de vários governos, preocupados com os piores cenários que as mudanças climáticas podem provocar. Por conta disso, vários países europeus já estabeleceram metas de reduzir suas emissões de carbono nas próximas décadas. O setor elétrico reduzirá o uso das usinas termelétricas e existe um plano de diminuição do uso de automóveis movidos a derivados de petróleo (principalmente os caminhões que funcionam a base de óleo diesel), diminuindo a demanda europeia. Certamente isso trará grandes impactos

⁵² BATISTA, Henrique G. – O Globo - Trump anuncia saída dos EUA do acordo nuclear com Irã – Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/trump-anuncia-saida-dos-eua-do-acordo-nuclear-com-ira-22663972> - Acesso em 08/05/2018

⁵³ Portal G1 - Alemanha anuncia plano ambicioso para reduzir emissões de carbono – Disponível em: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/12/alemanha-anuncia-plano-ambicioso-para-reduzir-emissoes-de-co2.html> - Acesso em 07/06/2018

na geopolítica do petróleo, e uma grande preocupação para os países produtores, principalmente os da OPEP.

Contudo, ainda é prematuro descartar a UE como agente influenciador na geopolítica e geoeconomia do petróleo. A substituição das tecnologias movidas pelos motores de combustão ainda deve levar décadas para ser totalmente efetivadas, garantindo por um período a necessidade europeia de importar petróleo. Além disso, vale destacar a força do *lobby* da indústria petrolífera, ainda mais que o bloco europeu conta com três das maiores empresas de petróleo do mundo. Com novas fontes de petróleo sendo descobertas e exploradas, o preço do petróleo tende a cair e manter-se num patamar baixo, tornando-o mais competitivo no mercado, o que por sua vez causa temor nos grupos ambientalistas graças ao desestímulo ao investimento em fontes limpas e alternativas, ainda mais caras (AIE, 2016).

O controle das fontes de petróleo pelo mundo também é um fator que confere aos países da UE poder e influência na geopolítica mundial. Sendo assim, os países europeus que foram um dos principais responsáveis pela “geopolitização” do petróleo poderão ser em breves um dos responsáveis pela sua decadência. As ações individuais de cada um de seus países, contudo, poderá comprometer a política europeia única. E no setor energético, não é incomum haverem divergências entre os integrantes⁵⁴.

A UE é também fundamental para as pretensões petrolíferas do Brasil e do restante da América do Sul, por ser um grande mercado e por talvez tornar-se mais atraente em caso de escalonamento das guerras comerciais entre EUA e China. Ao mesmo tempo em que o petróleo é um dos principais itens de exportação para os países do bloco (onde inclusive a francesa Total e a norueguesa Statoil são consideradas parceiras estratégicas da Petrobras⁵⁵), a pressão para diminuir o uso de combustíveis fósseis é uma das principais pautas ambientais cobradas ao Brasil e outros países emergentes nos fóruns ambientais, indicando um limite ao volume que a Petrobras possa negociar⁵⁶. Contudo, um dos grandes objetivos da política externa brasileira,

⁵⁴ Um exemplo disso é a energia nuclear. Após os impactos ambientais provocados pelo acidente da usina de Fukushima no Japão em 2011, a Alemanha desativou suas usinas nucleares. Contudo a França segue sendo a principal usuária deste tipo de energia na Europa

⁵⁵ PETROBRAS, 2017. Assinamos contratos com a Statoil relacionados à parceria estratégica. Disponível em <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/assinamos-contratos-com-a-statoil-relacionados-a-parceria-estrategica.htm>> e PETROBRAS, 2017. Selamos Aliança estratégica com a Total com a assinatura de contratos definitivos. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/selamos-alianca-estrategica-com-a-total-com-a-assinatura-de-contratos-definitivos.htm>> Acesso em 20/10/2018

⁵⁶ CARVALHO, Eduardo. Portal G1 - UE pede a Brasil e emergentes que anunciem corte de emissões [de carbono] pós-2020 – Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2014/12/ue-pede-brasil-e-emergentes-que-anunciem-corte-de-emissoes-pos-2020.html>> Acesso em 07/06/2018

em conjunto com seus países aliados do Mercosul é a concretização de um acordo comercial entre os dois blocos, o que favorecia o aumento das trocas comerciais entre eles. Apesar de prolongadas negociações, o acordo ainda não foi fechado até o começo de 2019, embora cresçam os motivos para o cumprimento desse objetivo. Ele é um passo fundamental para as ambições brasileiras de consolidar-se como um grande exportador de petróleo.

2.5 Oriente Médio e Arábia Saudita

Ao tratar sobre a geopolítica do petróleo, é imprescindível falar a respeito do Oriente Médio, onde estima-se ser a localização de mais de dois terços das reservas mundiais de petróleo e que em alguns momentos do século XX chegou a ser responsável por 90% da produção mundial (AIE, 2017). Ao analisar qualquer mapa-múndi típico de projeção UTM é perceptível a posição central do Oriente Médio, estando no meio da grande área continental abrangida por Europa, África e Ásia, o que torna a região importantíssima em termos geoestratégicos. Historicamente, berço de grandes civilizações e local de origem das grandes religiões monoteístas do mundo, o Oriente Médio já possui questões geopolíticas relevantes relacionadas a disputas nacionalistas, passado colonial e conflitos religiosos. Tal importância é multiplicada pela quantidade massiva de reservas petrolíferas locais e o quanto elas são influentes na política local e na interferência externa das grandes potências. Uma vez que localização e acesso são prioridades na segurança energética desse grupo de países, as reservas de petróleo ajudam a explicar a presença deles na região através de busca por influência ou até mesmo intervenções militares (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p.345). Por questões de simplificação, abordaremos somente alguns desses países, justamente aqueles com maior destaque no comércio internacional de petróleo.

A maior parte dessas reservas está localizada em torno do golfo pérsico, porção oceânica cercada de terra exceto pelo estreito de Ormuz, um dos pontos mais nevralgicos do comércio mundial de petróleo (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p.48). Boa parte das reservas estão localizadas no subsolo dos desertos da península arábica, no relevo submarino do próprio golfo ou no subsolo do planalto iraniano. O golfo pérsico concentra ainda hoje cerca de 30% dos campos gigantes de petróleo mundiais, por sua vez responsáveis por entre 60% a 70% do volume recuperável de petróleo mundiais e que nos anos 2000 foram responsáveis por 50% dessa produção (TOLMASQUIM, 2011, p. 4). Sua distribuição geográfica e os interesses imperialistas europeus influenciaram na demarcação e criação de diversos países ao longo do

século XX, como o Kuwait e os Emirados Árabes Unidos, além de outros pequenos países conhecidos como Repúblicas do Golfo (ENGDAHL, 2007, p.12). Esse grupo de países é governado por regimes monárquicos de características tribais e locais. Eles se destacam na geoeconomia do petróleo ao buscarem diversificar sua economia para tentar escapar da maldição dos recursos naturais, apostando na diversificação econômica e no aumento de seu *soft power* através de investimentos em turismo, setor imobiliário e até mesmo eventos esportivos de grande apelo mercadológico (PERIARDA; LOSEKANN, 2012, p. 135. Os principais produtores, porém, são os países de maior território.

Entre eles está o Iraque, em situação ainda instável após a ocupação estadunidense (2003-2011), da invasão do Estado Islâmico e o recorrente separatismo curdo no Norte de seu território. O Irã, país com tumultuada situação diplomática e comercial devido ao desgaste causado pelo seu programa nuclear (conforme já abordado nas seções anteriores). Porém, a maior potência petrolífera da região e que persegue o status de líder regional incontestável é certamente a Arábia Saudita.

Surgida dos escombros do Império Otomano e governada pela dinastia dos Saud, o país árabe controla direta ou indiretamente boa parte da península arábica, incluindo os principais centros religiosos do mundo islâmico (Meca e Medina). Mesmo com pouca população, é uma nação detentora de considerável capital geopolítico. Além da influência religiosa, o outro pilar de seu poder é, evidentemente, o petróleo (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 320). Através dele, conquistou dinheiro. Através do dinheiro, conquistou capacidade de modernizar a infraestrutura interna e sustentar um modo de vida confortável para a maioria de sua população e assegurou relativa estabilidade política, algo raro dentro do Oriente Médio (embora disputas internas na família Saud sejam frequentes).

Mas, principalmente através do petróleo, conquistou reconhecimento das outras grandes potências, interessadas em manter a Arábia Saudita como parceira aliada e estratégica para assegurar o abastecimento contínuo das reservas da principal *commoditie* mundial, que é o caso dos Estados Unidos. Para controlar a atividade petrolífera de seu território, conta com a Saudi Aramco, estatal saudita do setor, detentora de monopólio absoluto das jazidas do país e em seus regimes de concessão, obtendo sempre a parcela majoritária. É o país com a segunda maior quantidade de reservas provadas (BP e EIA, 2017), mas principalmente é aquele tem o menor

custo de extração do barril, que não passa de U\$ 4 a cada barril extraído⁵⁷, o lhe permite um lucro estrondoso e uma competitividade imbatível no mercado. Possuía o maior poço do mundo, o de Ghawar, descoberto ainda em 1948, que foi estimado em 120 bilhões de barris de petróleo, mas atualmente acredita-se não passar de 30 bilhões após décadas de extração (TOMMALSQUIM, 2011, p. 4). Foi a descoberta desse campo de petróleo (nos estágios iniciais da Guerra Fria) que motivou os EUA a tornaram-se dependentes do petróleo saudita, tanto para abastecer sua demanda interna, suas forças armadas e manter seu controle sobre o Oriente Médio (ENGDAHL, 2012, p.4). Foi o início de uma das mais importantes alianças estratégicas do mundo contemporâneo, que permitiu a ascensão da Arábia Saudita como potência regional mesmo com suas limitações geográficas e demográficas (ENGDAHL, 2012, p.6).

Outro aspecto importante desta relevância saudita é o seu interesse em escalar seu poderio militar. O país possui o terceiro maior orçamento bélico do mundo, atrás somente das grandes potências EUA e China, e na frente dos países europeus e outras potências globais como Rússia e Índia⁵⁸. Apesar de não possuir armamento nuclear, seus laços diplomáticos e culturais com o Paquistão, proprietário de ogivas, fornece essa capacidade (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p.329). A integração regional também é um instrumento de influência para os sauditas, e nos assuntos petrolíferos dois blocos liderados por eles se sobressaem: A OPEP e a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo. A primeira tem um caráter mais mundial, com seu propósito inicial sendo combater a antiga hegemonia das principais *majors* privadas do setor petrolífero, o antigo cartel conhecido como “Sete Irmãos” e já a segunda envolve uma série de países árabes sob a influência mais direta da Arábia Saudita. Ambas organizações têm capacidade de decidir sobre a quantidade de petróleo a ser produzida e ser disponibilizada no mercado internacional, o que lhe fornece a habilidade de controlar o preço do produto (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 325). Tal capacidade é provavelmente a arma geopolítica mais forte dos sauditas, mostrando que eles também possuem sua própria *oil weapon*.

A posição geográfica do país ser considerada tanto uma vantagem como uma desvantagem. Por um lado, está bem posicionada no coração da península arábica, sendo vizinho de praticamente todas suas nações aliadas na região e controla na região do golfo

⁵⁷ “Saudi Arabia announces rise in oil reserves after external audit” – Fonte: <https://www.reuters.com/article/saudi-oil-reserves/update-3-saudi-arabia-announces-rise-in-oil-reserves-after-external-audit-idUSL8N1Z93WO> - Visualizado em 09/01/2019

⁵⁸ De acordo com dados do SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute) de 2017

pérsico a segunda maior reserva comprovada de petróleo do mundo, além de estar próximo de rotas marítimas de intensa circulação.

Por outro lado, tais rotas passam por três “*chokes points*” importantíssimos que não estão sob controle direto do país: O Canal de Suez (liga o Mar Mediterrâneo ao Mar Vermelho), o Estreito de Bab El Mandeb (passagem entre o Mar Vermelho e o Golfo de Adén que eventualmente atinge o Oceano Índico) e o Estreito de Ormuz (passagem entre o Oceano Índico via Golfo de Omã e o Golfo Pérsico). O primeiro deles está sob o controle do tradicional aliado Egito, que mantém boas relações com a monarquia saudita. O mesmo não pode ser dito dos outros dois. Em Bab El Mandeb, um dos lados do estreito é controlado pelo Iêmen, país mergulhado em uma terrível guerra civil, onde um dos lados tem suporte militar controverso da própria Arábia Saudita, o que explica sua participação no conflito, para proteger seus interesses, a despeito do desgaste internacional provocado.

Já no Estreito de Ormuz a situação é ainda mais dramática, pois grande parte do volume de petróleo produzido mundialmente passa por ali, e o seu controle pertence ao Irã, grande rival geopolítico dos sauditas. Questões de ordem religiosas agravam a rivalidade dos dois e desafia a hegemonia da monarquia saudita no mundo árabe e muçulmano, além de incitarem mais interferência externa. Um exemplo de como essa “mini-Guerra Fria” afeta os países locais é justamente o Catar, caso que já mencionamos no primeiro capítulo. O bloqueio saudita chega inclusive a proibir a participação de cidadãos catarinos em manifestações religiosas, como a peregrinação à Meca⁵⁹.

Certamente, a relevância e as polêmicas da Arábia Saudita vão muito além do descrito nos parágrafos anteriores, mas o destaque do líder da OPEP está na sua capacidade de controlar o preço do produto através de uma simples decisão da monarquia saudita em aumentar ou diminuir a produção do petróleo cru no país e influenciar os cartéis que lidera, compostos em sua maioria por países árabes que viabilizam o papel de liderança regional da Arábia Saudita. Esta posição é respaldada pelos EUA, preocupados em ter um parceiro confiável que mantenha a jugular do comércio petrolífero bombeando o sangue negro (ENGDAHL, 2012, p. 18). Fortalece a posição do país a aproximação com a Rússia, abrandando rivalidades geopolíticas para que o preço do petróleo mantenha uma grande estabilidade frente a novas fontes como o

⁵⁹ AL-JAZEERA. Qatar accuses Saudi Arabia of blocking acces to Hajj – Disponível: <https://www.aljazeera.com/news/2018/08/qatar-accuses-saudi-arabia-blocking-access-hajj-180818082236829.html>. Acesso em 18/08/2018

shale oil. Mesmo sendo mais próximo dos EUA, a monarquia saudita pratica o pragmatismo quando assim julga necessária. Por ora, isso a mantém como importante fiel da balança.

2.6 Costa Ocidental da África

A África possui algumas das mais formidáveis reservas minerais do planeta. Embora as de petróleo não sejam tão grandiosas como a de outros minérios e metais preciosos, ainda tem um peso econômico considerável para alguns países. E também contribuem para o posicionamento dos países africanos no comércio mundial como fornecedores de produtos do setor primário. Chamam a atenção dois dados relevantes: a África conta com 10% das reservas mundiais de petróleo e são responsáveis por 16% das importações estadunidenses, o que os coloca com algum destaque no mapa da geopolítica de petróleo (AIE, 2017). Com industrialização ainda incipiente comparada ao restante do mundo e baixa integração nos circuitos terciários e quaternários da economia globalizada, os países africanos possuem uma alta dependência econômica da exportação de suas matérias-primas, tornando setores como o petróleo ainda mais relevantes para sua situação geopolítica global. Por conta disso, esses países estão entre os mais vulneráveis a sofrerem com a maldição dos recursos naturais (ROSS, 2015, p.45).

Os países do norte da África são importantes exportadores de petróleo e muitos são integrantes da OPEP e, portanto, dentro da zona de influência da Arábia Saudita. A situação política é instável, ainda mais após os eventos da primavera árabe em 2011. Os países dessa região são também alvo dos interesses das grandes potências, principalmente as europeias, antigas metrópoles dos países locais na época do neocolonialismo e com quem ainda mantém laços de dependência econômica. A onipotente presença estadunidense e a crescente presença chinesa através dos investimentos externos diretos são fatores cruciais na dinâmica do continente dentro da geopolítica do petróleo (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 123). Líbia e Argélia são os países com maiores destaques, especialmente o primeiro com a maior parte das reservas, além de ambos serem membros da OPEP (BP, 2017). Contudo, o primeiro ainda se encontra em duradoura guerra civil desde os eventos da Primavera, tornando incerta a continuidade dos fluxos petrolíferos locais.

A localização é um dos trunfos dos africanos, principalmente em relação as rotas marítimas do petróleo. Duas possuem destaque: a que passa pelo golfo de Éden e o canal de

Suez, e a tradicional rota que contorna o cabo da Boa Esperança na porção meridional do continente. A primeira possui como grande desafio os ataques de piratas somalis, requerendo a cooperação das marinhas do mundo para manter a estabilidade da rota e a segurança dos navios petroleiros. A segunda rota é relevante por ser um caminho comum dos petroleiros americanos, portanto constante alvo de vigilância de suas bases militares espalhadas pelos oceanos Índico e Atlântico, bem como suas frotas (MONIÉ, 2012, p. 206). A região africana que melhor se beneficia dessa segunda rota é a costa ocidental africana, ao longo do golfo da Guiné, principalmente em países como a Angola e a Nigéria, que conta com a segunda maior reserva do continente e também integra a OPEP (MONIÉ, 2012, p. 207).

A instabilidade política trazida pelo petróleo atinge os países africanos exportadores do hidrocarboneto. Ela começa ainda no período neocolonial, muitos graças às disputas imperialistas dos países europeus, conforme vimos na seção 2.4 (ENGDAHL, 2012). Mas é no período pós-colonial que a situação se agrava. A geopolítica do petróleo no continente passa a ser marcada por conflitos sangrentos e terríveis guerras civis, motivados pelo controle das jazidas de petróleo por ditadores e grupos políticos. Tal controle providencia enriquecimento e controle econômico que se traduz igualmente em supremacia militar, por isso diferentes facções combatem entre si pelo petróleo (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 125).

Um exemplo foi a Guerra de Biafra ocorrida na Nigéria na década de 1960, onde separatistas da província de Biafra, rica em petróleo, buscaram a secessão do governo central nigeriano. O conflito foi brutal e se estendeu por três anos, causando diversas perdas humanas. Contou com a mobilização da opinião pública internacional devido ao apoio controverso do Reino Unido, União Soviética e Estados Unidos ao governo nigeriano após a divulgação de imagens de crianças malnutridas em locais sob cerco militar. Enquanto isso, países como França e Israel forneceram armas aos dois lados e até mesmo uma trégua causada pela passagem do Santos de Pelé no país (com o governo nigeriano aproveitando-se politicamente do evento). Em suma, a África continua sujeita a interferência externa mesmo em contexto de decolonialidade, ainda mais se tratando de países consumidores visando manter seus suprimentos do hidrocarboneto alinhados com sua geoeconomia (MONIÉ, 2012, p.201).

Petróleo e política também vem sendo uma combinação perigosa na Angola, onde o grupo político que ascende ao poder no país normalmente é o que controla as fontes financeiras advindas da comercialização do petróleo para o exterior. O país possui as segundas maiores reservas petrolíferas da África Subsaariana (atrás da Nigéria), boa parte delas *offshore* no

enclave de Cabinda, o que despertou inclusive o interesse da Petrobras (RAMOS, 2009, p.20). Vinte e cinco anos de guerra civil dificultaram o aumento da produção no país, mas ele vem sendo aumentado desde 2002, quando terminou o confronto e o país, através de sua estatal Sonangol, pode atrair investimentos estrangeiros. O crescimento da economia angolana está estritamente ligado a atividade petrolífera no país, responsável por 90% das exportações do país e de 55% de seu PIB (TOLMASQUIM, 2011, p.63). Entretanto, não necessariamente o lucro pode ser revertido para a população local. De acordo com dados do *Human Rights Watch*, cerca de 4,27 bilhões de dólares obtidos com *royalites* de petróleo pelo Estado angolano desapareceram das contas públicas, cerca de 25% do total arrecado (SÉBILLE-LOPEZ, 2006, p. 154). A corrupção é, portanto, mais um dos sérios problemas que assolam o país e o restante do continente africano.

Conforme explicamos ao tratar da maldição dos recursos naturais, o grande problema dessa condição é que como o grupo político hegemônico depende do petróleo para sua manutenção no poder, não é do interesse deles diminuir o papel do hidrocarboneto na economia local, fortalecendo ainda mais seu controle sobre o país e inviabilizando o surgimento de uma oposição (ROSS, 2015, p. 95). Por pragmatismo, os países compradores mantêm as trocas comerciais com o governo autoritário, mesmo que isso esteja em contramão com seu discurso pró-livre mercado e pró-democratização. Um exemplo disso é a participação ativa de empresas no país como a britânica BP, a francesa Total e a chinesa Sinopec (RAMOS, 2009, p.34). A crescente presença chinesa no continente é um dos desdobramentos de seus projetos de integração econômica em escala global e muitos especialistas argumentam tratar-se de uma nova forma de colonialismo (ou neocolonialismo)⁶⁰.

Mesmo no período pós-colonial, o legado da era anterior persiste na África. Apesar de possuir reservas grandiosas e muitas delas ainda sem terem seu potencial totalmente explorado, o continente não tem a mesma relevância no mercado de petróleo do Oriente Médio ou até mesmo da América Latina. Embora a maior proximidade geográfica com o Estados Unidos, maior consumidor, seja uma vantagem considerável, o volume exportado e a instabilidade política atrapalham as pretensões africanas (MONIE, 2012, p.210). Contudo, as perspectivas podem ser mais positivas em alguns países, como os lusófonos Angola e Guiné Equatorial. O primeiro, apesar de tudo, tem na sua recente estabilização política um trunfo e sua economia bate recordes de crescimento, enquanto o segundo tem grande potencial, considerado por alguns

⁶⁰ Embora alguns pontos sejam válidos, muitas vezes essa retórica esconde um forte caráter sinofóbico

autores como o “Kuwait africano”, devido a sua pequena dimensão. Por razões tanto culturais como geológicas, esses países possuem uma grande conexão com o Brasil, e vem sendo nesse século uma plataforma para a Petrobras expandir sua área internacional e servir como ponto para as relações diplomáticas brasileiras no continente, principalmente em Angola (RAMOS, 2009, p. 37).

Duas semelhanças aproximam a estatal brasileira com o país africano: o história e cultura de ambos, uma vez que foram colônias de Portugal e são lusófonos, integrantes do CPLP, o que facilita os negócios entre os países. As características geológicas de seus litorais são similares, tornando-o uma área propícia para a exploração da Petrobras utilizando as mesmas técnicas desenvolvidas ao trabalhar na zona *offshore* brasileira, ou seja, achar reservas semelhantes à do Pré-Sal em águas ultra-profundas (RAMOS, 2009, p. 41).

Tanto o Brasil como essa parte da África ainda são consideradas regiões marginais dentro do panorama global da geopolítica do petróleo e essa realidade é um fator unificador entre os dois lados, incentivando um maior intercâmbio entre ambos. O Brasil pode vir a ser o agente internacional que integrará mais o continente africano, em particular as regiões citadas, ao comércio mundial de petróleo. Durante a segunda passagem do ex-ministro Celso Amorim pelo Itamaraty (2003-2010) o governo brasileiro deu um foco maior as relações “Sul-Sul” do que em outras gestões, conquistando uma maior aproximação com a África (VIZENTINI, 2008, p. 104). Uma possibilidade seria explorar as potencialidades das alianças com os BRICS, especialmente com África do Sul, maior potência regional da África e que mesmo não sendo uma grande exportadora de petróleo tem seu destaque graças a rota comercial do Cabo, e a China com seu aumento substancial de investimentos no continente.

É na costa ocidental africana que podemos identificar a Petrobras como instrumento do Estado brasileiro para a petrodiplomacia brasileira fora das Américas. Entretanto, as mudanças de alinhamento diplomático do Brasil nos anos recentes comprometem essa perspectiva estratégica, retirando o Brasil de uma importante conexão transatlântica e fechando o país ainda mais na América e afastando ele de uma maior conexão entre os grupos de países emergentes e em desenvolvimento, como os BRICS e o G-20. A tendência é os pontos de interesse estabelecidos na África tenham sua importância reduzida e a presença brasileira como um todo recue. Com isso, a África continuará ficando à revelia da disputa entre Estados Unidos *versus* Europa Ocidental *versus* China pela influência regional. Contudo, vale destacar também o progressivo desenvolvimento de projetos de integração pan-africana. Muitos deles valorizam a

preservação do capital natural, implicando em uma redução da exploração dos combustíveis fósseis. Eles poderão ser no futuro a chave para a superação dos problemas regionais e frear a presença estrangeira, historicamente tão problemática.

3. O PETRÓLEO NO BRASIL E NA AMÉRICA DO SUL

Este tesouro [o pré-sal] vai ajudar o Brasil a conquistar um papel de liderança na geopolítica mundial

Edison Lobão

Vimos nos capítulos anteriores como o petróleo é importante para o mundo. Isso não é diferente no Brasil e na América do Sul, onde desde as grandes empresas estatais do setor até motoristas e caminhoneiros tem seus orçamentos afetados pelos distúrbios geopolíticos do Oriente Médio e outras regiões do mundo. Essa questão costuma ganhar atenção na grande mídia em momentos de altas bruscas no preço dos combustíveis, que reverberam em todos os circuitos econômicos ao aumentar o preço dos transportes e por consequência o preço dos outros bens de consumo. Na matriz energética mundial as fontes não-renováveis, como o petróleo, predominam largamente, com quase 88% do total (EPE, 2018, p.6). O Brasil possui uma matriz mais equilibrada, com quase 45% de fontes renováveis, com destaque para a hidráulica e a biomassa. Apesar disso, o Brasil ainda tem no petróleo sua maior fonte de energia, conforme demonstra o gráfico abaixo:

Figura 8. Gráfico da Matriz Energética Brasileira em 2017, elaboração própria. Fonte: EPE (2018).

Por muitos anos o petróleo foi prospectado no Brasil, sob a crença de que um país com um território tão imenso e rico em outros recursos minerais certamente teria grandes ofertas do hidrocarboneto (LEITE, 2014, p.165). Reservas foram achadas no subsolo brasileiro, mas os grandes campos de petróleo estavam localizados sob o assoalho oceânico do território marítimo

brasileiro, usualmente denominado como “Amazônia Azul”⁶¹. As primeiras jazidas foram descobertas no final dos anos 1970, e seu potencial já começou a mudar o patamar do Brasil em questões de petróleo. Em 2010, os campos em mar já eram responsáveis por 95% da produção nacional (ANP, 2010). Os principais Estados produtores são o Rio de Janeiro (maior produtor disparado com quase 70% da produção total) Espírito Santo e São Paulo, que são aqueles confrontantes às jazidas na plataforma continental brasileira. Essa distribuição geográfica é um ponto crucial em alguns dos temas mais polêmicos do petróleo, a distribuição dos *royalties* (que será abordada na próxima seção e também no capítulo 5). Abaixo, podemos observar a produção por estado em 2017:

Estado	Petróleo (bbl/d)	Produção Total (boe/d)	Nº de Campos Produtores
Rio de Janeiro	1.805.383	2.145.784	37
São Paulo	340.246	463.081	6
Espírito Santo	345.584	407.700	50
Amazonas	19.430	91.949	7
Bahia	31.474	73.031	83
Rio Grande do Norte	43.114	49.219	78
Sergipe	22.164	37.806	21
Outros	7.798	53.684	23
Total	2.615.193	112.420	305

Tabela 2: Distribuição da produção de petróleo no Brasil por estado. Fonte: ANP (2018), elaboração própria.

O desenvolvimento da atividade petrolífera no Brasil teve um processo diferenciado em relação ao restante dos outros países sul-americanos, embora semelhanças possam ser apontadas. Elas são um microcosmo das dinâmicas territoriais e avanços técnicos dos sistemas de engenharia locais, além dos conturbados movimentos em prol ou contrários à integração regional sul-americana. Os interesses envolvidos repetidamente possuem relação com a defesa da soberania nacional dos países ante a voracidade das grandes potências pelos os recursos energéticos locais, ao mesmo tempo que a exploração de tais recursos é, de acordo com a perspectiva nacional-desenvolvimentista que permeia muitos dos projetos econômicos locais, a chave para o crescimento econômico da América do Sul no cenário internacional. Com isso, poderia enfim superar seu status como região periférica e atrasada, bem como erradicar seus problemas sociais (MARTIN, 2010, p. 43). O petróleo regionalmente possui papel crucial em

⁶¹ O termo “Amazônia Azul” ganhou grande difusão no setor militar, principalmente após o relatório de “Estratégia Nacional de Defesa” de 2008

tais objetivos. As maiores empresas da América do Sul são dos setores energético ou de petróleo e gás, como a Petrobras e PDVSA, ambas frequentemente apontadas como estando entre as dez maiores empresas latino-americanas nos rankings de revistas de negócios e finanças⁶². Por isso, identificar e mapear os pontos estratégicos do petróleo e energia na América do Sul é essencial para compreendermos sua geopolítica e geoeconomia (EGLER; MATTOS, 2012, p.95).

3.1 O Petróleo no Brasil

Para abordar o tema do petróleo no Brasil, é mister falar sobre sua empresa de economia mista no setor e considerada o braço estratégico do Estado brasileiro nos assuntos energéticos, a Petrobras (SOUZA, 2007, p.20). A ideia de ter uma empresa estatal que gerenciasse os assuntos energéticos nacionais não é exclusivo do Brasil na América do Sul, onde praticamente todo o país criou uma estatal de petróleo com esse propósito. Na realidade, o Brasil foi um dos últimos países local a criar essa estatal, somente na década de 1950 quando a maioria já havia feito isso duas décadas antes (RIBEIRO, 2006, p.68). Entre as funções da empresa, estão as atividades de exploração e produção de petróleo, bem como seu refino e distribuição dentro do território brasileiro. Além disso, também possui uma área internacional e produz biocombustíveis e fertilizantes, assim como promove fomento à pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico. Isso faz da empresa não somente uma empresa petrolífera ou petroquímica, mas uma empresa integrada de energia. A Petrobras é a principal interessada em novas descobertas de petróleo e gás no Brasil, tendo sido responsável nas últimas décadas pelas principais descobertas brasileiras no setor (PINHEIRO MACHADO, 2018, p.103).

A localização de tais jazidas é de suma importância para o Brasil e a Petrobras. A EPE realizou um mapeamento para determinar a localização das principais jazidas de petróleo no Brasil (conforme podemos observar na figura abaixo) e onde existe as maiores possibilidades de descobertas. *Onshore*, essas áreas correspondem a rigor a localização das principais bacias sedimentares da estrutura geológica brasileira, onde de fato a formação do petróleo é mais propícia devido ao acúmulo de matéria orgânica sedimentada. Os principais destaques são a

⁶² De acordo com dados da Revista AmericaEconomia, que elaborou um ranking das 50 maiores empresas latino-americanas em 2009, a Petrobras aparece em 1º lugar e a PDVSA em 3º lugar (É bom destacar que esse ranking não considerava bancos). Já o ranking da revista Exame de 2017, após um período de turbulência política em ambas as empresas, mostra a Petrobras em 2º lugar atrás da AmBev (empresa de bebidas) e a PDVSA sequer aparece no ranking. Vale sobressaltar que os rankings consideram as empresas latino-americanas, contando com diversas empresas mexicanas de petróleo/gás nas primeiras posições, ilustrando ainda mais a importância delas

bacia do Rio Amazonas, o maciço de Urucum (MS) e o recôncavo baiano (EPE, 2013). Porém, as maiores reservas brasileiras estão localizadas *offshore*, nas plataformas continentais das regiões Sudeste e Sul, especialmente na Bacia de Campos (indo do Espírito Santos até o litoral norte fluminense) e na Bacia de Santos (indo do Rio de Janeiro até o litoral norte catarinense). Ali estão as reservas capazes de sustentar não somente a demanda brasileira, como também de produzir volumes excedentes que podem ser destinados à exportação (EPE, 2013).

Figura 9. Áreas com maiores chances de descoberta de petróleo e gás natural no Brasil. Fonte: EPE (2013).

Normalmente encontrado em bacias sedimentares, especulava-se que seriam nessas estruturas geológicas onde seria encontrado o petróleo no Brasil. Por isso, a prospecção ocorria na Amazônia, em alguns lugares da região Nordeste e no Sudeste. Em 1935, alguns poços foram descobertos no Rio de Janeiro, causando comoção na sociedade, de onde vieram as primeiras campanhas do “O Petróleo é nosso”, contando com apoio de grandes figuras públicas como o escritor Monteiro Lobato⁶³. A primeira onda nacionalista de petróleo no Brasil começou antes

⁶³ Exposição 60 anos Petrobras. 1953 – “O Petróleo é Nosso”. Disponível em <<https://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-1950-momento-1.php>> Acesso em 17/10/2018

mesmo da descoberta da primeira gota do hidrocarboneto. Tal pressão popular eventualmente resultou na fundação da Petrobras em 1953, pelo então presidente Getúlio Vargas através da lei nº 2004. A Petrobras foi criada possuindo monopólio absoluto sobre todas as atividades petrolíferas em território brasileiro (LEITE, 2014, p. 98).

A decisão ocorreu em meio a grande divisão na sociedade brasileira sobre a questão, com muitos defendendo a não-interferência estatal no assunto e deixando que as empresas estrangeiras lidassem com a exploração do petróleo brasileiro. Esses foram pejorativamente alcunhados de “entreguistas” pelos seus rivais autoproclamados “nacionalistas” (VIZENTINI, 2008, p.13). Vargas seguiu o segundo grupo. Sua imagem com uma mão banhada em petróleo é considerada um momento icônico e simbólico da vitória da campanha “O Petróleo é nosso” e o início de uma contínua tendência nacional-desenvolvimentista na gerência da Petrobras como empresa e braço estratégico do Estado brasileiro (SOUZA, 2007, p.20). Tal imagem seria reprisada mais de cinquenta anos depois pelo então presidente Lula, almejando repetir o simbolismo varguista do passado. Apesar da diferença de várias décadas entre os dois governantes e as distinções entre suas origens e trajetórias políticas, vários paralelos podem ser feitos entre eles, tais quais o apelo popular e as acusações de corrupção, mas principalmente pelo viés nacional-desenvolvimentista, associado as políticas varguistas e resgatado pela Petrobras e o governo Lula após a descoberta do Pré-Sal em 2007 (KASAHARA; BOTELHO, 2016, p. 101).

Até a criação da Petrobras, o Brasil tinha um padrão modesto no cenário internacional do petróleo, sem grandes reservas, porém sem grande necessidade de importação do produto devido a sua indústria atrasada e a pouca difusão de veículos automotores. Isso muda com as várias ondas de industrialização do país ao longo do século passado, notavelmente durante o governo JK e a entrada numerosa de automóveis no mercado interno, aumentando consideravelmente nossa demanda por produtos derivados do petróleo como combustível e asfalto para a construção de rodovias (LEITE, 2014, p.128). A produção da Petrobras ainda era pouco expressiva, então a importação do Oriente Médio foi necessária para abastecer o mercado interno. Logo, o Brasil tornou-se mais uma nação extremamente dependente de petróleo, e assim como outros países em processo de industrialização tardia, iria ser profundamente afetado pelos choques do petróleo da década de 1970 (CONANT; GOLD, 1981, p.196).

O impacto foi tamanho que muitos historiadores e economistas apontam 1973 como o ano final do período do milagre econômico brasileiro⁶⁴. Provavelmente foi uma das maiores crises econômicas brasileiras causadas por fatores externos. Esse evento demonstrou para o planejamento estatal brasileiro da importância do cenário global para a elaboração das políticas nacionais e como ele pode arruinar alguns projetos. Com o preço do combustível em alta devido a subida do preço do barril, a inflação disparou e o consumo dos brasileiros diminuiu drasticamente (LEITE, 2014, p. 199). O governo brasileiro buscou então seguir os procedimentos considerados adequados para uma crise energética e investiu em soluções alternativas para substituir o petróleo. E ela veio através do Proálcool e o desenvolvimento do Etanol, o primeiro biocombustível brasileiro. Ele não possui a mesma eficiência termodinâmica da gasolina e diesel, porém é mais barato de produzir e causa menor impacto ambiental. Sua principal vantagem estratégica para o Brasil foi diminuir a dependência do petróleo importado, equilibrando ainda mais a matriz energética brasileira (ALEM; CAVALCANTE, 2005, p.53).

Esse cenário se solidificou ainda mais quando no final da década de 1970 a Petrobras anunciou a descoberta de jazidas de petróleo *offshore* na Bacia de Campos. Essa descoberta foi importante para diminuir ainda mais a importação de petróleo estrangeiro e elevou o patamar da Petrobras no cenário internacional (ALEM; CAVALCANTE, *idem*). Começou aqui uma escalada da estatal rumo ao posto de maior companhia brasileira. Um passo importante foi a criação da Braspetro, subsidiária da empresa para o mercado internacional. Ela era responsável não só por negociar a compra e venda de petróleo no mercado internacional como também buscar parcerias com outras empresas em desenvolvimento tecnológico, especialmente no setor de exploração em águas ultraprofundas, motivado pelas descobertas na plataforma continental. Com isso, a internacionalização da empresa foi uma consequência direta desse processo, embora só na virada do século ela fosse adquirir mais robustez (RIBEIRO, 2009, p. 71).

Do mesmo modo, a empresa foi utilizada pelo governo brasileiro dentro dos seus projetos de projeção de poder a nível regional, especialmente nos blocos econômicos (MACHADO, 2011, ps. 164-165). A força do Brasil e suas principais empresas eram um atrativo para que os outros países sul-americanos desejassem fazer parte do processo e aumentassem sua competitividade no mercado internacional. Da parte do Brasil, expandir o mercado sul-americano sob sua liderança, algo julgado como natural pelo pensamento

⁶⁴ Época de rápido crescimento econômico brasileiro, com taxas superiores de 10% ao ano, o maior da história brasileira, pautado principalmente em pesados investimentos do governo em infraestrutura e na substituição de importações.

estratégico brasileiro, aumentaria a força do país no cenário globalizado e o consolidaria como potência-média no espaço mundial (BECKER; EGLER, 1993, p. 29).

Para alguns autores, esse viés brasileiro remete a chamada teoria do “Sub-Imperialismo”, onde o Brasil aproveita-se de sua condição de aliado preferencial das potências imperialistas, com destaque para os Estados Unidos, para ele próprio atuar de maneira imperialista com seus vizinhos, mesmo que continue sob influência direta de outra potência (MELLO, 1997, p. 201). Tal teoria era muito seguida na época da ditadura, mas é importante frisar o papel da política externa independente do Brasil, fortalecida durante a distensão da ditadura nos governos Geisel e Figueiredo. A Petrobras mesmo foi um grande exemplo disto, ao estabelecer parcerias com países como Angola e Iraque⁶⁵, à época considerados inimigos por Washington (RAMOS, 2009, p.29).

Na década de 1990 viu-se o surgimento da agenda neoliberal do Consenso de Washington, cujo propósito oficial era acelerar o crescimento econômico e o processo de integração da América Latina na economia financeira e globalizada do capitalismo mundial, vitorioso e quase unânime pós-Guerra Fria. Uma agenda econômica foi sugerida aos países latino-americanos, propondo reformas econômicas agressivas. Um dos pilares dessa agenda era a diminuição do Estado na economia (MARTIN, 2010, p.40). Uma das recomendações eram as privatizações de empresas estatais. O Brasil seguiu essa cartilha, juntamente com a implementação do Plano Real durante o governo Itamar Franco e posteriormente expandido na gestão de seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso. Várias empresas estatais foram privatizadas, como a Vale do Rio Doce. A Petrobras, porém, suscitou grande debate e comoção na sociedade brasileira, tal como ocorreu na era Vargas. Sob forte pressão popular e sindical, o governo FHC quebra o monopólio estatal e privatiza apenas “parcialmente” a empresa através da Lei nº 9.478 do ano de 1997 (posteriormente conhecida como lei do petróleo). Esta lei impactou profundamente a indústria de petróleo no Brasil e a Petrobras, quebrando seu monopólio de produção e distribuição nacional, permitindo a concorrência de empresas privadas e abrindo as ações da estatal na bolsa de valores (BRASIL, 1997). Porém, o Estado brasileiro manteve a maior parte das ações. Ou seja, na prática, a empresa continua sendo uma estatal, ainda que de capital misto. Outro legado importante da lei foi a criação da ANP (através

⁶⁵ A participação da Petrobras no Iraque foi marcante pela descoberta de dois campos gigantes no país pela Braspetro em 1976, os campos de Majnoon e Nahr Umr. Quatro anos depois a empresa foi forçada a sair do país devido ao início da guerra Irã-Iraque. Visto em <<https://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-1970-momento-13.php>>

de uma lei posterior, a de nº 2.455/1998), agência do governo federal responsável por regular e fiscalizar as atividades petrolíferas no país⁶⁶.

Um benefício trazido por essas mudanças para a companhia foi a ampliação de sua capacidade de realizar investimentos no exterior e adquirir com maior facilidade equipamento de companhias estrangeiras. Decorrente deste fato, a Petrobras começou a melhorar sua capacidade de prospecção e de estar na frente pioneira de novas descobertas para o setor de E&P, o que eventualmente compensou para a empresa (SOUZA, 2007, p.15). A Braspetro foi incorporada pela Petrobras, que passou formalmente a ter sua própria área internacional. Deu-se início então a um período marcado por grandes investimentos da empresa, com aquisições no exterior, financiamento de construção de gasodutos e refinarias e plataformas de exploração, atos que promoveram um grande avanço tecnológico no setor mesmo em escala mundial (RIBEIRO, 2006, p. 77). A despeito das acusações de “entreguismo” que a gestão FHC sofreu pelas mudanças, a empresa ganhou novas vantagens competitivas, o que viriam a ser fundamentais nos anos seguintes.

Aquisições estrangeiras, principalmente na América do Sul e nos golfos do México e da Guiné, foram as mais numerosas já feitas pela empresa, consolidada agora como a maior multinacional brasileira (ALEM; CAVALCANTI, 2005, p.53). A Petrobras ficou fortalecida no mercado mundial e tornou-se líder do setor energético na América latina, superando até mesmo as já consolidadas Pemex e a PDVSA, estatais de México e Venezuela, respectivamente. Graças a exploração das reservas na Bacia de Campos, o Brasil chegou a declarar em 2006 a sua autossuficiência em petróleo. Esta é uma grande vantagem dentro da geopolítica do petróleo, pois são poucos os países industrializados e desenvolvidos autossuficientes em petróleo, salvo a exceção da Rússia. Quais as possíveis vantagens e implicações geopolíticas do fato? Quais as condições que levaram o Brasil a se permitir fazer tal ousada declaração? Mais importante ainda, ela procedia à época e ainda é sustentável uma década depois? Antes de responder essas perguntas, é necessário compreender melhor o que envolve essa questão.

Autossuficiência em petróleo é a capacidade por parte de um país de produzir diariamente toda a sua demanda interna cotidiana e abastecer o próprio mercado interno com

⁶⁶ Desde sua criação, conflitos entre a ANP e a Petrobras são constantes, principalmente porque cabe a ANP a definição dos aspectos jurídicos da atividade petrolífera no Brasil. São frequentes a discordância entre a agência e a empresa, como na interpretação do conceito legal de campo de petróleo. Isso gerou um dos maiores embates entre os dois em relação ao campo de Jubarte-ES (BAPTISTA, Patrícia – A inarbitralidade objetiva do conflito entre Petrobras e a ANP – RDA, Rio de Janeiro, v.275, p. 251-318, mai/ago 2017)

combustível e os demais derivados (EPE, 2018). Ou seja, seria absolutamente não depender mais de importações de petróleo. Isto possibilitaria também a produção de excedente que poderia ser exportado, colocando o país na disputa para ser um grande vendedor do produto no mercado internacional e obter lucros com sua venda. Lucros cuja destinação possam ser as áreas que um governo julgar necessárias para o país. Um cenário promissor, com enormes compensações políticas e que inspira as mais otimistas projeções. Contudo, é bom ressaltar a divisão das etapas de produção do petróleo, principalmente em duas etapas específicas: a exploração e refino. Eis aqui onde reside o maior gargalo da indústria petrolífera brasileira e principal ponto de questionamento da autossuficiência brasileira: o desnível existente entre ambos, onde a capacidade de refino está aquém da produtiva. Observemos a tabela abaixo:

Figura 8. Gráfico da Produção Brasileira de Petróleo (2013-2017). Fonte: EPE (2018).

No gráfico acima vemos duas dicotomias: uma entre produção e demanda, a outra sobre importação e exportação. Um cenário de autossuficiência exigiria tanto que a produção como a exportação prevaleçam sobre seus opostos, o que o gráfico parece não apenas apontar desde o primeiro o ano marcado, como o reforça conforme progressivamente a produção vem batendo recorde todos os anos, além da exportação que praticamente triplicou e a importação diminuiu drasticamente. A priori, parece se tratar de um retumbante sucesso para a segurança energética brasileira: a concretização de um objetivo almejado desde a fundação da Petrobras. Contudo, as características industriais do petróleo não permitem tal precoce celebração. É preciso verificar também a quantidade de derivados de petróleo produzidos pelas refinarias brasileiras, e o quanto elas sustentam a produção para o mercado interno. Para citar um exemplo, destacaremos o principal derivado de petróleo consumido no Brasil, o Óleo Diesel A, usado

como combustível para caminhões, aviões e também na agropecuária, setores absolutamente vitais para a economia brasileira. Observemos o próximo gráfico:

Figura 9. Gráfico da Produção Interna de Óleo Diesel Tipo A (2013-2017). Fonte: EPE (2018).

Ao contrário do gráfico anterior, vemos aqui que a demanda supera a produção e que a distância entre as duas aumentou nos últimos anos, saltando de 23 mil m³/dia para 40 mil m³/dia, um dado incoerente para respaldar um status de autossuficiência. E isto não se restringe ao Óleo Diesel. Segundo o “Relatório de Refino e Petroquímica” da EPE (2018) outros derivados de petróleo cuja demanda interna supera a produção são: lubrificantes, o CVP (Coque Verde de Petróleo), querosene de aviação, a gasolina e o GLP (gás lubrificante de petróleo). Os três primeiros possuem uso industrial ou em grandes obras, enquanto os dois últimos são utilizados pela população geral para uso cotidiano e residencial, mas todos em maior ou menor escala contribuem majoritariamente para os transportes e circulação. Somados, juntamente com o Óleo Diesel, esse conjunto representa cerca de 34% da demanda energética brasileira. Se adicionarmos ainda o gás natural, majoritariamente importado da Bolívia, a dependência de fontes onde nossa demanda supera a produção interna sobe para 41,5% da demanda total (EPE, 2018). Ou seja, é preciso ter muita cautela ao afirmar categoricamente a existência de um cenário de autossuficiência brasileira em petróleo e até mesmo energética. Mas para entender esse otimismo, é preciso chegar na origem dele, o evento-chave que causou tanta expectativa e frustração: A descoberta das jazidas do pré-sal em 2005 pela equipe de geólogos da Petrobras e comprovadas assertivamente em 2007, possivelmente o fato mais marcante da empresa nos seus mais de sessenta anos (PINHEIRO MACHADO, 2018, p.233).

3.2 O Pré-Sal e a mudança de patamar brasileiro

Por muito tempo a Petrobras tinha suas funções restritas e foi mudando conforme as necessidades externas lhe exigiram isso. Por décadas a empresa investiu na construção de uma equipe técnica qualificada e na sofisticação de sua tecnologia, nem sempre com o sucesso esperado. Mas uma reviravolta transformaria o destino da empresa e mudaria seu patamar na geopolítica do petróleo. Esse ponto de virada ocorreu em novembro de 2007, quando foi extraído do então campo de Tupi (atualmente campo de Lula) a primeira amostra do petróleo do Pré-Sal. As pesquisas de prospecção já ocorriam há alguns anos, e em 2006 a descoberta já houvera sido anunciada ao público brasileiro e o mercado mundial, mas esse foi o verdadeiro momento decisivo ao comprovar a existências das reservas e a viabilidade operacional dos poços (MACHADO, 2011, p. 167).

O pré-sal está localizado na camada geológica de mesmo nome da Bacia de Santos, indo do litoral do Espírito Santo até o de Santa Catarina, chegando a mais de 800 km de extensão e 200km de largura. Estando abaixo da camada de sal, por sua vez soterrada pelo assoalho oceânico da plataforma continental brasileira, a camada do pré-Sal foi formada por rochas sedimentares, depositadas ao longo dos anos junto com matéria orgânica, que eventualmente resultariam na formação de rochas porosas, com o petróleo estando em seus poros (PINHEIRO MACHADO, 2018, p.94). O campo gigante Tupi, com volume de petróleo estimado em 5,5 boe/d, foi a quarta maior reserva descoberta de campo gigante petrolífero no século XXI (TOMMALSQUIM, 2011, p.5). A ele logo se somariam os campos de Libra e Franco, a segunda e a sétima maiores descobertas com 8 bilhões de boe/d e 4,5 bilhões de boe/d, respectivamente. Outros campos foram sendo descobertos nos anos seguintes, e as reservas brasileiras foram subindo gradualmente até que o país saltasse no ranking das maiores reservas de petróleo do mundo. Em 2006, antes do anúncio do pré-sal, o Brasil tinha a 16ª maior reserva provada com 11.2 bbl⁶⁷. Em 2017, o Brasil possuía a 10ª maior reserva provada com 23.4 bbl⁶⁸.

Algumas estimativas estipularam as reservas do pré-sal podendo atingir patamares do nível de mais de 100bbl, dependendo da quantidade de poços a serem descobertos, mas a noção total ainda não foi definitivamente estabelecida (SAUER; RODRIGUES, 2016, p.186). Contudo, esses números ainda são ínfimos se considerarmos as gigantescas reservas de Arábia Saudita e Venezuela, que superam 250 bbl de reservas comprovadas⁶⁹. O setor de E&P é o

⁶⁷ Dados do EIA (*Energy Information Administration*) do Governo dos EUA

⁶⁸ Dados da ANP de 2017

⁶⁹ Dados do BP Statistical Review of World Energy 2018

verdadeiro responsável por essas mudanças. Graças a tecnologia desenvolvida pela Petrobras na exploração *offshore* em águas ultraprofundas, o Brasil entrou na lista dos dez maiores produtores mundiais, com uma produção de 2.6 milhões de barris por dia, superando até mesmo a Venezuela (BP, 2018).

Essa descoberta foi um marco científico da empresa, que há décadas fazia investimento pesado no setor de E&P. Com uma equipe técnica qualificada formada ao longo das últimas décadas e a possibilidade de intercâmbio tecnológico, principalmente com sondas, foram criadas as condições necessárias para essa expansão do conhecimento científico em prospecção de jazidas petrolíferas (PINHEIRO MACHADO, 2018, p.89). Novos projetos foram financiados e o risco geológico diminuía a cada poço novo descoberto pela empresa. Ao conseguir comprovar o tamanho das reservas e sua capacidade operacional, ainda mais com a própria tecnologia, a empresa conseguiu vantagens importantes para estabelecer novos marcos regulatórios e parcerias com outras empresas (principalmente estrangeiras) no modelo de partilha utilizado pela empresa desde a quebra do monopólio (TOLMASQUIM, 2011, p.280). Com isso, um grande fluxo financeiro através dos *royalites* passou a ser esperado pelo governo brasileiro.

A descoberta do Pré-Sal é, sobretudo, um dos maiores triunfos do Brasil enquanto nação soberana. Foi o resultado de décadas de investimento em tecnologia, parcerias entre centros de pesquisa, fomento ao ensino superior⁷⁰, alianças com fornecedores e universidades no exterior, aquisição de equipamentos e inovações técnico-científicas próprias. Tudo isto contribuiu para o sucesso da empreitada, onde a Petrobras desenvolveu tecnologias pioneiras de perfuração e prospecção em águas ultraprofundas, tornando a empresa efetivamente um líder mundial no setor de exploração *offshore*. Um feito que elevou o patamar da empresa como uma grande *major* do setor, um *player* a ser considerado nas projeções futuras (EGLER; MATTOS 2012, p. 102). E com isso, ela também elevaria consigo o Brasil. O governo brasileiro logo percebeu o potencial da descoberta, dando início a uma guinada desenvolvimentista no setor e estabelecendo novas mudanças legislativas para beneficiar ao máximo a federação (TOLMASQUIM, 2016, p. 271). Mesmo assim, sabendo que precisaria de muito investimento, a Petrobras também buscou atrair capital estrangeiro para a execução deste projeto.

⁷⁰ Desde a sua fundação, a Petrobras financiou a criação de cursos de Geologia nas faculdades públicas brasileiras, bem como financiou bolsas de estudo para alunos interessados em fazer essa graduação e intercâmbios com o objetivo de construir um quadro técnico altamente capacitado

Figura 10. Mapa de localização das Bacias de Campos e Santos mostrando a localização das reservas do Pré-Sal. Fonte: ANP (2013).

Logo foi concluído tanto pela equipe técnica da estatal como sua cúpula administrativa - de ligações estreitas com o alto círculo político brasileiro - que as imensas quantidades de reservas petrolíferas descobertas não apenas consolidariam o Brasil como país autossuficiente em petróleo, mas o elevaria ao posto de grande exportador de petróleo assim que seu potencial começasse a ser plenamente explorado (SAUER; RODRIGUES, 2016, p.195). Com vantagens locais e geopolíticas que outras regiões produtoras não possuem, o país poderia entrar definitivamente no mapa das fronteiras de exploração pelo mundo e virar um grande produtor e exportador do hidrocarboneto.

E quais seriam essas vantagens? Em primeiro lugar, conforme relatórios da Petrobras e da ANP buscam enaltecer, o Brasil é um país politicamente estável. Certamente os brasileiros sabem que a história recente e o panorama político-social do país são no mínimo problemáticas, mas comparado as convulsões geopolíticas do Oriente Médio e da África, o Brasil é um país estável, democrático e liberal em suas práticas comerciais, estando assim disponível para fazer negócios no mercado internacional. A expectativa e a demanda à época podem ser resumidas neste texto escrito pela consultoria legislativa da câmara:

O Brasil deve estabelecer um ritmo de extração do petróleo da camada pré-sal de modo a permitir que haja uma grande participação interna na produção de bens e serviços. Com o pré-sal, surge a oportunidade de que o país se torne um grande

exportador de combustíveis e de produtos petroquímicos. O Brasil pode, então, firmar-se como importante centro de bens e serviços no Atlântico Sul no setor petrolífero. Em razão do grande potencial da plataforma continental brasileira e da plataforma continental africana, o Atlântico Sul deverá ser a região com maior crescimento de produção de petróleo e gás natural – (LIMA, 2018, p.16).

Aqui a potencialidade geopolítica do pré-sal começava a ser explorada, assim como sua capacidade geoeconômica, principalmente no Atlântico Sul (mais sobre isso no capítulo 4). Ministro de Minas e Energia durante os governos Lula e Dilma Roussef, Edison Lobão disse em um dos debates sobre a nova legislação necessária para o pré-sal: “Este tesouro [o pré-sal] vai ajudar o Brasil a conquistar um papel de liderança na geopolítica mundial”⁷¹. Uma síntese da guinada nacionalista na gestão da empresa que marcaria o período entre 2007 e 2014. Neste momento, além dos benefícios geopolíticos, o Pré-Sal começava a ser exaltado como um método para solucionar os problemas sociais do Brasil. O governo federal defendeu de maneira enfática o propósito de utilizar os lucros da exportação do Pré-Sal nas áreas de educação e saúde, o que eventualmente seria concretizado pela nova legislação (SAUER; RODRIGUES, 2016, p. 203).

Para a fruição do plano de tornar o Brasil um grande exportador de petróleo, o governo brasileiro e a Petrobras logo começaram a procurar parceiros comerciais. A primeira aposta da empresa foram os EUA, pelos fatores de proximidade geográfica e culturais, mas sobretudo por razões de mercado, visto que o EUA são os principais consumidores de petróleo no mundo (PETROBRAS, 2009). O Brasil e os EUA podem ser conectados por via marítima pelo Atlântico e também pelo Pacífico através do Canal do Panamá. O Brasil é um país geograficamente mais próximo e culturalmente mais alinhado com os EUA, facilitando os negócios e favorecendo a ocidentalidade da geopolítica brasileira. Contudo, como vimos no capítulo 2, o *shale oil* vem diminuindo a importação dos EUA de petróleo, algo já atentado pela própria Petrobras em seus planos de gestão desde 2013 pelo menos (PETROBRAS, 2013). A Petrobras então mirou em outros mercados, como os europeus e os asiáticos, principalmente a China, capaz de suprir a alta demanda mundial em caso da diminuição do consumo dos EUA. Conforme o gráfico abaixo demonstra, a China virou o principal destino das exportações brasileiras de petróleo, incentivando a empresa investir cada vez mais na exploração dos novos

⁷¹ Jornal O Globo. Confira as frases sobre o Pré-Sal. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/economia/confira-as-frases-sobre-pre-sal-3118630>. Acesso em 04/03/2019

campos petrolíferos e a manter escritórios de representação na Ásia para lidar com este importante mercado.

Figura 11. Gráficos dos principais destinos de importação de petróleo brasileiro em 2018, elaboração própria. Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

O investimento em E&P por parte da Petrobras, que já era o setor da companhia com maior orçamento, representou maiores riscos para o governo brasileiro, pois normalmente essa parte que conta com os maiores custos de prospecção, nem sempre com garantia de sucesso. O risco, porém, pode ser compensado, pois quem mais gasta nesta etapa, será o maior beneficiado com os *royalties*. Tais custos (exploração, operacional, desenvolvimento) podem ser bancados por poucas empresas, justamente as com liquidez e capital de giro disponíveis para esses investimentos (TOLMASQUIM, 2011, p.28). Para aumentar as chances de sucesso, é comum propor parceiras. No caso da Petrobras, de economia mista, isso é feito pelos contratos de concessão e os leilões. O retorno precisa tanto cobrir os custos totais e produzir uma remuneração mínima que compense o risco e enfim gerar excedente econômico.

Essa parte é chamada de renda petrolífera, o que realmente torna o petróleo atrativo em termos financeiros (TOLMASQUIM, 2011, p. 35). Dependendo do acordo entre as empresas e os parâmetros do marco regulatório, as fatias que vão pertencer ao governo ou a outra empresa podem variar, mas quanto maior a certeza da rentabilidade do campo, maior tende a ser a participação do Estado, pois é ele quem determina, legalmente, a concessão do campo, e pode optar por mantê-lo totalmente sob sua posse. E com a estrutura de E&P da Petrobras já bem consolidada, o governo brasileiro possui maior poder de barganha para determinar uma parcela maior da renda petrolífera para si (TOLMASQUIM, 2011, *idem*).

Existem várias modalidades de marcos regulatórios de E&P no mundo, muitos variam conforme as especificidades de cada país. Após o anúncio da descoberta dos campos de Pré-Sal, o marco regulatório do Brasil foi mudado para aumentar a participação do Brasil e com efeito, torna-la obrigatória⁷². Com a Lei nº 12.351/2010, o Brasil ratificou de vez o uso dos contratos de partilha de produção para as novas explorações e o estabelecimento de rodadas de licitações, a serem feitas através de leilões. Outro fato relevante desta lei foi a determinação da Petrobras como única operadora do pré-sal, com participação de no mínimo 30% em cada consórcio de exploração, parcela essa que poderia ser ampliada se assim a empresa desejasse.

Com isso, os participantes na exploração dos campos deveriam sempre ser o Brasil (através de sua estatal, a Petrobras) e uma outra empresa co-concessionária. A partir de 2013, a empresa começou a realizar os leilões do pré-sal, atraindo principalmente empresas chinesas e europeias, sem grande participação das estadunidenses em um primeiro momento.

Nos primeiros anos após a descoberta, o tom otimista permaneceu nos Planos Estratégicos da Petrobras e nos discursos políticos. O Plano Estratégico para 2020, elaborado ainda em 2007, elencava fatores como as perspectivas de crescimento econômico mundial, a continuação do “boom das *commodities*” e a voracidade da economia chinesa como indícios de um momento extremamente propício para o crescimento da produção de petróleo do Brasil (PETROBRAS, 2007), já almejando a posição de grande exportador (lembrando que a época o governo brasileiro já se autoproclamava autossuficiente em petróleo).

No apogeu da euforia, nos idos de 2013, o governo federal modificou o modelo de distribuição dos *royalties* do petróleo, fato que gerou grande polêmica entre os estados produtores, principalmente no Rio de Janeiro, onde boa parcela da economia depende da atividade de exploração petrolífera⁷³. O governo federal usou como prerrogativa o artigo 20 do capítulo 2 (Da União) da constituição federal de 1988, que determina os bens da união, dentre eles está incluso os recursos naturais da plataforma continental e o mar territorial (BRASIL, 1988). Em suma, a constituição, aprovada em pacto federativo por todos os estados, assegura a União (ou seja, ao governo federal) determinar os rumos dos *royalties* obtidos através das

⁷² É possível que o Estado somente ceda a concessão de um campo petrolífero para a exploração de uma empresa privada, e embora o Estado ainda ganhe alguns dividendos graças aos *royalties*, não tem capacidade de interferir nas tomadas de decisões, como aumentar ou diminuir a produção do campo. Esse regime é chamado de Concessão Pura (TOLMASQUIM, 2011, p.43)

⁷³ Ao longo de 2013, diversas manifestações com artistas e figuras públicas do Rio de Janeiro tomaram as ruas da antiga capital para protestar contra a redistribuição dos *royalties*. Irônico pensar que àquela altura essa era o grande litígio envolvendo a Petrobras, embora essa temática envolve temas delicados sobre o pacto federativo brasileiro.

explorações do Pré-Sal, visto que este está localizado na plataforma continental brasileira, território da União segundo este artigo, embora também assegure aos estados e municípios uma participação. Quem controla o território, controla os fluxos de capital dentro dele, e, portanto, estados e municípios precisam respeitar a instância superior da União.

A lei nº 12.858, popularmente batizada de “Lei do Pré-Sal”, foi então ratificada em setembro de 2013 pela então presidenta Dilma Rousseff. De acordo com a lei, os *royalties* recebidos através de regimes de concessão, de cessão onerosa ou partilha de produção tiveram suas porcentagens alteradas, numa mudança que pendeu para o governo federal e prejudicou os estados e municípios confrontantes. Os estados produtores recebiam antes 30% dos *royalties* e com a nova lei caiu para 20%. Os municípios perderam ainda mais, de 20% para de 2% a 4%. A União manteve 20% de participação. Contudo, o Fundo Especial, já existente anteriormente e criado com o propósito de gerar divisas para as áreas de educação e saúde, teve um aumento considerável, indo de 10% para 54% do total (BRASIL, 1988). Dois fundos distintos foram instituídos, um para todos os estados da federação e outro para todos os municípios (27% para cada de um deles). Com isso, o governo federal esperava aplicar o princípio da equidade territorial e transferir os lucros do Pré-Sal com todo o território nacional, alicerçado na ideia de que a entrada maciça de capital proveniente de sua exploração pudesse financiar o desenvolvimento social e científico do país (SAUER; RODRIGUES, 2011, p. 201). Ainda em 2013, foi criada a Pré-Sal Petróleo (PPSA), uma nova empresa estatal cujo propósito é administrar a parte do pré-sal pertencente à União nos regimes de partilha, aumentando assim a influência do Estado na exploração e comercialização do pré-sal (PETROBRAS, 2013).

Todavia, alguns acontecimentos ocorridos na última década forçariam a Petrobras e o governo brasileiro a mudarem suas perspectivas estratégicas. O primeiro deles foi a crise econômica de 2008, que provocou uma queda no crescimento econômico mundial, por sua vez abaixando o preço do barril de petróleo abruptamente e encerrando o “boom” das commodities. A princípio, isso não abalou tanto a empresa, que ainda estava avaliando a capacidade operacional do pré-sal e investigando a viabilidade dos campos encontrados e de possíveis novas descobertas. A indústria do petróleo, com seus requerimentos técnicos avançados e legislações complexas impõe um ritmo lento a produção em maior escala. A Petrobras continuou investindo na exploração dos campos do pré-sal, ciente do longo prazo dado para a execução do empreendimento e atenta a recuperação da economia mundial. Novas licitações para reestruturar uma marinha mercante, com estaleiros e demais equipamentos, passou a ser

uma das prioridades do governo no processo de nacionalização da empresa no período, investindo na criação de empregos e fortalecendo o setor (DORES et. al, 2012, p. 298).

A expectativa, mesmo com a crise, era ainda positiva. Afinal, até aquele momento a efetivação do pré-sal estava em suas etapas iniciais, para começar nos anos seguintes o verdadeiro salto. Contudo, em 2014, acontecimentos novos provocaram efeitos devastadores para essas perspectivas. Um deles atingiu diretamente o núcleo político do Brasil e da cúpula da Petrobras: A Operação Lava-Jato, uma investigação encabeçada pela Polícia Federal que descobriu indícios de corrupção entre os altos escalões dos poderes executivos e legislativos dos últimos governos brasileiros, além de envolver empreiteiros e dirigentes relevantes da Petrobras. O último acontecimento foi externo e sem participação direta do Brasil: uma nova queda abrupta do preço do petróleo entre 2014 e 2016 (de mais de U\$S 120 para abaixo de U\$S 30), motivada sobretudo por manobras geopolíticas de EUA, Arábia Saudita, Rússia, dentre outros, visando atingir uns aos outros. A fim de tirar competitividade do *shale oil* dos EUA, a Arábia Saudita aumentou sua produção e dos países da OPEP, provocando um *oversupply* do produto e abaixando seu preço, deixando mais competitivo que o *shale oil* norte-americano (OPEP, 2017). Uma lembrança amarga ao Brasil e a Petrobras sobre a interdependência econômica atual e seus efeitos.

Figura 12. Gráfico da variação dos preços do petróleo e do diesel. Fonte: Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET).

Não é o propósito desta dissertação destrinchar os escândalos políticos, procedimentos jurídicos e a queda de figuras políticas proeminentes (e a ascensão de outras que aproveitaram o “vácuo de poder”) ocasionadas pela Lava-Jato. Focaremos estritamente nos fatos com implicações geopolíticas que atingiram em cheio a Petrobras e o Brasil. A empresa perdeu valor de mercado (ver na Figura 13), teve queda forte na bolsa de valores, acumulou dívidas e viu sua capacidade de investimentos decair. De uma empresa respeitada, líder de setor na América Latina e pioneira na tecnologia de exploração *offshore* em águas ultraprofundas, a empresa virou uma pária para a comunidade internacional e perdeu moral com a sociedade brasileira. Uma mudança que certamente não atinge nenhum objetivo geopolítico nacional, enfraquecendo o *soft power* brasileiro.

Figura 13. Variação do Valor de Mercado da Petrobras (2003-2018), elaboração própria. Fonte: Petrobras e Economática.

Primeiramente, vale lembrar que um dos eventos desencadeadores da crise foi a compra da refinaria de Pasadena (Texas, EUA), símbolo da internacionalização da Petrobras e ação estratégica para resolver o gargalo de refino brasileiro. O caso eventualmente derrubaria a então presidente da empresa, Graça Foster, em 2015 e levaria a condenação do ex-chefe da área internacional, Nestor Cerveró. O desfecho acabou levando a Petrobras a entrar em acordo com a justiça dos Estados Unidos, pagando uma indenização de aproximadamente 3 bilhões de dólares em 2018⁷⁴. O maior legado negativo na área internacional, porém, foi uma série de desinvestimentos feitos pela empresa, estimados em um total de 40 bilhões de dólares (PETROBRAS, 2016) e executado principalmente com vendas de ativos no exterior. Isso levou a empresa a ter uma diminuição de sua atuação internacional, saindo inclusive de países sul-

⁷⁴ Jornal Nexo. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/01/04/O-que-representa-para-a-Petrobras-pagar-R-95-bilh%C3%B5es-nos-EUA>> – Acesso em 05/01/2018

americanos como Peru e Equador⁷⁵. O plano de desinvestimentos já fazia parte dos planos da empresa desde a descoberta do pré-sal, pois era uma estratégia da empresa focar sua capacidade de investimento no setor de E&P, algo comum no histórico da empresa (BORINI; RIBEIRO, 2010, p.38). Todavia, esses planos começariam a ser acelerados de maneira substancial conforme aumentava a crise dentro da empresa e sua perda de valor de mercado e caixa disponível (PETROBRAS, 2015). Após o leilão do campo de libra em 2013, os seguintes acabaram sendo suspensos devido à crise que atingia o governo e a Petrobras, e só iriam ser retomados em 2017, sob uma nova perspectiva.

Essas medidas representam um dos maiores paradoxos que a Petrobras passa ao ser tanto uma empresa no sob o controle majoritário do Estado e de estar aberta no mercado e ter de agradar seus acionistas. Política e economia muitas vezes não produzem um resultado que satisfaça ambos, e o primeiro pode atrapalhar o segundo. Embora a Lava-Jato tenha causado danos à imagem da empresa, foi a interferência na política de preços da empresa que provocou de fato prejuízo econômico (SAUER; RODRIGUES, 2016, p. 204).

Figura 14. Variação da paridade dos preços da Petrobras e os impactos na companhia. Fonte: Petrobras (2013).

Entre 2011-2015 o governo impôs, através da Petrobras, um congelamento de preços dos derivados do petróleo (sendo que entre 2011-2014 o preço do barril estava em alta), supostamente para controlar a inflação, o que provocou um prejuízo de R\$ 100 bilhões para a empresa, reduzindo sua capacidade de investimento (CENPES, 2016 apud SAUER;

⁷⁵ PETROBRAS, 2014. Concluída venda de ativos no Peru. Disponível em < <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/concluida-venda-de-ativos-no-peru.htm> > Acesso em 17/05/2016

RODRIGUES, p.215). Com esta reduzida, a Petrobras priorizou ainda mais o setor de E&P, para o qual destinou 68,8 bilhões de dólares em seu último plano de gestão para o período de 2019-2023 (PETROBRAS, 2018) de um total de 84,1 bilhões destinado ao programa de investimento, ou seja, 81,8% do total.

A prioridade a ele já era fato certo desde 2007, mas a concentração de capital nele foi acentuada no Plano Estratégico de 2030 (de 2015) e no Plano de Gestão e Negócios para 2017-2021 (de 2016), onde sua importância é destacada em trechos do relatório:

Priorizar o desenvolvimento da produção em águas profundas, atuando prioritariamente em parcerias estratégicas...garantir a sustentabilidade da produção de óleo e gás... fortalecer a gestão de reservatórios para maximizar o valor dos contratos de E&P em todos os regimes regulatórios, em busca de oportunidades para contínua incorporação de reservas⁷⁶.

Tal priorização ocorre em detrimento de outros setores da companhia como o refino, gás natural e os biocombustíveis, conforme exposto pelo trecho seguinte:

Reduzir o risco da Petrobras na atuação em E&P, Refino, Transporte, Logística, Distribuição e Comercialização por meio de parcerias e desinvestimentos.... Otimizar o portfólio de negócios, saindo integralmente das atividades de produção de biocombustíveis, distribuição de GLP, produção de fertilizantes e das participações em petroquímica⁷⁷.

Ou seja, vemos um reforço da tendência história da Petrobras de focar somente na extração e produção, sem propor soluções para a defasagem com refino e com o agravante de abrir mão do setor de biocombustíveis, importante para a diversificação da matriz energética da empresa e para os impactos ambientais, além de ser outra grande conquista tecnológica brasileira.

Em 2016 ocorreu o evento que encerrou o viés otimista e nacionalista de boa parte dos primeiros dez anos do pré-sal na geopolítica brasileira e nas perspectivas da Petrobras dentro dela. O então presidente Michel Temer aprovou no final de novembro deste ano uma lei que revoga a lei de 2010, retirando assim da Petrobras a necessidade de participar de todos os consórcios do Pré-Sal e que a empresa busque o Conselho Nacional de Política Energética com

⁷⁶ In. "Plano de Negócio e Gestão 2017-2021". p.33 Brasília, 2016

⁷⁷ Idem. P. 43

trinta dias de antecedência de um leilão para manifestar interesse em um campo⁷⁸. A medida visa retomar a prosperidade econômica da empresa e inserir outras empresas no setor, a fim de atrair investimento estrangeiro e aumentar a concorrência interna. Ou seja, um viés neoliberal, com ecos da década de 1990, assume o direcionamento estratégico da empresa. No ano seguinte, em outubro de 2017, o primeiro leilão em três anos foi realizado no Rio de Janeiro. O resultado do leilão foi considerado morno pela imprensa. Dois blocos sequer receberam ofertas, embora o governo tenha comemorado com grande entusiasmo o arrecadamento de 6,15 bilhões de reais. Este leilão seria o primeiro de muitos que o governo pretendia que ocorressem nos anos seguintes, mas sua simples realização foi um marco definitivo na então cambaleante ascensão do pré-sal na economia e geopolítica brasileira.

O que indicava ser o grande trunfo do país, tornou-se mais um fator de instabilidade. Porém, seria prematuro considerar fracassada ainda as metas sonhadas desde a descoberta do pré-sal. A despeito de todas as complicações surgidas, os massivos investimentos em E&P trouxeram resultados. Ano após ano a produção de petróleo no Brasil bate recorde atrás de recorde. Observamos no gráfico abaixo:

Figura 15. Produção de Petróleo no Brasil, elaboração própria. Fonte: ANP (2018).

Um aspecto pouco comentado sobre o pré-sal, porém, é o seu impacto na internacionalização da empresa, principalmente na América do Sul. Nos anos anteriores da descoberta da camada pré-sal, a Petrobras comprava diversos ativos nos países sul-americanos,

⁷⁸ Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/temer-sanciona-lei-que-desobriga-petrobras-de-participar-do-pre-sal.html> - Acesso em 29/11/2016

chegando a estar presente em todos eles. Conforme os investimentos da empresa passaram a priorizar o setor de E&P, a área internacional perdeu fundos para efetuar mais aquisições (PETROBRAS, 2016). No fim de 2017, Temer baixou o decreto nº 9.188/17, criando um regime especial de desinvestimentos das sociedades de economia mista. Este decreto estabeleceu nova legislação que facilitou o processo de desinvestimento das empresas de economia mista, como a Petrobras, com seu principal objetivo sendo “disciplinar a alienação de ativos pertencentes àquelas entidades [de economia mista], nos termos deste Decreto” (BRASIL, decreto nº 9188/17, 2017). Com a crise da companhia pós-Lava Jato, ainda mais com sua área internacional estando no centro das denúncias, essa nova legislação foi crucial para o início de um novo período de desinvestimentos.

Os desinvestimentos passaram ser a principal pauta dos relatórios e planos de negócio da Petrobras, tanto em relação aos seus ativos no Brasil como no exterior, principalmente na América do Sul. A empresa saiu completamente de Peru e Equador, alienou suas subsidiárias no Paraguai e no Chile. Vendeu boa parte de seus ativos na Argentina e na prática cessou de operar comercialmente com a Venezuela. Mas porque sair agora da América do Sul, tão essencial para a geopolítica brasileira? É preciso analisar a situação dos outros países sul-americanos no mercado petrolífero e a relação desta com a integração regional.

3.3 Os outros países sul-americanos

Alguns países na América do Sul têm bastante destaque dentro da geopolítica do petróleo. Sem dúvidas, o maior exemplo é a Venezuela, integrante da OPEP e proprietária das maiores reservas provadas do mundo, mais de 300 bb/l (BP, 2017). Próximos a ela, Colômbia e Equador também tem reservas consideráveis e algum nível de dependência econômica dessa exploração. O Equador no século XXI esteve mais alinhado diplomaticamente com a Venezuela, além de também pertencer a OPEP, embora mudanças recentes em seu poder executivo tenham modificado tal posicionamento. A Colômbia, mais próxima aos Estados Unidos⁷⁹, mantém uma relação tensa com ambos. Sofrendo com uma guerra civil que perdura

⁷⁹ A aproximação entre Estados Unidos e Colômbia cresce desde os anos 1980, quando os Estados Unidos começaram a enviar ajuda financeira e logística para o combate de guerrilhas comunistas no país e também grupos narcotraficantes, no contexto da “Guerra às Drogas” iniciada pelo então presidente Ronald Reagan. Com isso, os estadunidenses elaboraram o chamado “Plano Colômbia”, que inclui bases militares dos EUA instaladas em território colombiano. A parceria é tão intensa que alguns autores designam a Colômbia como “Israel da América Latina”.

mais de meio século, a Colômbia sofre com a falta de estabilidade interna, sendo considerada o maior foco de tensão regional (BECKER, 2009, p.36).

Indo na direção austral pelas Cordilheiras dos Andes temos Peru e Bolívia. Embora não tenham grande destaque na produção e exploração do petróleo, ambos possuem papel essencial nos assuntos energéticos do continente pela posição geográfica. Isso é evidente principalmente com a Bolívia, dona de grandes reservas de gás natural (HAGE, 2008, p.51), hidrocarboneto considerado mais ambientalmente adequado do que o petróleo, extremamente poluidor. Não somente isso, a Bolívia tem uma invejável posição central no continente, o que leva muitos autores a apontarem o país com a posição geoestratégica mais importante do subcontinente, como Mário Travassos (ver mais na seção 3.3.3 sobre a Bolívia e o *heartland* sul-americano). Qualquer projeto de integração regional passa pela inclusão de todos os países locais, mas particularmente a Bolívia é crucial para o sucesso ou fracasso deles, devido a sua posição geoestratégica, conectando as bacias do Prata e do Amazonas, bem como a Cordilheira dos Andes, conforme alertado por Mário Travassos (MIYAMOTO, 2011, p.61).

Em seguida temos o Chile, sem grandes destaques na exploração dos hidrocarbonetos, tendo seu setor mineral mais voltado a exploração e exportação do cobre. O Chile é um dos países locais menos entusiastas da integração regional, preferindo redirecionar sua economia para os Estados Unidos e o mercado asiático, aproveitando seu litoral no Oceano Pacífico. Além disso, existem contendas territoriais pendentes com a Bolívia no distrito de Antofagasta, norte do país, dificultando as relações diplomáticas entre eles e prejudicando projetos de integração que os envolva⁸⁰.

Além disso, temos os países pertencentes a Bacia do Prata, principal rio da porção meridional do subcontinente e onde, ao longo de sua extensão hidrográfica, encontramos as principais áreas urbano-industriais sul-americanas, notoriamente a Região Metropolitana de São Paulo e a Grande Buenos Aires. Temos o Uruguai, importante pela sua localização e contenção histórica entre as principais potências regionais⁸¹. O Paraguai, com localização central também relevante, e que energeticamente é um ponto crucial para o Brasil devido à Usina de Itaipu, cuja propriedade é dividida entre os dois (MELLO, 1997, p.187). Por fim,

⁸⁰ O Chile anexou o território de Antofagasta após a Guerra do Pacífico (1879-1883), privando a Bolívia de uma saída para o mar. Os bolivianos até hoje pleiteiam no tribunal de Haia os territórios perdidos

⁸¹ Após a inconclusiva Guerra da Cisplatina (1825-1828) e sob a mediação do Império Britânico, o antigo território da Cisplatina, em disputa entre o Império Brasileiro e a República Argentina, tornou-se uma nação independente. Desde então, a influência por ele foi um dos principais objetivos da diplomacia de ambos os países, que chegaram a intervir na situação política do país em algumas ocasiões (Mello, 1997)

temos a Argentina. Enquanto que nos outros países focamos a análise na sua oferta de produção e quantidade de reservas, a Argentina, assim como o Brasil, tem um nível de consumo elevado (MELLO, 1997, p. 184). Possui algumas reservas minerais relevantes, como de gás natural nas províncias do Norte, algumas inclusive propriedades da subsidiária da Petrobras no país (PETROBRAS, 2017). Entretanto, por conta de sua configuração econômica mais desenvolvida em relação ao restante do subcontinente, os temas principais que envolvem o petróleo no país são a internacionalização da Petrobras dentro dele, bem como a privatização e posterior reestatização de sua estatal, a YPF.

Em menor ou maior grau, o histórico da questão petrolífera na América do Sul passa pelas empresas estatais do setor. Mesmo antes do Oriente Médio, foi aqui que começaram as primeiras políticas de nacionalização do petróleo pelo mundo. Essas estatais, em sua maioria, foram criadas na década de 1930, como uma estratégia dos países de salvaguardar os recursos naturais do país do avanço do capital estrangeiro, como ocorria no próprio Oriente Médio, por exemplo⁸² (EGLER; MATTOS, 2012, p.95). Ainda hoje elas mantêm sua relevância, apesar das tendências privatizadoras que pairam sobre o subcontinente desde a década de 1990.

Outro tema importante é a integração regional sul-americana. É um tema adjacente a esta, a integração energética sul-americana (SANTOS, 2002, p. 61). Desde o começo do século passado, todos os projetos e blocos que foram construídos tinham como princípio norteador a crença no binômio “Desenvolvimento + Soberania” (ISAPE, 2012, p.1). Isso favoreceu a predominância de um viés nacional-desenvolvimentista nos países locais. Esse é o mesmo princípio que guiou a fundação das empresas estatais de hidrocarbonetos. O desenvolvimento de cada uma dessas estatais acabou ocorrendo de maneira distinta, variando conforme o peso do petróleo em suas economias. As estatais mais relevantes são, além da Petrobras, a venezuelana PDVSA e a argentina YPF (EGLER; MATTOS, 2012, p.100).

3.3.1. Venezuela e PDVSA

A Venezuela é um país chave para a geopolítica de petróleo da América do Sul e por consequência do Brasil e a Petrobras nas próximas décadas. O país é integrante da OPEP desde a fundação do cartel, mesmo não sendo um país pertencente ao Oriente Médio ou o Mundo

⁸² A essa altura, na década de 1930, o cartel das Sete Irmãs dominava completamente o mercado internacional de petróleo, cerca de 90% da produção mundial. Isso justificava o viés nacionalista que guiou a criação das estatais sul-americanas

Árabe. Logo, sua relevância é mundial. Fundada em 1976, a PDVSA detém monopólio absoluto sobre a exploração, produção e refino do petróleo venezuelano. Uma indicação disto é o fato do presidente da companhia ser também o ministro de energia do país. Por ser a única proprietária das reservas petrolíferas de um dos maiores países produtores de petróleo do mundo, é a empresa com as maiores reservas do produto no mundo em 2017 com 302 bb/l, que equivalem a 17,9% do total de reservas provadas do mundo (a título de comparação, o Brasil tem somente 0,8%). Ou seja, a Venezuela detém praticamente um quinto do total de reservas petrolíferas do mundo (BP, 2017)

As estimativas variam conforme as fontes, mas sem dúvida é grande a dependência da economia venezuelana do petróleo. Estima-se que cerca de um terço do PIB do país é proveniente do petróleo, responsável por 96% do total das atividades econômicas do país⁸³. Em 2007, Ross calculava a renda petrolífera como responsável por mais da metade do orçamento governamental (ROSS, 2015, p.47). Ele está no centro da vida política venezuelana, podendo ser o responsável pelo fracasso ou sucesso dos políticos locais. E até mesmo da sobrevivência do país no cenário internacional, pois a riqueza petrolífera a torna alvo da geopolítica das grandes potências. É um dos motivos que leva a PDVSA ter escritórios em países como Holanda, Reino Unido, Cuba, Estados Unidos e Brasil⁸⁴.

Sempre integrada com a política do país, essa relação mutualística apenas foi acentuada com a ascensão de Hugo Chávez na presidência do país em 1999 e foi seguida pelo seu sucessor Nicolas Maduro após sua morte em 2013. Ambos fazem parte de um grupo político progressista designado como “*Chavismo*” ou “*Bolivarianismo*”⁸⁵. Uma das principais medidas adotadas pelos governos bolivarianos foi o financiamento de programas de amparo social no país através dos lucros obtidos com a venda de petróleo (CARRA, 2014, p.229). Durante o período do “boom” das commodities na primeira década do século XXI, a balança comercial venezuelana cresceu exponencialmente, aumentando os lucros da PDVSA e sob a administração chavista boa parte dessas divisas foram para os programas assistencialistas. Ao mesmo tempo que

⁸³ Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/22/o-que-levou-a-venezuela-ao-colapso-economico-e-a-maior-crise-de-sua-historia.ghtml> - “O que levou a Venezuela ao Colapso econômico e a maior crise de sua história” – Acesso: 22/10/2018

⁸⁴ Segundo o próprio site da empresa. Disponível em http://www.pdvsa.com/index.php?option=com_content&view=article&id=6516&Itemid=579&lang=es

⁸⁵ De acordo com Chávez, criador dessa ideologia, o Bolivarianismo seria sua versão para o socialismo no século XXI misturado com os preceitos de integração regional de Simon Bolívar, maior personagem histórico da Venezuela e líder dos movimentos de Independência da América do Sul. Bolívar defendia a integração dos diferentes povos sul-americanos para fortalecer a região ante os interesses estrangeiros. O Chavismo é um termo utilizado normalmente para se referir às políticas de Hugo Chávez e seu sucessor Nicolás Maduro, muitas vezes empregada por seus detratores para criticar o autoritarismo dos dois governantes

providenciou um alento para um país que sofre com enormes desigualdades sociais, elevou os patamares de dependência da sociedade venezuelana com a venda do produto (EGLER; MATTOS, 2012, p.98). Contudo, atrelou definitivamente a sustentação dessas políticas a venda do petróleo, cuja variação de preço poderia causar um impacto profundo na economia nacional e ao financiamento de tais programas. Esse aspecto foi duramente criticado pela oposição venezuelana, acusando os chavistas de usar o petróleo para fins políticos. Essas seriam a permanência eterna no poder, ainda mais com as reformas políticas que aumentaram a força do poder executivo.

Além disso, associou também a PDVSA com as políticas chavistas no cenário internacional, um dos pilares do governo Chávez. Aqui entra em cena um dos pontos centrais dessa política externa: o antagonismo com os Estados Unidos, maior parceiro comercial venezuelano (historicamente, o maior comprador do petróleo do país), com cerca de um terço do total. Ou seja, o principal parceiro comercial do país virou o seu maior inimigo⁸⁶. Em que pese razões reais para a desconfiança venezuelana com os EUA, a geopolítica do petróleo tende a favorecer os países com maior poder e influência no sistema mundial. Portanto, a Venezuela entrou em uma disputa com poucas chances de lograr-se vencedora, a não ser que conquistasse outros apoios (EGLER; MATTOS, 2012, p. 98).

O distanciamento com os Estados Unidos no campo diplomático, apesar da manutenção do fluxo comercial entre os dois países, foi ampliado com a chegada de Maduro ao comando do país em 2013. Sua ascensão coincidiu com um período de queda brusca do barril de petróleo. Em julho de 2014 o preço, na cotação Brent, era de cerca de U\$S 110, e em apenas seis meses, janeiro de 2015, chegara a menos de U\$S 50, sendo que um ano depois atingiu seu patamar mais baixo nos últimos tempos: 25 U\$S⁸⁷. Essa queda foi o principal fator, juntamente com outros aspectos da falência política e social na Venezuela, que catapultou uma crise humanitária no país e um panorama de quase guerra civil, além de uma crise de refugiados a partir de 2017, inclusive afetando o Brasil. A piora da crise foi agravada com a imposição de sanções comerciais dos EUA no país, provocando abrupta queda de sua produção, conforme o gráfico abaixo demonstra:

⁸⁶ A administração Bush-Cheney (a mesma que arquitetou a invasão do Iraque) apoiou um golpe de Estado contra Chavez em 2002. Esse é um dos principais motivos para a retórica antiamericana dos chavistas.

⁸⁷ NGAI, Catherine – Tumbling Oil trades below \$30 a barrel for first time in 12 years. Disponível: <https://uk.reuters.com/article/us-global-oil-idUKKCN0UQ02220160112> - Acesso em 24/02/2019

Figura 16. Produção de Petróleo na Venezuela e Colômbia entre 2013-2018. Fonte: OPEP (2018).

Além da pressão dos EUA, o país sofreu também com isolamento diplomático dentro da própria América do Sul, encabeçado pelo governo brasileiro após 2016, apoiador da oposição venezuelana. Entretanto, o governo venezuelano conseguiu garantias ao se aliar com duas potências de fora do continente: Rússia e China. A parceria com a Rússia já é de longa data, fora uma das ações realizadas ainda por Chávez, principalmente com a compra de armamento militar, visando resguardar a integridade territorial do país, mas também solidificar ainda mais a base de poder do seu grupo político dentro do país (COSTA, 2015, p.24)

Além do povo venezuelano, um dos maiores perdedores dessa disputa acaba sendo o Brasil e a Petrobras, antigas parceiras da Venezuela e PDVSA, com quem chegaram a assinar parcerias e esboçar projetos conjuntos de cooperação em energia, aproveitando a fronteira em comum e interesses mútuos. Um desses projetos foi a refinaria Abreu e Lima localizada em Pernambuco (CARRA, 2014, p.245). O projeto era antigo, visava inicialmente refinar petróleo cru importado da Venezuela, mas seu foco passou a ser o petróleo proveniente do pré-sal. Ainda assim, a parceria entre Petrobras e PDVSA foi encaminhada e a obra foi iniciada em 2007. Entretanto, sua construção foi um dos alvos da Operação Lava-Jato, que constatou irregularidades e superfaturamentos. Até 2019, a construção não foi concluída. Mais alinhados

agora com a política externa dos Estados Unidos, a tendência é o governo brasileiro apoiar as medidas adotadas por Washington, especialmente as de isolamento do governo Maduro, mesmo que isto comprometa a integração regional sul-americana (mais sobre o assunto nos capítulos 4 e 5). O Brasil fica restrito então a um papel de coadjuvante numa disputa geopolítica que engloba três potências estrangeiras, sendo duas fora do próprio continente, em um país vizinho com grande interesse geopolítico e comercial para o país.

3.3.2 Argentina e YPF

Outrora rival econômico e geopolítico do Brasil na América do Sul, a Argentina passa por longo período de instabilidade econômica e política desde a metade do século passado. Uma sucessão de governos militares, liberais e populistas fracassou em manter a paridade com o Brasil, perdendo para ele o posto de aliado preferencial das potências ocidentais na América do Sul (MELLO, 1997, p. 206). Uma solução para os argentinos foi a aposta na integração regional, encabeçada pela construção de um diálogo diplomático com o Brasil que superasse a rivalidade entre os dois países pela hegemonia regional e que os preparassem para encarar a economia globalizada, aumentando o comércio intra-regional e formalizando acordos comerciais com outros países através de blocos econômicos tais quais o Mercosul (ARROYO, 2010, p.63). Contudo, a constante degradação econômica nunca foi plenamente resolvida, e o país sofre continuamente nesse quesito, afetando toda a sociedade argentina e a política local.

Quem acabou sendo afetada por essa situação foi a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales* (YPF), estatal de petróleo argentina criada em 1922, uma das primeiras a serem criadas com o propósito de gerenciar as atividades do hidrocarboneto no mundo, atrás somente das estatais soviéticas e que se tornou um símbolo nacional (EGLER; MATTOS, 2012, p.96). A motivação inicial era a da exploração de reservas descobertas na Patagônia. De certa forma, pode-se dizer que a empresa argentina foi uma das pioneiras no processo de nacionalização da indústria de petróleo, décadas antes dos países da OPEP (EGLER; MATTOS, idem). Em contrapartida, a empresa foi afetada pela agenda neoliberal do Consenso de Washington na década de 1990. Como parte das medidas liberalizantes da época, o governo argentino privatizou a companhia em 1992, pelo então presidente Carlos Menem. Posteriormente, em 1999, a empresa foi vendida para a companhia espanhola Repsol. As duas passaram por um processo de fusão, tornando-se

a Repsol YPF e teve seu capital aberto nas bolsas de valores⁸⁸. A venda não auxiliou o governo argentino a resolver sua crise financeira no começo dos anos 2000⁸⁹, mas acabou ajudando um outro governo: o brasileiro e seu braço estratégico no setor energético, a Petrobras (RIBEIRO, 2006, p.95).

O começo do século XXI foi um período propício para uma internacionalização da Petrobras (conforme visto na seção 3.1) onde a América do Sul foi uma das áreas prioritárias. Sendo o segundo maior mercado do subcontinente, a Argentina foi o país mais visado nesse processo. A Petrobras aproveitou a crise do país e efetuou uma série de investimentos e aquisições de empresas argentinas e suas propriedades. O caso mais emblemático foi a compra da empresa Perez Companc S.A., segunda maior empresa de energia da argentina (atrás justamente da então Repsol YPF). A compra foi finalizada em 2002, no auge da crise argentina, do qual a Petrobras soube tirar proveito: A empresa valia cerca de 2,9 bilhões de dólares em 2001, mas esse valor caiu para menos da metade no ano seguinte, somente 1,3 bilhões (RIBEIRO, 2006, p.101). Após esses acontecimentos, a empresa mudou o nome novamente para Petrobras Argentina, reforçando seu status como *major* do setor energético no país, expandindo sua rede de exploração, refino e distribuição através dos diversos postos de combustíveis espalhados pelo país (RIBEIRO, 2006, p.123).

Ao contrário de seus outros vizinhos, a Argentina não possui reservas tão volumosas em recursos energéticos ou hidrocarbonetos. Existem reservas consideráveis de gás natural e petróleo no norte do país ao longo das fronteiras com Chile e Bolívia (destaque para a Bacia de Neuquén, onde a Petrobras possuiu ativos), mas nada que a coloque no patamar de grande exportadora, ainda mais por ser um grande consumidor. Essa situação ocorre com produtos minerais como ferro e estanho, essenciais para a industrialização em si do país. As fontes dos argentinos dessas matérias-primas estão localizadas na própria América do Sul, principalmente dos países bacia hidrográfica do rio da Prata. A Argentina aproveita o escoamento do rio, onde em suas regiões montantes estão localizadas jazidas minerais de Bolívia, Brasil e Paraguai e na jusante os centros urbanos-industriais argentinos, com destaque para o eixo Rosário-Buenos Aires-La Plata, justamente na foz da bacia platina (MELLO, 1997, p.226).

⁸⁸ Disponível em https://elpais.com/diario/1999/06/24/economia/930175203_850215.html - *Repsol logra el control de YPF al aceptar la OPA el 62% del capital* – Acesso 21/11/2018

⁸⁹ O período de 1999-2003 foi extremamente turbulento na política argentina. As reformas neoliberais provocaram enorme crise no país

Durante a primeira metade do século XX esse foi o método argentino para suprir seu crescimento industrial e projetar sua influência no continente. Contudo, foi nesse momento que intensificou a rivalidade com o Brasil, especialmente na bacia platina. A Argentina perdeu a maioria das contendas geopolíticas nesse tempo, sendo prejudicada pela parceria Brasil-Paraguai na construção de Itaipu. Viu também Uruguai e Bolívia sendo direcionados para a órbita de influência do Brasil através de acordos bilaterais e construção de uma rede viária extensa e ainda contou com o fracasso militar na Guerra das Malvinas⁹⁰. O saldo disso foi a prevalência do Brasil graças a satelização dos países próximos como Bolívia, Paraguai e Uruguai, apoiado pela geopolítica de “aliado preferencial” dos Estados Unidos, neutralizando a expansão argentina e tornando-se basicamente o único candidato a potência regional (MELLO, 1997, p. 245).

Todavia, a relação entre os países começaria a melhorar a partir desse ponto, principalmente com a ascensão das pautas sobre a integração regional. Ambos superaram as disputas históricas e unificaram seus objetivos externos para melhorar sua posição no cenário internacional (ARROYO, 2010, p.65). Como vimos, a década de 1990 foram similares nos dois países, só que a Argentina saiu mais enfraquecida. Ainda assim, a aproximação bilateral foi acentuada. A Petrobras foi fundamental nesse processo ao se consolidar como uma das maiores companhias dentro da Argentina, patrocinando eventos culturais e esportivos, além de diversificar sua atuação no país. Aplicando seus métodos de prospecção, a empresa também descobriu novas jazidas no país, aumentando suas próprias reservas. Um verdadeiro e bem-sucedido caso de *soft power* brasileiro que foi acentuado pela proximidade dos poderes executivos à época, principal Nestor Kirchner (primeiro a conseguir relativa estabilidade política após a falência do país e divergências com o FMI) e Lula (VIZENTINI, 2008, p.109).

Foi um dos principais usos geopolíticos da Petrobras pelo Estado brasileiro desde a fundação da empresa. A Petrobras avançava comercialmente no país, juntamente com empresas europeias como a Repsol. Enquanto estas empresas prosperavam em seu setor energético, a Argentina passou por transformações no período posterior, com a ascensão dos Kirchners no poder. Ambos promoveram uma guinada protecionista e nacionalista na economia argentina, passando reformas cujos objetivos eram reverter as medidas neoliberais dos governos anteriores

⁹⁰ Por ironia do destino talvez, em 2010 o governo britânico começou a explorar jazidas de petróleo ao redor das Ilhas Malvinas, ato que recebeu reprimenda do governo argentino por ameaçar a soberania em seu território oceânico. Se antes o Reino Unido já tinha interesses na ilha por sua posição geoestratégica no Atlântico Sul (motivada em parte pelas rotas de petroleiros) agora sua posição tornou-se ainda mais resoluta.

(MARTIN, 2010, p.51). Eventualmente, o setor de petróleo e gás foi alvo dessas políticas, resultando na reestatização da YPF em 2012, onde o cenário econômico era mais favorável ao governo argentino que passou a deter 51% das ações da empresa, retomando o controle sobre suas decisões administrativas. Enquanto Petrobras e PDVSA lidam com grandes assuntos da geopolítica do petróleo mundial, a atuação da YPF é mais restrita ao mercado argentino e as questões energéticas locais. O próprio gás natural é mais consumido no país do que o petróleo (52% versus 36% no total da matriz energética do país). O foco maior do país é atrair investimentos estrangeiros para ajudar na exploração local, apesar do viés nacionalista das últimas reformas (EIA, 2017).

A reestatização da YPF foi um ato julgado como nacionalista à época, contrariando o mercado internacional e desagradando os países europeus. A época, os governos brasileiros e argentinos continuavam alinhadas entre si, então não houve estremecimento na relação. Tratando-se de geopolítica de petróleo, porém, houve mudança na balança de poder dentro do território argentino. A Petrobras Argentina estava se consolidando como uma das principais empresas atuando no setor energético do país (PETROBRAS, 2012). A manobra do governo argentino não só afastou a influência do capital espanhol sobre o setor de petróleo e gás do país, como freou o avanço da Petrobras Argentina, já em relativo declínio devido à priorização dada à exploração do pré-sal. Somado a isso, veio a turbulência da Petrobras devido a operação Lava-Jato e crise financeira da companhia em 2014. Os avanços no setor de energia por parte da estatal brasileira dentro do país cessaram. A empresa vendeu ativos no país em 2016 como parte de seus planos de desinvestimentos⁹¹, incluindo 67,2% de sua participação na Petrobras Argentina por quase 900 milhões de dólares para uma empresa local. A Petrobras ainda manteve alguns ativos no país, mas já não dispõe da mesma capacidade de influência na questão energética argentina como outrora possuiu.

Embora a re-nacionalização do setor de petróleo e gás tenha sido celebrada pelo governo, a Argentina voltou a entrar em crise econômica por razões internas e externas, provocando uma nova mudança no governo. O *kircherismo* foi derrotado nas urnas em 2015, quando ocorreu a vitória do liberal Mauricio Macri, político com agenda econômica oposta à de sua antecessora. Em termos de América do Sul, isto pode significar uma nova mudança brusca na estratégia do Estado nos assuntos envolvendo energia. Geopoliticamente, esse

⁹¹ Visto em <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKCN0XU2HW> - “Petrobras vende ativos na Argentina e no Chile por US\$1,4 bi” – Acesso em 03/05/2017

movimento poderia até ser considerado uma vitória para o Estado argentino, ao fortalecer sua capacidade de tomar decisões a respeito de uma questão por muitos considerada estratégica. Todavia, ela não resultou em maior autonomia para o país em suas ações soberanas, visto que o enfraquecimento da economia argentina implica na necessidade de atrair investimentos estrangeiros para o setor. Mesmo isso é improvável de ocorrer enquanto o país não atingir o nível de estabilidade econômica que os investidores e as *majors* do setor esperam. Contudo, é pouco provável que uma dessas *majors* venha a ser a Petrobras, preocupada com outros assuntos e outras regiões do mundo no momento.

3.3.3 Bolívia e o *Heartland* Sul-Americano

A companhia estatal de petróleo e gás da Bolívia é a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB), nome similar à da Argentina, criada em 1936, doze anos após a YPF argentina. A época, isso era um simbolismo da influência argentina no país andino, algo considerado preocupante para o pensamento estratégico brasileiro, pois a Bolívia poderia vir a ser uma cabeça-de-ponte para a expansão da influência argentina no subcontinente, minando a posição “natural” de líder regional que deveria ser do Brasil (MELLO, 2007, p.197). A Bolívia possui, então, um grande valor geoestratégico devido a sua excelente localização central na América do Sul. Enquanto que nos países anteriores destacamos suas estatais e sua relação com a Petrobras e o Brasil, aqui ela fica em segundo plano. O foco acaba é o território boliviano em si, considerado por Mário Travassos e outros autores como o *heartland* sul-americano e por isso essencial a geopolítica do Brasil, especialmente dentro do contexto sul-americano (MELLO, 1997, p.153).

Travassos foi um dos pioneiros em identificar a importância geoestratégica da Bolívia, quando em sua obra seminal “Projeção Continental do Brasil” (1935) ele aplica os princípios teóricos de Mackinder no território sul-americano. Mackinder e os autores influenciados por ele no mundo anglófilo, como Spykman, priorizam a Eurásia, o Atlântico Norte e a América do Norte em suas análises geopolíticas⁹². Travassos prioriza a até então “marginal” América do Sul ao elaborar suas principais teses geopolíticas sobre o Brasil e sua posição dentro desta (COSTA, 2007, p.196). Travassos identificou o *heartland* sul-americano em um triângulo

⁹² Spykman utiliza projeções cartográficas azimutais em contraste das cilíndricas de Mackinder a fim de destacar uma maior aproximação dos Estados Unidos com a Eurásia, reforçando a proximidade deles através do Oceano Ártico e do Estreito de Bering

formado pelas cidades bolivianas de Cochabamba, Sucre e Santa Cruz de la Sierra, conforme podemos observar na figura abaixo:

Figura 17. Triângulo Estratégico de Travassos e o Heartland Sul-Americano. Fonte: Travassos (1935).

A preocupação inicial de Travassos era com a rede ferroviária argentina, que alcançava a hinterlândia do território boliviano e integrava o território dos dois países. Como seguidor de Mackinder, julgava a expansão da rede ferroviária como a grande motriz do desenvolvimento do poder terrestre ao facilitar a circulação do comércio e a aprimorar a comunicação (MYIAMOTO, 2011, p.63). E assim como o *heartland* original, este é um território fechado por terra, sem acesso ao oceano e por isso dependente de rotas estrangeiras para realizar contato com os oceanos e suas redes comerciais. O propósito dessas ferrovias era providenciar o escoamento da produção boliviana pelo porto de Buenos Aires, providenciando acesso ao Atlântico aos bolivianos. Para contrabalancear isto, Travasso defendia a construção de redes ferroviárias longitudinais (de oeste a leste) que integrassem Brasil-Bolívia, aproveitando as já existentes ferrovias Madeira-Marmore⁹³ e a Corumbá (MS) e Santos (SP), onde uma extensão desta até Santa Cruz de la Sierra permitiria conectá-la ao porto de Santos, que passaria a ter a função de servir como o ponto de contato boliviano com o mundo exterior.

⁹³ Construída como uma compensação à Bolívia pela anexação do Acre em 1903 (Ricupero, 2017)

O principal papel que Travassos identifica para o triângulo boliviano é geoestratégico, pois ele contém a chave para decidir qualquer possível confronto militar que abrangesse todo o continente, seja internamente ou travado por potências estrangeiras. Travassos aponta a existência de dois antagonismos latentes na América do Sul, um terrestre e um oceânico: Atlântico *versus* Pacífico (Leste e Oeste) e Bacia do Prata *versus* Bacia Amazônica (Sul e Norte), cada um desses considerado um compartimento. E o ponto de convergência de ambos é justamente esse triângulo (MELLO, 1997, p. 134). Para Travassos, isso significaria que o país que mantivesse essa área sob sua esfera de influência controlaria as principais rotas terrestres do subcontinente, tanto no sentido Norte-Sul como Leste-Oeste. Ao perceber a nítida influência de Mackinder na obra de Travassos, Mello faz o seguinte comentário, em referência ao famoso postulado do britânico:

Parafraseando a fórmula geopolítica de Mackinder, poderia ser feita a seguinte analogia: quem dominar o triângulo econômico boliviano, controlará a Bolívia; quem dominar a Bolívia controlará o coração da América; quem dominar o coração da América, controlará o continente sul-americano. (MELLO, 1997, p.153)

Mesmo tendo mais de 80 anos, e com a rivalidade Brasil-Argentina superada, os princípios teóricos de Travassos ainda encontram respaldo na atualidade para o pensamento estratégico brasileiro. Um exemplo disso é a questão da integração regional sul-americana, onde os dois principais blocos comerciais são o Mercosul⁹⁴ de orientação atlântica e a Aliança do Pacífico⁹⁵, onde o próprio nome já indica a preferência comercial de seus países-membros (ALBUQUERQUE, 2015, p. 59). Ambos se voltam mais ao mercado exterior do que os outros países sul-americanos (embora os países do Mercosul possuem um comércio intra-regional forte). Ambos buscam aproximação com os Estados Unidos, mas a Aliança do Pacífico visa mais a Ásia e o Mercosul a União Europeia. A Bolívia, entretanto, não integra nenhum dos dois blocos, o que poderia ser um indicativo de sua função como ponto de equilíbrio e contato entre os compartimentos sul-americanos ou de um isolamento geográfico imposto por sua localização.

A Bolívia possui destaque graças a sua posição como fornecedora de gás natural para o Brasil, onde a Petrobras foi um *player* majoritário na construção das relações entre os dois

⁹⁴ Integrantes: Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Venezuela também é membro, mas foi suspensa pelos outros integrantes em 2016. Todos os países possuem litoral no Oceano Atlântico, à exceção do Paraguai, mas seus principais rios desaguam nele

⁹⁵ Integrantes: Chile, Peru, Colômbia. México e Costa Rica completam o bloco. Todos possuem litoral no Oceano Pacífico

relação a este, principalmente por conta de questões ecológicas. (SANTOS, 2002, p.54). Com o avanço das pautas ambientais nas agendas multilaterais, a tendência é o consumo do gás aumentar nas próximas décadas. Entre a construção do Gasbol em 1997 e a descoberta do pré-sal em 2007, investir no gás natural foi uma das prioridades da Petrobras (SANTOS, 2002, p.58).

A economia boliviana tradicionalmente gira em torno da exploração de seus recursos minerais. Antigamente o predomínio era de estanho e minério de ferro, mas desde a década de 1970, muito graças ao interesse brasileiro, o gás natural assumiu o posto. O interesse brasileiro, embora motivado pelas questões energéticas e econômicas, possui uma evidente motivação geopolítica ao reforçar os vínculos geoeconômicos entre os dois países. A integração geoeconômica com a Bolívia tinha o intuito de promover uma satelitização do país andino, neutralizando no processo a influência argentina (MELLO, 1997, p.190).

A extração do gás boliviano ocorre há várias décadas, mas somente na década de 1990 as condições propícias para fechar o acordo existiram. O acordo firmado em La Paz no ano de 1997 não só selou essa parceria como aprofundou os laços geoeconômicos entre ambos. Muitos consideraram o acordo extremamente favorável ao Brasil e desvantajoso para a Bolívia, com muitos políticos bolivianos considerando ele um ato imperialista e de espoliação dos recursos naturais nacionais (HAGE, 2008, p.76). O pacto entre os dois países buscava garantir fontes de energia para o Brasil e a contrapartida para a Bolívia seria um superávit comercial favorável e, se possível, financiar seu próprio desenvolvimento socioeconômico.

Com situação política instável e governos sem respaldo popular após a concretização do acordo e construção do Gasbol, além de outros fatores⁹⁷, a população boliviana sentiu-se prejudicada e houve uma emergência de grupos políticos bolivianos de caráter popular e nacionalista, sobretudo o grupo encabeçado pelo então líder sindical Evo Morales. Ele eventualmente consolidou sua liderança e converteu ela em força eleitoral, vencendo as eleições de 2005 e assumindo a presidência boliviana. Sua principal promessa de campanha era nacionalizar os hidrocarbonetos, algo que prejudicaria os interesses da Petrobras, proprietária de duas refinarias em Santa Cruz de La Sierra e os do governo brasileiro, preocupado com a segurança energética de seu país (SILVA, 2012, p.76).

⁹⁷ Em 2003 eclodiu um conflito denominado como “Guerra do Gás” na província de Tarija. Tal conflito estava relacionado a insatisfação popular com a política do governo em priorizar a exportação do gás natural enquanto o mercado doméstico não recebia o suficiente para atender suas necessidades. Esse movimento foi essencial para a queda dos antecessores de Morales na presidência do país (Hage, 2008)

Contrariando o que os políticos normalmente fazem em campanhas políticas no continente, Morales cumpriu sua promessa no ano seguinte: ordenou a ocupação militar das refinarias pertencentes à Petrobras, estatal brasileira do setor de petróleo e gás e nacionalizou as reservas de gás natural bolivianas. Foi uma manobra arriscada, que gerou algumas reações de revolta no setor público brasileiro, mas o então presidente Lula, que tinha como uma de suas metas para a política externa promover uma maior integração “Sul-Sul” e estabelecer uma integração sul-americana duradoura, optou por resolver a questão diplomaticamente (SILVA, 2012, p.105), costurando um novo acordo com os bolivianos. O trecho dentro do território boliviano é controlado pela empresa Gas Transboliviano SA, da qual a YPFB possui o controle acionário majoritário, enquanto o trecho brasileiro é administrado atualmente pela TGB, uma empresa de capital fechado controlada pela subsidiária da Petrobras do setor de gás natural, a Petrobras Logística de Gás SA, criada para esse propósito em 2015⁹⁸.

A negociação acabou em êxito para os dois lados, com os bolivianos agora controlando sua produção de gás natural e o Brasil mantendo acesa a criação da Unasul. Mas ele deixou cicatrizes na relação bilateral entre os países, mais um do longo histórico de problemas nas relações internacionais do subcontinente. Ainda assim, é grande o volume de gás que o Brasil importa dos bolivianos. Entretanto, se a aparência diplomática do acordo possa ter deixado a impressão de que o Brasil agiu como nação aliada da Bolívia, é preciso destacar a permanência das redes de ligação econômica baseadas no comércio dos hidrocarbonetos, motivados sobretudo por pragmatismo e *realpolitik*, e não necessariamente no interesse mútuo e na cooperação entre os povos. A própria Petrobras possuía a expectativa de encontrar gás natural suficiente nas reservas do pré-sal para diminuir a dependência do gás boliviano (LIMA, 2008, p.22).

A Bolívia foi mantida como aliada, assim como seus laços de dependência econômica e energética do Brasil, que ainda pode alimentar antigas ambições geopolíticas como a “Marcha para o Oeste” e conquistar mais uma saída para o Pacífico, onde a posição geoestratégica do território boliviano tem papel vital. Isso pode ser exemplificado no eixo “Brasil-Bolívia-Peru-Chile” do IIRSA, onde a Bolívia é o centro de uma rota que une o Brasil ao eixo andino e pacífico sul-americano, através do Peru e do Chile, cuja integração territorial com o Brasil ainda é baixa. A Bolívia passaria a ser então o que os autores geopolíticos clássicos denominam como “área de soldadura”, unindo as duas vertentes oceânicas e terrestres da América do Sul e

⁹⁸ Disponível em http://www.tbgr.com.br/pt_br/a-tbgr/historia.htm. Acesso:02/04/2018

facilitando para o Brasil o comércio com a Ásia do leste e costa do pacífico norte-americano, dois dos principais destinos de exportações brasileiras.

Figura 18. Eixo Brasil-Bolívia-Peru-Chile do IIRSA. Fonte: IIRSA (2013).

Apesar dos dados econômicos e demográficos modestos, a Bolívia é considerada por muitos autores como um dos países mais importantes para a geoestratégia brasileira, tanto em um viés mais imperialista, de domínio econômico e controle por influência de seu território, como de um país crucial para a integração sul-americana e até mesmo latino-americana. Curiosamente, é um dos países com maior estabilidade política no momento, com Morales sendo o único líder do executivo responsável pela criação da Unasul ainda no cargo de presidente até 2019. Seja por questões energéticas ou pelos projetos de integração sul-americanas, o país andino deve continuar sendo um país central para a política externa brasileira.

4. REGIONALIZAÇÃO DA GEOPOLÍTICA DA PETROBRAS NA AMÉRICA DO SUL

Vamos dobrar de tamanho e colocar uma Petrobras em cima da outra. Nossa produção de petróleo vai dobrar, nossa oferta de gás no mercado vai dobrar e nossa capacidade de refino também dobrará nos próximos anos

Graça Foster

Em uma visita a Bolívia no ano de 2007, o então presidente Lula (2003-2010) dissera que acreditava em uma integração energética de toda a América do Sul para evitar apagões e crises. Ele complementou seu raciocínio afirmando não ser possível que o subcontinente sofresse tanto com esses problemas tendo as maiores reservas energéticas do mundo. Talvez na ocasião o ex-presidente tenha sido superlativo, visto que não necessariamente a América do Sul tem as maiores reservas energéticas do mundo. Certamente não as de petróleo e gás, embora de fato os recursos naturais sul-americanos sejam vastos, embora pouco explorados em relação a outras regiões do mundo. A declaração também demonstra uma constante preocupação dos chefes de Estado sul-americanos de converter a potencialidade do território para uma condição material favorável ao desenvolvimento local, solucionando as defasagens estruturais e obtendo segurança energética. Por fim, reforça a ideia de que a integração regional é o caminho para alcançar esse objetivo.

A Petrobras foi usada como ferramenta do Estado brasileiro para atingir o sonho da segurança energética sul-americana. Contudo, sua ação não foi desenrolada de maneira homogênea pelo espaço sul-americano. Ela ocorreu conforme as ações foram sendo desencadeadas pelo Brasil e pelas reações adversas de outros países, bem como a interferência de potências externas. Assim como pela interferência dos elementos naturais da paisagem que facilitaram ou dificultaram certas evoluções técnicas para aprimorar a circulação no espaço e a construção de redes consolidadas. Portanto, é possível conjecturar que as ações da Petrobras (ou a falta delas) ajudou a moldar as características particulares de determinados espaços, ajudando e os caracterizando como uma região. Ou, devemos dizer, que as regiões na realidade já datam de antes das ações da Petrobras e que estas em realidade foram guiadas por suas dinâmicas?

O propósito do atual capítulo será o de relacionar as regiões sul-americanas com importância geoestratégica para o Brasil e a Petrobras na América do Sul e a relação destas com

a geopolítica do petróleo regional. Isso será feito apontando os fluxos que integram os territórios, a influência do Brasil neles, assim como a relevância das atividades do setor de petróleo e gás para a geopolítica e geoeconomia de cada uma das regiões destacadas.

Assim como os *players* da geopolítica do petróleo, o Brasil também possui demandas no setor petrolífero, como manter ativos fluxos essenciais para o bem-estar da economia nacional e dialogar com outros países que os ajude a atingir suas metas. Além de, eventualmente e quando possível, utilizar disto como ferramenta geopolítica. A questão principal é: O Brasil, e por consequência a Petrobras, tem condições de estarem no mesmo patamar dos grandes *players* da geopolítica do petróleo? Se estiver, isso poderia ser traduzido como uma grande vantagem para o país?

A América do Sul e suas dinâmicas territoriais são essenciais para as respostas de tais perguntas. É mister identificar as áreas de interesse do Brasil e Petrobras dentro de sua geopolítica do petróleo. Após revisão bibliográfica tanto de geógrafos brasileiros e de estudiosos da geopolítica do petróleo, tratados no capítulo 1, e da caracterização da atividade petrolífera no Brasil feita no capítulo 3, podemos identificar essas áreas, com quais faremos nossa regionalização. Na história do pensamento geográfico, o conceito de região foi elevado ao patamar de suma importância para a ciência geográfica com geógrafos como Ritter e La Blache tendo suas obras destacadas pela maneira como desenvolveram o conceito (LENCIONI, 2014, p.94). Com a influência de outras linhas de pesquisa das ciências humanas na geografia regional durante o século XX (como a fenomenologia e o marxismo), o conceito foi abordado de forma mais contestadora ao analisar as fraturas e divisões no espaço geográfico no contexto do avanço da globalização financeira e os impactos das inovações tecnológicas, ainda frente ao seu possível desuso no mundo dominado pela supressão dos Estados-Nacionais. Entretanto, Lencioni argumenta que isso não se sustenta pois:

[...]a escala regional, como escala intermediária de análise, como mediação entre o singular e o universal, pode permitir revelar a espacialidade particular dos processos sociais globais. Nesse sentido, o regional pode se reabilitar frente ao global, como particularidade da globalização e, assim, a própria noção de região também se reabilita[...] o fato de a região ser sempre uma reflexão política de base territorial; em segundo, o fato de ela colocar em jogo um conjunto de interesses identificados com determinadas áreas; e, em terceiro, o de colocar sempre em discussão os limites da autonomia frente a um poder central. (LENCIONI, 2014, págs. 194 e 195)

Em suma, para a autora, a região continua sendo uma fundamental categoria para análise do trabalho geográfico, ao permitir um recorte espacial que permita a análise das ações de diferentes atores, incluindo um poder central, em uma área e seus interesses dentro dele. A essência está na ideia de a região “ser sempre uma reflexão política de base territorial”. Por isso, realizamos um recorte espacial do espaço sul-americano baseado nas principais áreas de estudo da geopolítica brasileira e como se dá a ação da Petrobras em cada uma das regiões selecionadas.

Três regiões sempre tiveram importância destacada nos estudos geopolíticos sobre o Brasil e estas serão a base de nossa proposta de regionalização do espaço sul-americano de acordo com os interesses geopolíticos da Petrobras. A primeira delas é a Amazônia. Utilizamos o termo “Amazônia” como referência tanto ao bioma natural em sua extensão internacional quanto a bacia hidrográfica do Rio Amazonas, maior do mundo em extensão e em volume hídrico. A segunda delas é a Bacia do Prata, que assim como a Amazônia é definida primariamente pelos divisores geográficos da bacia dos rios que compõe o Prata (Paraná, Paraguai e Uruguai), mas também pelo alto nível de especialização das atividades industriais e o espraiamento do meio urbano em seu espaço que a permitiu concentrar um grande nível de atividades do setor terciário superior. A terceira e última delas é o Atlântico Sul, importante por abranger a maior parte do litoral brasileiro, além de conter as principais riquezas petrolíferas do país. Sua maior função é ser o principal ponto de contato do Brasil com o restante do mundo, região por onde trespasa os principais fluxos comerciais brasileiros (MIYAMOTO, 2011, p.71).

Portanto, essa regionalização não estará restrita ao território brasileiro, mas todas as redes existentes entre e dentre os países vizinhos, e como a projeção de força brasileira nessas regiões pode afetar suas dinâmicas territoriais. Cada uma dessas interações indica o nível de poder geopolítico brasileiro, seja através da influência direta ou da dissuasão diplomática. Nossos critérios para analisar a importância de cada uma dessas regiões incluem tanto aspectos geológicos (localização de poços petrolíferos, potencial de prospecção, etc...), aspectos da indústria petrolífera (instalação de infraestrutura de exploração, refinarias, oleodutos, etc...), aspectos geoeconômicos (fluxos comerciais, concentração de capitais, investimentos externo direto, circulação) e é claro aspectos geopolíticos (presença estrangeira, bases militares, áreas de litígio, integração regional, atuação direta do governo brasileiro, etc...). Veremos qual a importância que o Brasil, ou a Petrobras, dão a cada uma dessas regiões, considerando ações diretas ou até mesmo a falta delas.

4.1 Região Amazônica

A ocupação da Amazônia para verdadeiramente integrar o território brasileiro foi um tema que inspirou os geopolíticos brasileiros, sendo estudado por décadas e ainda permanece como um tema extensamente debatido. Therezinha de Castro e Golbery Couto e Silva são exemplos de autores que analisaram essa questão a fundo. Golbery elencou a integração da Amazônia como uma das principais etapas para melhor articular o território nacional. Segundo ele:

[É necessário] inundar a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída do Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E-O, segundo o eixo do grande rio”⁹⁹.

Apesar dos apelos do general e de outros militares, somente na redemocratização podemos observar a ascensão de grandes projetos geopolíticos na Amazônia, como o Calha Norte e o SIVAM/SIPAM. Esses projetos visavam dar suporte a principal atividade econômica da região, que atraiu os investimentos estatais e fluxos migratórios: a extração mineral (BECKER, 2009, p.27). Grandes jazidas minerais são encontradas por aqui, notoriamente o minério de ferro na Serra do Carajás, bem como ouro e urânio. Quase todo impulso de atração e ocupação territorial pelo Estado e iniciativa privada (nacional ou estrangeira) foi motivado pelos ciclos econômicos desses produtos ao longo do século XX¹⁰⁰.

Por essas razões, esperava-se que a Amazônia brasileira fosse ser rica em petróleo. Sua estrutura geológica é formada em boa parte por bacias sedimentares, sendo na teoria propícias para a formação do hidrocarboneto (EPE, 2018). Embora algumas jazidas menores tenham sido encontradas e exploradas ao longo dos anos, a região, pelo menos por ora, não é marcada por ser local de grandes reservas. Todavia, se formos além das fronteiras do território brasileiro, o cenário oposto é identificado. Temos a presença de três grandes exportadores de petróleo no mundo e dois integrantes da OPEP: Venezuela, Equador e Colômbia. Ao colocarmos desta maneira, rapidamente verificamos a relevância em escala global desta região. Mas para que essa relevância atinja verdadeiramente a geopolítica brasileira, é necessário que sua capacidade de ação e integração territorial vá além do interior da floresta e alcance as costas do Caribe e do Pacífico, o que já é obtido pelas rodovias BR-174 (que vai de Manaus até o município venezuelano de Santa Elena de Uairén, de onde é possível chegar em Caracas e no litoral

⁹⁹ In: Couto e Silva, Golbery. Conjuntura política nacional, o Poder Executivo & geopolítica do Brasil. p.92

¹⁰⁰ Como a própria borracha, que acabou contribuindo com a formação territorial brasileira ao permitir as condições e situações que eventualmente resultariam na anexação do Acre em 1903

caribenho do país) e pela rodovia interoceânica (em seu trecho brasileiro é chamada de BR-317. Essa estrada conecta Rio Branco até o litoral peruano, passando pela cidade de Cuzco). Ambas as rodovias foram etapas fundamentais para intensificar a integração em escala regional da Amazônia Sul-Americana, que corresponde a toda extensão territorial da floresta nos países sul-americanos. O simples fato de possuir a floresta dentro de seus territórios já é um ponto em comum que deve facilitar a conexão entre esses países (BECKER, 2009, p.53). Contudo, as características naturais da região apresentam maiores potencialidades para o modal hidroviário, que hoje é o maior responsável pelo transporte de cargas na região, especialmente dentro do Brasil, pois a cordilheira dos Andes impõe dificuldades para que esse modal suceda em criar redes de comunicação entre os países amazônicos.

Figura 19. Mapa da Amazônia Sul-Americana. Fonte: Aragón (2013, p.44).

Independente da questão petrolífera, a Amazônia é sem dúvidas uma das regiões de maior interesse de atores internacionais, especialmente os movimentos ambientalistas e empresas de biotecnologia. A visão mais consolidada sobre a Amazônia é sua “função” como uma das principais “reservas” do planeta a serem preservadas em caso de calamidade ambiental de proporções globais. Ou seja, a Amazônia é efetivamente uma área de interesse à geopolítica global, sujeita ao conflito de interesses onde boa parte do território brasileiro estaria em seu epicentro. Segundo Becker essa nova significação geopolítica da Amazônia faz com que:

[...] em nível internacional, seu novo significado geopolítico como fronteira do capital natural que, somado à política dos grandes blocos, induz a pensar e agir na escala da Amazônia sul-americana (BECKER, 2009, p. 22)

A geógrafa já nos indica a metodologia adequada para analisar a Amazônia não somente como brasileira, mas sobretudo como sul-americana. Sua ocupação territorial e inserção na economia globalizada são fatos irreversíveis, daí sua importância para a temática da integração sul-americana. Sobre tudo na questão dos recursos naturais a serem explorados ou preservados dentro dela. A cobiça estrangeira aos recursos naturais da Amazônia é um fator que incentiva os governos locais a trabalharem em conjunto através da cooperação para defender sua soberania (BECKER, 2009, Idem).

Isso engloba todo o arco de países vizinhos que integram sua extensão internacional: Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Um ponto em comum os une além da questão ambiental, com a exceção do Peru: as reservas petrolíferas em seus territórios e inserção na geopolítica do petróleo em maior ou menor grau. Outra semelhança, consequente da anterior, é o envolvimento em questões de segurança nacional e militar por parte dos exércitos estadunidense e russo. Isto é particularmente evidente com Venezuela e Colômbia, mas também um fator influenciador na política dos outros países, pela constante ameaça da intervenção por essas potências, interessadas em controlar as questões geoestratégicas do petróleo. Ainda mais em uma região dentro da área de influência primária dos EUA, muitas vezes denominada pejorativamente como “quintal” dos norte-americanos. Como quase sempre na história da região dos últimos cinco séculos, os interesses geopolíticos das grandes potências intercedem na situação política local e aumenta o número de interesses envolvidos (MARTIN, 2018, p.48).

A presença estadunidense na Colômbia é justificada nas últimas décadas pela “*War on Drugs*” e o combate as FARCS, que propiciou o supracitado “Plano Colômbia”, cujo legado são as bases militares dos Estados Unidos na Amazônia colombiana, próximo à fronteira com o Brasil. Contrabalanceando elas, temos a base russa na Venezuela, resultado da cooperação militar dos governos Putin e Chávez durante a década passada (COSTA, 2014, p.59). A retórica contra a Venezuela é uma constante desde 2002, mas foi acentuada nos últimos anos com o esfacelamento social do país provocado por crises econômicas e instabilidade política ocasionada, entre outros fatores, pela geopolítica do petróleo e o excessivo peso da *commoditie* na economia venezuelana, conforme vimos no capítulo anterior. Além dos antigos rivais da guerra fria, os chineses também estão cada vez mais presentes na região, também interessados nas reservas de recursos naturais amazônicas. As trocas comerciais entre China e Venezuela

aumentaram nos últimos anos conforme a relação Venezuela-EUA começou a se deteriorar (OPEP, 2017).

Lidar com essa questão requer muito tato diplomático para o Brasil. Ao mesmo tempo que a presença de grandes potências nas dinâmicas territoriais da Amazônia é uma ameaça à soberania dos países locais, a capacidade de agressão delas, seja economicamente ou militarmente, limita a ação brasileira. Somente uma cooperação com os outros países sul-americanos poderia providenciar uma maneira de frear a influência externa. Contudo, falta um mecanismo internacional capaz de exercer tal função. O órgão indicado para tal função poderia ser a Unasul, que atualmente encontra-se em descrédito e sem força institucional. A crise venezuelana tem sido lidada mais pela OEA, indicando uma maior influência do *soft power* estadunidense na região, além da formação do Grupo de Lima em 2012 (do qual o Brasil faz parte), que adota a posição pró-EUA e anti-Maduro, apoiando seus opositores¹⁰¹. Com isso, o Brasil perde sua capacidade de ser um intermediador da situação, contrariando seus precedentes históricos diplomáticos.

Contudo, as limitações brasileiras não estão restritas ao campo diplomático. Mesmo que a região amazônica já tenha visto grandes avanços na integração regional (tanto internamente quanto externamente), os conflitos no campo entre mineradores, latifundiários e povos nativos ainda é extremamente grave e preocupante. Em certos lugares, o Estado brasileiro ainda tem sua capacidade de ação extremamente limitada e o processo de integração através da criação de infraestrutura necessária iniciada no passado pelos governos militares ainda segue em curso. Becker aponta que isto resultou no aumento de sua produção agropecuária e industrial, mas ainda o extrativismo é o foco econômico local (BECKER, 2009, p.18). No fundo, a infraestrutura criada visa habilitar plenamente a circulação dos minérios extraídos para o escoamento ao exterior. Novamente, é necessário mencionar como os eixos do IIRSA podem facilitar essas tarefas, tanto de escoamento produtivo como integração territorial dos países da Amazônia Sul-Americana. Observamos no mapa abaixo os principais eixos locais do IIRSA:

¹⁰¹ ROSSI, Amanda. Folha de S.Paulo. O que é o Grupo de Lima, que reúne 14 países para discutir a crise na Venezuela. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/o-que-e-o-grupo-de-lima-que-reune-14-paises-para-discutir-a-crise-na-venezuela.shtml>. Acesso em 02/03/2019

Figura 20. Eixos do IIRSA na Amazônia Sul Americana. Fonte: IIRSA.

Existem quatro eixos principais nessa região, cada qual sendo baseado em um aspecto de fisionomia natural como bacias hidrográficas e unidades de relevo. O primeiro deles é o das Guianas, que conecta desde Manaus à Macapá, passando pelas Guianas até Caracas. Sua importância é pela conexão do centro urbano mais relevante da Amazônia Brasileira até as jazidas de petróleo da Venezuela, sua capital e o Caribe. O segundo eixo é o do Rio Amazonas, que aproveita a capacidade do rio para o transporte fluvial e conecta o Oceano Atlântico com o Pacífico. O eixo andino é relevante para o bloco de países andinos e providencia uma conexão norte-sul no subcontinente. Por fim, temos o Eixo Brasil-Bolívia-Paraguai-Chile que servirá de ponto de contato entre a região amazônica e a região platina.

Somente uma verdadeira integração dos países amazônicos poderá propiciar a força necessária para a preservação dos vastos recursos naturais e biotécnicos da região ante a ação dos agentes externos do sistema mundo, tais como ONGs e multinacionais estrangeiras, quando

não Estado-Nações. Essa integração não necessariamente envolve somente questões geoeconômicas e comerciais. Segundo Becker (2009) sequer deveriam, pois ela aponta que os avanços nos planos de integração regional aumentam a demanda por recursos naturais da região, aumentando a pressão sobre os ecossistemas locais e comprometendo a conservação desses recursos para o longo prazo. Todavia, ela destaca os setores de energia e defesa como os basilares dessa integração, cuja autonomia favorece o fortalecimento da soberania local, onde ameaças e problemas internos podem ser melhor trabalhados, especialmente nas diversas cidades-gêmeas localizadas ao longo da fronteira da Amazônia legal brasileira (BECKER, 2009, p.59). Este princípio poderia ser aplicado as questões dos hidrocarbonetos.

Por muito tempo, a maior preocupação regional por parte do Brasil era com a fronteira com a Colômbia devido à guerra civil que perdura no país desde os anos 1960 e teve um apogeu de violência nas décadas 1980 e 1990 devido a ascensão de narcotraficantes, guerrilhas e grupos paramilitares (PÉCAUT, 2004, p.243). Essa situação, além da desestabilização da Colômbia e intervenção norte-americana, promoveu a entrada de diversas ondas de traficantes e guerrilheiros na fronteira brasileira, devido a porosidade e falta de capacidade estatal para controla-la por um bom período de tempo (Becker, 2004), embora a instalação do sistema de monitoramento por satélite, o SIVAM, tenha promovido avanços nessa questão (podendo contribuir com a cooperação internacional através do compartilhamento das informações obtidas com os outros países amazônicos em possíveis interesses comuns, como defesa territorial e controle das rotas do narcotráfico). Contudo, a situação no país foi aos poucos sendo estabilizada, com o relativo sucesso do combate ao narcotráfico e eventual desgaste das guerrilhas, notoriamente as FARCS, que formalmente se renderam mediante um acordo de cessar-fogo e posteriormente de paz¹⁰². A situação no país não está ainda totalmente estável, ainda existem grupos menores de guerrilha ativos e o narcotráfico é uma constante. É improvável que uma pacificação completa seja atingida, mas comparado a décadas atrás, o país vive momentos de relativa tranquilidade.

O foco de tensão na região tornou-se a Venezuela, em caos socioeconômico e à beira de uma guerra civil e que lentamente se transforma em um palco de uma disputa por influência entre atores externos. Essa crise venezuelana provocou por sua vez uma crise humanitária sem

¹⁰² Em 2017, o governo colombiano formulou uma proposta formal de paz com as FARCS, que concordou com os termos estabelecidos. Entretanto, a população colombiana rejeitou os termos do tratado (especialmente os que envolviam questões de anistia e a participação política dos integrantes das FARCS) em um plebiscito de votação apertada. Contudo, as FARCS continuam formalmente inoperantes em termos bélicos.

precedentes para o subcontinente e um grande desafio para a integração regional sul-americana, através dos enormes fluxos de refugiados que fogem pela Colômbia e o estado de Roraima no Brasil. A crise evidenciou o enorme fracasso da integração regional sul-americana e sua fragilidade frente aos interesses das grandes potências. Chama a atenção o fato de que este conflito não foi capaz de ser intermediado exclusivamente por órgãos sul-americanos, como a Unasul (cada vez mais enfraquecida), e sim pela OEA que segue a liderança dos EUA. Como resultado dos desacordos entre os poderes executivos da Venezuela com os outros países-membros do Mercosul, estes decidiram suspender a participação da Venezuela no bloco¹⁰³. Seja qual for o desfecho da crise, onde até mesmo uma intervenção militar ou guerra civil são opções constantemente consideradas, o próprio desenrolamento dos acontecimentos escancarou as lacunas da integração sul-americana.

Nesse contexto todo, como fica a geopolítica da Petrobras na região? Na Amazônia, a Petrobras possui somente uma refinaria, localizada em Manaus, a Refinaria Isaac-Sabbá, antigamente conhecida como REMAN (Refinaria de Manaus). Sua produção é voltada basicamente para o mercado interno, principalmente na região Norte do país, embora exportações esporádicas ocorram para Colômbia, Peru e Bolívia (ANP, 2010). Além desta refinaria, o outro destaque é a rede de gasodutos que conecta Manaus, passa por Coari (AM) e chega até Urucu (AM), formando o Gasoduto Urucu-Coari-Manaus, de aproximadamente 662 km de extensão. Ele conecta a capital do Amazonas até o campo gasífero de Juruá na bacia do Solimões¹⁰⁴, além de abastecer sete usinas termelétricas ao longo de seu percurso (ANP, 2010). Em 2017, a Petrobras colocou tanto o campo de Juruá como o Gasoduto Urucu-Coari-Manaus (figura 23) em seus planos de desinvestimentos, colocando 100% de sua participação em suas concessões, alegando precisa pagar o empréstimo efetuado junto ao BNDES para pagar sua construção no caso do gasoduto. A oferta atraiu o interesse da empresa francesa Engie, especializada em redes de dutos. Até 2019, a possível venda ainda não havia sido concluída devido a imbróglis jurídicos, mas a Petrobras, através de sua subsidiária TAG, expressou grande interesse pela conclusão da venda¹⁰⁵.

¹⁰³ BAZZO, Gabriela. Portal G1. Mercosul suspende direitos políticos da Venezuela por ruptura da ordem democrática. Disponível em < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/mercosul-suspende-direitos-politicos-da-venezuela-por-ruptura-da-ordem-democratica.ghtml>>. Acesso em 04/03/2019

¹⁰⁴ O gasoduto foi construído entre 2004 e 2009, custando 4,5 bi de reais financiados pelo BNDES. Foi polêmica por seu custo e pelos impactos ambientais. Recomendamos a dissertação de MENEZES (2011), que aborda os impactos socioambientais da obra

¹⁰⁵ Anunciado pela própria empresa no seu canal com os investidores. Disponível em < <http://www.energyway.com.br/2017/05/23/petrobras-anuncia-venda-de-participacao-no-campo-de-juru-na-bacia-dos-solimoes/>> Acesso em 20/03/2019

Figura 21. Macrolocalização da malha de Gasodutos Urucu-Coari-Manaus. Fonte: Petrobras/TAG (2010).

Com exceção do Gasbol, não existe nenhum *pipeline* que conecte o Brasil a outro país amazônico (além dele, tecnicamente, não percorrer a região amazônica). No setor energético, o maior destaque é o estado de Roraima sendo abastecido pela Venezuela, graças ao preço mais barato. O rompimento de relações diplomáticas com o país e o embargo estadunidense, contudo, cortaram esse fornecimento, comprometendo sua segurança energética. Uma rede de *pipelines* relevantes na região são os dutos que conectam Colômbia e Venezuela entre si. Contudo, tais fluxos estão com capacidade devido ao rompimento de relações diplomáticas entre os dois países.

Na prática, o Brasil não é ativo no comércio intraregional amazônico de gás e petróleo, mesmo com sua proximidade das maiores reservas do mundo, as venezuelanas, pois o destino da maior parte da produção desses países é para o abastecimento do mercado global. Isto é uma consequência direta do papel dos países amazônicos na divisão internacional do trabalho e a configuração de suas economias viciadas pela exploração dos recursos naturais, especialmente a Venezuela com o petróleo. A região amazônica em termos de petróleo, portanto, poderá somente ter grande relevância para a geopolítica da Petrobras em um cenário de maior integração com os outros países da Amazônia internacional, especialmente com a Venezuela.

Para tal, seria necessário a estabilização do país, algo sem previsão de ocorrer em um futuro próximo e com grandes riscos de não se concretizar de forma soberana. Reintegrar à Venezuela ao Mercosul seria uma boa alternativa para o país caribenho e para a geopolítica brasileira. Isto poderia envolver a reativação dos antigos projetos das refinarias. Ambas ideias,

contudo, esbarram nas divergências entre os poderes executivos dos países envolvidos e o passado recente marcado pelos escândalos de corrupção. Essas condições seriam, juntamente com capacidade de investimento, necessárias para integrar territorialmente a região amazônica com as áreas produtoras de petróleo na Venezuela, concentradas na bacia do rio Orinoco e na Bacia de Maracaibo (figura 22), localizadas na região caribenha do país e não na amazônica, mais um obstáculo para uma possível ação geopolítica da Petrobras na região.

Figura 22. Mapa do Petróleo na Venezuela. Fonte: OCDE/AIE (2016).

Portanto, a importância desta região reside em sua potencialidade como grande reserva de recursos naturais e energéticos, onde o peso das reservas comprovadas de petróleo venezuelanas, as maiores do mundo, a trazem diretamente para a geopolítica do petróleo em sua escala mais globalizada possível, onde hoje vemos os contornos de uma *proxy war* ganhando tração. Apesar das reservas venezuelanas não estarem geograficamente dentro do bioma amazônico, sua proximidade geográfica com este aumenta a visibilidade sobre a região. E como a maior parte dessas reservas venezuelanas encontra-se subaproveitada devido à crise da PDSVA, sua vida útil tende a ser estendida, reforçando o status regional de reservas naturais e energéticas. Em suma, a Venezuela embora concentre as principais reservas da região, não possui a mesma capacidade de produção que a do Brasil, e proporcionalmente (considerando a

razão entre produção e reservas) possui o pior aproveitamento entre os países amazônicos, conforme podemos checar na tabela abaixo:

País	Produção (bpd)	Consumo (bpd)	Reservas (bb/l)
Brasil	2734	3017	12.6
Venezuela	2110	505	301.8
Colômbia	851	344	2.0
Equador	531	237	8.3
Peru	127	259	1.2

Tabela 3: Dados Estatísticos sobre o Petróleo dos países amazônicos em 2017. Fonte: BP (2018)

Auxiliar a Venezuela a corrigir essa defasagem produtiva poderia ser uma excelente oportunidade para a Petrobras aumentar a troca tecnológica com uma estatal vizinha e ambas servirem como mecanismo de cooperação regional entre os dois países, como foi ensaiado entre os anos 2005 e 2014, quando a parceria com a PDVSA e a Petrobras chegou a ser confirmada (CARRA, 2014, p. 248). Eventualmente com a crise nas duas companhias, a parceria acabou falhando e a tendência é um afastamento entre as duas conforme seus dois governos cortam cada vez mais laços diplomáticos e comerciais entre si.

Os outros países amazônicos são em essência exportadores do produto e autossuficientes nele, com exceção do Peru. Neste país e no Equador, como parte do início da remoção de sua internacionalização no contexto de seus planos de desinvestimentos, a Petrobras retirou-se em ambos países (PETROBRAS, 2015). Para estabelecer uma integração energética sul-americana e criar mais uma pauta comum em torno da Amazônia, é uma perda valiosa para o campo diplomático.

4.2 Bacia do Prata

O rio da Prata e seus principais tributários foram fundamentais para a ocupação do espaço sul-americano pelos europeus, dotando o rio desde o começo do processo de colonização com grande importância geoeconômica. Eventualmente, surgiram e desenvolveram-se aqui os principais centros urbanos da América do Sul. Devido a essa concentração urbana e consequentemente concentração econômica e demográfica, a região acabou sendo prioritária na produção acadêmica sobre a geopolítica sul-americana, marcada longamente pela rivalidade

Brasil-Argentina e suas projeções em outras nações da região como Paraguai e Uruguai. Sem dúvidas, o termo mais recorrente ao qualificar a região é “concentração”, a característica que a difere dos outros espaços sul-americanos, em contrapeso à dispersão espacial e integração difusa da bacia amazônica.

A geopolítica do petróleo aqui também é fundamental, pois trata-se da região sul-americana com os maiores índices de consumo do hidrocarboneto, com maior número de refinarias instaladas e detentora da maior rede viária, promovendo uma dinâmica rede de distribuição, uma circulação constante de bens e mercadorias, assim como a maior demanda pelo uso dos derivados. E como aqui prevalece o sistema rodoviário e o tráfego de caminhões é o meio de transporte mais utilizado para o escoamento da produção manufatureira e do agronegócio, o petróleo é ainda mais fundamental, principalmente um dos seus derivados mais consumidos, o óleo diesel (EPE, 2018).

Essa situação é refletida no comércio exterior brasileiro. O petróleo é o segundo produto mais exportado do Brasil, gerando 25 bilhões de dólares para o país. Os principais consumidores dos produtos brasileiros são a China, União Europeia e Estados Unidos, em ordem decrescente. O quarto lugar é ocupado pelo Mercosul, onde um dos principais produtos à venda é o petróleo. Porém, enquanto no caso das grandes potências comerciais do planeta os outros produtos mais exportados são em sua maioria *commodities* do agronegócio ou mineração, o Mercosul compra do Brasil produtos industrializados que possuem uma relação direta ou indireta com o petróleo, como veículos automotivos, caminhões, peças automotivas e tratores¹⁰⁶. Ou seja, as indústrias relacionadas ao petróleo têm um grande peso comercial para a região, e o aumento das trocas comerciais dos seus produtos um fator fundamental para a consolidação institucional do Mercosul enquanto bloco econômico bem-sucedido (ARROYO, 2010, p. 72).

Conforme já abordado no capítulo anterior, Mário Travassos foi um dos pioneiros no estudo dessa região, sendo seguido por Golbery dentre os militares. Embora raramente seguidas a riscas, suas obras tiveram influência nas tomadas de decisão do governo, principalmente durante a ditadura cívico-militar. Conforme dito no capítulo 3 (seção 3.2.2), Mello aponta como a estratégia brasileira nesse período foi pautada pela neutralização da Argentina como rival pela supremacia na região e gradual atração dos outros países platinos para a órbita de influência brasileira. Isto foi complementado posteriormente no campo geoeconômico com a redemocratização no continente. A criação do Mercosul cristalizou essa mudança, embora as

¹⁰⁶ Dados do Ministérios de Indústria, Serviços e Comércio (2018)

ausências de Chile e Bolívia como integrantes permanentes tenham sido sentidas. Tinha início uma era caracterizada pela integração regional e não mais por disputas geopolíticas *stricto sensu*, embora para muitos autores isto foi somente uma evolução da geoestratégia brasileira, uma nova abordagem adaptada aos novos tempos pós-guerra fria onde a dominação geopolítica por *hard power* começava a ser substituída pelo *soft power* geoeconômico e a influência sutil (MARTIN, 2010, p.53). A diplomacia passou a ter um peso mais importante, as oportunidades econômicas e comerciais foram privilegiadas e destacadas como essenciais para aumentar a competitividade dos países-membro do bloco na economia globalizada.

A ausência do Chile e Bolívia como integrantes permanentes, embora sejam parceiros do bloco, formam lacunas para o projeto regional do Cone Sul, notoriamente uma saída para o pacífico e a participação do “*heartland*” sul-americano. O primeiro caso não surpreende pela tendência histórica do país se considerar mais um país do Pacífico do que sul-americano, priorizando assim os mercados asiáticos e da costa oeste estadunidense (sendo membro da APEC por exemplo). Sequer da Comunidade Andina o país participa, tendo saído desta ainda em 1977. Em 2010 o país foi aceito como integrante da OCDE, considerado uma influente organização do livre-mercado dos países ocidentais desenvolvidos, embora ainda pouco presente na América Latina (e desde 2016, ingressar nela tornou-se um dos sonhos do governo brasileiro). O fato de não fazer fronteira direta com o Brasil o afastou da esfera de influência brasileira, mas mesmo a Argentina e Bolívia nunca fizeram grandes progressos devido a animosidades históricas. Tais dificuldades tornaram a aproximação com os chilenos um objetivo secundário pelo Brasil, exceto em momentos específicos como na formação da Unasul.

A Bolívia é um caso mais complicado, conforme vimos no capítulo anterior. Não só o Brasil tem grandes interesses geopolíticos no país andino devido aos seus recursos naturais e posição geoestratégica no subcontinente, como vislumbra o país como sendo crucial para a integração regional (HAGE, 2008, p.56). É também na solidificação dessa aliança a possibilidade de, a nível sul-americano, concretizar a interligação entre as regiões amazônica e platina. Somente assim poder-se-ia superar a dicotomia entre elas, expandir a circulação de bens e pessoas por toda a América do Sul, e talvez até mesmo promover uma descentralização geoeconômica do Eixo São Paulo-Buenos Aires (MELLO, 1997, p.186).

Quanto a essa concentração, podemos citar aqui o conceito de Milton Santos e Maria Laura Silveira de região concentrada. O conceito dos autores foi proposto em uma regionalização elaborada sobre o território brasileiro, como um contraponto à divisão política

do território oficial designada pelo IBGE e a geoeconômica de Pedro Geiger. Usando critérios econômicos, sociais e espaciais, eles designaram as regiões Sul e Sudeste como uma única região, denominada como concentrada, devido à maior fluidez do capital, financeirização das metrópoles locais e o desenvolvimento do seu meio técnico-científico-informacional, conforme sintetizado nesse trecho:

Nessa Região Concentrada do país, o meio técnico-científico-informacional se implantou sobre um meio mecanizado, portador de um denso sistema de relações, devido, em parte, a uma urbanização importante, ao padrão de consumo das empresas e das famílias, a uma vida comercial mais intensa....Graças aos acréscimos de ciência, técnica e informação, maiores volumes de produtos são obtidos em áreas mais reduzidas e em tempos mais curtos[...]Ao mesmo tempo que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, portos, silos, etc.) e dos capitais constantes (maquinários, veículos, sementes, etc.). Crescem assim o número de e a importância dos fluxos, sobretudo a circulação de dinheiro [...] É a cooperação que une as etapas de trabalho e, assim, entretece círculos no território. Essa é a outra força nova da Região Concentrada, mostrando a densidade que nela adquirem as redes de abastecimento (silos, depósitos, mercados concentrados), mas também redes de outras naturezas (transportes, finanças). (SANTOS; SILVEIRA, 2014. Págs. 268-270)

O que caracteriza uma região concentrada para os autores, portanto, é essencialmente sua grande fluidez territorial, dinâmica da circulação no território e a densidade das suas redes de abastecimento. Ao falarmos da geoeconomia e geopolítica de petróleo da América do Sul, não é implausível chegarmos à conclusão de que a bacia do Prata é a região concentrada sul-americana, seguindo os mesmos critérios dos autores. É a região com maior demanda pelos hidrocarbonetos, a que possui a melhor infraestrutura para sua circulação e distribuição pelo território, caracterizando-a como uma região densa e concentrada. Se na região concentrada brasileira Santos e Silveira destacaram a importância da metrópole paulistana como polo nacional, tal importância poderia também ser dada as cidades de Buenos Aires (sede da YPF e outras empresas, maior centro consumidor da Argentina, etc.), o Rio de Janeiro (sede da Petrobras, refinarias em seu entorno, maior proximidade com as jazidas marítimas do Brasil, etc.) e novamente a própria cidade de São Paulo (destino principal dos gasodutos, concentração de refinarias em seu entorno, principal sede de multinacionais na América do Sul, etc.).

Ao transpor esse conceito para a região platina consideramos inclusos não somente as regiões sudeste e sul do Brasil ou mesmo as inclusas na bacia hidrográfica do rio da Prata. Tal hipotética região poderia incluir também o Mato Grosso do Sul (devido ao Gasbol) ainda do

território brasileiro, outras regiões urbanas da Argentina, principalmente a que se estende de Rosário até La Plata, bem como o norte do país onde há reservas de hidrocarbonetos consideráveis. A meia-lua boliviana é primordial, assim como a cidade de Santa Cruz de la Sierra na Bolívia, incluindo assim as reservas de gás e integrando um dos vértices do triângulo estratégico boliviano. Naturalmente, os territórios de Paraguai e Uruguai seriam inclusos devido à importância das redes de distribuição brasileiras e argentinas para suas economias. Temos então a bacia do Prata, além de sua importância demográfica, econômica e industrial, como a mais relevante para a geopolítica do petróleo da América do Sul, mesmo sem as mesmas reservas das outras duas regiões. Na geopolítica do petróleo são os países consumidores quem acabam ditando os rumos da *commoditie*, e mesmo na América do Sul isso não é uma exceção. E estão aqui os principais centros de decisão.

Figura 23. Mapa da Bacia do Prata. Fonte: Rios Vivos apud Yahn Filho (2017).

Quanto as instalações petrolíferas na região, temos como destaque a maior concentração de refinarias e postos de abastecimento de combustíveis do continente. Somente a Petrobras tem onze refinarias¹⁰⁷ em operação na região (ANP, 2018), além da vasta malha de dutos e viária para transportar tanto os hidrocarbonetos como seus derivados. As onze refinarias estão todas no Brasil. Mas esse número já foi maior, pois a Petrobras em certo ponto chegou a possuir

¹⁰⁷ Oito delas na região Sudeste (sendo cinco delas no estado de São Paulo) e três na Região Sul. Juntas elas correspondem a 80% da produção nacional total

dezesseis refinarias no total. Essas cinco extras ficavam fora do território brasileiro, duas na Bolívia e três na Argentina. O destino das bolivianas foi a nacionalização pelo presidente Evo Morales em 2006. No entanto, as refinarias na Argentina, adquiridas inicialmente quando a Petrobras comprou a Perez Companc em 2002, foram vendidas no período de 2013-2016, quando começou o período de desinvestimento da Petrobras no exterior¹⁰⁸.

Um fato comprometedor para a internacionalização da empresa e enfraquecimento da sua força na região, mas vale a ressalva de que no caso das refinarias bolivianas, a ação foi resultado de uma estratégia da empresa e do governo brasileiro para o apaziguamento das tensões e cumprir objetivos posteriores, além de manter o fluxo de gás natural vindo da Bolívia (HAGE, 2008, p.45). O processo gradual de saída da Argentina seja um fato alarmante para uma perspectiva geopolítica da Petrobras na região, ainda mais por ter sido neste país os maiores sucessos geopolíticos da empresa (RIBEIRO, 2009, p.23).

Se as reservas de petróleo não são tão impressionantes e não tem peso significativo em escala mundial, as de gás natural possuem maior destaque, que poderá aumentar no futuro se a tendência de aumento do consumo do gás, e diminuição do uso de petróleo devido a questões ambientais, ganhar maior tração. Naturalmente, o Brasil é o maior produtor de petróleo regional, superando com facilidade todos os outros países somados no quesito, embora no caso do gás natural a situação seja diferente. No petróleo, contudo, o Brasil é o único país relevante para o mercado mundial, sendo um dos maiores produtores e consumidores do mundo, enquanto os outros países possuem dados insignificantes neste aspecto. Mesmo a Argentina passa longe de ser um grande *player* como o Brasil tem o potencial de ser (tabela 4).

País	Produção (bpd)	Consumo (bpd)	Reserva (bb/l)
Brasil	2734	3017	12.6
Argentina	593	670	2.2
Paraguai	4.2	51	n/a
Uruguai	2.2	53	n/a
Bolívia	78	90	0.21
Chile	16	331	0.15

Tabela 4: Dados sobre o Petróleo dos países platinos. Fontes: BP (2017) e Departamento de Energia dos EUA.

¹⁰⁸ Elas fizeram parte do plano de desinvestimentos de 2016, de acordo com o próprio site da empresa. Disponível em < <http://www.petrobras.com.br/pt/presenca-global/>>

Aqui temos um indicio de uma posição dualística do Brasil na geopolítica do petróleo, algo evidente quando analisamos separadamente a ação e poder da Petrobras nas diferentes regiões analisadas. Enquanto na Amazônia e no Atlântico Sul a função de exportador de matérias-primas e recursos naturais para os países desenvolvidos é a posição do Brasil, na região platina existe a concentração pela demanda energética devido aos fixos ali instalados. Aqui a função primordial da Petrobras é o de assegurar o abastecimento de seus principais mercados consumidores.

A bacia platina é um microcosmo do potencial brasileiro na geopolítica do petróleo, onde efetivamente a Petrobras se consolidou como de fato o braço estratégico do Estado brasileiro, principalmente nas ações dentro da Argentina e Bolívia. Efetivamente, esses dois países juntamente com Paraguai e Uruguai dependem tanto de exportações brasileiras de alguns produtos do setor como o próprio petróleo (visto que enquanto produtores sua capacidade é praticamente nula) ou da necessidade brasileira de importar seus próprios produtos, algo posto em risco desde que o Brasil flertou com a autossuficiência a partir de 2006 e posteriormente com o pré-sal. Mesmo com suas deficiências, o tamanho do Brasil e da Petrobras ainda pode ser um fator que afaste os países vizinhos do Brasil. Na região platina, a necessidade os compele a permanecer sob a órbita de influência brasileira, seja por uma ação independente do Brasil ou pelo viés do aliado preferencial (MELLO, 1997, p.203). Em suma, o Brasil tanto é um grande produtor-exportador como também é um grande consumidor. Geopoliticamente isso o coloca tanto em uma posição de subserviência a esfera de influência de outros países como de exercer essa influência nos outros, notoriamente nos países platinos¹⁰⁹.

Observando o mapa a seguir (figura 26), é possível notar como próximo da região platina e do Cone Sul existe uma maior densidade da rede de gasodutos no território brasileiro, sendo a única conexão com o exterior a Bolívia pela Gasbol. A falta de integração territorial sul-americana é nítida através deste mapa. Muito dessa concentração tem relação com o papel geoestratégico da Bolívia, embora sua função como “área de soldadura” conforme estipulado

¹⁰⁹ A questão energética evidencia essa situação, mesmo para além do petróleo. O Paraguai é um bom exemplo disto, principalmente em relação a usina hidrelétrica binacional de Itaipu, a segunda maior do mundo. A principal polêmica envolve a revisão dos contratos (num caso similar ao Gasbol), uma reivindicação histórica do Paraguai¹⁰⁹. A própria Argentina sente-se prejudicada pelo acordo de Itaipu, pois os rios envolvidos eventualmente adentram seu território e o contrato a impede de comprar o excedente paraguaio (MELLO, 1997, p. 164).

por Golbery passe longe de estar concretizado. Aqui observamos como o país atua como fornecedor de gás natural para Brasil, Argentina e Chile, ou seja, somente na direção meridional do seu território, não havendo conexão em direção à região amazônica ou passando pelos obstáculos apresentados pela Cordilheira dos Andes. Resultados dos planos do IIRSA deixaram sua marca no desenvolvimento regional, principalmente no eixo “São Paulo – Buenos Aires – Santiago”, destacando o perfil interno dessa rede dentro da região platina.

A Petrobras e o Brasil estavam em uma condição privilegiada para tirar proveito desse panorama e incitar o complemento dessa rede, integrando-a com a Amazônia. Por algum tempo, especialmente entre 1997-2006 essa parecia ser a estratégia da empresa, com ela aumentando sua atuação por toda a América do Sul, chegando a ter em determinado momento ao menos uma sede de representação dentro de cada país sul-americano em um momento coincidente com a formação da Unasul (exceção das Guianas). Isto, como vimos anteriormente, foi modificado com o pré-sal e começou a desfocar-se com os planos de desinvestimentos da empresa.

Figura 24. Mapa dos Dutos em Território Brasileiro, elaboração própria. Fontes dos dados: EPE.

O mais próximo de uma integração em larga escala continental ocorreu com uma proposta analisada por Venezuela, Argentina e Brasil durante os governos Chávez, Kirchner e

Lula nos anos 2000. Ela propunha a construção de um gasoduto que ligasse Caracas a Buenos Aires, passando pelo território brasileiro. O gasoduto seria batizado como “O Grande Gasoduto do Sul”. Sua extensão ultrapassaria 10.000 km e sua capacidade de transporte seria cinco vezes maior que a do Gasbol (CARRA, 2014, p. 235). O projeto também estava inserido no contexto da promoção do ingresso da Venezuela no Mercosul, um passo fundamental tanto para facilitar o acesso ao Brasil dos recursos energéticos venezuelanos como enfim integrar um país da região amazônica ao bloco platino, justamente o mais relevante do subcontinente para a geopolítica do petróleo. A falta de cooperação internacional e de suporte financeiro não possibilitam a fruição do projeto, considerado a época megalomaniaco. O presidente da Petrobras à época, José Gabrielli, alegou a demora no prazo para conclusão da obra (variava entre 25 a 30 anos), retirando o apoio da Petrobras à causa, engavetando-a¹¹⁰.

Este caso exemplifica a importância da Petrobras para o sucesso desse tipo de projeto, muito graças a maior capacidade de investimento brasileiro. Contudo, ele também exemplifica os limites dessa capacidade. O país, assim como o restante da América do Sul não tem capital disponível para projetos desse porte. No mundo contemporâneo, possivelmente somente a China teria a capacidade, a motivação geopolítica e a disposição em financiar tal projeto. Mesmo assim, isso ainda expõe a insuficiência local e comprometeria sua soberania, tão desejada geopoliticamente e pouco lembrada economicamente.

O Brasil, dependendo do momento histórico, já demonstrou que tem a capacidade de articulação diplomática no continente e também atração de investimentos interessados na execução desse tipo de obra e mesmo força econômica própria para auxiliar em sua execução e contar com participação do produto final. Contudo, a opção pelo papel de exportador de petróleo com o pré-sal e subsequente enfraquecimento da área internacional comprometem a integração energética regional, mesmo na bacia da prata, onde a Petrobras mais evidenciou seu uso geopolítico, houve grandes recuos. Mas se a região platina foi a grande prejudicada por esses projetos, é necessário agora falar daquela região que talvez tenha sido a grande beneficiada: o Atlântico Sul.

¹¹⁰ Disponível: <https://etessieri.wordpress.com/2007/08/04/chavez-admite-derrota-en-gran-gasoducto-del-sur/> - *Chávez admite derrota em Gran Gasoducto del Sul* – Acesso em 04/02/2019

4.3 Atlântico Sul

A terceira e última região analisada é o Atlântico Sul. Enquanto as duas regiões anteriores discorrem sobre a posição geoestratégica do território brasileiro, esta região é a responsável por ser a ponte de contato do Brasil com o exterior, ligando o país ao restante do mundo e todas as suas possibilidades de conexão nos campos diplomático e comercial. Com isso, o Brasil possui um viés atlântico. Por conta disso, recebeu tanta atenção quanto as outras pelos principais geógrafos políticos brasileiros (MIYAMOTO, 2008, p. 75). Ela é basicamente a área do oceano atlântico compreendida entre o “estreitamento” a partir do peremptório nordestino e a costa africana na altura de Senegal até o círculo polar antártico. A maior parte da costa brasileira é banhada por ele. A fim de esclarecer, vamos usar o termo “Atlântico Sul” para designar a parte deste oceano que é, graças a acordos internacionais de delimitação de território marítimo, pertencente ao Brasil. Desde o relatório de defesa de 2008, esse território passou a ser designado como “Amazônia Azul”. Com mais de 4,5 milhões de km² de extensão, essa porção territorial brasileira está sob jurisdição da federação e sob a proteção da Marinha Brasileira. Contribui para sua extensão alguns arquipélagos afastados da costa, como o de Fernando de Noronha (PAIVA, 2012, p 331).

Ela é dividida em duas partes: A Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e a extensão da Plataforma Continental. Enquanto a primeira é reconhecida juridicamente em órgãos internacionais com base na extensão de 200 milhas náuticas (aproximadamente 370km) a partir da costa e, portanto, totalmente sob controle brasileiro, a segunda corresponde a extensão da morfoestrutura geológica da plataforma continental, que se estende além das 200 milhas náuticas e ainda carece de legislação internacional que respalde seu reconhecimento como território marítimo brasileiro¹¹¹.

A expansão do território marítimo foi uma das prioridades da diplomacia brasileira a partir da década de 1970 e uma das principais bandeiras levantadas pelo Itamaraty em organizações multilaterais nas últimas décadas, principalmente na ONU, fundamental para o reconhecimento dessa área como território nacional (VIZENTINI, 2008, p.48). Assim como na Amazônia “verde”, uma das prioridades geopolíticas nesta região é a defesa militar, buscando proteger os grandes *assets* brasileiros locais: sua posição privilegiada em relação as rotas comerciais que passam pela região e as reservas do pré-sal. Pouquíssimos projetos de

¹¹¹ Esses conceitos foram introduzidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, ratificada em 1988 (SOUZA, J.M., 1999)

defesa locais foram concretizados, apesar de diversos planos que já incluíram até mesmo um submarino de propulsão nuclear¹¹². Sem grande qualidade bélica neste ramo das forças armadas, incapaz de efetuar grande poder de negação de ameaças marítimas (pirataria, agentes privados, influência externa) e ofuscado pelas marinhas de outras grandes potências, o Brasil nesse campo concentra suas forças na sua capacidade de dissuasão e cooperação (COSTA, 2014, p.42). Em termos práticos, isso implica em política estatal concentrada em seu “*soft power*”, ou seja, no uso da sua capacidade diplomática, costurando alianças internacionais que asseguram a segurança das águas territoriais brasileiras (figura 25).

¹¹² “Para assegurar o objetivo de negação do uso do mar, o Brasil contará com força naval submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de submarinos de propulsão nuclear. O Brasil manterá e desenvolverá sua capacidade de projetar e de fabricar tanto submarinos de propulsão convencional como de propulsão nuclear. Acelerará os investimentos e as parcerias necessários para executar o projeto do submarino de propulsão nuclear” – Trecho do relatório “Estratégia Nacional de Defesa” de 2008, página 13. EM Interministerial nº 00437/MD/SAE-PR

Figura 25. Mapa do Território Marítimo Brasileiro. Fonte: Marinha do Brasil.

Partindo de uma perspectiva realista, o Brasil tira proveito do cenário de maneira que lhe mais traz benefícios. E conseguiu isso através de intensa atuação no exterior e organizações internacionais, notavelmente dentro da ONU e sua Convenção Sobre o Direito do Mar de 1982, mas também graças aos investimentos no setor tecnológico local, criando institutos destinados ao desenvolvimento de pesquisa sobre temas marinhos (COSTA, 2014, p.13). Essa atuação diplomática foi essencial para o país garantir acesso as volumosas reservas de petróleo localizadas em sua plataforma continental, abrindo o caminho para futuras descobertas e eventualmente criando as condições que elevariam a posição de grande *player* na geopolítica do petróleo e a Petrobras como grande *major*. O Atlântico Sul possui uma enorme relevância geoeconômica para o Brasil, devido aos fluxos comerciais do país passarem majoritariamente

por ele. Isto se aplica tanto para a exportação como importação pois é onde estão localizados seus principais portos, abastecidos com *commodities* e produtos industriais do interior brasileiro (COSTA, 2014, p.49). A concentração urbana e demográfica brasileira ao longo de sua faixa litorânea também contribui para tal relevância.

Ofuscando o aparato militar brasileiro local, outros países como o Reino Unido mantêm sua presença na região com grande projeção de força. Como herança de seu antigo império ultramarino, que por muito tempo exerceu influência na América do Sul¹¹³, os britânicos ainda possuem na região um cordão de arquipélagos que vão desde a ilha de Ascencion, em latitude próxima à Fernando de Noronha, até as Ilhas Malvinas (para os ingleses, Falklands)¹¹⁴ no extremo sul do oceano próximo ao litoral argentino. Mais avançados militarmente que qualquer país em ambos lados da costa, a presença de bases inglesas com estrutura de vigilância modernas e arsenais armazenados aumenta a complexidade geopolítica do Atlântico Sul, ainda mais se considerarmos a parceria com os britânicos possuem com os norte-americanos através da OTAN (COSTA, 2012, p.34).

E por falar neles, é imprescindível mencionar também a presença da IVª Frota dos EUA (*U.S. 4th Fleet*), responsável pela patrulha das águas ao redor da América do Sul, América Central e Caribe. Ela foi reativada ainda pela gestão Bush-Cheney em 2008, um ano após a confirmação das reservas do pré-sal, por coincidência. A projeção de seu poder naval é certamente um dos principais mecanismos de exercício de poder por parte dos estadunidenses, seguindo à risca os princípios de Mahan. A presença dessa frota foi encontrada com ressalvas e resistências por parte de diversos países sul-americanos, principalmente a Venezuela, Brasil e Argentina¹¹⁵. A reativação dessa frota reafirma os pilares geoestratégicos dos EUA, principalmente na atuação em escala global de suas forças armadas e a manutenção da estabilidade das rotas comerciais marítimas. Os equipamentos da IVª Frota contam com as mais modernas instalações que uma marinha pode oferecer, como submarinos, helicópteros e principalmente navios aeródromos. Ao mesmo tempo que o Brasil pode aproveitar da ocasião

¹¹³ Efetivamente, o Império Britânico foi a grande potência hegemônica na América do Sul após o esfacelamento dos impérios coloniais ibéricos no começo do século XIX. Até o final da Segunda Guerra Mundial disputava com os Estados Unidos a projeção de força no subcontinente. Sua capacidade de exercer influência direta foi minada em escala global após 1945, permitindo a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos na região

¹¹⁴ As Ilhas Malvinas são historicamente contestadas pela Argentina, devido à proximidade das mesmas de seu território. Durante a Guerra das Malvinas em 1982, os argentinos buscaram tomar posse delas com uma invasão militar, mas foram rechaçados pela superior marinha britânica. O caso ainda é discutido em cortes internacionais.

¹¹⁵ THUSWOHL, Maurício. Carta Maior. EUA reativam IV Frota e preocupam dirigentes da AL. Disponível em < <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/EUA-reativam-IV-Frota-e-preocupam-dirigentes-da-AL/6/14205> > Acesso em 23/03/2019

para estabelecer alianças e tratados no campo militar, também é uma ameaça à soberania nacional, ao reforçar a própria incapacidade de fazer frente a uma fração da marinha mais poderosa do globo. É mais um desafio para a capacidade de dissuasão brasileira na defesa de seu território em alto-mar e na manutenção de sua soberania (PAIVA, 2012, p.339).

Embora no setor militar o Brasil encontre obstáculos, em outras áreas o país consegue destaque, especialmente na melhora de suas relações comerciais e diplomáticas com vizinhos sul-americanos e países africanos do outro lado do oceano. É uma consequência da política externa aplicada pelo então chanceler Celso Amorim e seu sucessor Antônio Patriota entre 2003-2016, onde o foco foram as relações “Sul-Sul” em contraponto a tendência de alinhamento com o Estados Unidos e também estabelecer um viés mais democrático na relação com os outros países sul-americanos (RICUPERO, 2017, p.608). Se por um lado a falta de investimentos em segurança nacional pode ser vista como um defeito estrutural, ela também auxilia o país na hora de costurar acordos, que só são possíveis devido ao aparente pacifismo do Brasil e ao convencimento da imagem do país como uma democracia consolidada e aberta ao papel de mediação no sistema mundial, facilitando à cooperação internacional e melhorando a posição do país perante o resto do mundo. As grandes ambições brasileiras, como conquistar uma vaga permanente no conselho de segurança da ONU, passam por essa habilidade em dissuasão (PAIVA, 2012, p.331).

A descoberta do pré-sal modificou o panorama da região, e subitamente ela ganhou uma importância ainda maior para a geopolítica brasileira da qual possuía anteriormente. Ela colocou o país no radar das questões petrolíferas globais e o permitiu ascender na geopolítica do petróleo. Descobertas do hidrocarboneto em regiões *offshores* sempre foram um grande motivador para a expansão brasileira nos territórios marítimos. As primeiras jazidas descobertas na Bacia de Campos em 1970 apenas reforçaram essa tendência. Com isso, a Petrobras retomou investimentos para a indústria naval, com apoio do BNDES, devido à demanda da renovação de uma marinha mercante para o setor, exigindo navios petroleiros de maior capacidade de transporte, plataformas de exploração e modernização dos portos e estaleiros, principalmente os do litoral do Sudeste como o de Santos e do Rio de Janeiro. A medida também contribuiu com a geração de empregos nas áreas agraciadas com os investimentos, reforçando o vínculo da empresa com seus trabalhadores e sua força sindical (DORES et al, 2012, p.277).

Em termos petrolíferos, o Atlântico Sul é dedicado exclusivamente às atividades de E&P, com destaque inicial para a Bacia de Campos, por muito tempo a principal fornecedora

de petróleo para o Brasil. Por si só, ela já foi capaz de produzir a quantidade em barris por dia suficientes para garantir a demanda brasileira. Os campos do pré-sal anunciados em 2006 aumentam as dimensões da atividade petrolífera no Brasil e trouxeram destaque para a Bacia de Santos. Algumas estimativas apontam que um único campo do pré-sal, o de Búzios, sozinho já tenha reservas estimadas em 10 bilhões de barris (PETROBRAS, 2018), enquanto as outras reservas anteriores somam cerca de 15 bilhões de barris (BP, 2018). Novas possibilidades foram apresentadas para o setor de E&P, incluindo futuras prospecções com o propósito de encontrar ainda mais reservas em águas ultraprofundas. Por ora, as reservas comprovadas do pré-sal ainda não habilitam o Brasil a entrar no rol dos países com as maiores reservas, mas a tendência no futuro próximo é o país adentrar e firmar-se neste grupo (ANP, 2019). Além disso, sua capacidade produtiva continua aumentando desde 2007, bem como o barateamento do *lifting cost*, termo técnico para o custo de extração de barril, que em 2019 atingiu menos de US\$ 6 por barril¹¹⁶.

Geopoliticamente, o pré-sal também é a porta de entrada para o Brasil no cenário mundial como um grande exportador e produtor, potencialmente elevando-o a um patamar que provavelmente só a Rússia possui atualmente, de país de grandes dimensões territoriais com segurança energética e exportador de hidrocarboneto com capacidade de influenciar no mercado global do produto. Ainda falta muito para o país atingir esse nível, mas sem dúvidas as condições necessárias estão a disposição. E o Atlântico Sul é o caminho para essa inserção graças a sua posição geoestratégica e suas rotas comerciais. Tais rotas historicamente ganham maior importância justamente quando outros fluxos mais relevantes são abalados por crises geopolíticas envolvendo o petróleo. Mello analisa essa situação:

Em meados dos anos 50 ocorreu a revalorização geopolítica do Atlântico Sul como uma das zonas vitais para a geoestratégia de contenção e para a política de defesa do Ocidente. A crise de 1956, com a nacionalização de Suez e o ataque israelense ao Egito nasserista, interrompeu o fluxo de petróleo que, do Oriente Médio, chegava à Europa e aos Estados Unidos pela rota Mar Vermelho-Mediterrâneo-Atlântico Norte. A crise de Suez revelou a fragilidade das vias tradicionais de suprimento do Ocidente e revalorizou a antiga rota do Cabo como via alternativa para o abastecimento petrolífero da Europa e da América do Norte. A nova importância assumida pela rota meridional aumentou, por sua vez, o peso do Brasil como aliado dos Estados Unidos, em decorrência da posição geoestratégica do Nordeste e de Fernando de Noronha para

¹¹⁶ Visto em <<https://exame.abril.com.br/negocios/custo-de-extracao-67-menor-do-pre-sal-aumenta-produtividade-da-petrobras/>>. Acesso: 04/11/2019

as comunicações entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul (MELLO, 1997, p. 245-246)

Essa condição especial pode ser restaurada não apenas pela reativação dessa rota do Cabo, mas pelo próprio encurtamento dela, principalmente porque as jazidas de petróleo do Atlântico Sul, tanto na costa sul-americana quanto a africana, contêm potenciais reservas de petróleo e altos índices de prospecções futuras. Poucas regiões no mundo são tão promissoras na exploração de novas reservas petrolíferas quanto à do Atlântico Sul, nos dois lados do oceano. Tanto na costa brasileira, quanto na costa de alguns países africanos como Nigéria e Angola, as jazidas ali encontradas tem um grande potencial exploratório, além de representarem vantagens competitivas para alguns mercados, notadamente o norte-americano e o europeu, por estarem mais perto do que o Oriente Médio e, ao menos na teoria, não possuírem tantos focos de tensão (especialmente a América do Sul)

Aqui reside a maior ambição brasileira em termos petrolíferos: Utilizar as reservas não apenas para garantir de vez a autossuficiência do país em questões energéticas, como tornar-se um grande exportador de petróleo no mercado global, obtendo lucros e dividendos que financiariam seu desenvolvimento através da distribuição dos *royalties* (PETROBRAS, 2013). Dois dos principais focos da área internacional da empresa entre 2007-2014 eram a América do Sul e a costa ocidental africana, ou seja, os dois lados do Atlântico Sul. No caso do continente africano, facilita em muito as semelhanças geológicas entre os litorais e a presença de países lusófonos como a Angola e Guiné Equatorial (RAMOS, 2009, p.21). Graças ao desenvolvimento técnico da empresa em exploração em águas ultraprofundas, as relações comerciais e criação de parcerias nestes países aumentou substancialmente¹¹⁷.

Porém, conforme vimos no capítulo 3, os últimos anos (a partir de 2014 principalmente) colocaram o Brasil e sua maior companhia no centro de um dos piores escândalos políticos da história da nação. Como consequência direta a Petrobras entrou em crise, optando por vender alguns de seus ativos no exterior para aumentar seu caixa, reduzindo também seus investimentos para os próximos anos. Apesar disso, a produção do Pré-Sal continua a bater recorde atrás de recorde, atingindo mais de 2,9 milhões de bpd (barris por dia) no ano de 2016 (ANP, 2017). A gestão Michel Temer após a crise política possui diretrizes diferentes em relação ao governo anterior, e aponta para uma nova direção dos campos de pré-sal, começando em tirar a obrigatoriedade da Petrobras de ter uma participação mínima na exploração de seus

¹¹⁷ De acordo com o site da empresa. Disponível em < <http://www.petrobras.com.br/pt/presenca-global/> >

campos em 30% (Senado Federal, 2015). Essa medida foi anunciada por Temer e seu partido, o então PMDB (atual MDB)¹¹⁸ quando este ainda era vice de Dilma Rousseff no documento “Ponte para o Futuro”. Dois trechos em especial chamam a atenção no texto, um sobre a partilha do pré-sal e o outro sobre o destino do comércio exterior brasileiro:

d) executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência;

e) realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles. Apoio real para que o nosso setor produtivo integre-se às cadeias globais de valor, auxiliando no aumento da produtividade e alinhando nossas normas aos novos padrões normativos que estão se formando no comércio internacional; ” (“Uma ponte para o Futuro” – PMDB, Instituto Ulysses Guimarães, 2015)

Logo, nota-se um distinto redirecionamento das diretrizes anteriores em relação à Petrobras. A ideia principal era fortalecer o controle estatal sobre a empresa como método de garantia dos lucros e dividendos reservados à Federação, e que esses fossem os maiores possíveis para suprir os planos de financiamento nas áreas de educação e saúde. Agora, o discurso nesse documento valoriza o viés liberal da economia, valorizando a iniciativa privada e defendendo a venda de ativos em áreas estratégicas no setor logístico, algo que retira da Petrobras e do Brasil o controle sobre essas cadeias produtivas. E também sugere a revogação da Lei do Pré-Sal (lei nº 12.858) ao propor a retomada do antigo regime de concessão para os poços petrolíferos. Na segunda parte, fica explícita o papel secundário que o texto reserva aos blocos sul-americanos, afirmando não ser necessária a ação conjunta com o Mercosul para traçar acordos de comércio internacional, dando maior destaque aos mercados exteriores. Estados Unidos, União Europeia e Ásia são mercados importantes, ainda mais para o petróleo, mas nunca se pode omitir a relevância dos países vizinhos para a economia brasileira, sempre um mercado importante e também uma base de apoio para o cenário internacional. Essa

¹¹⁸ Partido do Movimento Democrático Brasileiro foi o nome oficial do partido político de 1980 até 2017, quando suas lideranças decidiram retomar o nome simplificado de MDB (Movimento Democrático Brasileiro) como tática de *rebranding* para melhorar a desgastada imagem dele

mudança não só modifica os planos da empresa, como também promove uma ressignificação do uso dela como braço estratégico do governo para a geopolítica do petróleo.

Observa-se um contraste gritante com o começo da década de 2010, quando estados e municípios brigavam com a Federação acerca dos lucros dos *royalties* oriundos da exploração desses mesmos campos. Em essência, um debate sobre quem controlaria os recursos do território marítimo do Brasil, com a constituição, firmada em acordo por todos os entes da federação, favorecendo a União. De fato, essa disputa trouxe prejuízos dos municípios e estados produtores. Cidades como Bertioga (SP) e Campos (RJ) tiveram enormes perdas financeiras com a mudança da lei, e devido ao lento retorno do fundo municipal, não tiveram compensação.

A despeito dos investimentos na indústria naval, pouco foi feito no setor de defesa, considerado vital para proteger as reservas do pré-sal. Assim, o Brasil não possui capacidade de projetar seu poder militar no Atlântico Sul como seria o ideal (PAIVA, 2012, p.333). Com isso, o pré-sal poder vir a ser um atrativo para a cobiça estrangeira. Sendo assim, o potencial petrolífero da região ao invés de constituir-se como um *asset* brasileiro pode acabar tornando-se uma de suas fraquezas.

5. LACUNAS DA GEOPOLÍTICA DA PETROBRAS

A organização da Petrobras foi concebida dentro de um ponto de vista nitidamente nacionalista. Ele dará o Petróleo do Brasil aos brasileiros e tornará possíveis os recursos financeiros vultuosos de que necessitamos para explorar uma das maiores fontes de riqueza da civilização

Getúlio Vargas

Após extensiva análise sobre a geopolítica do petróleo da América do Sul e as ações da Petrobras na última década, a maior indagação que fazemos é se efetivamente podemos considerar a Petrobras como, ainda, um ator geopolítico com ações próprias ou mesmo tomadas enquanto braço estratégico do Estado brasileiro no setor de petróleo e energia. Em suma, se a empresa possui uma ação geopolítica, se ela é própria dela ou subserviente aos interesses brasileiros. O desenvolvimento da agenda da empresa, especialmente na área internacional, revela uma série de lacunas para concretizar efetivamente sua geopolítica. Ao menos uma geopolítica ativa, que saiba explorar seus *assets* e suas potencialidades, tornando-se assim um agente ativo no contexto internacional. Do contrário, restará a empresa um papel passivo diante dos objetivos dos países consumidores e os desígnios do mercado, ao mesmo tempo que precisa lidar com os conflitos políticos internos. Tentar conciliar essa gama múltipla de interesses enquanto sofre pressões por todos os lados é o grande desafio para a estatal, que gradualmente perde força e influência na América do Sul e por consequência no mundo. Essas lacunas geopolíticas da Petrobras são um reflexo das dificuldades da própria geopolítica brasileira.

A análise geopolítica da Petrobras engloba basicamente os termos que compõe sua toponímia: a geopolítica de petróleo (Petro) e a geopolítica brasileira (Bras). A questão petrolífera é um microcosmo de toda a conjectura geopolítica global e a posição brasileira nela, refletindo algumas visões do Brasil enquanto nação soberana no contexto do mundo globalizado. Ela indica acertos e erros do planejamento brasileiro, as vantagens que poderiam ser aproveitadas dos novos desdobramentos e também como o Brasil encarou a Petrobras e suas descobertas na camada pré-sal como a ponte para o futuro do país. Devido as transformações no contexto mundial e nacional, não estamos mais em um cenário tão favorável para os lucros com as exportações de petróleo. Com a permanência de defasagens históricas no setor petroquímico alavancada pela falta de investimentos, o Brasil desperdiçou uma grande oportunidade de levar adiante os projetos que buscavam soberania e desenvolvimento.

Soberania para garantir que o uso das novas reservas petrolíferas seja destinado aos interesses do Brasil e não de outros países. Desenvolvimento para enfim tirar o Brasil de sua posição subalterna e evitar cair nas armadilhas da maldição dos recursos naturais como tantos outros o fizeram. Vimos que a geopolítica da Petrobras foi profundamente alterada com a descoberta do pré-sal, ao provocar uma elevação do patamar da empresa e a colocar no mapa como *major* do setor a nível mundial. Enquanto reserva viável e com capacidade operacional comprovada, o pré-sal só foi garantido a partir de 2007, com as primeiras amostras extraídas do então campo de Tupi.

Por essa razão, 2007 foi o ano escolhido para delimitar nosso recorte temporal, que utilizaremos para analisar as mudanças da estratégia de internacionalização da Petrobras na América do Sul. Em 2017, uma década depois, o governo brasileiro retirava a obrigatoriedade da Petrobras de participar de todos os leilões do pré-sal, a fim de atrair as grandes *majors* estrangeiras. Entre esses dois anos cruciais e simbólicos, podemos ver a evolução da Petrobras na geopolítica do petróleo, onde partiu-se da grande expectativa do país em alcançar o posto de grande *player* do setor e eventualmente chegou-se a um estado de aparente decepção com as altas expectativas criadas em somente uma década. Agora a solução apontada por grupos políticos e especialistas econômicos envolve a venda das riquezas naturais do território brasileiro, como outrora é recorrente no país. Podemos dividir essa década em três fases distintas: Euforia (2007-2014), Crise (2014-2016) e o começo de uma terceira fase que deve permanecer por algum tempo, que iremos batizar de Retrocesso, iniciada ainda em 2016.

Euforia (2007-2014): A priori houve um verdadeiro êxtase com o pré-sal. As projeções feitas eram quase todas marcadas por forte otimismo. O ambiente político foi tomado por grande euforia com as perspectivas de lucros incalculáveis, avanço técnico e financiamento de projetos para a área de educação. Após um primeiro momento de asserção da mudança de cenários e planejamento, começaram as ações mais concretas para aproveitar os cenários mais positivos a partir de 2010, começando por mudanças na legislação acerca dos leilões e contratos de concessão. Leis foram alteradas e criadas para que o maior bônus possível pudesse ser extraído, ao mesmo tempo que mantinha o setor minimamente atrativo para o investimento estrangeiro. O primeiro leilão foi realizado em 2013 já com a nova legislação. Até então, pouco era questionado o papel da Petrobras ou se duvidava da sua eficiência. Em 2013 surgiu uma das primeiras polêmicas com a questão da distribuição dos *royalities*. Essa questão abriu um imbróglio entre a Federação e os estados produtores, liderados pelo Rio de Janeiro. A união pretendia ampliar o dinheiro que o Fundo Nacional recebia dos *royalties*, transferindo-os para

setores de saúde e educação, considerados prioritários no desenvolvimento social da nação, e, deve-se ressaltar, de grande apelo eleitoral. Nesse período, a empresa já começa a sinalizar com desinvestimentos no exterior, para focar seus gastos na expansão da produção *offshore*. Em 2013, a empresa planejava investir 207,1 bilhões de dólares até 2017¹¹⁹. A produção de petróleo começou a subir nesse período e o Brasil começou a galgar posições entre os maiores produtores do mundo, embora boa parte das reservas do pré-sal ainda não estivesse com o status de oficialmente comprovada. É o auge do viés nacionalista na empresa.

Crise (2014-2016): Esse é o período marcado pela crise econômica da empresa causada pela queda do barril de petróleo no mercado internacional, a política dos preços dos combustíveis desvinculada da cotação internacional encabeçada pelo governo federal e a repercussão causada pela Lava-Jato. Esse cenário contribuiu para o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff e a ascensão de seu vice, Michel Temer, ao posto de chefe do executivo brasileiro. Como é comum no Brasil, uma mudança de presidente pode provocar uma completa reviravolta no projeto nacional. A direção da Petrobras também passou por mudanças nesse período, principalmente pelo fato de parte de seu quadro dirigente ter sido condenado nos processos judiciais da Lava-Jato, além da então presidenta da estatal, Graça Foster, ter sucumbido em meio ao turbilhão político. O recuo internacional começa a aumentar, com a Petrobras vendendo ativos no exterior para sanar suas dívidas. Enquanto isso, a produção do pré-sal continuava a bater recordes, atingindo no período cerca de 1,5 milhões de barris produzidos diariamente. Além das estimativas sobre a quantidade de reservas do pré-sal subirem¹²⁰. É a crise do viés nacionalista da empresa e a emergência de uma visão mais liberal.

Retrocesso (2016 - ...): Além da ascensão de Michel Temer ao Planalto, tivemos a entrada de José Serra e posteriormente Aloysio Nunes no Itamaraty e Pedro Parente no comando da Petrobras, e eles mudaram profundamente as políticas dos seus antecessores, sob a justificativa de reaver a credibilidade da empresa perante a bolsa de valores, os acionistas e o mercado internacional. Parente iniciou uma nova etapa no programa de desinvestimentos acelerando-os, sobretudo de ativos da Petrobras no exterior, principalmente na América do Sul. Isso passou a comprometer a capacidade da empresa em ser um instrumento geopolítico do Estado brasileiro. Tudo isso esteve em consonância com o projeto da gestão Temer, conforme indicado no documento “Uma ponte para o futuro”. A fim de buscar uma “maior liberalização da economia”

¹¹⁹ De acordo com o Plano de Negócios e Gestão da Empresa de 2013 (PETROBRAS, 2013)

¹²⁰ Um estudo da UERJ (Chaves; Jones, 2015) chegou a estimar as reservas do pré-sal no total de 176 bb/l, o que elevaria o país ao posto de terceira maior reserva mundial.

e defender a tese liberal para a gestão dos recursos energéticos, a agenda estatal passou a fortalecer uma visão de um aparente subvalorizado setor privado ante um deficitário gigantismo estatal. Parente adotou em 2016 a paridade de preços com o mercado internacional¹²¹. Ativos e equipamentos relevantes nas áreas de logística e distribuição foram vendidos, os desinvestimentos que começaram na área internacional chegaram as subsidiárias em território brasileiro e outros setores da companhia como os gasodutos e as refinarias. Qualquer setor que não envolva E&P encontra-se disponível para ser negociado a fim de desinchar o tamanho da empresa¹²². A Petrobras, que costumava valorizar-se como “uma empresa integrada de energia” deu início então a um processo que, ao nosso ver, a tornará exclusivamente uma empresa de exploração e produção de petróleo. É a consolidação do viés liberal na agenda da empresa.

Apesar de atualmente a Petrobras estar sendo pautada pelo discurso liberal, novos fatos acabaram forçando o Executivo nacional a exercer sua influência direta nas decisões da companhia. O evento mais marcante para o governo após o recorte temporal foi a greve de caminhoneiros que atingiu o país em maio de 2018¹²³ e escancarou as defasagens infraestruturais brasileiras, bem como sua dependência por petróleo e seus derivados para o mero funcionamento do país, reforçando a importância política do petróleo. A motivação da greve era a política de preços da Petrobras, agora atrelada ao mercado internacional, encarecendo os combustíveis. Ao travar as estradas brasileiras por somente alguns dias, os caminhoneiros perceberam sua força enquanto classe política, mas principalmente expuseram a fragilidade de um país com segurança e soberania energética extremamente efêmeras. E assim como a Lava-Jato derrubara Foster, a greve dos caminhoneiros acabou tendo em Pedro Parente sua maior vítima política, sendo sacado da presidência da Petrobras embora seguisse à risca a política governamental. Ou seja, independente da política adotada, o custo político poderá ser o mesmo seja qual for o viés adotado, nacionalista ou liberal.

Essa questão trouxe à tona um debate mais amplo da função da Petrobras para a sociedade brasileira. A Petrobras é uma empresa com monopólio parcial do setor petrolífero do Brasil. Mas entre trazer benefícios para a população brasileira, a geopolítica brasileira e atender plenamente os interesses do mercado, qual o real propósito da companhia? A política de preços

¹²¹ Anunciado pela Petrobras em seu site no dia 14/10/2016. PETROBRAS, 2016. Adotamos nova política de preços de diesel e gasolina. Disponível em: < <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/adotamos-nova-politica-de-precos-de-diesel-e-gasolina.htm>>. Acesso em 20/10/2018

¹²² Enquanto isso, a Eletrobrás, outra estatal do governo federal do setor de energia, teve sua privatização autorizada, embora o processo ainda não tenha sido finalizado até 2019

¹²³ BBB Brasil. Greve dos caminhoneiros: a cronologia dos 10 dias que pararam o Brasil. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44302137>>. Acesso em 20/09/2018

é um bom indicativo dessa polêmica pois se há controvérsias recentes, elas já perduram desde o primeiro mandato da gestão Rousseff, quando o governo controlava artificialmente o preço dos derivados petróleo para controlar a inflação, o que provocou prejuízos para a estatal e seus acionistas. Mas se o que for proveitoso para o consumidor brasileiro não for bom para o mercado, o que deverá ser feito? Para qual lado a companhia deverá pender?

Eis o dilema da Petrobras desde sua fundação em 1953, retomado em 1997 e desde 2014 reativado: como equilibrar os interesses geopolíticos brasileiros e os econômicos do mercado financeiro? Ao longo da história da empresa, o pêndulo variou entre os dois lados. A falta de conciliação entre suas duas vertentes acentua os problemas da empresa, cujos rumos atendem a interesses políticos, mas não geopolíticos do Brasil. A mudança de sua estratégia de internacionalização desde a descoberta do pré-sal, de onde essa estratégia era a expansão no exterior e passou a ser um recuo para focar na E&P interna, abrindo espaços para os avanços de outras empresas estrangeiras, que agora adentram o mercado energético brasileiro. Ao nosso ver, isso implica em lacunas de uma possível geopolítica da Petrobras. Tais lacunas são a falta de uma estratégia a par do panorama global e a pouca influência da Petrobras (e do Brasil) na geopolítica do petróleo.

Por sua vez, esses fatos tornam a empresa vulnerável as pressões geopolíticas externas, principalmente as provenientes de Estados Unidos e China, comprometendo a posição do Brasil e da Petrobras como líderes regionais da América do Sul. Esse papel ambíguo da companhia provoca a discussão do tema mais pertinente da empresa na sociedade brasileira: A possível privatização ou não da companhia. Em termos geopolíticos, tal ato seria vantajoso para o Brasil? Quais as consequências possíveis? Esses são debates e tendências aqui discutidas. Por fim, colocaremos a situação brasileira pós-2007 sob a ótica da “maldição dos recursos naturais” e checar se esta aplica-se ao Brasil, além de abordamos também o impacto que as questões ambientais terão e poderão ter no futuro da geopolítica da empresa.

5.1 A estratégia global da Petrobras

Devido as configurações da geopolítica do petróleo, uma estratégia global é uma necessidade de todas as empresas petrolíferas, especialmente as estatais. São diversas as variáveis que podem interferir no funcionamento da empresa. Mesmo uma empresa de atuação geográfica limitada está constantemente sujeita as mudanças provocadas por eventos em outros

lugares do mundo e as ações de atores distantes de sua realidade. Uma empresa de petróleo, como qualquer outra empresa, é movida pela necessidade de constantemente gerar lucro, ainda mais aquelas de capital aberto e com ações na bolsa de valores. Para atingir esse objetivo primário, precisam traçar uma estratégia de mercado e realizar um planejamento eficiente. Estar atenta a variação do preço do barril de petróleo, que pode modificar completamente todas as metas traçadas, é parte integral desse processo.

Ao longo de sua história, especialmente após o primeiro choque do petróleo, a Petrobras compreendeu a importância de uma estratégia que levasse em consideração fatores geopolíticos e de fazer a empresa ter uma verdadeira presença global. Este virou um dos pilares da companhia ao longo das décadas seguintes. Ainda incipiente como uma *major* no cenário geopolítico, a empresa buscou aprender e se adaptar a difícil e inescrupulosa geopolítica do petróleo. Um dos trunfos da estatal foi usar a aparente benevolência do Brasil, algo cultivado pelo Itamaraty ao longo do século XX. No intrincado tabuleiro de xadrez da Guerra Fria, conseguiu acordos e parcerias com empresas no Oriente Médio, Ásia do Pacífico, África ocidental e no continente americano. Gradualmente construiu sua presença global, consolidada na primeira década do século atual, conforme vimos no terceiro capítulo.

Na imagem abaixo (figura 28), podemos observar uma representação cartográfica elaborada pela própria Petrobras em sua apresentação dos Planos de Negócios para o período 2013-2017 (PETROBRAS, 2012), mostrando a presença internacional da empresa naquele momento. Com exceção da Oceania, observa-se uma presença da empresa em todos os continentes, com destaque para as Américas e o continente africano. Traçados com um círculo, observamos as três áreas externas prioritárias a Petrobras naquele momento: a América do Sul, o Golfo do México (abrangendo tanto México quanto Estados Unidos) e o Golfo da Guiné no litoral atlântico da África. Na América do Sul, observamos a maior complexidade e presença da empresa, contando com todas as atividades listadas da indústria petrolífera. Nas outras duas áreas vemos um domínio das atividades de E&P, algo justificado pelas semelhanças geológicas com o litoral brasileiro para a prospecção em águas ultraprofundas. Nos Estados Unidos, maior mercado, temos também uma sede comercial e de abastecimento.

Figura 26. Representação Cartográfica da Atuação Internacional da Petrobras em 2012. Fonte: Petrobras (2013).

Além dessas áreas, a empresa atua no Oriente Médio e conta com representação nos importantes mercados europeus e asiáticos, com destaque para o escritório em Singapura, localizado no fundamental estreito de Malacca. As presenças na China e Índia apontam a percepção da empresa em se aliar com os dois maiores potenciais consumidores mundiais nas próximas décadas, além de fortalecer o ainda incipiente bloco dos BRICS, onde devemos apontar a notável ausência de um escritório na Rússia. Todavia, é possível concluir que nessa época, havia uma estratégia global da Petrobras, pronta para agir nas áreas mais sensíveis da geopolítica e geoeconomia do petróleo conforme a necessidade.

O mesmo, todavia, não é respaldado pelas medidas tomadas nos últimos anos. Mesmo na América do Sul, observa-se a gradual saída da Petrobras em seus países. A empresa, por exemplo, fechou ou vendeu todos os seus escritórios e ativos no Peru e Equador. O Brasil rompeu relações diplomáticas com a Venezuela, encerrando de vez as parcerias no setor que havia entre a Petrobras e a PDVSA, como a ainda inacabada refinaria Abreu e Lima. No seu maior mercado internacional - a Argentina - a Petrobras vendeu ativos, cortou investimentos e perdeu o status de maior concorrente da YPF no país.

Este recuo está inserido dentro do processo geral de desinvestimentos da empresa, que começaram a ser recorrentes na gestão de Pedro Parente (2015-2018), quando o foco da

empresa passou a ser contenção de prejuízos provocados pela Lava-Jato e direcionar a maior parte da capacidade de investimento da empresa no setor de E&P. Os desinvestimentos no exterior provocaram um cenário de desvalorização de sua área internacional. A tendência no momento é o encerramento da maioria das atividades da Petrobras no exterior. Um exemplo simbólico é a refinaria em Pasadena, pivô de todo o escândalo que abalou a companhia, acabou eventualmente sendo vendida¹²⁴, simbolizando mais um ativo perdido e mais um país que a Petrobras não possui mais presença ativa. A ideia não é mais que a Petrobras seja uma empresa atuante no exterior, mas que empresas do exterior sejam atuantes no território brasileiro.

Figura 29. Evolução dos investimentos totais (acima) e a variação destes por setor pela Petrobras em seus planos de gestão entre 2010-2017. Fonte: E&P Brasil.

O discurso presente nos relatórios mais recentes da Petrobras (2015-2018) explicita as mudanças da perspectiva global da companhia. A empresa adotou uma postura que transmite a ideia de que ela implora que os investimentos estrangeiros venham até a empresa, assumindo uma postura passiva, e não a que exultava confiança e até uma certa dose de *húbris* patriótico (que eventualmente acelerou o fracasso dela). Um ponto central da geopolítica do petróleo é saber lidar com as principais potências petrolíferas do planeta, como a Arábia Saudita, Estados Unidos e Rússia. São raras as menções ao país árabe, ou até mesmo à OPEP, por parte da empresa nos seus relatórios estratégicos, mesmo sabendo da importância deste país na variação do preço do barril na cotação internacional.

¹²⁴ PETROBRAS, 2019. Petrobras America assina acordo para venda da Refinaria de Pasadena. Disponível em <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/petrobras-america-assina-acordo-para-venda-da-refinaria-de-pasadena.htm>>. Acesso em 31/01/2019

Quanto aos Estados Unidos, a empresa percebeu ainda em 2013 a ameaça que o *shale oil* (que permitiu o país voltar a ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo) trazia a seu planejamento estratégico e as suas ambições de tornar-se um grande exportador. Por mais que a camada pré-sal tenha sido uma descoberta fantástica, ela não foi a única relevante do século XXI para o mercado global de petróleo. Um caso muito similar com Brasil e a Petrobras é entre a Rússia e a Gazprom, onde a segunda serve como o braço estratégico do governo russo para os assuntos energéticos do país, particularmente relevantes para inserção do país na economia capitalista e a manutenção de sua força geopolítica após o nível de poder obtido enquanto URSS¹²⁵. As comparações ganham mais proeminência com os escândalos de corrupção da Petrobras, onde muitos apontam que a estratégia principal dos perpetuadores deles era a manutenção de um partido no comando político da nação, no caso o Partido dos Trabalhadores.

O governo brasileiro, por razões pragmáticas, pouco tem relação com os problemas internos da Rússia. Durante o primeiro mandato de Dilma o Brasil até ensaiou uma aproximação através dos BRICS, mas isso foi esfriado com o realinhamento pró-EUA iniciado por Temer (na presidência) e Serra/Nunes (no comando do Itamaraty). A própria relevância russa no setor energético justifica o interesse em manter boas relações com russos, independente de outras questões¹²⁶. Sua contínua rivalidade com os Estados Unidos pode respingar no Brasil e na Petrobras. Ela ameaça atingir a fronteira amazônica brasileira por causa da crise venezuelana, onde os russos apoiam o governo chavista e antagonizam os estadunidenses.

As possibilidades de como a crise pode modificar e desestabilizar a geopolítica do petróleo são quase incalculáveis. Solucionar uma crise no país vizinho, a fim de garantir a estabilidade de um dos seus principais produtos exportadores, deveria ser uma prioridade diplomática do Brasil. Com sua respeitada e independente posição diplomática, liderança regional e proximidade geográfica, o Brasil poderia mediar a questão junto com os outros países sul-americanos. Entretanto, o país tomou o lado dos estadunidenses, abrindo mão de sua política externa independente e ativa, além de comprometer a relação com a Rússia, importante não só

¹²⁵ Putin chegou a dizer em certa ocasião que o fim da URSS foi o maior desastre geopolítico do século XX, lamentando não o fim do sistema socialista russo ou do antigo bloco comunista, mas sim da capacidade russa de exercer hegemonia em boa parte do mundo

¹²⁶ Através da Rosneft Brasil, subsidiária da estatal russa, a Rússia possui participações dos blocos no Rio Solimões, detendo 12 blocos exploratórios no total. Disponível em <<http://www.energyway.com.br/2017/07/26/rosneft-devolve-blocos-na-bacia-do-solimoes/>> Acesso 02/03/2019

para as questões do petróleo, como também para o bloco dos BRICS, por razões óbvias não mais uma prioridade da agenda externa brasileira.

A China, envolvida diretamente nos BRICS, é ator-chave nestas questões devido a sua voracidade por recursos energéticos ser imprescindível para sustentar o mercado de petróleo mundial. Para um país com disponibilidade de petróleo a ser vendido nas próximas décadas, o mercado chinês é a prioridade. Por isso a geopolítica do petróleo exige pragmatismo. Tal qual a Rússia, os chineses possuem divergências com os estadunidenses, potencialmente mais graves, visto que os asiáticos têm possibilidades reais de competir pela hegemonia econômica e geopolítica do planeta. A princípio, o Brasil possui boas relações tanto com estadunidenses e chineses, seus principais parceiros comerciais, e esta é a situação que deve ser mantida, pois em nada tem o Brasil a lograr escolhendo um lado na disputa entre as potências. Vale lembrar, a China é também o principal destino do petróleo exportado pelo Brasil, exportando cerca de quatro vezes mais para os chineses do que para os estadunidenses. Ao Brasil, e por consequência a Petrobras, interessa atender seus próprios objetivos.

Pelo viés geoeconômico a tendência seria uma maior aproximação com a China devido a questão do petróleo. Todavia, reativando princípios antigos de sua geopolítica (a Ocidentalidade), o país voltou a realinhar-se com os EUA a partir de 2016. Poderemos então ver aí um choque entre a geopolítica do petróleo com a geopolítica brasileira, o que compromete a geopolítica da Petrobras. A falta de uma visão global para o direcionamento estratégico da empresa vem sendo um dos fatores que explicam seu fracasso em atingir uma posição proeminente no mercado mundial e passar a exercer mais influência nos rumos dele. Todas as grandes *majors* do setor, historicamente, para prosperar no mercado global, precisam ou de influência direta na produção mundial ou do aporte estatal para se resguardar e sustentar os interesses geopolíticos energéticos da nação que representa.

Graças a defasagem de uma geopolítica própria na última década a Petrobras está desperdiçando uma oportunidade única em sua história de alavancar o Brasil no sistema-mundo e financiar uma verdadeira projeção brasileiro no exterior calcada pela sua segurança energética, assim como controlar novos fluxos comerciais de petróleo e manter-se próximo aos grandes atores. Todavia, lembremos que o comércio mundial de petróleo é assimétrico, dialético e injusto. Ele é dominado amplamente por potências globais e cartéis de países produtores. Adentrar em demasia nele sem a preparação necessária pode levar à ruína econômica e fragilidade geopolítica, seguindo o caminho da maldição dos recursos naturais que

outros países não escaparam. Somente os países detentores de poder real na geopolítica mundial prosperam nele. E poder na geopolítica do petróleo é algo que Brasil e a Petrobras, mesmo sendo líderes regionais na América Latina, pouco possuem.

5.2 A pouca influência da Petrobras na Geopolítica do Petróleo

A geopolítica do petróleo é complexa, conformes pudemos constatar. Ela envolve o mundo todo em um sistema fechado, onde a dependência energética do hidrocarboneto o torna relevante para todos os países e impacta diretamente no padrão de consumo contemporâneo. Na análise fria dos fatos e evidências, o Brasil continua tendo pouca influência na geopolítica do petróleo. Mesmo com as reservas provadas do pré-sal e as projeções mais otimistas sejam consideradas, o Brasil não compete ainda com a oferta farta do Oriente Médio, cujo custo de produção e aliança estratégica com os EUA anulam a vantagem posicional do Brasil em relação ao mercado estadunidense. Basicamente, a Petrobras não tem poder de barganha no contexto global. Sua capacidade de dissuasão está restrita a América do Sul, onde ainda possui ativos espalhados nos países locais, mas mesmo este trunfo está sendo perdido devido a “desinternacionalização” da empresa.

Vejamos o caso da SaudiAramco, estatal petrolífera da Arábia Saudita cuja maior parte das ações pertencem a monarquia do país. Por estar sob o controle direto da dinastia Saud, a SaudiAramco tem uma conexão importante com a OPEP, cartel dirigido basicamente pela própria Arábia Saudita, possuindo com isso uma série de informações privilegiadas. Atenta ao que acontece no mercado e na geopolítica do petróleo, a OPEP compila dados e estatísticas constantemente, produz relatórios mensais que analisam a variação da produção, do preço do barril e apontam novas descobertas, bem como o impacto que cada um desses fatores pode vir a exercer para sua própria economia. Com boa noção do que acontece pelo mundo, além de sua posição privilegiada, a SaudiAramco possui ferramentas poderosíssimas para controlar sua produção afim de abaixar ou aumentar o preço do barril. Com isso eles combatem indiretamente rivais próximos como Irã e Catar, além de diminuir a competitividade do *shale oil* nos Estados Unidos. Sim, em termos petrolíferos, a Arábia Saudita tem a capacidade de intimidar a maior potência mundial, mesmo eles sendo aliados. Essa situação exemplifica como a segurança energética mundial é de fato uma questão dialética (BRITO et.al, p. 26).

A Gazprom, estatal russa, também é ótimo exemplo da situação. Com a Rússia tendo uma péssima imagem em várias regiões do mundo, principalmente na Europa Ocidental - seu maior comprador de hidrocarbonetos- a Rússia utiliza a Gazprom não somente como instrumento estratégico no setor energético, mas também como instrumento de *hard power*. Favorecer sua estatal reforça a imagem da Rússia como potência ressurgente. Uma das estratégias utilizadas pelos russos para cumprir essa meta é com o patrocínio esportivo. Uma situação comum na atualidade são empresas petrolíferas patrocinarem times de futebol, especialmente na *Premier League* (primeira divisão do campeonato de futebol inglês), algumas inclusive de origem russa¹²⁷.

A Gazprom aproveitou essa tendência e patrocina times europeus e foi uma das patrocinadores-master das Olimpíadas de Inverno de 2014 e a Copa do Mundo de Futebol em 2018, onde investiu cerca de 150 milhões de dólares¹²⁸, desbancando os tradicionais patrocinadores de origens europeias e norte-americanos. A Petrobras em contrapartida, perdeu a oportunidade e não foi uma das patrocinadoras da Copa do Mundo no Brasil em 2014. Vale lembrar que o período coincidiu com o começo da crise da empresa, mas ainda assim foi uma oportunidade desperdiçada de aumentar a projeção mundial da companhia em um contexto onde o Brasil buscava mercado para os leilões do pré-sal.

Essa situação reforça o papel secundário da Petrobras e do Brasil no mercado mundial de petróleo, um reflexo da perda de força da empresa em realizar investimentos e de ser instrumento do *soft power* brasileiro. A quantidade de maquinário e instalações relacionadas ao petróleo no Brasil são grandiosas de fato, tal como o transporte e sua indústria petroquímica. Porém, insignificantes dentro do que o fantástico poderio geoeconômico estadunidense produziu, da liderança produtiva e de articulação política da monarquia saudita e do domínio territorial sobre as extensões da Eurásia e suas formidáveis reservas minerais que a Rússia possui. Em suma, o Brasil ao embarcar na empreitada do Pré-Sal, precisava ter levado em consideração as dificuldades impostas pela proeminência desses atores. A rigor, o Brasil é um país sem inimigos ou rivais no cenário internacional, uma vantagem que poderia ser explorada a favor da Petrobras em sua estratégia global.

¹²⁷ O maior exemplo é o Chelsea FC, cujo proprietário é o magnata russo Roman Abramovic. Ele fez fortuna durante o governo Yeltsin, mas foi exilado por Putin no começo dos anos 2000

¹²⁸ CHADE, Jamil. Estadão. Rússia investe alto para ser grande. Disponível em: <<https://esportes.estadao.com.br/noticias/geral,russia-investe-alto-para-ser-grande-imp-,623055>> Acesso em 13/07/2018

Na indústria petrolífera, os processos são lentos e demoram a dar resultados. Existem várias etapas a serem cumpridas, desde a prospecção, passando pelas sondagens, testes de risco geológico, instalação das plataformas de exploração e reativação do setor naval no caso das reservas *offshore*. Sem contar a possível instalação de novos dutos para seu transporte. Reunir os investimentos necessários é preciso, onde muitas vezes é fundamental realizar parcerias, além de todo o processo burocrático dos leilões e contratos de concessão. Nesse sentido, o governo brasileiro cometeu erros de precipitação ainda em 2007 quando anunciou as reservas do pré-sal com excessiva pompa. Buscou-se fazer uso político do fato, sem dúvidas. Isso instigou um longo processo de especulação e expectativa na psicoesfera brasileira, que lentamente foi produzindo uma grande ansiedade que eventualmente desencadeou em uma enorme frustração quando a população percebeu que as promessas feitas não seriam cumpridas no curto e médio prazo.

O evento derradeiro para desacreditar tais expectativas foi justamente a operação Lava-Jato, onde construiu-se uma imagem de que o pré-sal ainda não estava rendendo conforme o esperado devido aos prejuízos causados por uma corrupção endêmica e prejudicial à nação, quando em realidade era o processo natural de desenvolvimento da indústria petrolífera que ainda estava em andamento (embora, é claro, tenha havido sim atrasos promovidos pelos desvios de verbas, mas dificilmente em uma escala que justificasse a lentidão natural da indústria). Essa desilusão catalisou as mudanças políticas no país que eventualmente ajudariam a modificar o próprio paradigma diplomático e geopolítico do Brasil. Ainda assim, o projeto de tornar o Brasil um grande exportador de petróleo continua em pleno funcionamento. O problema, entretanto, é que agora ele tornou-se uma finalidade em si própria.

Ao menos em relação ao mercado chinês vemos um indicio deste projeto tendo um relativo sucesso. Contudo, mudanças no poder executivo brasileiro podem também comprometer a principal parceria comercial brasileira dos últimos quinze anos. Com o fim da breve gestão Temer, assume o cargo da presidência Jair Bolsonaro, com retórica amplamente pró-Estados Unidos e defensor de ideias que aproximam ainda mais a geopolítica brasileira de seu viés ocidental. Por conta disto, existe uma forte tendência para os próximos anos de um maior alinhamento do Brasil com o “irmão do Norte” em contrapartida à política externa independente adotada desde as últimas gestões dos governos militares (RICUPERO, 2016, p.477). Em um contexto onde Estados Unidos e China estão em situação de litígio diplomático e em guerra comercial, escolher um lado poderá causar prejuízos geoeconômicos e geopolíticos ao Brasil.

Como se trata das duas maiores potências mundiais em termos econômicos e os dois principais parceiros comerciais do Brasil, o ideal seria buscar preservar a relação com ambos, tirar proveito da situação e até mesmo almejar uma possível intermediação para solucionar o conflito, algo comum na história diplomática brasileira. Todavia, a atual predisposição do executivo aponta um alinhamento completo e quase sem contrapartidas ao lado estadunidense, pondo em risco assim as negociações com a China e prejudicando o setor exportador brasileiro e as da Petrobras inclusas. Esse posicionamento em muito a lembra aquilo definido por Mello (1997) de “política do aliado preferencial”, a qual parece que o Brasil ensaia um retorno. As consequências, tanto geoeconômicas quanto geopolíticas poderão vir a ser desastrosas se este processo vier a ser concretizado. Analisaremos este fato a seguir.

5.3 Retorno a Política do Aliado Preferencial

Uma das questões mais proeminentes do que consideramos como retrocesso atual da geopolítica do petróleo brasileira é a guinada de sua agenda soberana para uma alinhada aos interesses do mercado. A tática adotada passou a ser tornar a Petrobras a mais atrativa possível para investimentos privados e parcerias estratégicas com empresas estrangeiras, tanto as privadas (Total, Shell, Chevron, etc...) como as estatais (as estatais chinesas e a Statoil). Isso remete tanto aos momentos precedentes a fundação da Petrobras como ao início da ditadura cívico-militar, em especial aos três primeiros presidentes do período, Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, que juntos governaram o Brasil de 1964 até 1974. Esse foi o auge do alinhamento brasileiro com os Estados Unidos, em um contexto de disputa hegemônica em escala global, onde muitos viam a própria civilização ocidental em risco. O governo brasileiro à época seguia o pensamento de que o Brasil deveria estar do lado que correspondesse aos seus valores civilizatórios. Uma manifestação do conceito de Ocidentalidade. O próprio Castelo Branco definia a política externa brasileira como “política de interdependência externa e segurança hemisférica”. Esse cenário mudou durante a distensão do regime com o retorno da política externa independente, que foi o princípio norteador das relações internacionais brasileiras pelas décadas seguintes. Embora variações tenham ocorrido ao longo desse período, este de maneira geral foi seguido até 2016.

A partir deste ano, a política externa brasileira adotou posturas no campo diplomático que reposicionaram o Brasil como um país que se alinha com a política externa estadunidense à procura da afirmação de sua condição ocidental e liberal, em busca de obter benefícios no

campo econômico. Essa visão, com algumas mudanças, remete ao que o Mello denominou como “política do aliado preferencial”. Na época da ditadura, os aspectos geopolíticos e ideológicos eram os predominantes. Atualmente, esse novo discurso valoriza as questões econômicas, defendendo a tese de que o Brasil precisa estar mais inserido na economia globalizada e atrair mais capital de investimentos estrangeiros, em oposição a uma condição anterior onde supostamente o país não está plenamente presente nos altos círculos da economia global devido a um excessivo peso do setor público.

Contudo, esse discurso que vem elencando a Petrobras e o setor de petróleo no Brasil como um dos seus alvos, contribuiu com o florescimento de posições radicalmente antagônicas na política brasileira. Isso atingiu sua política externa, que assumiu uma postura quase maniqueísta similar à dos tempos da Guerra Fria. Mesmo em seus aspectos mais ufanistas, que paradoxalmente são os que mais defendem posições “entreguistas”¹²⁹ no mercado de petróleo, esses movimentos políticos adotam posturas que ao defender interesses puramente econômicos, acabam indo contra o interesse geopolítico nacional.

O primeiro exemplo desta mudança é a postura adotada em relação à Venezuela, envolvendo um declarado antagonismo ao governo de Nicolás Maduro. Além de arquitetar o isolamento diplomático do país caribenho através da OEA e do Grupo de Lima, o Brasil também liderou a exclusão do país do Mercosul, medida que novamente restringiu o bloco ao Cone Sul e ceifou sua única ligação com a região amazônica e o caribe. O próprio chanceler Aloysio Nunes a época, quando chamado para mediar o diálogo acerca da crise venezuelana, negou o pedido dizendo “O Brasil não pode ser mediador, nós temos um lado muito definido”¹³⁰. Em apenas uma frase, fica explícito o abandono do governo brasileiro a política externa independente, apontando para um novo redirecionamento geopolítico do país. E também enterra todos os avanços no âmbito de integração regional construídos desde os anos 1980.

Utilizando de todos os benefícios que pode extrair de sua condição como superpotência hegemônica, os EUA procuram manter sua posição e conter qualquer possível concorrente a superá-lo. Eles veem na China e seu formidável crescimento econômico sua maior ameaça para o século XXI. Tal rivalidade pode ocasionar enormes tensões entre eles que pode resultar em

¹²⁹ Relembrando, o termo entreguista é utilizado pejorativamente no discurso de viés nacional-desenvolvimentista para rebaixar os defensores de medidas liberais e de maior participação do mercado internacional

¹³⁰ Reportagem da Folha de São Paulo de 21/09/2017 – Link de acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1920720-brasil-nao-pode-mediador-dialogo-na-venezuela-por-ter-lado-diz-aloysio.shtml>

um eventual conflito bélico. Embora o paradigma da escalada nuclear e a interdependência econômica possam prevenir este catastrófico cenário, a ameaça pode permanecer e ser desenvolvida em outros setores que não no campo militar¹³¹.

Os modelos geopolíticos clássicos de Mackinder, Haushofer e Spykman são pautados em uma disputa entre blocos de poderes mundiais, e a disputa sino-americana pode ser encaixada nesses modelos. De nosso interesse, está inclusa a busca de ambos os “beligerantes” por áreas de influência própria e no enfraquecimento do outro nas áreas de influência dele. E por isso a América do Sul adquire maior importância na disputa geopolítica entre as duas potências, principalmente devido ao papel que lhe é dado pelo mundo como a grande reserva dos recursos naturais globais (BECKER, 2009, p.22).

Historicamente, a América do Sul é considerada a área de influência primária dos Estados Unidos e suas ações imperialistas, desde os tempos da política do “*Big Stick*”¹³² e da “Boa-Vizinhança”¹³³. Nas últimas décadas, preocupados com outras regiões mundiais devido ao contexto da “*War on Terror*”, abriu-se uma brecha de ação autônoma e ativa na região, e as relações internas e o comércio intraregional progrediram. Todavia, aumentou também a presença chinesa na região, principalmente através das relações comerciais, o que muitos apontaram como um avanço chinês dentro do bloco americano em uma disputa de escala global. Isto incomodou o governo estadunidense, e a partir da gestão Barack Obama (2009-2016) a instabilidade política voltou a ser um estigma que permeia a região, com diversas crises surgindo em diversos países. Esse movimento provocou um novo realinhamento ideológico e geopolítico da América do Sul, com a ressurgência de governos pró-EUA e até uma tímida retórica sinofóbica emergindo.

Também é importante ressaltar as ações russas dentro do subcontinente. Os interesses russos, contudo, estão mais relacionados a medidas *quid pro quo* envolvendo a participação estadunidense em ações dentro da área de influência russa, na Ucrânia, Criméia e no Cáucaso, por isso tendo ambições limitadas no território sul-americano. Incomodar e pressionar os estadunidenses em seu próprio quintal é uma tática atrativa para o governo russo, mas suas

¹³¹ Essa é a situação que faz muitos autores das relações internacionais verem a rivalidade entre Estados Unidos x China como a “armadilha de Tucídides” do século XXI. A guerra comercial entre ambos é apontada como um outro indício disto.

¹³² Termo usual para se referir a política externa do presidente norte-americano Theodore Roosevelt (1901-1909), extremamente agressiva dentro da América Latina. O principal legado dessa doutrina foi a construção do Canal do Panamá.

¹³³ Foi a política de aproximação com os países latino-americanos durante a Segunda Guerra Mundial, promovida por Franklin Roosevelt (1933-1945) para afastá-los da influência dos países do Eixo.

prioridades permanecem na Eurásia. A União Europeia também observa com interesse os rumos dessa disputa, também ambicionando as potencialidades das reservas locais. Vale ressaltar que a anglo-holandesa Shell, a norueguesa Statoil e a francesa Total são uma das mais ativas nas partilhas de concessão dos blocos do pré-sal, tanto no leilão de 2013 como no de 2017.

Empresa	Participação no Campo de Libra
Petrobras	40%
Shell (Anglo-Holandesa)	20%
Total (França)	20%
CNPC/CNOOC (Chinesas)	20% (10% cada)

Tabela 5: Dados do Leilão do Campo de Libra em 2013. Fonte: *Petrobras, Shell, Total, CNPC e CNOOC vencem a 1ª rodada do Pré-Sal*. Disponível em < <http://www.anp.gov.br/noticias/1510-petrobras-shell-total-cnpc-e-cnooc-vencem-a-1-rodada-do-pre-sal>>, 2013.¹³⁴

Campo em oferta	Resultado
Sudoeste de Tartaruga Verde	Sem Ofertas
Sul de Gato do Mato	Shell (80%) e Total (20%)
Entorno de Sapinhoá	Shell (30%), Repson Sinopec (25%) e Petrobras (45%)
Norte de Carcará	Statoil (40%), Petrogral (20%) e Exxon (40%)
Pau Brasil	Sem Ofertas
Peroba	Petrobras (40%), CNOOC (20%) e BP (40%)
Alto de Cabo Frio Oeste	Shell (55%) QPI (25%) e CNOOC (20%)
Alto de Cabo Frio Central	Petrobras (50%) e BP (50%)

Tabela 6: Resultados dos leilões do pré-sal em 2017. Fonte: ANP (2017), “*Rodadas do pré-sal consolidam retomada do setor de petróleo e gás no Brasil*”. Disponível em < <http://www.anp.gov.br/noticias/anp-e-p/4114-rodadas-do-pre-sal-consolidam-retomada-do-setor-de-petroleo-e-gas-no-brasil>>.¹³⁵

A tragédia da história, em nossa opinião, é observar como ela isola a Petrobras das tomadas de decisões e os diversos projetos que a companhia desenvolvia com os países sul-

¹³⁴ Acesso em 20/03/2019.

¹³⁵ Acesso em: 20/03/2019.

americanos, focando somente em seu papel de produtora *offshore* e exportadora de petróleo para os principais mercados. Por característica própria da indústria petroleira, são comuns as alianças de empresas e o processo de cartelização, como maneira de garantir a divisão dos mercados consumidores, mantendo a rentabilidade interna do setor. As empresas de petróleo, principalmente as *majors*, temem sobretudo não as suas concorrentes diretas, como seria em outros setores da economia, mas outras fontes de energia que possam desbancar o petróleo do topo da matriz energética e causar um grande prejuízo e falência programada delas. Não à toa a associação com política através de *lobby* e ligação intrínseca da classe política com os executivos e proprietários de empresas é tão intensa em praticamente todos os países.

Um alinhamento mais direto com os EUA no atual momento histórico, ainda mais levando em consideração o contexto da geopolítica do Petróleo, não logrará tantos benefícios econômicos como nos anos 1970, de disputa geopolítica-ideológica no mundo e viés hemisférico por parte do governo brasileiro da época. Os mercados atualmente estão muito mais abertos e o país mais fechado ao livre mercado no período anterior, a China, tornou-se o maior investidor mundial graças a Nova Rota da Seda, além de também ser um dos mais vorazes consumidores de petróleo. Os EUA estão elevando sua produção graças ao *fracking*, motivados em parte por uma exaustão com suas interferências no Oriente Médio, mitigando sua necessidade de importação.

A China está apenas no começo dos seus megaprojetos ambiciosos que irão requerer todos os tipos de recursos para abastecê-los. Em breve, ela possuirá a maior demanda por petróleo do mundo. Então o Brasil com sua projeção de consolidar-se como grande exportador de petróleo deverá, necessariamente, manter relações comerciais e diplomáticas com o dragão asiático, queira ou não o governo brasileiro. O status de megapotência geoeconômica torna a China simplesmente impossível de ser ignorada, e não ter uma política específica para a manutenção dos fluxos comerciais com ela. Um cenário de conflito entre EUA e China talvez force o Brasil a adotar uma política pendular entre dois, escolhendo de quem o país será aliado preferencial conforme a necessidade. E a questão do petróleo poderá então ser o fator que norteará a geopolítica brasileira ao longo da primeira metade do século XXI. Esse panorama afetará toda a América do Sul e a geopolítica do petróleo regional. Se os países decidissem isto através de um bloco unificado, seu poder de negociação em conjunto aumentaria a resistência às investidas das superpotências mundiais e os favoreciam em acordos mais vantajosos, como os que a OPEP consegue.

Devido aos empecilhos da integração regional, onde cada país eventualmente prioriza sua própria agenda ou somente a de aliados mais próximos, o poder regional diminui consideravelmente e reforça as inimizadas intrínsecas. Os principais obstáculos para a integração energética sul-americana acabam sendo as próprias desconfianças internas e a falta de uma agenda unificada, por mais que pudéssemos apontar para a interferência externa como um fator de desequilíbrio. Certamente podemos indicar as tradicionais táticas de “dividir e conquistar” que o imperialismo aplica regionalmente, mas sem a conveniência de alguns grupos políticos tais táticas jamais atingiria tamanho sucesso de execução. Por isso agora, vamos identificar como a desunião entre os países sul-americanos atrapalha a fruição de uma geopolítica da Petrobras na América do Sul.

5.4 As crises da Integração Energética Sul-Americana

Concebida como uma solução para os problemas socioeconômicos e geopolíticos regionais, a criação dos blocos supranacionais na América do Sul foi uma das táticas multilaterais a ganharem proeminência nas últimas décadas. A fim de amalgamar as forças aparentemente antagônicas do Mercosul e da CAN, a Unasul foi criada em 2008 com metas ambiciosas, incluindo a formação de um Conselho Energético Sul-americano. Tal conselho possui como propósito:

... fomentar cadeias produtivas intraregionais para o aproveitamento eficiente dos imensos recursos e potencial energético da região, a fim de favorecer o desenvolvimento sustentável dos povos sul-americanos... Entendemos que as enormes reservas na região oferecem uma oportunidade inestimável de complementação e troca, para fazer da região sul-americana um espaço que favorece o auto abastecimento local e o acesso de todos os povos à energia (UNASUL, 2016, p.2).

Em suma, a principal preocupação do conselho é a questão energética interna da América do Sul, notoriamente em garantir a segurança energética regional antes de pautar as exportações para outras regiões e mercados do mundo. Outro tema destacado é a questão ambiental. Esta é considerada vital para os países sul-americanos porque as energias renováveis são vistas como essenciais para preservar os ecossistemas, até pelas culturas locais exaltarem os aspectos naturais do espaço geográfico.

Todavia, as ações isoladas de cada país divergem destes tópicos. A unilateralidade acaba se sobrepondo as relações multilaterais, pois no sistema internacional a tendência costuma ser

priorizar seus próprios interesses à custa dos objetivos comuns. Um exemplo seria a própria Petrobras, que ao longo dos últimos anos vem perdendo sua característica de empresa integrada de energia e se consolidando como uma empresa de exploração e produção de petróleo. O principal objetivo é o de exportar petróleo em grandes quantidades para outras regiões do mundo. Se muito, garantir a autossuficiência brasileira de maneira artificial. Embora a própria América do Sul seja um importante mercado para a empresa, ela é tão somente isso, um mercado, mesmo que crucial. Se compensar diminuir as exportações intraregionais para, digamos, aumentar os fluxos para China e Índia, certamente a empresa não hesitará em fazê-lo, o que inclusive ela já o faz. Isso também tem relação com a orientação pró-mercado que a empresa possui graças ao seu capital misto e a necessidade de agraciar seus acionistas. Assim como ela, as outras empresas sul-americanas de energia e hidrocarbonetos também vão buscar atender primeiramente seus próprios interesses, relegando os objetivos estabelecidos pelo Conselho da Unasul, não à toa relegado ao limbo da história juntamente com outros projetos de integração no subcontinente.

Até por isso, são esparsas as menções do bloco nos relatórios da Petrobras dos últimos 10 anos. Durante este período, mesmo quando todas as instituições convergiam para o mesmo propósito, não houve uma construção dialógica entre o braço estratégico de energia do Estado brasileiro e o bloco regional que ele costurou para solidificar seu papel como líder regional, mesmo tendo ciência do papel estratégico do setor de energia e petróleo. Ainda que uma das diretrizes da empresa seja a manutenção de seu posto como líder do setor na América Latina. Quando começaram os desinvestimentos em larga escala na América do Sul, qualquer perspectiva de cooperação entre Petrobras e o Conselho Energético da Unasul foi sepultada definitivamente. Na tabela a seguir, podemos observar como lentamente a Petrobras vai se retirando dos países sul-americanos:

País/Presença da Petrobras	2012	2017
Argentina	Petrobras era presente em todos os setores da indústria petrolífera através de sua subsidiária Petrobras Argentina. Ela chegou a ser a segunda maior empresa de energia do País, atrás somente da YPF-Repsol e contar com diversos ativos estratégicos, como as jazidas de Neuquen	Petrobras inicia processo de venda dos seus principais ativos no país, embora ainda mantenha participação na Bacia de Neuquen. Boa parte foi transferida para a Pampa Energia
Uruguai	Entre 2004 e 2011, a empresa adquiriu várias concessões no país e tornou-se a principal fornecedora de gás natural e derivados de petróleo no país	A Petrobras continua ativa no país, sendo a maior fornecedora e distribuidora de derivados de petróleo em Montevideu e no interior uruguaio
Paraguai	A Petrobras possui uma sede para o setor de abastecimento e possuía três subsidiárias atuando no país vizinho	Em 2017, a empresa iniciou um processo de venda de sua participação societária nas 3 subsidiárias para o Grupo Copetrol por 400 mi de dólares. O processo foi concluído em março de 2019
Chile	A empresa estava presente no país andino no setor de distribuição e comercialização através da Petrobras Chile Distribución (PCD)	Dentro do contexto dos planos de desinvestimentos da companhia, a empresa vendeu 100% de sua participação da PCD para a Southern Cross Group
Bolívia	Apesar da venda das refinarias de Santa Cruz de la Sierra, a Petrobras continuou presente no país andino nos setores de E&P e Gás&Energia, mantendo o interesse na importação do gás boliviano	A empresa continua presente nos mesmos setores, sendo operadora em 3 campos de gás e na área de exploração San Telmo, todos localizados no departamento de Tarija
Peru	A Petrobras atuava no setor de E&P do país, tendo descoberto alguns poços em parceria com a Repsol	A empresa vendeu em 2014 100% de suas ações no país para a chinesa CNPC pelo valor de US\$2,6 bi
Equador	A Petrobras operava em dois poços no país, mas a relação com a estatal equatoriana não era amigável devido a mudanças na regulamentação do setor pelo governo equatoriano	Em 2013, a empresa vendeu sua participação nos dois poços que participava e retirou suas operações do país após entrar em acordo com o governo equatoriano e recebem uma indenização de US\$ 217 mi
Colômbia	Foi o primeiro país onde a Petrobras começou sua internacionalização, ainda em 1972. A empresa participava nos setores de E&P e na distribuição e comercialização de derivados de petróleo	A participação da Petrobras na Colômbia ainda é intensa, participando de exploração <i>onshore</i> e <i>offshore</i> , além de possuir 116 postos de comercialização direta no país
Venezuela	A Petrobras participava no setor de E&P no país e havia feitos parcerias com a PDVSA para a construção de uma refinaria em cada um dos seus respectivos países (sendo a de Abreu e Lima a do Brasil)	As obras não haviam sido concluídas até 2017. A construção da Abreu e Lima foi alvo de investigações da Lava-Jato. A Petrobras se retirou do país após o rompimento de relações diplomáticas entre os governos brasileiro e venezuelano

Tabela 7. Mudanças na Presença da Petrobras nos Países Sul-Americanos entre 2012 e 2017. Elaboração própria com informações fornecidas pela própria Petrobras em seu portal para os investidores. Fonte: Petrobras, < <http://www.petrobras.com.br/pt/presenca-global/>>.

Os interesses internos não possuem consonância com as metas da Unasul no setor energético é um dos fatores que ajuda a explicar o fracasso do bloco como um todo, embora

isso seja mais acentuado pelas questões de defesa. Avanços em setores como os de infraestrutura, além de ainda insuficientes, foram possíveis mais por iniciativas antigas dos blocos predecessores e do Cosiplan. Isto é consolidado num cenário de fracasso do bloco, onde Colômbia já declarou sua retirada deste e outros países, Brasil incluso, deixaram a situação “em suspenso” e não estão participando diretamente no momento.

Tal situação é mais um reflexo histórico das discrepâncias geopolíticas e geoeconômicas dos países sul-americanos. As agendas dos poderes executivos pesou bastante na mudança paradigmática dos processos em cursos. A Unasul ficou marcada como o bloco dos partidos políticos progressistas, e os atuais partidos políticos dominantes, de cunho liberal, pretendem afastar sua imagem do moribundo bloco, até mesmo propor outras alternativas. Como as mudanças políticas nos países do subcontinente determinam os rumos da integração, o viés ideológico sobrepõe o geopolítico e as fragilidades dos blocos são expostas. Somente os blocos mais enraizados, como o Mercosul que possuem maior relevância institucional, conseguem sobreviver ao longo prazo.

O Brasil e a Argentina aspiravam a condição de potências regionais, com sua vocação atlântica sendo bem acentuada, tendo no caso brasileiro também a orientação amazônica. A maioria dos países andinos possuem maior predisposição ao pacífico, algo nítido em suas políticas externas. A Aliança do Pacífico estabelecida em 2011, que envolve alguns membros da Unasul como Chile, Peru e Colômbia demonstra esta orientação, onde a velha oposição entre atlântico e pacífico não parece ter sido superada mesmo com a criação de um bloco que integrasse os dois grupos de países. Além disso, não podemos esquecer da presença dos EUA pairando sobre o subcontinente e buscando determinar sua agenda externa e diplomática, que conta com seus próprios organismos multilaterais regionais, como a OEA, para atender seus objetivos na região. Muitos autores apontam o excesso de ambição da Unasul como causa de seu prematuro desgaste, sem antes ter consolidado as bases de uma união mais longa e permanente, seguindo o modelo da União Europeia. Vários conflitos internos e rivalidades históricas (como entre Chile e Bolívia ou Colômbia e Venezuela) minaram também a consolidação de uma união próspera. Todos esses fatores podem ter contribuído para o insucesso do bloco além de, a longo prazo, para o retrocesso da integração regional.

Tal insucesso pode ser creditado à todas as falhas da integração energética e à liderança débil do Brasil. Os eixos de integração do Cosiplan, buscam a aproximação entre os dois oceanos. Contudo, pela dificuldade em concretizar os planos nos prazos originalmente

desejados, muito graças a falta de capacidade de investimento, tais eixos não bastam para redefinir a infraestrutura sul-americana energética. O que existe em realidade é uma rede terrestre insuficiente para promover a integração espacial sul-americana, não criando as redes logísticas necessárias para tal empreendimento. Isto inviabiliza qualquer tentativa de integração regional, restringindo-a somente dentro do escopo de blocos mais locais.

Muitos dos planos almejados possuem características megalomaniacas e fora da realidade regional, mesmo com seu propósito sendo atingir a integração verdadeiramente plena do subcontinente, sendo o “Grande Gasoduto do Sul” um bom exemplo deste fenômeno. Uma América do Sul desunida e com cada país voltado apenas para os seus interesses imediatos é prejudicial para todos. Não é tarefa fácil convencer um país a abandonar suas vocações geopolíticas e interesses imediatos, incluindo o Brasil, principalmente quando a integração não parece ser uma prioridade das nações.

De tal maneira, os países ficam fragilizados no cenário internacional, sendo alvos fáceis das disputas geopolíticas das grandes potências e virando um campo de batalha a parte para cada uma delas, como ocorre com a Venezuela. Um contexto onde projetos de integração regional como a Unasul e o IIRSA prevalecessem, haveria meios de maior resistência a esse projeto e aumentaria o poder geopolítico não dos países em si, mas da América do Sul enquanto bloco. Portanto, somente uma plena integração espacial a nível regional poderia permitir tal cenário. E para essa integração ser exequível, é necessário começar pelo item mais basilar: a energia, que permite assegurar todos os outros.

Neste sentido, o petróleo continuará a ser relevante para o mundo nas próximas décadas, e a América do Sul sendo dona de reservas ainda pouca exploradas, precisará estar preparada para os futuros movimentos na geopolítica do petróleo. Apesar dos empecilhos da integração, ela se faz necessária mais do que nunca, muito devido a própria importância do petróleo e da importância crescente da América do Sul na geopolítica deste. Nenhuma região do mundo cresceu tanto em termos proporcionais na quantidade de reservas de petróleo do que a América do Sul, juntamente com a América Central, conforme aponta os gráficos abaixo, mostrando o total de reservas provadas por região do mundo em 1997, 2007 e 2017 (curiosamente três anos importantes para a geopolítica de petróleo brasileira).

Distribution of proved reserves in 1997, 2007 and 2017
Percentage

Middle East
 S. & Cent. America
 North America
 CIS
 Africa
 Asia Pacific
 Europe

Figura 27. Distribuição de reservas provadas de petróleo em 1997, 2007 e 2017. Fonte: BP Statistical Review (2018).

Embora a hegemonia do Oriente Médio continue um fato indiscutível no momento, é importante destacar como ela tem diminuído, uma vez que as descobertas nessa região seguem uma tendência de redução, além de uma parte considerável dos poços locais já terem sido completamente drenados. Enquanto isso, a América do Sul contou com descobertas relevantes no período abordado, principalmente as em Maracaibo e na bacia do Orinoco (ambas na Venezuela) e o próprio pré-sal, mas conta também com a falta da exploração contínua de suas reservas, e em uma ironia do destino, a defasagem e diminuição da produção também contribuiu para essa condição, como a crise na Venezuela, onde o sucateamento da PDVSA e as sanções estrangeiras contribuíram para o declínio de sua produção petrolífera. Os números mostram esse quadro, com a América do Sul e Central saltando de 8% do total de reservas provadas de petróleo no mundo em 1997 para um modesto aumento para quase 9% em 2007 e atingindo 19,5% em 2017. Ou seja, em duas décadas a participação da América do Sul e Central mais do que dobrou. Provando com isso, em oposição ao pensamento vigente que a América do Sul é sim importante para a geopolítica e geoeconomia do petróleo, a despeito da impressão que autores, empresas e *think-thanks* estrangeiros possam levar a conclusões contrárias.

Desta maneira, a integração energética da América do Sul é geopoliticamente importante para todos os países – principalmente o Brasil – se este algum dia pretendeu ou pretenderá assumir uma posição consolidada como líder regional. Não como uma grande

potência regional imperialista, mesmo porque o país carece de *hard power* para tal, mas como líder diplomático, segundo a tradição das relações internacionais brasileiras. Uma instituição que poderia cumprir esse papel seria a Unasul. Seu conselho energético poderia ser utilizado como os países árabes utilizam a OPEP, ou seja, como um cartel que os possibilite atender seus próprios interesses dentro da intrincada e traiçoeira geopolítica do petróleo. Do contrário, os países e empresas locais, estarão fadados a eternamente serem títeres do imperialismo das grandes potências e peões neste tabuleiro de xadrez.

5.5 Escapando da Maldição dos Recursos Naturais

Uma possível conclusão de toda nossa análise é especular que o Brasil através do pré-sal e todos as expectativas em torno dele foi mais uma vítima da maldição dos recursos naturais, implacável em punir as nações iludidas com a falsa garantia de riqueza fácil provinda da exploração dos seus recursos naturais, onde o petróleo certamente é o maior carrasco histórico. País após país fracassa em transformar o lucro dos *royalties* e das exportações em uma efetiva entrada nos circuitos superiores da economia globalizada. Mas não somente isso, a exploração do petróleo costuma ser uma sentença do posicionamento de um país como provedor de matérias-primas, enquanto as grandes potências e os países emergentes consolidam-se como os responsáveis pelo avanço da fronteira do conhecimento técnico e produção industrial. Com isso, eles permanecem donos de seu próprio destino e proprietários de *soft* e *hard power* suficiente para guiar os rumos da geopolítica mundial conforme seus interesses.

Ainda assim, chegar nessa conclusão acerca do Brasil, Petrobras e pré-sal é um tanto precipitada e esconde nuances deste processo. Por mais que apontemos os erros estratégicos da empresa e dos sucessivos governos brasileiros, eles não representam a figura completa. A evolução nas técnicas de exploração *offshore* e os recordes de produção são um dos fatores relevantes. Em 2007, o Brasil havia exportado 24,4 mi de m³ de petróleo, e importado 25,3 milhões m³¹³⁶, ou seja, o país ainda tinha a balança comercial negativa em relação ao produto, mesmo com o discurso de autossuficiência presente desde 2006. Esse cenário mudou a partir do ano seguinte, em 2008, e a posição do Brasil como exportador de petróleo apenas cresceu

¹³⁶ ANP, 2018

consideravelmente, tornando-se em 2017 o segundo maior produto de exportação brasileira, responsável por quase 30 bilhões de U\$S em lucros para o país¹³⁷.

O pré-sal continua sendo um grande *asset* estratégico para o país, tanto como para seguir o plano das exportações como para garantir a segurança energética brasileira a longo prazo. Se usado de maneira racional e planejada, conforme muitos especialistas sugerem, é possível garantir por décadas a autossuficiência verdadeira do país e evitar situações de crises de abastecimento energético, ainda comuns no território brasileiro e que assombra muitos governos. Muitos apontam o pré-sal como sendo a garantia do futuro do país, e essa foi uma das motivações da criação do Fundo Social destinado aos estados e à União. Contudo, é preciso considerar que apenas dez anos se passaram desde a descoberta do pré-sal. Existe ainda um longo caminho para a asserção de seus benefícios econômicos e conversão em desenvolvimento técnico para o país. Por envolver questões de soberania nacional e defesa, ainda mais pela maior parte das reservas estarem localizadas no oceano, um investimento em tecnologia militar é extremamente necessário para garantir o uso e exploração das reservas no longo prazo.

Em essência a maldição dos recursos naturais prevê que a dependência econômica excessiva da exportação de uma matéria-prima é a condição *sine qua non* para sua ocorrência em seu estágio mais devastador. Contudo, vale lembrar que o Brasil possui uma das maiores economias mundiais, com diversos produtos exportados anualmente para vários países do mundo todo. Quedas no preço do barril podem de fato causar graves prejuízos a economia regional, especialmente os estados e municípios produtores, que serão os mais atingidos e são os mais vulneráveis aos efeitos de uma crise no setor petrolífero do que a Federação como um todo. Inclusive, não seria implausível afirmar que o próprio estado do Rio de Janeiro, maior produtor de petróleo nacional, sofre severamente desta maldição, mesmo antes da decadência do projeto nacionalista da empresa¹³⁸. Entretanto, como o Brasil possui uma pauta exportadora bem variada, os possíveis efeitos nocivos de uma queda abrupta no preço do barril seriam diluídos.

Um ponto sempre levantado no debate acerca da maldição dos recursos naturais é a desindustrialização. Com a economia e infraestrutura do país necessitando voltar-se a exploração e exportação do recurso natural, tornando-se assim o centro gravitacional dos investimentos públicos, outros setores ficam desprestigiados como consequência, algo

¹³⁷ Segundo o Ministério do Comércio Exterior

¹³⁸ Sobre o assunto, sugerimos o artigo de Givisiez e Oliveira (2012) sobre a distribuição de riqueza nos municípios fluminenses produtores de petróleo

extremamente severo em países onde o incentivo estatal é crucial para engendrar um processo de inovação industrial e tecnológico. Embora ele seja um ponto válido, por outro lado é justamente a renda da exploração de tal recurso, como o petróleo, que pode propiciar a geração de uma renda superavitária que financie outros projetos.

Certamente a combinação entre uma dependência excessiva da renda petrolífera e má gestão governamental são uma combinação desastrosa para o setor industrial de uma nação produtora. Ainda assim, países exportadores de petróleo possuem normalmente maior IDH do que seus pares no mesmo continente ou região. A Rússia, através da Gazprom e Rosneft, continua uma grande produtora de petróleo, mas sua indústria manufatureira é diversificada e o país teria relevância geopolítica mesmo sem seu peso no mercado de hidrocarbonetos. A Noruega consegue, através da Statoil, sustentar um alto padrão de vida e aplicar boas medidas políticas (além de ser um dos países mais interessados nos leilões do pré-sal). Países do golfo pérsico usam esta renda para investimentos nos setores turístico e financeiro. O petróleo, assim como os recursos naturais, não são a fonte real da maldição. E sim as políticas errôneas dos governos e suas estatais, bem como a interferência geopolítica externa.

A Petrobras, se continuar em seu caminho desenfreado de ser reduzida a uma empresa de exploração de petróleo, tenderá a ser sucateada e perder a pouca relevância geopolítica que possui. Ainda assim, não afetará de maneira profunda a economia brasileira como um todo. Neste sentido, é que uma separação entre a política nacional e a administração da Petrobras se faz necessária no campo teórico. O Brasil pode atrapalhar a Petrobras, mas o contrário é mais difícil de ocorrer. Graças as suas características econômicas, mesmo que com atrasos e em alguns setores longe do cenário ideal, o país dificilmente sofreria um caso de doença holandesa somente por conta do petróleo. Certamente é um cenário catastrófico a ser evitado, mas incapaz de deprimir a economia brasileira como ocorreu em outros países. Em suma, o Brasil não é uma Venezuela.

5.6 A questão ambiental: ruína do petróleo?

O peso da questão ambiental permeia qualquer debate sobre a indústria e a geopolítica do petróleo. Diversos estudos e autores apontam que devido a sua alta capacidade poluidora e de provocar grandes tragédias ambientais, os governos agirão para diminuir o uso do hidrocarboneto e incentivar a pesquisa de energias renováveis para substituir o *output* do

petróleo na matriz energética global. Um dos principais estudos do tipo é o relatório do IPCC, órgão ligado à ONU. Ele é usado como referência para a elaboração de políticas governamentais e para os acordos internacionais sobre a questão ambiental, sendo base para a elaboração de metas em comum, como diminuir as emissões de gases poluentes e o banimento de determinados produtos. Nos cenários mais catastróficos descritos em seu último relatório (2018), o IPCC alerta que desastres ambientais de escala mundial, como o aquecimento global - em muito provocado pela queima em larga escala nos últimos 150 anos do petróleo - provocarão consequências devastadoras. Estas incluem a destruição de ecossistemas e a inundação de litorais, especialmente os ao redor de rios caudalosos como o Amazonas e o Ganges e até de ilhas inteiras, forçando o deslocamento de bilhões de pessoas. O relatório também critica a ineficiência da ação diplomática e multilateral dos países em buscar soluções e entrar em acordos efetivos que mudem os atuais padrões de impacto ambiental através das atividades produtivas como geração de energia e a indústria.

O petróleo é considerado um dos principais culpados pelos fenômenos relacionados as mudanças climáticas. Mesmo considerando o viés mais cético, é inegável o impacto poluidor do hidrocarboneto. Este pode ser tanto em decorrência de sua exploração normal ou como resultado de acidentes. Vazamentos nos oceanos são uma das ocorrências mais frequentes, como o ocorrido no golfo do México em 2010 após uma explosão na plataforma *Deepwater Horizon*, pertencente a uma subsidiária da BP. O acidente vitimou onze trabalhadores¹³⁹. O derrame de petróleo durou por quase três meses, produzindo um dano incalculável aos ecossistemas locais. A empresa foi punida severamente pela tragédia, embora o valor total ainda fosse irrisório comparado ao seu faturamento bruto. O lobby da companhia também teve papel decisivo para diminuir os prejuízos das multas e compensações, algo, infelizmente, usual no setor.

Evitar tragédias é uma das prioridades das empresas petrolíferas. Não necessariamente por sua preocupação ambiental, mas pelo dano que tais acidentes podem causar a sua imagem, afugentando acionistas, além da possibilidade de receber pesadas multas. Um método mais eficiente para as empresas é apostar nas chamadas energias limpas e renováveis, como os biocombustíveis. A escolha em investir nelas é justificada pela necessidade intrínseca do

¹³⁹ Portal G1. Vazamento no Golfo do México é 'pior desastre dos EUA'. Disponível em < <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2010/05/vazamento-no-golfo-do-mexico-e-pior-desastre-dos-eua.html>> Acesso 23/03/2019

princípio da “segurança energética” de diversificação da sua matriz e em termos corporativos, dominar uma solução ao seu produto.

Em possíveis cenários onde o petróleo poderá perder fatias de mercado devido as razões ambientais, os biocombustíveis oferecerem uma alternativa a estas empresas. Até 2007, estes eram uma das prioridades da Petrobras, tanto para apostar nessa frente pioneira do mercado energético quanto como tática para diversificar a matriz energética brasileira (LEITE, 2014, p. 429). Após décadas de investimentos, o Brasil tornou-se líder mundial no desenvolvimento de novas tecnologias do setor, como os automóveis movidos do motor *flex*, que aceita tanto gasolina como etanol, e estava se posicionando de maneira excelente para um eventual cenário pós *peak oil demand* que há muito paira sobre o mundo e pode provocar a maior revolução tecnológica no setor energético desde a própria ascensão do petróleo.

Entretanto, com o pré-sal dominando os planos estratégicos da empresa, os biocombustíveis foram perdendo relevância dentro dos projetos e planos estratégicos da companhia, muito graças a perda de investimentos, condição essencial para a consolidação tecnológica dessa fonte de energia. Existe uma forte tendência da retirada completa da função de desenvolver projetos com os biocombustíveis do portfólio da empresa, reiterando sua concentração de atividades E&P¹⁴⁰. A responsabilidade da Petrobras, principalmente se for mantida sob o controle do Estado brasileiro (e mesmo que não seja, ainda precisará obedecer a legislação ambiental), tende a aumentar progressivamente conforme acordos ambientais em órgãos multilaterais forem aprovados e o Brasil se dispor a fazer parte deles, tanto por interesses próprios quanto diplomáticos. Muitos países, com destaque para os membros da UE, exigem o respeito as metas ambientais para estabelecer e manter relações comerciais.

Com vastas extensões territoriais que dependem da preservação ambiental, o Brasil será cobrado pela comunidade internacional. Principalmente em relação a Amazônia, onde a cooperação com os outros países sul-americanos é importante e as pressões de países e agentes internacionais são uma constante. Nesse sentido, a Petrobras também possui um histórico com acidentes em suas instalações e equipamentos, sendo o mais trágico a explosão da plataforma P-36 em 2001, que provocou 11 vítimas¹⁴¹. O que causou o maior impacto ambiental foi o

¹⁴⁰ Em seu “Plano Estratégico – Plano de Negócios e Gestão 2017-2021” a empresa afirma em seu trecho sobre ‘Estratégias’: Otimizar o portfólio de negócios, saindo integralmente das atividades de produção de biocombustíveis... (PETROBRAS, 2017, p.43)

¹⁴¹ Sobre o tema, sugerimos o artigo ‘O acidente da plataforma de petróleo P-36 revisitado 15 anos depois: da gestão de situações incidentais e acidentais aos fatores organizacionais, disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n4/1678-4464-csp-34-04-e00034617.pdf>>

vazamento de óleo na Baía de Guanabara em 2000, que provocou impactos até hoje sentido pelas populações locais, próximo a segunda maior área metropolitana do Brasil. Embora investimentos tenham sido feitos para a despoluição da Baía (em muito motivado pelas Olimpíadas de 2016), um cenário de limpeza total continua distante.

Essa questão em muita preocupa a sociedade, pois muitos ligam o crescimento da indústria petrolífera com a degradação natural e com a precarização da ocupação humana. Além dos contínuos acidentes envolvendo a Petrobras, o setor de mineração e energia no Brasil vem sofrendo com esses acidentes resultados de descaso e falta de prevenção, como foi a tragédia de Mariana (MG) em 2015, onde uma barragem de dejetos minerais de uma subsidiária da antiga estatal e atualmente empresa privada Vale provocou o maior desastre ambiental da história brasileira até o fim de 2018. Seja no setor estatal ou privado, a preocupação com os danos ambientais parece secundária frente a necessidade de produzir desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico a qualquer econômico.

A questão ambiental tem grande relevância diplomática e geopolítica também, pois os países que não aderirem as agendas internacionais podem acabar sendo marginalizados nos fóruns internacionais e instituições multilaterais como a ONU. Principalmente os países com pouco *hard power*, caso do Brasil. Os Estados Unidos já indicaram que vão adotar uma postura mais isolacionista na questão ambiental durante a gestão Trump, que pode ir até 2024, simbolizado pela sua retirada dos acordos de Paris¹⁴². O Brasil, contudo, não tem essa prerrogativa. O país é inclusive um dos mais cobrados neste ponto por conta da Amazônia, vista como grande reserva mundial de recursos naturais da humanidade pelas potências estrangeiras, empresas multinacionais e ONGs ambientalistas. Não é vista como parte do território brasileiro e dos outros países sul-americanos. Esta é uma questão delicada também a ser abordada, embora não plenamente dentro da alçada da Petrobras.

O que poderia levar uma maior participação da Petrobras com os países amazônicos da América do Sul é justamente o aspecto ambiental, mas as divergências com os governos locais, a falta de integração física (devido aos obstáculos impostos pela densidade do bioma amazônico e a cordilheira dos Andes) impede a maior aproximação do Brasil com esses países, apesar dos seus interesses mútuos. Dentro de circuitos acadêmicos e científicos (especialmente na Economia) se acredita que o avanço tecnológico conseguirá sempre resolver as possíveis

¹⁴² SHEAR, Michael. NY Times. Trump will withdrawn U.S. from Paris Climate Agreement. Disponível em < <https://www.nytimes.com/2017/06/01/climate/trump-paris-climate-agreement.html> > Acesso em 04/04/2019

calamidades ambientais (CECHIN, 2010, p.11), mas outros autores defendem, como o romeno Georgescu Roegen¹⁴³, que o objetivo da ação estatal nos setores econômicos e ecológicos seja buscar um cenário onde a preservação dos recursos e um uso melhor planejado destes seja a solução mais viável ao longo prazo, além de cessar a contínua extração desenfreada dos recursos naturais, o que eventualmente poderá ser prejudicial a sociedade global. Ao tudo que indica, ainda não existe um planejamento concreto para um cenário “pós-fóssil”, então os impactos ambientais tenderão a aumentar.

Atualmente, o Brasil possui poucas condições de competir ou entrar no alto círculo de disputas no epicentro do sistema mundo, mas ainda pode ter a capacidade de liderar movimentos divergentes destes, preservando os recursos de seu território e aumentando a cooperação com outros países interessados nestas mesmas ideias.

5.7 Petrobras: Privatizar?

Um debate histórico envolvendo a Petrobras sempre foi o da sua privatização. Mesmo antes da sua fundação, já haviam grupos defensores da predominância da iniciativa privada no gerenciamento das atividades do petróleo. A favor da privatização normalmente estão os liberais, críticos históricos do monopólio estatal. Entre eles, destacam-se alguns partidos políticos, grupos empresariais e acadêmicos. O principal argumento deste grupo é a necessidade de competição interna no mercado nacional para que os preços sejam mais baixo e os serviços oferecidos pelas empresas de petróleo melhorem, o que favoreceria os consumidores ao lhes fornecer uma maior gama de opções. Do outro lado, temos os grupos nacionais-desenvolvimentistas, a favor da manutenção da Petrobras como empresa estatal. Seu principal argumento é a questão da soberania nacional em um assunto de interesse estratégico, assim como a possibilidade de regular os preços a despeito de possíveis efeitos negativos a empresa. Este grupo também conta com partidos políticos e acadêmicos (de visões opostas em relação ao primeiro), assim como sindicatos de petroleiros. O debate permanece latente na sociedade brasileira e nos altos círculos políticos e econômicos, ressurgindo eventualmente conforme mudanças contextuais.

¹⁴³ Economista que ganhou destaque com suas proposições de frear o crescimento econômico mundial a fim de preservar o meio ambiente. De início, suas ideias foram execradas nos círculos acadêmicos, mas conforme a pauta ambiental ganhou força nas últimas décadas, seus conceitos vêm sendo resgatados (CECHIN, 2010, p.13)

Um desses momentos foi na segunda metade da década de 1990 durante as privatizações promovidas pelo governo FHC. A Petrobras foi uma das empresas cogitadas para ser totalmente privatizada, mas devido à pressão popular e sindical, um meio termo foi alcançado, e a empresa tornou-se uma companhia de capital mista, com suas ações aberta na bolsa de valores, mas com a Federação possuindo a maioria acionária e o chamado *golden share*, ou seja, a capacidade de possuir as decisões finais. A empresa permaneceu sendo o braço estratégico do Estado brasileiro no setor energético, juntamente com a Eletrobrás. Entretanto, uma vez com seu capital aberto na bolsa de valores, ela passou a ter como função atender os interesses do mercado, providenciar lucro aos seus acionistas e a mesa diretora, como qualquer outra empresa transnacional, além de ainda representar o Brasil em assuntos relacionados ao petróleo.

O período pós-quebra do monopólio foi bastante proveitoso para a estatal, principalmente na sua internacionalização, onde ela pode se firmar como uma das gigantes do setor não somente na América Latina, como no mundo todo. Por um tempo, foi possível para companhia aproveitar os aspectos mais proveitosos de ambos os lados da moeda, obtendo sucesso em atrair capital privado ao mesmo tempo que era sustentada pelo aporte estatal. Assim, conseguia investimentos para aumentar sua produção, expandir suas operações e financiar desenvolvimento técnico-científico através de pesquisa e inovação. A descoberta do pré-sal representou o apogeu dessa fase.

Após todo o período de euforia, seguiu-se a atual crise dos últimos anos dentro da empresa, relatados durante esta presente dissertação. E o antigo debate parece reemergir na academia, na mídia e no alto escalão político nacional. Talvez o papel misto da empresa instigue uma reavaliação da sua *raison d'être* após todas essas décadas: Deveria ser a Petrobras uma empresa petrolífera voltada ao mercado e buscando sempre o lucro através da melhor oferta possível de serviços ou deveria continuar como representante do Estado brasileiro, atendendo seus interesses estratégicos e geopolíticos que englobam o petróleo e energia? Enquanto era possível manter as duas proposições, a manutenção dessa situação foi sendo postergada e até mesmo considerada superada.

Essa dúvida corrosiva acabou sendo exacerbada após as descobertas do pré-sal em 2007 e os eventos que a sucederam. A priori, não parecia o rumo a ser tomado. Afinal, conforme dito no terceiro capítulo, trata-se do grande triunfo histórico da empresa e aparente validação do modelo seguido até então. Contudo, a demora na concretização das promessas de lucros volumosos que financiariam o progresso brasileiro provocou uma desilusão generalizada. No

afã de determinar um culpado, o fato de a Petrobras ainda ser uma empresa estatal foi o ponto central das críticas de pontos de vistas conservadores e liberais. O argumento central é que por ser estatal cria-se um ambiente propício para a corrupção, e a Lava-Jato pareceu ser a comprovação dessa tese.

A fragilidade dessa proposição reside em sua ignorância (ou omissão) quanto as próprias características imanes da indústria do petróleo em uma perspectiva histórica e geopolítica. Evidente que não podemos sustentar a tese que a corrupção é inevitável e não deveria ser combatida. Apenas somos obrigados a reforçar que de uma maneira ou de outra, a corrupção é um fator permanente nessa indústria, e muitas vezes usada como tática para a manutenção do acesso a fontes valiosas de petróleo. Países foram invadidos, governos foram derrubados, caos foi instaurado e grupos políticos sustentaram sua base econômica graças ao petróleo em todos os continentes. Ao lidar com essa nebulosa indústria, é sempre necessário levar esse fator em consideração, mesmo que não de forma aberta. Os países consumidores e as grandes multinacionais do setor raramente hesitam em agir de maneira inescrupulosa e utilizar táticas maquiavélicas para atingir seus objetivos. Como vimos nos segundo e terceiro capítulos, guerras por petróleo, financiamento de ditaduras e impactos ambientais devastadores estão entre as casualidades provocadas pelo consumo na escala atual do petróleo e seus derivados. Privatizar a Petrobras não irá provocar mudanças estruturais na indústria onde a empresa atua ou tornará o Brasil imune a essas realidades.

Em questões puramente econômicas, entretanto, os argumentos a favor da privatização são mais sólidos. Não necessariamente por conta dos escândalos de corrupção, embora estas tenham contribuído para a perda de crédito da Petrobras, mas pela capacidade do governo federal, através da própria presidência ou dos ministérios de Minas Energia e Fazenda/Economia (até mesmo o Banco Central) intervir na política de preços da companhia. Isso gera um conflito entre as duas facetas da companhia porque fatalmente os interesses distintos colidem entre si. Vimos como a mudança na política de preços do combustível promovidos tanto nas gestões Rouseff e Temer trouxeram resultados negativos a Petrobras, embora seus propósitos e orientações ideológicas fossem diametralmente opostos. A mudança de governos e de abordagem no gerenciamento da empresa não modifica o uso político da Petrobras no Brasil. Mesmo o governo atual já acenou com medidas intervencionistas na empresa apesar de sua retórica supostamente liberal. Somente com a privatização a empresa poderia estar livre da ingerência estatal, segundo o viés liberal.

Estes argumentos, entretanto, podem ignorar o fato de que não é exclusivo ao Brasil sofrer com corrupção endêmica relacionado a exploração do petróleo. Muitos autores criticam amplamente o legado do hidrocarboneto para a economia e política de um país por conta desse fator. Ross (2015) aponta como é extremamente comum em países pequenos e altamente dependentes da exportação de petróleo, principalmente nos países em desenvolvimento, que o capital econômico obtido com a venda do hidrocarboneto perpetue um determinado grupo político no poder. Contudo, isso não é uma exclusividade desses países. Gigantes como Estados Unidos e Rússia sofrem sistematicamente desse problema. Dick Cheney era CEO de uma empresa de infraestrutura de petróleo antes de assumir o cargo de vice-presidente dos Estados Unidos, o que coloca muito de seus atos dentro do executivo norte-americano como suspeitos e até mesmo imorais. Na Rússia, embora o aparelhamento estatal tenha sido mais acentuado na gestão Putin, o uso político do petróleo e dos recursos energéticos já fora explicitado na gestão de Boris Yeltsin (1991-1999), onde as principais companhias estatais do setor da era soviética foram partilhadas entre membros da oligarquia russa que sustentavam o mandato de Yeltsin, efetivamente comprometendo a transição democrática do país. Os exemplos aqui seriam infinitos, outro já debatido a exaustão sendo o da própria Venezuela. E mesmo considerando o *modus operandis* da política sul-americana, não seria infundado conjecturar um cenário no futuro onde um governo brasileiro de viés mais liberal pudesse privatizar completamente a Petrobras para que outro governo, de viés mais nacional-desenvolvimentista, viesse a reestatizar a companhia, como aconteceu com a argentina YPF.

Acreditamos, porém, que do ponto de visto geopolítico, a privatização da Petrobras seria um acintoso erro estratégico. Não somente pela questão do petróleo, que acreditamos já ter deixado explícito sua relevância para a economia e soberania nacional e do resto da América do Sul. Pelo seu valor simbólico, pela sua posição de líder no setor energético latino-americano, a Petrobras para muitos transcende o status de empresa de energia ou braço estratégico do Estado brasileiro. Pode ser ao mesmo tempo um instrumento de resistência ou de subserviência. Dominação ou integração. Levar o Brasil ao desenvolvimento econômico ou ao atraso tecnológico. Enfim, a semiestatal pode ser utilizada para atender os mais diversos tipos de interesse. Para os interesses geopolíticos brasileiros, ela deve permanecer sob o controle estatal, mesmo que de economia mista. A tendência, mesmo com mudanças de governos, continua e julgamos que continuará a vigorar enquanto o petróleo for relevante.

Portanto, a privatização ou não da companhia não necessariamente pode ter um impacto tão permanente nos rumos geopolíticos brasileiros. Mas perder um *asset* tão importante para a

própria definição estratégica do país em um assunto tão crucial poderia ser sim um retrocesso de consequências catastróficas para a geopolítica brasileira e suas constantes ambições de poder e projeções regionais. Petróleo e energia continuarão fatores basilares para qualquer país que almeja um projeto nacional soberano. A Petrobras pode ainda não ter atingido o status de *major* como as empresas do núcleo dirigente da geopolítica do petróleo, mas para as próximas décadas, não temos dúvidas que suas ainda pouco exploradas e comprovadas reservas irão ter um papel a desempenhar nesta, requerendo um meticuloso planejamento do Estado brasileiro ou de quem assumir o comando da empresa. Como Yergin sacramentara, petróleo é “10% economia e 90% política”. Sem geopolítica, não haverá futuro promissor para a Petrobras e o Brasil estará fragilizado em questões de segurança energética e também na sua posição dentro da América do Sul e do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos considerar, enfim, que a geopolítica do petróleo não favorece o Brasil e a Petrobras, seja a companhia conduzida sob um viés nacional-desenvolvimentista ou liberal. A relevância geopolítica do hidrocarboneto deve permanecer até, pelo menos, 2040 ou 2050, embora esse tipo de previsão ocorra desde o primeiro choque do petróleo de 1973. Até a conclusão da presente dissertação, nenhum desses cenários tornou-se realidade. Tal relevância valerá também, certamente, para a economia global e as relações internacionais. O cenário apresentado exigirá uma política à altura dos países, sejam eles produtores ou consumidores, e das grandes empresas – estatais ou privadas - em lidar com suas complicações e nuances. Estarão melhor preparados os atores bem posicionados no mercado, com acesso sobre as reservas petrolíferas, equipamento e infraestrutura necessários para manter a continuidade de seus fluxos, e ter controle direto ou indireto sobre a variação do preço da *commoditie* no mercado internacional.

Conforme demonstramos ao longo da dissertação, não podemos abranger o Brasil e a Petrobras neste escalão. Portanto, ambos ainda estão sujeitos as mudanças bruscas e imprevisíveis que afetam a indústria mundial de petróleo. Entre 2007 e 2014, durante a euforia promovida pela descoberta do pré-sal, acreditava-se que a Petrobras com sua liderança técnica na exploração *offshore* pudesse adquirir grande importância no futuro do comércio mundial de petróleo, sobressaindo sobre seus pares na América do Sul e entrando em condições de igualdade com as principais *majors* da indústria petrolífera. Elevando assim o Brasil a condição de país influente na geopolítica do petróleo.

De acordo com nossa análise, é possível afirmar que esse cenário não somente falhou em ser concretizado, como tornou-se distante devido à crise da Petrobras a partir de 2014 e os retrocessos na estratégia global da empresa. Em perspectiva histórica, é possível notar que um padrão de erros foi repetido. O mais notável deles é que, apesar da liderança tecnológica da Petrobras na área de exploração *offshore*, manteve-se o gargalo da capacidade de refino do país, que ainda o obriga a importar petróleo refinado do exterior (muitas vezes a partir de petróleo cru anteriormente exportado pela própria Petrobras), pondo em cheque a tão proclamada autossuficiência brasileira. Outro motivo para a crise foi a vulnerabilidade do petróleo extraído do pré-sal as variações do preço do barril, onde quem possui maior influência são os grandes carteis como a OPEP, prejudicando a competitividade do óleo extraído. O status de grande *player*, tão cobiçado anteriormente, parece agora distante do Brasil, e mesmo o seu controle

sobre a Petrobras e o setor energético brasileiro está comprometido, por própria iniciativa do Estado.

A função da semiestatal como braço estratégico do Estado brasileiro em assuntos energéticos, tão valorizada por diversos autores, também vem perdendo protagonismo dentro do contexto geopolítico do Brasil. Um grande exemplo observado é a sua presença nos outros países sul-americanos, onde observou-se um grande recuo nos últimos anos em comparação ao começo do século, onde a internacionalização da empresa no subcontinente era uma de suas prioridades estratégicas. Atualmente, a internacionalização ganha outro sentido, com o Brasil sendo o objetivo de outras estratégias de internacionalização.

O Brasil tem a pretensão geopolítica, como explana Martin em sua tese do “Anti-Golbery”, de ser visto como um país do Ocidente, mas não existe reciprocidade nesta visão. Sua visão Meridionalista, onde o Brasil deveria integrar um bloco que fizesse um contrapeso ao poder das principais potências mundiais (dentre elas, EUA, Rússia e China, extremamente influentes na geopolítica do petróleo) é respaldada pela questão não só do petróleo, mas dos recursos naturais. Por séculos, o Brasil e a América do Sul não são vistos como nações soberanas e desenvolvidas, mas sim como territórios com recursos disponíveis para serem espoliados. Superar essa condição necessita um real projeto brasileiro de potência mundial, algo que era aspirado pelo Brasil, com o pré-sal sendo uma de suas forças motrizes. A retomada destas aspirações será fundamental para que o Brasil atinja seus objetivos tanto nas geopolíticas brasileiras e do petróleo.

A crescente participação chinesa na balança comercial brasileira (lembrando, a China importa quatro vezes mais petróleo brasileiro do que os EUA) imporá aos próximos governos brasileiros sua mais importante decisão em termos geopolíticos para o Brasil no século XXI, com um cenário de disputa entre um bloco norte-americano e outro bloco chinês. A melhor alternativa seria buscar tirar proveito deste panorama, mantendo suas opções abertas. Ou concretizar a proposta de Martin sobre o sexto poder e construir um bloco com Índia, África do Sul, Austrália e o próprio Brasil. No campo energético, a solidificação da integração sul-americana é outro aspecto fundamental, para assegurar que os recursos naturais locais sejam utilizados em prol do desenvolvimento dos povos sul-americanos.

No capítulo 4, realizamos nossa proposição mais ousada, ao correlacionar as ações da Petrobras na América do Sul a nível regional, utilizando como parâmetro as principais regiões estudadas historicamente pela geografia política brasileira. A região amazônica certamente terá

maior peso na geopolítica mundial com suas imensas reservas de recursos naturais. Sua defesa e integração continuando sendo objetivos para a integração regional dos países sul-americanos. O Atlântico ganhou proeminência com as reservas do pré-sal. Ainda não se tem, mesmo após dez anos de sua descoberta, uma noção completa de suas dimensões. Estimativas variam de 40 bb/l para até mais de 100 bb/l. Em ambas as regiões, um maior gasto com defesa providenciaria uma maior segurança a essas duas regiões estratégicas para o Brasil, além de aumentar as possibilidades de integração regional. A bacia platina é certamente onde a presença brasileira é mais consolidada, algo que inclusive o próprio governo brasileiro tirou proveito, utilizando a Petrobras como instrumento diplomático nas últimas duas décadas. Ainda assim, o recuo da companhia devido ao seu plano de desinvestimento compromete esse status. Em uma futura pesquisa, almejaríamos aprofundar essa proposta de regionalização.

Outros assuntos que sugerimos merecer uma extensão seria aprofundar a relação da Petrobras com a sociedade brasileira, tanto em sua função como catalisador do desenvolvimento econômico local e nacional, como no impacto ambiental que as atividades da empresa podem trazer, além do impacto da questão na geopolítica e relações internacionais. Em 2007, o pré-sal parecia ser o fator que elevaria o papel do Brasil no sistema mundo. Em 2017, ele aparenta ser uma oportunidade perdida. Mas a situação ainda poderá ser revertida. Na indústria do petróleo, assim como em sua formação geológica, os processos são lentos. Essa lentidão, somado a algumas mudanças no pensamento estratégico da Petrobras e dos governos brasileiros, poderá permitir a fruição dos objetivos traçados dez anos atrás que o maior sucesso da Petrobras propiciou. Resta saber se ainda o Brasil poderá tirar proveito do petróleo presente em território ou se ele não estará mais na pauta do Estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AIE – *Oil information: Overview (2018 edition)*. International Energy Agency (IEA), 2018
- _____. *Monthly Oil Statistics/April 2018*. International Energy Agency (IEA), 2018
- ALBURQUERQUE, Edu S. – *80 anos da obra projeção continental do Brasil de Mário Travasso*. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo, v.29, p 59-75. jun. 2015
- AGNEW, J – *Globalization and Sovereignty*. New York: Rowman&Littlefield, 2009
- ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - *Anuário e Dados Estatísticos*. Rio de Janeiro, 2018
- _____. *Fornecimento de gás natural para a refinaria de Manaus através do gasoduto Coari-Manaus*. Rio de Janeiro, 2010
- _____. *Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural* – Rio de Janeiro: Número 89/Janeiro 2018
- _____. *Produção Nacional de Derivados de Petróleo (barris equivalentes de petróleo)*. Rio de Janeiro, 2019
- ALEM, Ana Cláudia; CAVALCANTI, Carlos – *O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas reflexões* – Rev. do BNDES, Rio de Janeiro, V. 12, N.24, p. 43-76, Dez. 2005
- ARAGÓN, Luis E. – *A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação* – Rev. Nera. Ano 21, n.42, pp 14-33. Presidente Prudente, 2013
- ARROYO, Monica – *Mercosul: redefinição do pacto territorial vinte anos depois* – In: Argentina e Brasil: Possibilidades e Obstáculos no Processo de Integração Territorial. Ed: Humanitas. São Paulo, 2010
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz – *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos – Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio* – 2ª ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014
- BECKER, Berta K. – *Amazônia: Geopolítica na virada do terceiro milênio*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009

BECKER, Bertha; EGLER, Claudio – *Brasil: Uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 35. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2008

_____. Ministério de Minas e Energia. *Balanço Energético Nacional 2017 / Ano Base 2016*. EPE. Brasília, 2016

BRITO, Marco; SANTOS, Edmilson; ROUSSEAU, Isabelle; NAVA, Pablo – *A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira*. In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

BRITISH PETROLEUM - *BP Statistical Review of World Energy 2018*. Londres, 2018

CARRA, Marcos - *A Petrobras e a Integração com a América do Sul: As divergências com o governo brasileiro*. Tese, UFRGS. Orientador: Profº Dr. Carlos Schmidt Arturi. Porto Alegre, 2014

CARVALHO, Leonardo A. – *Geopolítica: Isso serve às Relações Internacionais - In: Geopolítica e Relações Internacionais*, CARVALHO, Leonardo Arquimino (org.), Ed. Juruá, 2011

CHANG, Ha-Joon – *Chutando a escala: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*; tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. – São Paulo: Editora Unesp, 2004

CHENEY, Richard; CHENEY, Liz – *Exceptional – Why the world needs a powerful America* - Ed. Simon & Schuster, 2015

CONANT, Melvin; GOLD, Fern Racine – *A Geopolítica Energética*. Editora Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro, 1981

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

_____. *Estudos sobre a rede urbana*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Pierre – *A evolução da indústria petrolífera: uma caracterização geral* - In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

COSTA, Wanderley Messias – *Geopolítica e Geografia Política: Discursos sobre o território e o poder*. Editora Edusp/Hucitec. São Paulo, 2007

_____. *O reerguimento da Rússia, os EUA/OTAN e a crise da Ucrânia: a Geopolítica da Nova Ordem Mundial*. In: Revista Franco-Brasileira de Geografia. n.25, 2015

_____. *Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia*, Confins [En ligne], 22 | 2014, mis en ligne le 29 novembre 2014, consulté le 12 janvier 2017. URL : <http://confins.revues.org/9839> ; DOI : 10.4000/confins.9839

COUTO E SILVA, Golbery – *Conjuntura política nacional, o Poder Executivo & geopolítica do Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981

DORES, Priscila B. das; LAGE, Elisa S.; PROCESSI, Lucas D. – *A retomada da indústria naval brasileira* - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil) BNDES 60 anos: perspectivas setoriais. Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2012. p. 274-299. ISBN: 9788587545442 (vol.1)

DUGIN, Aleksander – *Eurasian Mission: An Introduction to Neo-Eurasianism*. Ed. Arktos, 2014

EGLER, Cláudio A. Gonçalves; MATTOS, Margarida Maria C. L. – *Multinacionais do setor petrolífero, geoeconomia e integração regional na América do Sul*. In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

ENGDAHL, William – *Was World War One a War to control Oil?* – In: A Century of war: Anglo-American Oil Politics. Kindle Edition, 2007

_____. *Silent Weapons for Quiet Wars* – Chapter 3 in: Myths, Lies and Oil Wars, 2012

EPE (Empresa de Pesquisa Energética) – *Balanço Energético Nacional – ano base 2017*. Ministério de Minas e Energia. Brasília, 2018

_____. *Panorama do Refino e da Petroquímica no Brasil*. Nota Técnica DGP – SPT Nº04/2018. Rio de Janeiro, Novembro/2018

FERDINAND, Peter – *Westward ho – the China dream and “one belt, one road”*: Chinese foreign policy under Xi Jiing – International affairs, Volume 92, Issue 4, Pages 941-957, Julho de 2016

FUSER, Igor – *O petróleo e a política dos EUA no Golfo Pérsico: a atualidade da Doutrina Carter* – Lutas Sociais – PUC-SP, Vol. 17/18, p.23-37. São Paulo, 2007

GRIFFITHS, Martin – 50 grandes estrategistas das relações internacionais – tradução Vânia de Castro – 2ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2004

HAGE, José Alexandre Altahyde – *Bolívia, Brasil e o Gás Natural: Um Breve Debate* – In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol 2, Nº 1, Janeiro-Junho, 2008

_____. *O Poder Político na energia e relações internacionais: o difícil equilíbrio entre o direito e a busca de segurança do Estado brasileiro*. In: Rev. Bras. Polít. Int. 51: Págs. 169-186. Brasília, 2008

_____. *Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Campinas, Unicamp, 2006

HARVEY, David – *O novo imperialismo*. Ed. Loyola. São Paulo, 2005

ISAPE – *Perspectivas e Desafios para a Integração Sul-Americana*. Isape debate, nº1. Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia. Porto Alegre, 2012

KANVAL, Gurmet – *Pakistan's Gwadar Port: A new naval base in China's string of pearls in the Indo-Pacific* – CSIS Briefs. Março de 2018. Disponível em: https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/180717_Kanwal_PakistansGwadarPort.pdf

KASAHARA, Yuri; BOTELHO, Antonio José Junqueira – *Catching up and Failing behind: An appraisal of Brazilian Industrial Policy in the Twenty-First Century*. Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe, v.51, p.97-109, 2016

KLARE, Michael T. – *Sangue por petróleo: a estratégica energética de Bush e Cheney* – p. 201-223. In: LEYS, C & PANITCH, L. (orgs.) *O novo desafio imperial*. Ed. CLACSO. Buenos Aires, 2006

KISSINGER, Henry – *A ordem mundial* – Trad. José M. Cruz. Ed. D. Quixote – Rio de Janeiro, 2015

LEITE, Antonio Dias – *A Energia do Brasil*. 3ª Edição. Editora Lexikon – Rio de Janeiro, 2014

LENCIONI, Sandra – *Região e Geografia* – 1ªed. 3ª reimpr. – São Paulo: Ed. Edusp, 2014

LIMA, Paulo César Ribeiro – *Os desafios, os impactos e a gestão da exploração do pré-sal*. Consultoria Legislativa. Brasília: Estudo Novembro/2008

MACHADO, M. S. - *Considerações sobre o Brasil e a Petrobras na Integração Sul-americana em tempos de Globalização*. In: Susana Mara Miranda Pacheco; Mônica Sampaio Machado. (Org.). *Globalização, Políticas Públicas e Reestruturação Territorial*. 1ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, v. 1, p. 158-184.

MADUREIRA, Nuno Luís – *The energy crises of the 1970s* – Historical Social Research ed. 39, pgs 70-93. Lisboa, 2014

MACKINDER, J. Halford – *The Geographical Pivot of History* – The Geographic Journal, London, V.23, n.4, p.421-437, 1904

MARTIN, André Roberto – *Sopa de Letrinhas: Alba, Alca, Mercosul, Unasul, Can... Para onde vai a Integração Latino-Americana?*. In: Argentina e Brasil: Possibilidades e Obstáculos no Processo de Integração Territorial. Ed. Humanitas. São Paulo, 2010

_____. *Brasil, Geopolítica e Poder Mundial: o anti-Golbery*. – 1ªed. – São Paulo: Hucitec, 2018

MELLO, Leonel Itaussu Almeida – *A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Editora da Universidade do Amazonas. Manaus, 1997.

_____. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: Hucitec, Edusp, 1999

MIYAMOTO, Shinguenoli – *Geopolítica do Brasil: Algumas considerações*. In: Geopolítica e Relações Internacionais, CARVALHO, Leonardo Arquimino (org.), Ed. Juruá, 2011

MONIÉ, Frédéric – *Petróleo, desenvolvimento e dinâmicas espaciais na África Subsaariana* - In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

_____. *O novo “grande jogo” e a geopolítica dos oleodutos no Mar Cáspio* - In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

NEVES, André Varellas - *Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil*, Capítulo: VII - *ATLÂNTICO SUL: Projeção Estratégica do Brasil para o Século XXI*. IPEA. São Paulo, 2012

OPEP – *Monthly Oil Market Report* – Viena, 2018. Jan. 2018. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/MOMR%20January%202018.pdf

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha - *Defesa nacional para o século XXI: política internacional, estratégia e tecnologia militar*. IPEA. São Paulo, 2012

PÉCAUT, Daniel – *Lógicas Econômicas, militares e políticas na “guerra colombiana”*. In: Paz & Terrorismo: textos do Seminário Desafios para a política de segurança internacional: Missões de paz na ONU, Europa e América/ (org. Clóvias Brigarão w Domínio P. Júnior. – São Paulo: Hucitec, 2004)

PEHRSON, Christopher J. – *String of Pearls: Meeting the Challenge of China’s rising power across the Asian litoral* – Strategic Studies Institute – US Army College. Carlisle, 2006

PERIARD, Tiago; LOSEKANN, Luciano – *Petróleo, doença holandesa e dependência da renda petrolífera* - In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

PETROBRAS – *Plano Estratégico 2030*. Rio de Janeiro, 2013

_____. *Plano Estratégico 2020*. Rio de Janeiro, 2007

_____. *Plano de Negócios e Gestão 2007-2011*. Rio de Janeiro, 2007

_____. *Plano de Negócios e Gestão 2010-2014*. Rio de Janeiro, 2011

_____. *Plano de Negócios e Gestão 2010-2014*. Rio de Janeiro, 2011

_____. *Plano de Negócios e Gestão 2013-2017*. Rio de Janeiro, 2013

_____. *Plano de Negócios e Gestão 2014-2018*. Rio de Janeiro, 2014

_____. *Plano de Negócios e Gestão 2015-2019*. Rio de Janeiro, 2015

_____. *Plano de Negócios e Gestão 2016-2020*. Rio de Janeiro, 2016

_____. *Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 e Plano Estratégico 2040*. Rio de Janeiro, 2019

_____. *Relatório de Gestão 2009*. Rio de Janeiro, 2010

_____. *Relatório de Gestão 2011*. Rio de Janeiro, 2012

_____. *Relatório de Gestão 2012*. Rio de Janeiro, 2013

_____. *Conselho Nacional do Petróleo e a Petrobrás S. A. (PETROBRÁS)*. Rio de Janeiro, 1953

PIQUET, Rosélia – *Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil* - In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

PINHEIRO MACHADO, Marco Antônio – *Pré-Sal: a saga – A história de uma das maiores descobertas mundiais do petróleo*. – 1 ed. – Porto Alegre: L&PM, 2018

RAFFESTIN, Claude - *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Augusto Sergio Figueiredo - *A Internacionalização da Petrobras e seus desafios em Angola (1975-2009)* – Tese. UnB, Orientador: Profº Dr. Antônio Carlos Lessa. Brasília, 2009

RIBEIRO, Fernanda Cecília Ferreira – *Estratégia Internacional da Petrobras: Estudo de Caso da Aquisição da Perez Companc na Argentina*. Dissertação. PUC, Orientador: Prof. Dr. Moacir de Miranda Oliveira Junior. São Paulo, 2006

RIBEIRO, Wagner C. – *Gás “de xisto” no Brasil: uma necessidade?* – Rev. De Estudos Avançados 28 (82), págs. 89-94. São Paulo, 2014

RICUPERO, Rubens – *A diplomacia na construção do Brasil 1750-2016*. 1.ed. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017

RIO, Gisela Aquino Pires do – *Petróleo e Gás Natural: de fronteira em fronteira, do espaço às superfícies de regulação*. In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

ROSS, Michael – *A maldição do petróleo (The Oil Curse)* / Michael Ross – Ed. Sanskritto Porto Alegre: CDG, 2015

SAUER, Ildo L.; RODRIGUES, Larissa – *Pré-Sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios*. Rev. Estudos Avançados. Ed. 30 (88), 45p. 2016

SANTOS, Milton et SILVEIRA, Maria Laura – *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. 10ª ed. Editora Record. Rio de Janeiro, 2008

SANTOS, Edmílson M. – *Gás natural: Estratégias para uma energia nova no Brasil* – São Paulo: Annablume, Fapesp, Petrobras, 2002

SÉBILLE-LOPEZ, Phillipe – *Géopolitique du Pétrole*. Instituto Piaget. Editora Armand Colin, Paris, 2006

SERRA, Rodrigo Valente et GOBETTI, Sérgio Wullf - *Petróleo, royalties e desenvolvimento: Brasil e experiências internacionais*. In: Geografia e Geopolítica do Petróleo. (Orgs) Frédéric Monié et Jacob Binsztok. Ed. MAUAD Ltda. Rio de Janeiro, 2012

SILVA, Paulo Roberto – *Comércio de gás entre Brasil e Bolívia – interesses e atores da nacionalização de 2006*. Dissertação, USP. São Paulo, 2012

SOUZA, Nilson Araújo – *Os negócios internacionais da Petrobras*. Artigo. São Paulo, 2007

SOUZA, J.M. – *Mar territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental?* – Revista Brasileira de Geofísica, Vol. 17 (1), 1999

STIGLIZ, Joseph E. – *Escaping the Resource Curse*. Nova York: Columbia University Press, 2007

UNASUL – *Declaracion de la V reunión del consejo energético de Suramérica*. Quito, 2016

UOL. *Lula: Integração Energética na região evitará “apagões” e crises*. La Paz, 17 de dezembro de 2007. Disponível em <http://economia.uol.com.br/ultnot/afp/2007/12/17/ult35u56899.jhtm>. Acesso em 23/05/2015

TRAVASSOS, M. – *Projeção continental do Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1935

TOLMASQUIM, Mauricio T. – *Marcos Regulatórios da indústria mundial de petróleo* – Mauricio Tiomno Tolmasquim, Helder Queiroz Pinto Junior (orgs.) – Rio de Janeiro: Synergia: EPE, 2011

VESENTINI, José William, *Novas Geopolíticas*. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2011

VIZENTINI, Paulo Fagundes – *Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula*. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2012.

YERGIN, Daniel – *O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2010

_____. – *The Quest: Energy, Secutiry, and the Remaking of the Modern World*. Ed. Intrínseca Ltda, 2011

Lista de sites

<https://www.eia.gov/beta/international/>

<http://www.petrobras.com.br/pt/presenca-global/>

<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/>

<https://exposicao60anos.agenciapetrobras.com.br/decada-1950.php>

[http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-](http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-169/Mapa%20da%20Infraestrutura%20de%20Gasodutos%20de%20Transporte.pdf)

[abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-](http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-169/Mapa%20da%20Infraestrutura%20de%20Gasodutos%20de%20Transporte.pdf)

[169/Mapa%20da%20Infraestrutura%20de%20Gasodutos%20de%20Transporte.pdf](http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-169/Mapa%20da%20Infraestrutura%20de%20Gasodutos%20de%20Transporte.pdf)